

MARCOS BARBOSA CARREIRA

**PREDICAÇÃO E AMBIGUIDADE DE PROJEÇÃO: UMA TEORIA
UNIFICADA**

CURITIBA

FEVEREIRO DE 2015

MARCOS BARBOSA CARREIRA

**PREDICAÇÃO E AMBIGUIDADE DE PROJEÇÃO: UMA TEORIA
UNIFICADA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras
e Artes, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutor
em Letras.

Orientador: Prof. Dra. Maria José Foltran

Co-Orientador: Prof. Dra. Cilene Rodrigues

CURITIBA

FEVEREIRO DE 2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Carreira, Marcos Barbosa

Predicação e ambiguidade de projeção: uma teoria unificada / Marcos
Barbosa Carreira – Curitiba, 2015.
193 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Foltran

Co-orientadora: Profa. Dra. Cilene Rodrigues

Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Gramática comparada e geral. 2. Linguística. 3. Sujeito e predicado.
4. Small-Clauses. I. Título.

CDD 401.43

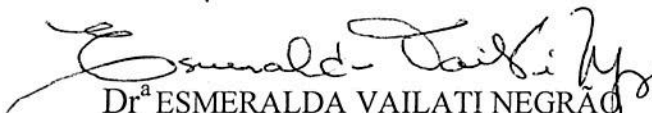


Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

Ata seiscentésima septuagésima primeira, referente à sessão pública de defesa de tese para a obtenção de título de doutor a que se submeteu o doutorando **MARCOS BARBOSA CARREIRA**. No dia treze de março de dois mil e quinze, às treze horas e trinta minutos, na sala 1013, 10.º andar, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **MARIA JOSÉ G. D. FOLTRAN**, Presidente, **CILENE RODRIGUES** (co-orientadora), **ESMERALDA VAILATI NEGRÃO**, **HELENA GUERRA VICENTE**, **PATRÍCIA RODRIGUES** E **MAXIMILIANO GUIMARÃES** designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "**PREDICAÇÃO E AMBIGUIDADE DE PROJEÇÃO: UMA TEORIA UNIFICADA**", apresentada por **MARCOS BARBOSA CARREIRA**. A sessão teve início com a apresentação oral do doutorando sobre o estudo desenvolvido. Logo após, a senhora presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, a Professora **MARIA JOSÉ G. D. FOLTRAN** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, a senhora Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Doutor em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**. A versão final da dissertação deverá ser encaminhada à Coordenação em até 60 dias. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia treze de março de dois mil e quinze.


Dr^a MARIA JOSÉ G. D. FOLTRAN


Dr^a CILENE RODRIGUES


Dr^a ESMERALDA VAILATI NEGRÃO


Dr^a HELENA GUERRA VICENTE


Dr^a PATRÍCIA RODRIGUES


Dr. MAXIMILIANO GUIMARÃES


MARCOS BARBOSA CARREIRA



Setor de Ciências Humanas
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras
Tel./Fax: +55 41 3360-5102

PARECER

Defesa de tese de doutorado de MARCOS BARBOSA CARREIRA para obtenção do título de **Doutor em Letras**.

Os abaixo-assinados Maria José G. D. Foltran, Cilene Rodrigues, Esmeralda Vailati Negrão, Helena Guerra Vicente, Patrícia Rodrigues e Maximiliano Guimarães arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a tese: "**Predicação e Ambiguidade de Projeção: Uma Teoria Unificada**".

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Doutor em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
Dr ^a Maria José G. D. Foltran		Aprovado
Dr ^a Cilene Rodrigues		Aprovado
Dr ^a Esmeralda Vailati Negrão		APROVADO
Dr ^a Helena Guerra Vicente		APROVADO
Dr ^a Patrícia Rodrigues		APROVADO
Dr. Maximiliano Guimarães		APROVADO

Curitiba, 13 de março de 2015.

Prof. Dr. Rodrigo Tadeu Gonçalves
Coordenador

Rodrigo Tadeu Gonçalves
Coordenador
Matrícula SIAPE 1510663

Dedicatória

Dedico esta Tese...

...a minha esposa, Celia, e a meus filhos, Djohana, Eduarda e Felipe, pelo amor, apoio e paciência.

...a minha mãe, Isabel, a meu pai, Daniel, e a meus irmãos, Israel, Paulo e Lucas.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família. A minha esposa Celia que me deu todo amor e apoio durante estes cinco anos. Aos meus filhos Djohana, Eduarda e Felipe pelo amor irrestrito e pelo tempo que deixamos de estar juntos, de brincar e de conviver.

Em especial, gostaria de agradecer a minha orientadora Maria José Foltran (Mazé) pela confiança, pelo apoio e por tudo que aprendi, durante todos estes anos (nossa, quanto tempo!).

A Cilene Rodrigues minha coorientadora pela confiança e apoio, por tudo que aprendi em nossas conversas e discussões. Obrigado por acreditar em minhas maluquices.

A Maximiliano Guimarães pelos inúmeros áudios de orientação, explicação e discussão. Todos sempre verdadeiras aulas que contribuíram muito para minha formação.

Gostaria de agradecer à banca de qualificação: Patrícia Rodrigues e Maximiliano Guimarães, que propuseram desafios à teoria aqui proposta, os quais procurei enfrentar da melhor forma.

Aos membros da banca Esmeralda Negrão, Helena Guerra, Maximiliano Guimarães, Patricia Rodrigues e Maria Cristina Figueiredo.

Às pessoas que sempre estiveram prontas a me ajudar nessa pesquisa, sugerindo, criticando, desafiando minha proposta. Em especial a Gesoel Mendes Jr., Andrea Knöpfle, Cristina Prim, Flávio Martins de Araújo e Marcus Lunguinho; a cada um deles, devo muito.

Aos amigos e colegas do curso pela amizade nesses anos todos, especialmente a: Andrea Knöpfle, Beatriz Pires Santana, Cindy Gavioli, Daniela Zimmermann, Flávio Martins Araújo, Gustavo Nishida, Joseane Prezotto, Livy Real, Luana de Conto, Marina Legroski, Rodrigo Bueno, Sirlei Cavalli, Valdilena Rammé, etc, etc.

Aos colegas da UEPG do Departamento de Letras Vernáculas que tiveram paciência comigo toda vez que eu dava a mesma desculpa: “não posso, estou escrevendo uma tese!”

Ao Secretário Odair pela apoio nas soluções dos problemas burocráticos.

A meus pais, Daniel e Isabel, e a meus irmãos Israel, Paulo e Lucas pelo apoio de sempre.

Ao contribuinte brasileiro que, por meio da CAPES, pagou três anos de bolsa deste doutorado, além dos dois anos do mestrado.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

Resumo

O objetivo desta tese é apresentar uma análise formal de diferentes tipos de predicação (e.g. *small clause*, predicação secundária e modificação nominal) como adjunção, a partir das diretrizes propostas em Chomsky (1995). Assume-se como hipótese central que a relação que ocorre numa construção predicativa e numa atributiva seja uma predicação. Assim, a sentença o “joão comeu a carne crua”, o AP “crua” pode tanto estar em função predicativa ou atributiva e, nos dois casos, “crua” é um predicado de carne. A diferença de leitura é resultado da relação que o AP tem com o restante da frase, de tal modo que na predicativa o AP é interpretado como restrito ao tempo da sentença e na atributiva, não. A predicação nesses dois domínios pode ser formalizada unificadamente por meio de uma estrutura de adjunção simples que utiliza conceito de categoria e segmento de categoria. A diferença na representação do predicado AP em posição predicativa e do predicado AP em posição atributiva é formalizada por meio da altura à qual o AP se adjunge na estrutura nominal. O AP pode tanto se adjungir ao NP ou ao DP, codificando a leitura atributiva e predicativa, respectivamente. A predicação ocorre respeitando a localidade da predicação por meio de uma relação de c-comando assimétrico do AP para o DP ou do DP para o AP, a depender de quem projete na estrutura de predicação (EP). A diferença de projeção também permite distinguir a predicação secundária da SC complemento. E a relação da EP com os núcleos irmãos permite distinguir a predicação secundária da predicação primária. O DP sujeito de uma predicação secundária forma um constituinte com o predicado AP, mas a estrutura proposta permite que tanto o DP quanto o AP estejam numa relação de irmandade com o verbo e permite que o AP possa estar no domínio mínimo de V e disparar interpretação predicativa. Por sua vez, a interpretação atributiva ocorre, quando o AP está encaixado no DP e não é visível fora dele. A base empírica desta tese é composta por dados conhecidos como construções com predicacões secundárias orientadas para o objeto e para o sujeito, as SC complemento e também as construções que envolvem uma estrutura de predicação como complemento de preposição. Também compõem a base empírica dados de copulares com dupla predicação, as quais foram chamadas de Copulares Complexas e SC Complexas. A predicação no domínio nominal apesar de estar no bojo da hipótese teórica é pouco analisada neste trabalho necessitando ainda de maiores investigações. A aplicação desta teoria à análise desses dados solucionou um paradoxo de constituinte e demonstrou adequação descritiva bastante satisfatória. Além disso, é possível estender esta proposta a outras construções predicativas ampliando sua cobertura empírica. Esta tese estabelece um diálogo com propostas presentes no Programa Minimalista de Chomsky (1995), como a de den Dikken (2006), buscando abrir novos caminhos nos estudos da predicação, na medida em que é capaz de simplificar as abordagens existentes.

Palavras-chave: Predicação; Predicados Secundários; *Small-Clauses*; Adjunção; Estruturas de Predicação; Construções atributivas; Construções Predicativas.

Abstract

The goal of this thesis is to present a formal analysis of different types of predication (e.g. small clauses, secondary predication and nominal modification) as adjunction, along the lines proposed in Chomsky (1995). Our central hypothesis is that the semantic relationship found in both predicative and attributive constructions is to be treated as predication. Thus, in a sentence like *João comeu a carne crua* “John ate meat raw” (Brazilian Portuguese) the AP *crua* “raw” can either be treated as predicate or an attribute, and, in both cases, it predicates of *carne* “meat”. The two readings result from how the AP relates to the rest of the sentence: If it is restrictive with respect to the sentential tense, then it is interpreted as a predicative. If it is not, the attributive reading emerges. The predication in both cases can be formalized by means of a simple adjunction structure, if we put emphasis on the formal differences between category and segment of category. The contrast between AP in predicative position and AP in attributive position is formalized in terms of how high the AP is adjoined within the nominal domain. It can be either adjoined to the NP or to the DP encoding the attributive or the predicative reading, respectively. The relation of predication happens under locality, through an asymmetric c-command relationship between the AP and the constituent it predicates of or vice-versa. This relationship depends on which category projects in the adjunction structure. The availability of different projections also distinguishes secondary predication from Small Clauses in complement position. In addition, the relationship between the adjunction structure and its sister’s heads distinguishes secondary predication from primary predication. The secondary predication subject forms a constituent with its predicate, but the proposed adjunction structure allows both the DP and the AP to be in a sisterhood relationship with the verb and allows the AP to be in the minimal V domain, triggering a predicative interpretation. On the other hand, the attributive interpretation occurs when the AP is embedded under the DP, being invisible for operations outside this domain. The empirical base of this thesis consists of data known as subject and object oriented secondary predicate constructions, small clauses in complement position and constructions with predication in the complement position of a preposition. Copular sentences with double predication, called Complex Copular Sentences and Complex SC. Also, although inside the scope of our hypothesis, predications within nominal expressions were briefly considered here. Besides being empirically adequate, the analysis proposed here has the advantage of solving the so-called constituency of paradox (Carreira, 2008). This analysis dialogues with other minimalist proposals, such as Den Dikken (2006), seeking to shed new lights into the syntax and semantics of predication in different Grammars.

Key-words: Predication; Secondary Predicates; Small Clauses; Adjunction; Predication Structures; Attributive Constructions; Predicative Constructions.

Sumário

Lista de Tabelas	xi
Lista de Siglas	xii
Introdução	1
1 Capítulo: Dados, Predicação e Proposta de Análise.....	5
1.1 Apresentação inicial	6
1.1.1 O Paradoxo de Constituência	10
1.1.2 Necessidade de Adjacência do PS e Seu Sujeito	16
1.1.3 Copulares Complexas com Predicado Secundário	16
1.1.4 Copulares Complexas com Dupla Small Clause	17
1.1.5 Elipses de VP	18
1.1.6 Predicados Secundários de Complementos de Preposição	19
1.2 A tese da Tese	20
1.3 Descrevendo as interpretações	25
1.4 Os dados de Construções Predicativas.....	33
1.4.1 Predicação	33
1.4.2 Predicação Primária x Predicação Secundária	34
1.4.3 O recorte	36
1.4.4 Metodologia	37
1.4.5 A base empírica - os dados	38
1.5 Considerações finais do Capítulo	48

2	Capítulo: Teoria Unificada da Predicação	49
2.1	A Proposta de Análise	49
2.1.1	A Estrutura	49
2.1.2	Dominância	56
2.1.3	Adjunção em Chomsky 1995	59
2.1.4	Projeção Vácuca	61
2.1.5	O c-comando e a adjunção	65
2.1.6	Adjunção e Ambiguidade de Domínio	68
2.1.7	Constituição da Estrutura de Predicação	72
2.2	A Estrutura e a análise	75
2.2.1	AP no MinD(V) e Seleção	78
2.2.2	Predicação e localidade	81
2.2.3	O Critério Theta	83
2.2.4	Ambiguidade de Projeção da Estrutura de Predicação	84
2.2.5	Visibilidade do predicativo	91
2.2.6	Predicação Primária X Predicação Secundária	96
2.3	Por que não trabalhar com uma proposta que envolva núcleo funcional	97
2.4	Considerações finais do capítulo	97
3	Capítulo: Cobertura Empírica	99
3.1	Testes de Fronteamento	99
3.1.1	Movimentos das Estruturas de Predicação – EP	100
3.1.2	O Paradoxo de Constituição	103
3.1.3	Testes Clássicos de Constituição	105
3.2	Testes de Apagamento de VP	106
3.3	Apagamento de VP – Contraexemplos	107
3.4	Necessidade de Adjacência de PS e Seu Sujeito	109

3.5	SC Canônicas	111
3.6	Copulares Complexas e Small Clauses Complexas	112
3.6.1	Copulares Complexas com Predicado Secundário	114
3.6.2	Uma Nota Sobre Foco	116
3.6.3	Copulares Complexas com Dupla SC	118
3.6.4	Uma Nota sobre Ordem Linear nas Copulares Complexas	120
3.6.5	Predicação Secundária e SC Dupla como SC-Complemento	123
3.7	EP e Complementos de Preposição	125
3.7.1	PP <i>Theta</i> -marcado	126
3.7.2	PP não <i>theta</i> -marcado - adjuntos adverbiais	127
3.7.3	Small Clauses livres / Predicados secundários livres	127
3.7.4	Dados Predicação em PP de Williams (1980).....	128
3.8	Predicativos do Sujeito	131
3.9	Algumas Consequências Interessantes	135
3.9.1	Small Clause em Posição de Sujeito	135
3.9.2	Uma distinção sintática entre os predicativos do objeto e os advérbios	137
3.10	Considerações finais do capítulo	138
4	Capítulo: Conversando com a Literatura	139
4.1	Em retrospectiva	139
4.1.1	Stowell 1981.....	141
4.1.2	Williams (1980, 1983).....	147
4.1.3	Críticas à proposta de Stowell – Against Small Clause de Williams (1983)	152
4.1.4	Rothstein 1983, 2001.....	155
4.1.5	Heycock 1994	158
4.1.6	Den Dikken 2006.....	160
4.2	Considerações finais do capítulo	166

5	Capítulo: Considerações Finais e Perspectivas de Futuro	167
	Referências Bibliográficas	172

Lista de Tabelas

Tabela 1	Proposta de Descrição da Predicação	2
Tabela 1.1	Análises Clássicas: Stowell, Rothstein e Williams	11
Tabela 1.2	Proposta de Descrição da Predicação	20
Tabela 2.1	Proposta de Descrição da Predicação	50
Tabela 2.2	Visibilidade do Predicativo	93
Tabela 4.1	Análises de Williams (1980)	150
Tabela 4.2	Proposta de den Dikken (2006)	161
Tabela 4.3	Proposta de den Dikken (2006) x Análises Clássicas Stowell e Rothstein ..	164

Lista de Siglas

PP	Sintagma Preposicional
AP	Sintagma Adjetival
NP	Sintagma Nominal
PS	Predicado Secundário
SC	Small clause, minioração, ou pequena oração
PB	Português Brasileiro
PAST	Pretérito
EP	Estrutura de Predicação
<i>CHL</i>	Sistema Computacional da Linguagem
VP	Verbal Phrase / Sintagma Verbal
GB	Teoria de Regência e Ligação
PM	Programa Minimalista
LCA	Axioma de Correspondência Linear
DP	Sintagma Determinante
PS-objeto	Predicado Secundário do Objeto
DE	Descrição Estrutural

Introdução

Esta tese é uma investigação teórica (e também analítica) a respeito da possibilidade de se utilizar a adjunção chomskiana para explicar a predicação nas construções predicativas adjetivais. Essas adjunções projetam um segmento de uma das categorias combinadas pela adjunção. Assim, numa adjunção de A a B, ou A ou B projetam o segmento mais alto; mas a relação entre as categorias A e B pode ser tratada como essencialmente semelhante independentemente de que categoria projete. Essa diferença de projeção e também de c-comando pode explicar diferentes tipos predicação e unificar relações antes vistas como fenômenos distintos. Por isso, esta é também uma pesquisa sobre o poder explicativo da ambiguidade de projeção.

Assim, este trabalho propõe a adjunção chomskiana (Chomsky Adjunction, cf. Chomsky (1986, 1995) e May (1977, 1985) e Kayne (1994)) como uma forma de modelar relações entre um sujeito¹ e um predicado² em construções predicativas de diversos tipos: entre um nominal e um predicado depictivo (predicação secundário); entre um nominal e um predicado em estruturas conhecidas como *Small Clauses*; e entre um nominal e um adjetivo modificador (a relação atributiva, restritiva). Podemos tratar as relações citadas como uma relação de mesma natureza, isto é, mediadas por meio de uma adjunção, conforme dito acima, e cujos detalhes técnicos estão melhor detalhados no início do capítulo 1 e em todo o capítulo 2.

Além disso, esta tese tem como objetivo investigar o quanto o formalismo de adjunção de categoria e segmento de categoria (que estabelece uma relação assimétrica) pode descrever (e explicar) a distinção entre uma leitura atributiva e uma leitura predicativa de sintagmas adjetivais. Para melhor compreensão dessas leituras/interpretações, observe nos exemplos abaixo os usos atributivos (modificação nominal) e o uso predicativo do adjetivo ‘bonito’:

- (1) a. a menina é *bonita* (predicativo)
- b. a menina *bonita* chegou (atributivo)
- c. a menina chegou *bonita* (predicativo)

¹Estou assumindo como sujeito qualquer sintagma que sature um predicado no nível sintático. E como predicado uma projeção máxima não-argumental que precisa ser saturada (nesta tese, os AP). A definição de quais categorias máximas contam como predicados é mais complexa. Rothstein (2001), por exemplo, assume que categorias máximas como AP, VP, PP etc. são inerentemente predicados. Uma discussão mais completa disso aparece em outros pontos deste trabalho e também em Rothstein (2001) e Heycock (1994), entre outros.

²Uma projeção máxima de um núcleo lexical ou em alguns casos a projeção de um núcleo funcional.

Estou assumindo como hipótese de trabalho que as relações atributivas e predicativas são ambas relações de predicação. A partir disso, minha hipótese central é: as relações de predicação podem ser descritas como relações que se estabelecem entre duas categorias numa relação assimétrica de adjunção (Chomsky Adjunction, cf. Chomsky (1986, 1995) e May (1985) e Kayne (1994)); nessa adjunção, há duas possibilidades de estabelecer o rótulo da categoria máxima da adjunção: ou o predicado (o AP) projeta o rótulo, ou o sujeito (o NP ou o DP) projeta o rótulo da categoria. O predicado AP pode tanto ser adjunto de DP quanto de NP. É por meio dessa diferença de projeção na adjunção, bem como da diferença de qual categoria (se NP ou DP) que entra na relação de adjunção, que podemos formalizar as relações de predicação secundária (predicativo), as relações de modificação nominal (atributivo) e as relações de predicação em *Small Clauses* (predicativo), conforme ilustrado na tabela 1. Também conta nessa distinção (atributivo x predicativo) a relação que o AP estabelece com outras categorias fora da relação de predicação.

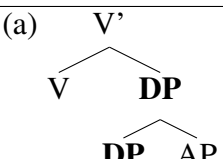
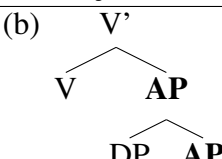
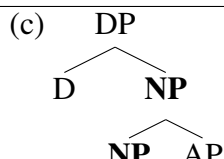
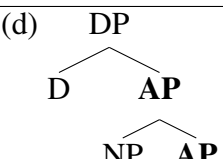
Pred. Secundária	Predicação em SC	Mod. Nominal I	Mod. Nominal II
(a) 	(b) 	(c) 	(d) 

Tabela 1: Proposta de Descrição da Predicação

Esta tese é uma discussão teórica em torno dessas estruturas, bem como de sua cobertura empírica. No entanto, em virtude dos limites tanto de espaço quanto de tempo de um doutorado, esta pesquisa verificará com prioridade a aplicabilidade dessa teoria a dados de construções, cujas descrições podem ser representadas no quadro acima por meio das árvores em (a) e em (b). Farei uma discussão breve da árvore em (c), mas o poder explicativo ou problemas que possam surgir no domínio nominal, apesar de extremamente ricos e interessantes, ficaram para pesquisas futuras. Esta proposta parece ainda prever uma estrutura residual que também foi pouco investigada: um sintagma nominal nu pode ter uma das sub-estruturas de (c) ou (d), sem o núcleo D.³

Esta tese persegue, portanto, a seguinte questão central: as predicações de adjetivo predicativo e adjetivo atributivo podem ser explicadas e unificadas por meio de uma estrutura

³Existe um trabalho de Lúcia Lobato (LOBATO, 1990) que propõe uma estrutura semelhante à (a), negando a existência de SC-adjuntas e defendendo a hipótese de que o AP em construções como as citadas nesta tese, envolvam uma adjunção do AP ao DP. Apesar dessa semelhança com relação a essas estruturas, Lobato mantém a diferença de tratamento das SC complemento e SC adjuntas, o que é diferente da proposta apresentada nesta tese, na medida em que proponho um tratamento unificado da predicação a uma base empírica diferente e maior, apesar de vários pontos de intersecção com os dados da autora. Agradeço a Helena Guerra pela lembrança da existência do artigo em questão.

de adjunção do tipo descrito acima, em que o nível mais ‘alto’ (o rótulo da categoria) é a projeção do predicado ou é a projeção do sujeito? Contudo, como foi dito, foi necessário trabalhar mais detidamente em um sub-recorte; a saber, o que ficou conhecido tradicionalmente por predicativos, como os casos de Predicados Secundários (PS) e de *Small Clauses*(SC).

Mas dessa questão central advêm outras questões, algumas das quais eu estou assumindo afirmativamente como hipótese de trabalho: a) é possível olhar para as relações de um sintagma nominal e um sintagma adjetival (numa relação de modificação nominal, intersectiva) sempre como uma forma de predicação? b) o que leva à diferença de interpretação dos adjetivos atributivos e dos adjetivos predicativos? c) um tratamento unificado é possível, considerando essa unificação como uma relação local, uma adjunção chomskiana?

Com isso, os objetivos desta tese são: (a) apresentar uma descrição detalhada das construções predicativas (predicação secundária e *small clauses*) em PB ; (b) propor uma análise minimalista para elas; e (c) dar um tratamento teórico visando unificar fenômenos que têm sido tratados como não relacionados.

Esta tese está organizada da seguinte forma: no capítulo 1, é apresentada uma discussão rápida da proposta bem como a base empírica e a diferença de interpretação entre sintagmas adjetivos em função atributiva e predicativa; no capítulo 2, procuro descrever as propriedades formais da proposta bem como apresentar um pouco de seu poder descritivo; no capítulo 3, apresento algumas evidências empíricas e o restante das análises dos dados que compõem a base empírica, bem como acrescento novas possibilidades de cobertura a partir de alguns *insights*; no capítulo 4, um diálogo com a literatura sobre o tema; por fim, as considerações finais, com um balanço da pesquisa, bem como perspectivas de estudos futuros.

Destaco o objetivo desta tese de buscar o aperfeiçoamento teórico das relações de predicação dentro da gramática, assumindo os pressupostos do Programa Minimalista de Chomsky (1995). A predicação foi muito discutida na era da GB (Teoria de Regência de Ligação) de Chomsky (1981, *inter alia*, mas questões de parcimônia, elegância e economia derivacional não estavam no centro dos objetivos teóricos da época. Com o Programa Minimalista de Chomsky (1995), este aspecto mudou, mas ainda há poucos trabalhos minimalistas sobre o tema. Desta forma, minha proposta busca estabelecer um diálogo com propostas também minimalistas, como a de den Dikken (2006), sem perder de vista propostas clássicas da GB. Acredito que o trabalho de den Dikken (2006) seja um dos principais trabalhos dentro do programa minimalista a lidar com a predicação. Sendo assim, e apesar de eu reconhecer o trabalho de den Dikken e o caminho trilhado por ele, bem como a sua grande cobertura empírica, um dos objetivos desta tese é apostar na possibilidade de simplificar ainda mais a gramática, utilizando uma

estrutura ainda mais simples e nua, sem o apelo a recursos como núcleos funcionais abstratos para estabelecer o domínio e a relação de predicação.

1 Capítulo: Dados, Predicação e Proposta de Análise

Esta tese é uma investigação sobre as construções predicativas e construções atributivas, tais como predicados secundários (PS) e *Small Clauses* (SC) (minioração ou pequena oração) de um lado e predicados atributivos de outro. Do ponto de vista teórico, esta tese tem como objetivo investigar o quanto o formalismo de adjunção, associado à distinção categoria *versus* segmento de categoria, pode descrever (e explicar) a diferença entre uma leitura atributiva e uma leitura predicativa de sintagmas adjetivais. É um dos objetivos investigar a forma da predicação nesses domínios. No entanto, há uma preocupação primeira em apresentar uma análise estrutural dos predicativos que seja descritivamente adequada, isto é, que vá além da adequação observacional (cf. Chomsky (1964), na medida em que consiga descrever as propriedades da Língua-I, conforme Chomsky (1986b). Nesse sentido, trata-se de uma reflexão teórica sobre a possibilidade de modelagem de um fenômeno observado no mundo objetivo, que são as interpretações que atribuímos a sequências de vocábulos no fluxo linear de um enunciado.

Proponho, então, analisar as construções predicativas e atributivas por meio da adjunção chomskiana (Chomsky Adjunction), uma vez que esse tipo de estrutura permite unificar relações antes tratadas distintamente. Com ela, podemos abordar relações entre um sujeito e um predicado que se estabelecem com um predicado depictivo,¹ com um predicado em estrutura conhecidas por SC e também na relação atributiva (entre um nominal e um adjetivo intersectivo;² modificação nominal) como uma relação de mesma natureza, isto é, mediadas por meio de uma adjunção cujos detalhes técnicos estão melhor detalhados no capítulo 2.

¹Estou tomando os depictivos como um tipo de predicação secundária, nos termos de Rothstein (2001), que descreve o estado de um dos participantes de um evento. Entre o evento e o estado denotado pelo depictivo há concomitância temporal, isto é, o estado descrito pelo depictivo perdura durante todo o tempo de duração do evento (eventualidade) principal.

²Neste momento, não sei se os adjetivos não-intersectivos seriam tratados da mesma maneira. Minha intuição diz que não, mas deixo essa questão para trabalhos futuros. São exemplos de adjetivos não-intersectivos: ‘suposto’, ‘futuro’ etc. e também adjetivos como ‘bela’ em sentenças como “A Celia é uma bela dançarina”.

1.1 Apresentação inicial

Predicados atributivos – principalmente adjetivos – e predicativos ocorrem em muitos ambientes linguísticos, mas faço uma caracterização inicial a partir dos dados abaixo:

- (1) a. A menina bonita chegou (atributivo)
- b. A menina chegou bonita (predicativo)
- c. A menina é bonita (predicativo)

Em (1), o AP ‘bonita’ predica do DP ‘a menina’ tanto em (a), em (b), quanto em (c); o exemplo em (c) é um caso típico de leitura predicativa introduzida pela cópula, no entanto, em (a), ‘bonita’ é um adjetivo atributivo, na medida em que é uma propriedade que distingue o referente de ‘a menina’ de outras meninas consideradas num dado contexto; já em (b), ‘bonita’ descreve um estado do referente de ‘a menina’ que perdura quando do evento descrito pelo predicado principal ‘chegou’. O AP em (a) é chamado de *atributivo*, o AP em (b), de *predicativo* e é também tratado por *predicado secundário depictivo* e o AP em (c), de predicativo também.

As interpretações atributivas e predicativas também podem estar associadas a uma sequência linear única, no Português Brasileiro (PB). A essa sequência linear estariam relacionadas duas descrições estruturais diferentes relativas a cada uma das interpretações discutidas aqui. Para ilustrar, observe a sequência de termos grifada abaixo:

- (2) a. O João comeu a carne crua
- b. A menina encontrou o relógio quebrado

Na sequência em destaque,³ as duas interpretações observadas nos dados em (1) são possíveis. Assim, temos um enunciado ambíguo,⁴ uma vez que essa mesma sequência pode estar associada a duas diferentes descrições estruturais (sentenças) e, portanto, a duas interpretações semânticas.

Dados como os apresentados em (2) formam a base empírica da presente tese, e sobre eles recai toda a motivação explicativa de minha proposta de análise da predicação secundária no PB, conforme descrito rapidamente na introdução e na seção 1.4 deste capítulo.

³Uma discussão sobre focos nessas estruturas é realizada na página 116.

⁴Usarei informalmente o termo “enunciado ambíguo” ou “sequência ambígua” para situações em que um enunciado possa estar associado a duas sentenças – ou a duas descrições estruturais, as também chamadas gerações fortes.

Ilustrando ainda a ambiguidade no PB, uma comparação com dados do inglês mostra que as diferentes interpretações resultam de diferentes ordens:

- (3) a. *John ate the meat raw*
 John comer+PAST o carne cru
 Sentido: “A carne estava crua quando John a comeu”
- b. *John ate the raw meat*
 John comer+PAST o cru carne
 Sentido: “Dentre as carnes disponíveis, John comeu a carne a crua”

No dado em (3-a) acima, o adjetivo ‘raw’ segue o DP ‘the meat’, nesse caso temos a leitura predicativa; no dado em (3-b) o adjetivo vem antes do núcleo do sintagma nominal (entre o determinante e o núcleo), o que leva a leitura atributiva.⁵

Em alemão, essa distinção é ainda mais evidente, uma vez que o predicativo se apresenta na mesma ordem do inglês (pós-nominal) e também não traz marcas de concordância de gênero (nem de gênero, nem de número), o que o distingue dos atributivos que se realizam antes do núcleo nominal e adicionalmente apresenta marcas de concordância:

- (4) a. *João ass das Fleisch roh*
 João comeu a carne cru
 Sentido: “A carne estava crua quando João a comeu”
- b. *João ass das rohe Fleisch*
 João comeu a crua carne
 Sentido: “Dentre as carnes disponíveis, João comeu a carne a crua”

Vemos então que esses dados não são ambíguos no inglês, nem no alemão. De qualquer forma, essas línguas nos mostram claramente que cada leitura está associada a uma descrição estrutural distinta.

Além disso, há ainda outras sequência parecidas com o dado em (2), mas desta vez não observamos a mesma ambiguidade:⁶

- (5) a. *John considers that boy smart*
 b. *A Joana considera seus alunos inteligentes*

⁵Estou usando o símbolo PAST para indicar forma morfológica de tempo pretérito.

⁶Acredito que seja indiferente para este trabalho o fato de eu usar a sequência *artigo definido + nome próprio*. Trata-se de uma variação linguística indiferente para o que é discutido nesta tese.

O dado (5-a) não é ambíguo, porque a sequência “*that boy smart*” é selecionada pelo verbo; por outro lado, verbos transitivos como ‘comer’ não selecionam uma *estrutura de predicação* (EP). Esses verbos s-selecionam uma entidade e c-selecionam um DP; já verbos como ‘considerar’ têm sua estrutura gramatical diferente: essa diferença tem sido tratada de duas formas na literatura: Stowell (1981, 1983), Rothstein (1983, 1995, 2001), entre tantos outros, defendem que verbos do tipo de ‘considerar’ selecionam uma proposição, uma S, ou uma SC; por outro lado, autores como Williams (1980, 1983) e Carreira (2008), entre outros, defendem que verbos como ‘considerar’ são verbos de complementação dupla, cuja estrutura argumental seria semelhante à dos verbos de complementação dupla típicos, como ‘dar’ e ‘entregar’. Isto é, o verbo ‘considerar’ tomaria dois complementos internos, o DP e o AP predicado, no enunciado “O Felipe considera a Duda inteligente”. Por isso, seriam complementos do verbo tanto o DP ‘a Duda’ quanto o AP ‘inteligente’.

Um dos argumentos que justificam a análise de que verbos, como ‘considerar’, c-selecionam um constituinte (uma Small Clause) vem do padrão de acarretamento⁷ apresentado abaixo – argumentos de Rothstein (1995, 2001, 2004):

- (6) a. O Felipe comeu a carne crua
 b. →O Felipe comeu a carne
 c. #O Felipe comeu a carne crua, mas ele não comeu a carne
- (7) a. A Joana considera seus alunos inteligentes
 b. #A Joana considera seus alunos
 c. A Joana considera seus alunos inteligentes, mas ela não considera seus alunos.

O dado em (6-a) acarreta (6-b), por isso o dado em (6-c) é anômalo semanticamente, pois se afirma uma contradição. Por outro lado, o padrão inverso é encontrado nos dados com o verbo ‘considerar’, isto é, não se observa o acarretamento de (7-b) a partir de (7-a), portanto, em (7-c) não há uma contradição.⁸ Assim, para a autora, o sujeito de uma SC não é c-selecionado

⁷ Acarretamento é nome de uma relação entre sentenças: **uma sentença α acarreta uma sentença β , se e somente se, para todo contexto em que um enunciado de α for verdadeiro, um enunciado de β também será verdadeiro; e para todo contexto em que um enunciado de β for falso, um enunciado de α também será falso.** Em outros termos, Swart (1998) ilustra essa definição: “*The central truth relation defined over sentences is ‘entailment’. One sentence is said to entail another if the truth of the first guarantees the truth of the second, and the falsity of the second guarantees the falsity of the first*” (SWART, 1998, p. 34).

⁸ Há que se observar, porém, a ocorrência de uma ambiguidade lexical, pois em português temos dois verbos ‘considerar’. Um deles é sinônimo de ‘julgar’ e o outro é sinônimo de ‘respeitar’ ou ‘levar em conta’, como na frase “*Eu considero muito meus alunos*”. Por conta disso, esse teste fica bastante comprometido. Mas podemos refazer os testes da autora utilizando o verbo ‘querer’ e ficará mais fácil compreender de que forma o argumento funcionaria. Por exemplo, “*A Joana quer seus alunos inteligentes*” não acarreta “*A Joana quer seus alunos*”. Esse não acarretamento, a autora atribuiria ao fato de haver diferentes seleções semânticas nas duas sentenças com o

pelo verbo e, por isso, não há o acarretamento. Portanto, verbos como ‘considerar’ selecionam uma EP, a SC.

É importante observar que esse tipo de argumentação não é direta e apenas nos dá alguma evidência da estrutura. Não é possível inferir a partir desses padrões de acarretamento a estrutura associada a sentenças desses verbos, conforme argumentei em Carreira (2008). Nesse trabalho defendi que o verbo como ‘considerar’ estariam associados a uma estrutura de objeto duplo, como disse acima.

De qualquer forma, ambas as análises explicam adequadamente a não-ambiguidade observada nos usos desses verbos. É importante notar que isso não significa que a sequência grifada em (5) não possa ser também descrita como um DP-complexo; isso é possível, mas nesse caso a ausência do AP predicativo leva a uma não-sentença. No exemplo “*a Joana considera [SC [DP seus alunos inteligentes] [AP dedicadíssimos]]*”, a omissão do AP ‘dedicadíssimos’ levaria a inaceitabilidade ou à interpretação de ‘considerar’ como outro verbo, que significaria “levar em conta”, “ter respeito por”, a ainda a reinterpretar a sequência, dando a ela uma nova estruturação, já que no ‘parsing’ desse dado é possível atribuir a ele uma estrutura que toma o ‘inteligente’ como o AP que expressa o julgamento que o sujeito de ‘considerar’ atribui ao referente do DP ‘seus alunos’.

Assim, em virtude das diferenças de interpretação e dos diferentes dados apontados, pode-se perguntar por que uma teoria unificada dos predicativos e atributivos seria interessante. Acredito que essa distinção atributivo e predicativo seja uma propriedade de configurações que envolvem sintagmas predicadores⁹ e descrever essa diferença pode nos oferecer *insights* muito importantes a respeito de vários outros aspectos da gramática, por exemplo, sobre as teorias de complementação, de seleção de argumentos e mesmo sobre as teorias do sistema computacional da linguagem *CHL*. Isso se daria porque a distinção proposta nesta tese usa de formalismos de relações estruturais, tais como: c-comando, dominância por categoria e por segmento de categoria, além da constituição (se houver) de expressões ou construções predicativas.

Vale notar que esta tese se insere na discussão geral sobre SC e PS. Ela pretende mostrar um novo caminho para o debate sobre as SC, por fornecer um tratamento que: (i) não se utiliza de rótulos “curingas” (curinga, porque propostas como a de Stowell (1995) ou Aarts (1992) chamam essa estrutura de SC, mas na verdade Stowell propõe que SC seja um AP máximo; por sua vez, Aarts prefere não discutir a categoria do rótulo); (ii) assume a propriedade

verbo ‘querer’. Na primeira, ‘querer’ seleciona uma proposição instanciada na sintaxe por um constituinte do tipo SC; já na segunda o verbo ‘querer’ selecionaria um indivíduo, instanciado na sintaxe por meio do DP.

⁹Estou usando como estudo de caso os sintagmas adjetivais, mas acredito que as discussões propostas nesta tese são facilmente aplicáveis a outros predicados.

da endocentricidade da teoria X-Barra,¹⁰ como em Rothstein (2001); (iii) evitaria de se propor, para estabelecer a relação de predicação, núcleos funcionais específicos, como *Pred* de Bowers (1993, 2001), ou núcleos funcionais abstratos ou *placeholders*, como o *Relator* de den Dikken (2006). Isso porque esta tese defende que a predicação seja uma adjunção bastante simples.

Com isso, esta tese busca propor um tratamento dos dados compatível com uma teoria de atribuição de papel temático e de seleção, por tratar a atribuição/checagem de papel temático como um dos motivadores das operações de *merge* (CHOMSKY, 2000). Por conta disso, também, esta é uma tese que implementa e testa um tipo específico de adjunção e de mecanismos de projeção nas operações de *merge*.

Utilizo ‘*construção predicativa*’ como um termo geral para caracterizar estruturas de predicação que ocorrem numa sentença e que se opõem à predicação estabelecida no domínio do IP ou do TP. Para esta última, tenho utilizado informalmente a expressão ‘*predicação da frase*’, que lembra o conceito tradicional da relação sujeito-predicado. E uso também o termo ‘*construção atributiva*’ para me referir à modificação nominal, isto é, à estrutura de predicação em que ocorre um adjetivo atributivo intersectivo.

Nas próximas subseções, apresento alguns problemas empíricos que motivam esta tese, na medida em que eles criam dificuldades para as análises clássicas. Apresentarei rapidamente o que chamo de Paradoxo de Constituição, alguns dados que parecem exigir do AP predicativo que ele seja adjacente ao que venho chamando de sujeito de um PS, e dados de construções que tenho chamado de SC-complexas e Copulares Complexas.

1.1.1 O Paradoxo de Constituição

Esta seção apresenta, a partir de Carreira (2008), um paradoxo de constituição que resulta do fato de as análises clássicas postularem que os predicados secundários não formam constituinte com seu sujeito. Por exemplo, Rothstein (2001) postula *a condição de não constituição* do predicado secundário e seu sujeito (o complemento do verbo). Já Stowell diz que os AP predicativos de complemento de verbos (ou de sujeito de frase) formam uma SC adjunta com um sujeito não pronunciado,¹¹ isto é, na posição de sujeito da SC haveria um *PRO*. Por sua vez, Williams (1980) postula uma estrutura ternária composta do núcleo V, do objeto do verbo e do predicativo.

Para ilustrar esse problema, observe o dado abaixo:

¹⁰Talvez possamos afirmar que essa propriedade perde um pouco de força com as operações de *merge* já que o rótulo projetado pode ser de diferentes naturezas, conforme Chomsky (1995).

¹¹Não contam aqui os casos de SC complemento de verbos do tipo de ‘considerar’.

- (8) a. John ate *the meat raw*

A sequência em destaque é o que estou chamando de construção predicativa. As análises clássicas desses dados seguem abaixo (estou considerando apenas o VP e ignorando a hipótese do sujeito interno ao VP):

Rothstein (1983)	Stowell (1983)	Williams (1980)
	<p>(b)</p>	

Tabela 1.1: Análises Clássicas: Stowell, Rothstein e Williams

Vale notar que Rothstein (2001) apresenta, para o predicado secundário do objeto, uma análise semelhante à de Williams (1980) acima, uma estrutura ternária. O que é importante observar em todas as análises é a ausência de um constituinte formado exclusivamente do AP e do DP. Tomando a não constituência do PS e seu sujeito como uma propriedade das propostas em discussão, considere o dado abaixo do PB:¹²

- (9) [**esse bife mal passado**]_i eu até comeria ...*t_i*..., mas [**ele cru**]_j eu não como ...*t_j*... de jeito nenhum

Esse dado ficou conhecido por levar as análises clássicas a um paradoxo de constituência, uma vez que, na análise de Stowell (1981, 1983, 1995) e de Rothstein (1983), o AP predicativo não formaria um constituinte com o seu sujeito (o DP ‘esse bife’ e o DP ‘ele’ – o complemento de V) e estaria adjungido ao VP; já na análise de Williams (1980) e também de Rothstein (2001, 2004), o AP seria uma categoria irmã de V (ou filha de V’) e não formaria com o DP complemento (seu sujeito) um constituinte. Assim, o que é importante observar é que no dado acima, tanto a sequência “esse bife mal passado” quanto “ele cru” são sequências deslocadas de seu lugar inicial, conforme indicado pelos vestígios indexados. A presença da estrutura deslocada pressuporia o movimento de um constituinte que dominasse exhaustivamente tanto o DP quanto AP e nada mais.

¹²Esse dado me foi indicado por Marcelo Barra Ferreira (USP) durante o exame de qualificação de meu Mestrado, em 2008.

É justamente o fato de esse movimento pressupor um constituinte que coloca um problema para as análises clássicas que não postulam a constituição do predicado secundário e seu sujeito na estrutura que dá base à sentença apresentada acima.

Podemos, então, a partir do paradoxo de constituição, propor o seguinte problema: que estrutura satisfaria (i) a localidade da predicação? (ii) a localidade de atribuição de papel temático por parte do núcleo verbal que no exemplo seleciona o DP “a carne”? e ainda (iii) a constituição necessária para respeitar o princípio de que somente constituintes inteiros são movidos?

O Paradoxo de Constituição é uma questão bastante importante para esta investigação. Foi a busca por uma solução que me fez pensar numa proposta que driblasse a condição de não-constituição sobre PS (mais sobre essa condição na página 73).

O AP e o DP não foram movidos independentemente

Há no entanto um problema residual sobre essa questão. As questões propostas sobre o paradoxo de constituição somente se sustentam na medida em que assumimos que a construção predicativa em destaque, em (9), seja resultado de um único movimento. Quero dizer que precisamos descartar que seja possível mover o AP e depois o DP em dois movimentos separados. Considerando essa possibilidade, poderíamos esperar que pudéssemos colocar entre esses dois possíveis constituintes independentes um interventor, um advérbio com escopo fora da expressão predicativa. Para tanto, observe o dado abaixo:¹³

- (10) * [esse bife]_j com certeza [mal passado]_i eu comeria ...*t_j*...*t_i*..., mas [ele]_k de jeito nenhum [cru]_k eu não como ...*t_l*...*t_k*...

Como esperado, o dado em (10) é bastante ruim se considerarmos apenas a leitura relevante, isto é, aquela em que a expressão adverbial ‘com certeza’ tem escopo sobre o verbo ‘comer’. No entanto, a única leitura disponível (bastante degradada) é aquela em que ‘com certeza’ tem escopo sobre ‘mal passado’. Estou tomando este fato como uma evidência de que ‘esse bife com certeza mal passado’ (e por extensão ‘esse bife mal passado’ sejam, no dado acima, dominados exhaustivamente por um único nó e de que formem, portanto, um constituinte. Veja que mesmo nessa interpretação, esse dado tem uma aceitabilidade muito ruim (se não for completamente inaceitável). A proposta da discussão em torno desse dado é verificar se seria possível colocar um advérbio de VP entre o sujeito e o predicativo, para testar se houve um movimento único da

¹³Esse dado foi apresentado por Maximiliano Guimarães, durante o exame de qualificação desta tese.

expressão predicativa, ou dois movimentos em separado. A partir do teste acima, podemos ver que não é possível colocar o advérbio naquela posição, o que nos dá uma boa evidência de que se trata de um único movimento.

Há ainda um segundo dado que poderia questionar a hipótese de que a expressão predicativa forma um único constituinte.¹⁴ Considere o exemplo abaixo:

- (11) ??Essa gororoba com garfo eu até comeria, mas ela com a mão eu não como de jeito nenhum

O dado em (11) seria resultado de transformações sobre o dado (ou sua descrição estrutural) abaixo:

- (12) Eu até comeria essa gororoba com garfo

Sabe-se que esses adjuntos instrumentais, como ‘com garfo’ e ‘com a mão’, em (11), são adjuntos de VP. Assim, na interpretação do PP como instrumento, não há um constituinte formado a partir do DP ‘essa gororoba’ e do PP ‘com garfo’. No entanto, minha investigação mostrou-me que é muito difícil essa interpretação, quando a expressão “essa gororoba com garfo” está na periferia esquerda da sentença. Consegue-se apenas e marginalmente a interpretação em que ‘com garfo’ desempenha a função atributiva ou predicativa, isto é, como modificador do DP ‘essa gororoba’. Trata-se de um bom resultado que dá evidências de que esta tese tem alguma plausibilidade, uma vez que esse fato corrobora que o AP deva estar mais encaixado no VP e ainda formar com seu sujeito um constituinte.

A única forma de conseguir, de forma bastante marginal, a interpretação de PP ‘com garfo’ com semântica de instrumento na ordem apresentada em (11) seria com uma prosódia demasiadamente marcada que criaria fronteiras claras entre o DP e o PP.

Sendo assim, estou assumindo nesta tese que dados de construções predicativas movidas para a periferia esquerda da sentença (por foco contrastivo, provavelmente), como o que foi apresentado aqui, conhecidos por levar a um paradoxo de constituência, envolvam apenas um movimento.¹⁵

¹⁴Esse dado me foi proposto por Patrícia Rodrigues durante o exame de qualificação desta tese.

¹⁵Além do fato de se mover apenas um constituinte, é importante notar que não se trata de movimento de VP de onde se extraiu o verbo, o núcleo de VP (via *remnant movement*). Essa foi uma questão proposta por Esmeralda Negrão durante a Banca de Defesa. Tenho, no entanto, alguma evidência de que não se trata de movimento de VP, pois neste caso o esperado seria contraste de VP (por exemplo: *emprestar a caneta para Maria, o João emprestou (mas...)* – cf. Bastos (2001)) que teria como uma semântica de contraste de eventos. Assim, o que estaria sendo focalizado se se tratasse de um movimento de VP, seria “comer o bife mal passado”, *versus* “comer o bife cru”, no

Na próxima seção, apresento outros dados cujas expressões predicativas sofreram o mesmo tipo de movimento. Os dados serão apresentados a partir dos seguintes verbos: *considerar*, *deixar*, *querer*, *ver*, *contratar/fotografar*. Estes verbos compõem ou representam as diferentes classes de verbos estudadas em Carreira (2008).

-

Movimento da estrutura de predicação (EP) em outros contextos verbais

Vale notar ainda como essas possibilidades de movimento ocorrem em outros tipos de construções do PB. Em Carreira (2008), trabalhei com predicativas adjetivais em sentenças organizadas a partir de cinco grupos de verbos, representados por ‘ver’, ‘considerar’, ‘querer’, ‘comer’, ‘deixar’. O paradigma abaixo está aqui para mostrar como esse movimento das expressões predicativas, em contexto de foco, interage com cada um desses grupos de verbos.¹⁶

- (13)
- a. ??O Ronaldinho bom de bola, eu até considero, mas ele gordo eu não considero de jeito nenhum
 - b. ??A Sheron Stone bonita, eu até considero, mas ela linda eu não considero de jeito nenhum
 - c. A Sheron Stone semi-nua, eu até fotografo, mas ela nua eu não fotografo de jeito nenhum
 - d. A Sheron Stone grávida, eu até contrataria, mas ela depressiva eu não contrato de jeito nenhum
 - e. A Sheron Stone grávida, eu até deixaria, mas ela triste eu não deixo de jeito nenhum
 - f. A Sheron Stone grávida, eu até quero, mas ela depressiva eu não quero de jeito nenhum
 - g. A Sheron Stone grávida, eu até vi, mas ela depressiva eu nunca vi.

Observe que o comportamento é bastante semelhante, exceto o verbo ‘considerar’ que parece apresentar uma aceitabilidade mais comprometida. Acredito que isso não crie problemas para minha tese, uma vez que a grande questão vem apenas daqueles contextos em que a literatura consensualmente não postulou a constituição da construção predicativa. As conclusões de Car-

entanto, a semântica que se observa é a de contraste dos estados de “o bife”.

¹⁶Essa possibilidade não foi contemplada em minha dissertação de mestrado, Carreira (2008). Não só porque esse dado me foi apresentado por Cilene Rodrigues no final de 2012, mas também porque, naquele contexto, somente os verbos do grupo de ‘contratar’ ofereciam uma questão mais clara para a constituição.

reira (2008) apontavam para construções a partir da classe do verbo ‘comer’ (como ‘contratar’ e ‘fotografar’ acima) e do verbo ‘considerar’ como casos que não envolveriam formação de uma SC. A questão do verbo ‘considerar’ não apresentar uma SC complemento (não constituência, portanto) como defendi em Carreira (2008) é uma discussão diagonal aqui. O que venho defendendo aqui é um caminho alternativo.

O fato de o verbo ‘considerar’ ter uma aceitabilidade ruim quando se move a SC e não permitir o movimento não surpreende. Vários autores assumem que as SC complementos envolvam a formação de um constituinte (cf. Stowell (1981), Heycock (1994), Chomsky (1981), Rothstein (2001), den Dikken (2006), para citar apenas alguns autores), no entanto, como apresentado abaixo, o movimento também não é possível:

- (14)
- a. *[John foolish]_i was considered *t_i* (Rothstein, 2001, p. 120)
 - b. *[John foolish]_i is what you considered *t_i* (Rothstein, 2001, p. 120)
 - c. *[John a fool]_j I do not consider *t_j* (Den Dikken, 1995, 47)
 - d. *[Who foolish]_j do you consider *t_j* (Den Dikken, 1995, 47)

Este também é o caso do PB:

- (15)
- a. *O menino inteligente foi considerado
 - b. *O menino inteligente é o que foi considerado
 - c. *O menino inteligente eu não considero
 - d. *Quem inteligente você considera?

Com o que vimos nesta seção, podemos assumir com alguma tranquilidade que há um constituinte movido que representa o que estou chamando de construção predicativa, uma vez que esse constituinte é passível de movimento em várias construções do PB, como apresentado acima. O fato das construções com ‘considerar’ ter aceitabilidade ruim em dados de movimento, pode ser atribuído a outros fatores, além da constituência.¹⁷

Na próxima subseção, apresento mais um argumento a favor da hipótese de que o AP predicativo está bastante encaixado no VP, isto é, está abaixo do nível de V’.

¹⁷Esses fatores não são investigados aqui, mas remeto o leitor a den Dikken (1995) e a Rothstein (2001) para uma discussão.

1.1.2 Necessidade de Adjacência do PS e Seu Sujeito

Além do Paradoxo de Constituinte, alguns outros dados têm motivado a investigação desta tese. O dado que apresento nesta seção cria dificuldades para as abordagens que afirmam que o predicado secundário é adjunto de VP. Esse dado vem de Rothstein (2001). Ela argumenta que o PS precisa estar adjacente a seu DP sujeito. Estou chamando esse fenômeno de *necessidade de adjacência do PS*:

(16) [Rothstein (2001, p. 125)]

- a. John eats the carrots raw with his fingers
- b. ?John eats the carrots with his fingers raw

Para construir sua argumentação, a autora cita Bresnan (1982), a qual defende que “os modificadores instrumentais como ‘*with his fingers*’, embora não sejam subcategorizados pelo verbo, são argumentos introduzidos por meio de uma regra lexical de *instrumentalização*”. Trata-se, ao meu ver, de um modificador que se adjunge ao VP (mais alto na estrutura, portanto). Dito isso, conforme a autora, se o dado em (16-a) acima é preferível, “isso é uma boa evidência de que o predicado secundário seja gerado no nível argumental e preferencialmente adjacente ao argumento do qual ele predica”.¹⁸ Por sua vez, no dado em (16-b) o predicado secundário estaria *scrambled*, movido. Por esse motivo, sua aceitabilidade é levemente degradada, conforme a autora.

Estou tomando, assim, o fato apresentado pela autora, também como evidência de que podemos tratar o PS como um adjunto do DP complemento de V, já que isso também é compatível com o que a autora apresenta.

1.1.3 Copulares Complexas com Predicado Secundário

Outro dado que coloca fortes desafios às análises clássicas tem a ver com o que foi batizado de Copulares Complexas por Rodrigues e Foltran (2013) e anteriormente de Small Clause Complexa por Foltran, Rodrigues, Carreira e Moreira (2012). Abaixo apresento um paradigma do que estou chamando de Copulares Complexas com uma predicação secundária:

(17) a. a Maria é chata bêbada

¹⁸ Ambas as citações entre aspas deste parágrafo são traduções minhas. Para o original, ver p. 125 de Rothstein (2001). Apesar de eu estar usando aqui o termo selecionar – o verbo s-seleciona/c-seleciona – a autora usa o termo ‘subcategoriza’.

- b. a Maria bêbada é chata
- c. bêbada, a Maria é chata
- d. *chata, a Maria é bêbada

As dificuldades para as análises clássicas se dão, porque, no dado acima, há duas predicções da qual o DP ‘a Maria’ participa (com os predicados AP ‘bêbada’ e ‘chata’). Também é importante notar que o AP ‘chata’ apresenta marcas de concordância de gênero e de número, relativas ao DP ‘a Maria’. Por conta das duas predicções e também das marcas de concordância, fica difícil estabelecer as relações de localidade, como c-comando mútuo e ainda gerar as diferentes ordens, bem como cada uma das leituras associadas a cada ordem.

A proposta que tenho em mente, apesar de não ser a única possível, busca resolver essas dificuldades e ainda compatibilizar a análise desses dados assumindo que o verbo ‘ser’ seja um verbo copular, que se comporta, em muitos aspectos, como um verbo de alçamento, isto é, que toma uma SC como complemento. Vou tratar a cópula aqui somente como um verbo de alçamento.

1.1.4 Copulares Complexas com Dupla Small Clause

Outro conjunto de dados semelhantes aos apresentados acima são as Copulares Complexas com dupla SC, também chamada de SC complexa por Rodrigues e Foltran (2013). Esses dados contrastam com as Copulares Complexas por apresentarem o predicado ‘chato’ como um predicado de uma eventualidade e pelo AP não apresentar marcas de concordância (nem de número, nem de gênero):

- (18)
- a. a Maria bêbada é chato
 - b. *a Maria é chato bêbada
 - c. *bêbada, a Maria é chato
 - d. *chato, a Maria é bêbada

As ordens permitidas pelas SC-complexas são muito mais restritas que as Copulares Complexas, além de não apresentar marcas no AP ‘chato’:

- (19)
- a. Os alunos bêbados é chato / insuportável
 - b. As alunas bêbadas é chato / insuportável

Não é simples acomodar esse dado nas análises clássicas, como a de Stowell (1981, 1983). Para isso seria preciso assumir que a possível SC ‘a Maria bêbada’, seja sujeito de outra SC cujo predicado é o AP ‘chato’ (cf. Rodrigues e Foltran (2013)). Trata-se de uma análise que tem alguma plausibilidade, uma vez que as possibilidades de ordem são bastante restritas, como demonstrado acima.

Apesar da possibilidade de acomodar esse dados nas análises clássicas, esse também é um dado importante para esta tese. Isso se dá porque eles me permitem apresentar evidências para as diferenças de projeção na adjunção que estou propondo e também discutir as diferenças de projeção na relação de predicação. É justamente a diferença de projeção (entre outros aspectos) que me permite distinguir as SC dos PS.

1.1.5 Elipses de VP

Além das questões e problemas impostos pelos dados acima, é importante notar que se houver boas evidências para as análises que postulam a altura do predicado secundário como um adjunto de VP, teremos de nos perguntar por que o AP (no dado abaixo) não pode ser substituído nos testes clássicos de substituição de VP, conforme o teste abaixo:

- (20) a. O João comeu o bolo *com o garfo* e a Maria também *com a colher*
b. *O João comeu a carne crua e a Maria também bem passada

Acredito que, assim como o dado apresentado por Rothstein (2001) sobre a Adjacência do PS, as elipses de VP nos deem alguma boa evidência de que o PS fique mais encaixado na estrutura do VP e, conforme os dados de adjacência, o predicado secundário deve ficar abaixo do nível de V’.

No capítulo 3, seção 3.2, discuto os problemas potenciais das afirmações que faço aqui. Principalmente, porque o dado abaixo parece colocar em dúvida as conclusões construídas aqui. No entanto, como veremos, esses dados, apesar de se apresentarem superficialmente de forma muito semelhante aos caso de elipse de VP, eles configuram na verdade um outro tipo de elipse, em que somente o núcleo V é apagado (elipse lacunar).

- (21) a. O Pedro comeu a carne e o Carlos a cenoura (~~comeu~~ cenoura)

Observe o contraste apontado:

- (22) a. O Pedro comeu a carne e o Carlos a cenoura (~~e~~~~comeu~~ cenoura) (Elipse Lacunar)
 b. *O Pedro vai comer a carne e o Carlos vai cenoura (~~e~~~~comer a carne~~)(Elipse de VP)

Nesse sentido, acredito que os dados listados e discutidos acima coloquem questões importantes sobre as abordagens que tratam o PS como adjunto de VP – como Rothstein (1983) e Foltran (1999) –, ou como uma SC adjunta de VP, como Stowell (1981, 1983). Assim, uma proposta como a que construo aqui apresenta um novo caminho de análise desses dados.

1.1.6 Predicados Secundários de Complementos de Preposição

Por último, a abordagem que postula a adjunção de AP predicado secundário a um nível de VP vai ter sérias dificuldades se o dado em (23) abaixo, além de apresentar a leitura de modificador nominal associada ao predicado AP ‘avariado’, apresentar também a leitura de predicativo depictivo.¹⁹ Tenho chamado esse dado de *Predicados secundários de Complementos de P (PP-adjuntos ou PP-argumentos)*:

- (23) a. João enviou o e-mail com o computador *avariado*
 b. Com o computador *avariado*, não vamos entregar o trabalho em tempo

O problema que o dado em (23) coloca é o seguinte: o AP ‘avariado’ precisa estar numa relação local com seu sujeito, o DP ‘o computador’. Essa relação local tem sido definida como c-comando mútuo. No entanto, observe que o DP é complemento de uma preposição, o que vai obrigar a localidade dentro (ou abaixo) do domínio do PP e não fora dele. Assim, esse AP precisa estar encaixado no PP.

Cada um dos dados discutidos acima coloca alguma dificuldade para as teorias clássicas de *Small Clauses* e Predicados Secundários, uma vez que essas teorias postulam que AP esteja adjungido ao VP e exigem, ao mesmo tempo, condições estruturais como c-comando mútuo ou c-comando do sujeito sobre o predicado AP (Williams, 1981).

Na próxima seção, são apresentados alguns detalhes de minha proposta de análise, cuja apresentação completa pode ser encontrada no Capítulo 2.

¹⁹Lembre-mos: os depictivos são um tipo de predicação secundária, nos termos de Rothstein (2001), que descreve o estado de um participante de um evento.

1.2 A tese da Tese

Uma adjunção simples, que envolva a projeção do segmento da categoria de uma das categorias na relação de adjunção, pode unificar relações entre um nominal (ou sintagma nominal) e um adjetivo, tomadas ou como uma relação predicativa ou como um relação atributiva – relações predicativas como a predicação secundária e a predicação primária numa *Small Clause* e relações atributivas como a modificação nominal. Essa estrutura de adjunção, conforme proposta aqui, é capaz de unificar essas relações antes concebidas como relações distintas e com isso simplificar a teoria da gramática.

Assim, as relações entre um predicado depictivo e seu sujeito (*antecedente* para Himmelmann e Schultze-Berndt (2005)), conhecidas por predicação secundária; entre um sujeito e um predicado numa SC complemento; e entre adjetivo atributivo (modificador nominal) e um NP são relações sintáticas de predicação. Essas relações podem ser descritas por meio das descrições estruturais apresentadas na tabela 1 repetida abaixo como tabela 1.2:

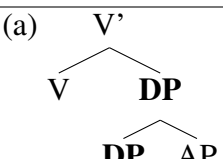
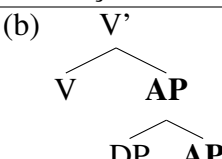
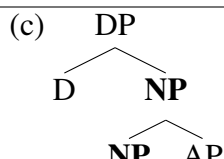
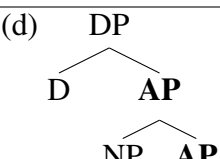
Pred. Secundária	Predicação em SC	Mod. Nominal I	Mod. Nominal II
(a) 	(b) 	(c) 	(d) 

Tabela 1.2: Proposta de Descrição da Predicação

Nas descrições estruturais presentes na tabela 1.2, quando há modificação típica de adjuntos adnominais (c), o NP projeta (atributivo); quando há uma relação entre um depictivo e seu sujeito, o DP projeta (a);²⁰ e quando há uma SC, o predicado projeta (b). No entanto, ainda é possível o predicado projetar, mesmo no caso em que a EP seja selecionada por um núcleo determinante como o D, como em (d). Essa última possibilidade não foi investigada nesta tese, pois se trata de uma estrutura interna ao DP e, por limitação de tempo e espaço, essa possibilidade ficou para pesquisas futuras.²¹

Estou propondo, portanto, que a diferença estrutural entre modificação nominal por adjetivos atributivos/restritivos (em um DP-complexo) e a construção predicativa (predicação secundária e SC complemento) – o que Stowell (1981, 1983) chamou de SC-adjunta²² – seja o

²⁰Como citado na nota 3 da Introdução, uma estrutura semelhante para os predicados secundários depictivos (SC-Adjunta) foi proposto por Lobato (1990).

²¹Como apontou Esmeralda Negrão (comunicação pessoal), a estrutura em (d) pode acomodar também construções apositivas (ex. os japoneses industriais venceram - cf. Negrão, 1992)

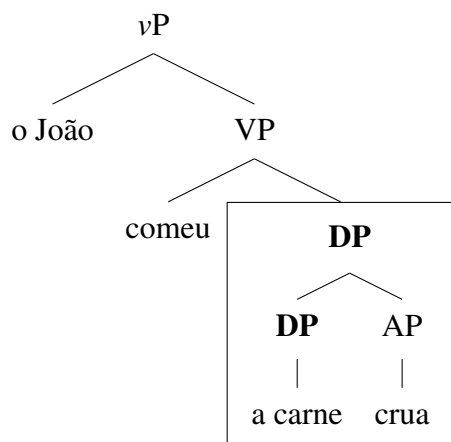
²²Rothstein afirma que o predicado secundário é apenas um AP-bare (AP-nu) e não uma SC adjunta; no entanto, Rothstein (2001) precisa de uma estrutura ternária abaixo do nível de V' para formalizar a relação de predicação entre o PS e seu sujeito.

nível em que essa adjunção ocorre: na atributiva, o AP se adjunge a um nível de N (por exemplo, NP) e o NP projeta; e, na predicativa, o AP se adjunge ao DP e, nesse caso, o DP projeta. Por sua vez, na SC complemento, o AP também se adjunge ao DP, mas, nesse caso, o AP projeta. Dito de outro modo, pode-se afirmar que, tanto na relação atributiva quanto numa relação de predicação secundária, o AP se adjunge à estrutura nominal (ao NP, ou à projeção funcional de NP – o DP)²³ e a diferença está apenas no nível da adjunção; já numa SC-complemento, o DP se adjunge ao AP, o contrário portanto.

Porém, vale notar que se trata de relações locais de mesma natureza, havendo apenas diferenças de níveis – diferença de qual elemento projeta e também de qual núcleo se relaciona com a estrutura de predicação (EP). Isso não exclui a possibilidade de haver sobre a SC no formato proposto aqui algum núcleo funcional responsável por outras distinções, principalmente distinções aspectuais.

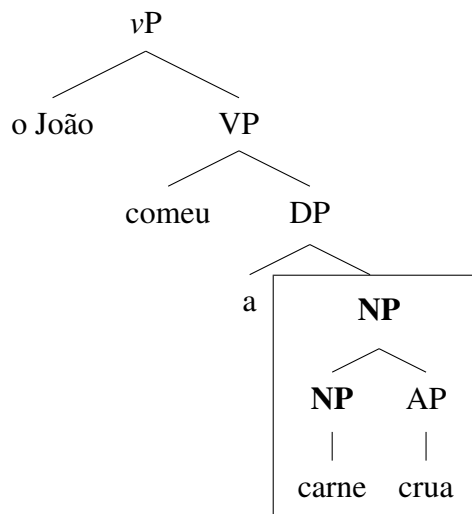
Um exemplo inicial de implementação, tomando como exemplo os dados “O João comeu a carne crua” e “O João considera a carne crua”:

(24) [*Predicação Secundária do Objeto*]

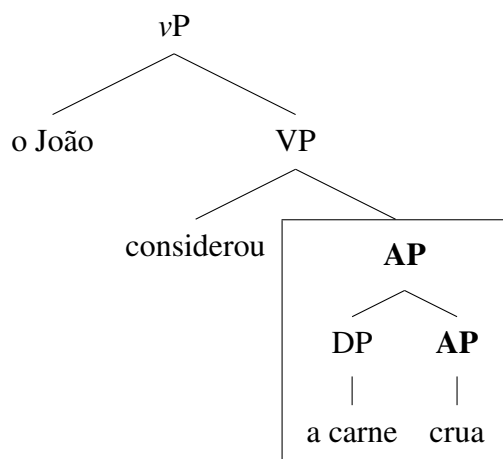


²³Não me parece impossível haver SC formadas a partir de NP e de AP, em que o NP esteja nu. Esse tema não foi contemplado nesta tese. Seria uma versão de (b) na tabela 1.2. Dados como “homem nu é preso em Porto Alegre” ou “homem nu é o tipo de situação que eu não quero encontrar” talvez possam ser analisados por meio dessa estrutura.

(25) [*Modificação dentro do DP-complexo*]



(26) [*Predicação numa SC*]



A diferença na representação do predicado AP em posição predicativa e do predicado AP em posição atributiva é formalizada por meio altura a qual o AP se adjunge na estrutura nominal²⁴: se o AP se adjunge ao NP, ou se ele se adjunge a um nível de N (conforme realçado em negrito nas árvores acima).²⁵ Também colabora para estabelecer essa diferença de interpretação qual núcleo se combina com a EP, já que, na relação predicativa, a EP se combina com um núcleo V (quer a selecione ou não); na relação atributiva, essa estrutura é combinada com um núcleo D. Estou chamando de estrutura de predicação a *string* NP+AP, ou a *string* DP+AP.

Essa mesma estrutura de predicação projeta o predicado AP nas SC complementos, codificando assim que se trata de uma projeção de uma eventualidade, a qual é selecionada pelo

²⁴Estou chamando de estrutura nominal tanto a estrutura interna do NP, quanto a do DP, de tal forma que, um AP pode tanto se adjungir ao NP ou mais alto, no DP – por isso o uso do termo ‘altura’.

²⁵Foltran (1999) cita Negrão (1992) sobre a possibilidade de alguns predicativos serem na verdade relativas não-restritivas adjungidas ao nível de DP e não de NP. Não investiguei as consequências dessa afirmação, nesta tese, mas minha proposta parece unir, do ponto de vista estrutural, a análise da predicação secundária e das relativas não-restritivas.

verbo ‘considerar’.

Algumas propriedades dessa análise já podem ser elucidadas, como o fato de haver uma unidade formada pela estrutura de predicação. Isso poderá nos garantir algumas consequências positivas para os problemas apontados nesta tese no que se refere à descrição de SC e PS. Deixo a discussão mais fina dessas propriedades para o próximo capítulo.

Assim, estou tomando a diferença de projeção máxima como resultado da operação ‘projetar’ (ou rotular) que é parte das aplicações de *merge*, conforme Hornstein (2009) e Chomsky (2013).²⁶

Vale notar que a questão a respeito da diferença entre atributivos e predicativos foi formulada por Foltran (2003). A proposta que eu estou empreendendo, pelo menos a parte crucial dela (o *insight*) já foi anunciada pela autora, brevemente, no final daquele texto, conforme citação abaixo:

"O adjetivo no papel de adjunto constitui uma predicação? Se o adjetivo é uma expressão aberta, por que ora ele funciona como predicado, ora não? Nossa intuição nos leva a arriscar a seguinte conclusão: o adjetivo é sempre uma expressão aberta que requer saturação. A diferença entre o adjetivo adjunto e o adjetivo predicativo está no momento da derivação da estrutura em que ele se concatena com o nome. Na sintaxe, portanto. Por exemplo, em (27) [abaixo][numeração nesta tese] quando o adjetivo é interpretado como adjunto, significa que ele se concatenou com o nome, formando um sintagma nominal complexo, antes de esse sintagma nominal se concatenar com o verbo na forma de argumento interno."(FOLTRAN, 2003, p. 58)

O que é crucial para Foltran, nessa passagem, é que tratar o adjetivo interno ao DP em exemplos como (27) permite distinguir a modificação da relação predicativa, como em casos de predicação secundária, e permite manter que, entre o DP/NP e o AP – em ambos os casos – há algo como “predicar”. Entendo do trecho “o adjetivo é sempre uma expressão aberta que requer saturação” como uma afirmação de que o adjetivo é sempre um predicado, o que motivou a análise que venho propondo.

(27) João comprou o carro quebrado

O dado em (27) é ambíguo. Assim, ele pode tanto estar associado a uma leitura predicativa (no momento do evento de ‘comprar’, o carro estava quebrado), quanto a uma leitura atributiva (havia diversos carros para comprar, mas ele preferiu o carro que estava quebrado).

²⁶Maximiliano Guimarães – comunicação pessoal – argumentou que usar o termo ‘rotular’ no lugar de projetar seria mais adequado, pois esse termo estaria melhor alinhado com as propostas citadas. No entanto, mantive a terminologia ‘projetar’, dado que essa modificação levaria a muitas alterações no texto final.

Essa diferença de interpretação, segundo Foltran (2003), seria resultado então do momento em que o AP ‘quebrado’ entra na derivação da sentença: se ele se concatena ao NP dentro de um DP, temos a leitura atributiva; se ele se concatena ao VP, mas predica do DP, então a sentença nos dá uma leitura predicativa.

Dizer que o AP seja sempre um predicado não é algo inusitado. Sem querer aproximar a noção de predicado à noção “ter grade temática”, mas se aproveitando do fato de que os atribuidores de papel temático são vistos como predicadores/predicados, podemos citar vários autores que defendem que o adjetivo atribui um papel temático (cf. Rothstein (2001), Rothstein (2004), Higginbotham (1985), *inter alia.*) e, por isso, estou assumindo que eles são predicados/predicadores. Vou reservar o termo ‘predicador’ para o núcleo e chamo de ‘predicado’ a projeção máxima desse núcleo que precisa saturar uma posição não saturada – sempre uma e sempre a última – na formação do sintagma, do AP. Para Rothstein (2001), a projeção máxima de um predicador torna-se predicado depois de aplicado sobre ela uma operação semântica denominada *predicate formation*.

A intuição de Foltran (2003) foi um dos importantes *insights* a partir dos quais a minha proposta foi formulada. No entanto, há uma diferença importante: estou propondo que, no caso do português, o AP ‘quebrado’ seja adjunto do DP, quando predicativo, e adjunto do NP, quando atributivo. Há mais uma diferença, que talvez seja menos importante e que não estou discutindo por enquanto, pois, por meio dessa proposta, como a projeção da categoria mais alta na adjunção é (de algum modo) ambígua, dentro do DP, a estrutura de predicação selecionada por D projeta o NP. No entanto, há também a possibilidade de o AP projetar, e não tenho nada inerente ao formalismo e nem nada empírico que impeça que o AP projete. Na verdade, como já apontado anteriormente, o terreno do DP é um outro espaço de investigação, que, apesar de eu ter amarrado à minha proposta, ficou de fora dessa pesquisa de tese.

Talvez uma melhor formulação para essa descrição seja postular que o predicado somente projete nas relações de predicação primária. Essa é uma possibilidade interessante que faz com que a relação de modificação seja estruturalmente semelhante às relações de predicação secundária, no sentido de que, em ambas, quem projeta é o sujeito, o que permite codificar as diferenças da modificação e da predicação secundária na altura em que a relação se estabelece e também em qual é a categoria irmã do predicado, i.e., se o NP ou o DP. No caso da modificação, essa é uma relação que se dá entre um NP e um AP ainda não-saturados. Ambos são saturados pelo núcleo D, como na relação *theta-binding* proposto por Higginbotham (1985); por sua vez, a predicação secundária é uma relação entre duas projeções máximas numa adjunção, entre o DP e o AP, numa relação com o núcleo V. Nesse caso, também é o sujeito quem projeta. Por outro

lado, nas SC-complemento, como já apresentado nas árvores no início desta seção, o predicado AP projeta.

1.3 Descrevendo as interpretações

Nesta seção, procuro apresentar e discutir as interpretações atributivas e predicativas dos adjetivos ou dos sintagmas adjetivais. Faço a discussão das leituras atributivas mais informalmente, uma vez que, nesta investigação, tenho uma preocupação mais forte com o tratamento das leituras predicativas.

Tradicionalmente, a distinção atributivo e predicativo tem sido tratada da seguinte forma: predicados atributivos formam com o NP (do qual eles predicam / que eles modificam) um constituinte (FOLTRAN, 2003) e esse constituinte, depois da hipótese DP (cf. Abney, 1987), é tido como complemento de um núcleo D; portanto, formam um DP-complexo (o DP domina o AP); por outro lado, os adjetivos predicativos são descritos como sintagmas que se posicionam fora do DP (o DP não domina o AP) e predicam desse DP, por meio de uma relação que é geralmente formalizada mediante os seguintes mecanismos: irmandade/c-comando mútuo entre o DP (ou NP) sujeito e o AP predicado, associado a um mecanismo de indexação (ROTHSTEIN, 2001); ou c-comando do DP (sujeito) sobre o AP predicativo, mais indexação (WILLIAMS, 1980) (WILLIAMS, 1983); ou pela mediação de um núcleo funcional (abstrato ou não) responsável por estabelecer a predicação e por estabelecer um domínio local (BOWERS, 1993) (den DIKKEN, 2006); e ainda por meio do posicionamento desse DP (ou um seu associado, um *PRO*) no *spec* (STOWELL, 1981, 1983); ou posicionando-o numa posição adjunta ao AP (HEYCOCK, 1994).

Acredito, no entanto, que seja possível pensar que as duas interpretações (atributivo e predicativo) compartilham algumas propriedades de tal forma que procurar uma unificação não seja algo assim tão inusitado. Assim, defendo que ambas envolvem uma ‘descarga’ de propriedades de um predicado sobre seu sujeito. Um processo que satura uma categoria máxima não saturada – aberta, para usar as palavras de Rothstein (2001). Um processo que satura não só um item lexical dotado de uma capacidade predicatora, mas categorias máximas que necessitam de saturação numa relação do tipo sujeito-predicado. A isso podemos chamar de predicação.

A unificação dessas duas noções permitiria tratar tanto a relação atributiva (modificação nominal) quanto as relações predicativas, como casos específicos de predicação – com isso, não precisaríamos de mecanismos como o *type-shift* de Rothstein (2001). Para Rothstein, como a categoria AP é sempre um predicado, e como a modificação nominal não é tratada como

predicação, a autora lança mão de um processo de modificação do caráter predador do AP, já que o AP precisaria de um sujeito para ser licenciado na estrutura. Aparentemente esse é um problema não só sintático, mas também semântico (pelo menos na teoria semântica que a autora propõe). No aspecto sintático, isso se dá porque, para a autora, a gramática é constituída de categorias abertas (predicados) e categorias fechadas (argumentos); as categorias fechadas saturam as categorias abertas e as licenciam numa relação de predicação. Assim, como o AP em função de modificação nominal não estaria numa estrutura de predicação, a autora propõe uma mudança de tipo do predicado AP (cf. Rothstein, 2001, p. 71).

Quando digo que atribuição e predicação são essencialmente as mesmas formas de predicação estrutural, não quero dizer que sejam semanticamente indistintas. Até porque isso contrariaria a intuição dos falantes. Isso significa dizer que algo na descrição estrutural destas sentenças, em algum nível, deverá codificar essa diferença. Apostar que elas sejam muito semelhantes é buscar a unificação dessas duas possibilidades de predicação; é recortar ambos os casos de predicação pelo que eles têm de comum; isso porque, tanto um adjetivo atributivo quanto um predicativo apresentam muitas semelhanças em termos de predicação, uma vez que expressam uma propriedade de seu sujeito, como podemos observar abaixo:

- (28) a. O menino doente foi para o hospital
 b. O menino foi para o hospital doente

No dado em (28-a), ‘doente’ pode ter uma leitura atributiva, o que leva à seguinte interpretação semântica: existe um conjunto de meninos, e um membro deste conjunto se distingue dos outros por ser ou estar doente e este mesmo menino foi para o hospital. O adjetivo atributivo impõe ao conjunto de meninos uma restrição que contribui para a singularização de um único membro a partir do conjunto de indivíduos de menino; o determinante no sintagma nominal teria esse papel de singularizar o indivíduo de um conjunto num contexto qualquer e o adjetivo contribui para isso, impondo sobre o indivíduo denotado uma propriedade, ou estado.

Na relação prediativa, também há a expressão de uma propriedade sobre seu sujeito. O enunciado (28-b) afirma que existe um menino e ele foi ao hospital quando estava doente. Basicamente, quando pertencia ao conjunto dos meninos doentes.

Mas qual a diferença? Informalmente, em ambos os casos, a predicação expressa que o nominal sobre o qual o AP predica pertence ao conjunto de indivíduos doentes. O que muda de uma leitura a outra é a perspectiva em que esse pertencimento é recortado na semântica global da proposição. Nesse sentido, o predicativo expressa uma propriedade (um estado) de seu sujeito

numa relação com o tempo do evento da frase; essa relação pode ser algo como: *concomitância* (*total ou parcial*), *julgamento do falante*, ou *resultado*; isto é, um estado concomitante, um estado parcialmente concomitante, ou um estado resultante.

Acredito que essa diferença tenha a ver com a forma como esses predicados se relacionam com o tempo da frase. O atributivo não tem uma relação com o tempo da frase. Mas os predicativos precisam dessa relação, que se expressa por meio do ‘quando’ em nossas paráfrases. Essa relação talvez possa ser formalizada por algum mecanismo que demonstre que o predicativo precisa estar no escopo do núcleo que introduz a categoria de tempo (cf. Gueyron e Hoekstra (1995)). Com isso, podemos garantir que, no que se refere ao predicar, ambos atribuem uma propriedade a seu sujeito; no entanto, o predicativo é instanciado, restrito, circunstanciado. Assim, podemos encontrar fenômenos de sobreposição (*overlapping*) total (concomitância), ou parcial. Esses fenômenos não ocorrem na interpretação dos atributivos. Ainda, esse caráter temporal dos predicativos nos dá uma explicação do porquê, nesses contextos, somente encontramos predicados *stage-level*.²⁷

Não sou o único a trabalhar a caracterização dos predicativos por meio da relação com o tempo. Rothstein (2004) também trabalha com algo parecido. Para a autora, não é somente a relação com o tempo do evento, mas uma relação de dois polos, já que ela teria dois pontos de conexão com o evento: por meio do tempo, como venho caracterizando aqui, e também por meio de um dos participantes do evento. A autora formaliza essa relação em sua semântica por meio do operador $TPCONNECT(e_1, e_2, x)$, que estabelece uma ‘conexão’ temporal entre os dois eventos (um expresso pelo verbo da sentença e outro pelo predicativo) e um participante do evento principal. A relação, como eu disse acima, seria de dois polos porque o $TPCONNECT$ é uma relação que expressa que os eventos compartilham a categoria de tempo e também um participante. Como não estou caracterizando minha proposta a partir de uma semântica de eventos, estou restringindo meu escopo ao tempo; no entanto, acredito que minha proposta seja facilmente traduzível para a proposta da autora. Aliás, a adjunção que estou propondo permite a visibilidade do predicado AP, o que nos disponibiliza formas de expressar algo semelhante ao $TPCONNECT$ na sintaxe (mais sobre visibilidade, no capítulo 2, seção 2.2.5).

A propriedade “Orientação a Participantes” do PS

Ter uma relação com o tempo parece crucial, pois contribui para distinguir a leitura predicativa da atributiva; no entanto, outras relações importantes se dão. Por exemplo, os predi-

²⁷ A distinção *individual-level* e *stage-level* – predicados de indivíduo e predicados de estágio de indivíduo – foi apresentada por Carlson (1977). Essa distinção separa os predicados em dois grupos: predicados não-transitórios e predicados transitórios, respectivamente.

cados secundários predicam de um dos participantes de um evento principal, conforme apontam Himmelmann e Schultze-Berndt (2005):

“That is, the state encoded by the secondary predicate is interpreted as holding for one of the participants of the main predicate (henceforth termed the controller), (...)” (HIMMELMANN; SCHULTZE-BERNDT, 2005)

No exemplo abaixo, podemos observar o que os autores querem dizer por orientação a participantes, uma vez que o adjetivo ‘feliz’ denota o estado de um dos participantes do evento denotado pelo verbo ‘encontrar’; isto é, ou um estado do indivíduo denotado pelo DP ‘seu professor de física’ ou pelo DP ‘a aluna’ (As duas interpretações possíveis seguem abaixo do exemplo):²⁸

- (29) A aluna encontrou seu professor de física feliz
“A aluna encontrou seu professor de física e ELE estava feliz quando ela o encontrou”
ou
“A aluna encontrou seu professor de física e ELA estava feliz quando ela o encontrou”

Esse tipo de orientação a participantes não se aplica aos atributivos e por isso, fica claro que a relação com o tempo do evento nos dá uma distinção importante.

- (30) a. O aluno feliz encontrou o professor²⁹
b. O aluno brasileiro encontrou o professor

No exemplo acima, tanto o AP ‘feliz’ quanto o AP ‘brasileiro’ contribuem semanticamente apenas com relação à função de referência do DP ‘o aluno feliz’ e do DP ‘o aluno brasileiro’. Mas, crucialmente, esses predicados, nas sentenças em (30), não denotam um estado da referência de ‘o aluno’ relacionados ao momento do evento ‘encontrar’. Podemos perceber essa diferença, a partir do contraste de acarretamentos abaixo:

- (31) a. O aluno chegou feliz
b. ele estava feliz quando chegou

- (32) a. O aluno feliz chegou

²⁸Há uma terceira não-predicativa que estou ignorando. Essa terceira interpretação é bem marginal, isto é, a sequência “seu professor de física” seria tomada como um DP-complexo. Nesse caso o AP, teria função atributiva, como no dado (30).

²⁹No contexto em que, numa turma de alunos, um deles é destacado dos demais pela propriedade ‘feliz’.

- b. #ele estava feliz quando chegou

Observe que, no uso predicativo do adjetivo ‘feliz’, o acarretamento entre (31-a) e (31-b) é válido; mas, no uso atributivo, o acarretamento entre (32-a) e (32-b) não ocorre. Essa é uma diferença que ilustra não só a propriedade de orientação a participante de um evento (citada acima), como também a relação com o tempo da sentença, já que o acarretamento somente ocorre quando o adjetivo ‘feliz’ está em função predicativa.

Atributivo *versus* Predicativo: alguns testes

Um outro jeito de constatar a diferença entre atributivos e predicativos é observar a que paráfrase cada leitura leva. Observe:

- (33) a. O menino chegou cansado
b. O menino cansado chegou

A sentença em (33-a) leva à paráfrase (34-a) abaixo; já a sentença em (33-b) leva à paráfrase em (34-b):

- (34) a. O menino chegou quando estava cansado
b. O menino que é/estava cansado chegou

As diferentes interpretações dos sintagmas adjetivos são muitas vezes difíceis de distinguir em alguns tipos de dados do PB, como segue abaixo:

- (35) a. O menino comeu a laranja verde (ambíguo)
b. O João comeu a carne crua (ambíguo)

No entanto, apesar de a leitura atributiva ser mais evidente, podemos verificar que ela se perde quando algum material interveniente é inserido entre DP-sujeito e o AP-predicativo:³⁰

- (36) a. O menino comeu a laranja que estava amadurecendo *verde*. Ele não quis esperar.
(predicativo)
b. O João comeu a carne que estava cozinhando *crua*. Ele não podia esperar o cozi-

³⁰Maximiliano Guimarães (comunicação pessoal) alertou que a perda da leitura atributiva pode depender da natureza do material interveniente.

mento (predicativo)

Alguns testes de Rothstein (2004)

Rothstein (2004) também apresenta bons testes capazes de separar as construções predicativas das construções atributivas. Antes de observar esses testes, considere a citação abaixo, que trata da necessidade de se distinguir os predicados secundários dos modificadores nominais e de como fazê-lo:

“(…), secondary predicates need to be distinguished from a number of other kinds of modifiers. They can be distinguished from nominal modifiers by checking entailments and by looking at pronominalization facts with respect to entailments, we see that when an AP is used as a secondary predicate, then the property it expresses must hold of the denotation of its subject for the whole time that the matrix event is going on (for depictives) or for the whole time that the culmination of the matrix event is going on (for resultatives). With nominal modifiers this is not so, since the modifier is not temporally related to the matrix verb but combines with N to form an NP (or common noun) expression.” (ROTHSTEIN, 2004, p. 63)

A autora nos apresenta o acarretamento semântico e fatos de pronominalização como possíveis ferramentas que nos permitem distinguir os predicados secundários dos modificadores nominais. A partir da citação, também é possível ver como a autora define os predicados depictivos e resultativos. Os depictivos expressam uma propriedade da denotação de seu DP sujeito, que perdura durante todo o tempo do evento matriz; os resultativos perduram a partir do ponto final do evento.

A partir dessas considerações, observe abaixo testes apresentados pela autora. Para facilitar, incluo à direita de cada exemplo o tipo de construção, conforme nomenclatura adotada nesta pesquisa:

(37) [Rothstein (2004: 63)]

- a. I met the drunk man again, but this time he was sober → (drunk man - atributiva)
- b. #I met the man drunk again, but this time he was sober → (man drunk - predicativa)

A autora usa coordenadas adversativas para verificar se o acarretamento existe nos pares de sentenças em (37). Quando ele existe, a segunda parte da coordenada não pode contradizer o acarretamento. Por exemplo, na sentença em (37-b), “I met the man drunk” acarreta “the man was drunk when I met him”. No entanto, como podemos observar acima, o exemplo (b) é anômalo semanticamente, porque a segunda parte nega o acarretamento, isto é, a sentença

afirma que o homem dirigiu o carro quando ele estava bêbado, mas naquele momento ele estaria sóbrio, o que é uma contradição, já que não é possível no mesmo intervalo de tempo estar bêbado e estar sóbrio. Nesse caso, o adjetivo ‘drunk’ está funcionando como um predicado secundário.

Por sua vez, quando há um AP atributivo (modificador nominal), como em (37-a), o acarretamento não é obrigatório e não se observa uma anomalia semântica, já que a segunda parte da coordenada não expressa uma contradição.

A sentença em (37-a), não trata de um homem que está bêbado, mas de um homem que é conhecido por ser ou estar frequentemente bêbado em oposição a outros homens que se distinguem por não serem tomados a partir dessa propriedade, ou por não apresentá-la.

Os dados em (37) são casos relacionados ao PS do objeto. Vejamos casos relacionados ao PS do sujeito:

(38) [Rothstein (2004: 63)]

- a. The drunk man drove the car home, after he had sobered up → (drunk man – atributiva)
- b. #The man drove the car drunk, after he had sobered up → (man...drunk – predicativa)

Como é possível observar, o mesmo padrão de acarretamento se observa. Além disso, esse dado também deixa evidente uma propriedade adicional, isto é, a de que, como modificador nominal, o AP deve estar adjacente ao seu sujeito (constituente modificado).

Uma segunda evidência apontada pela autora, que é até bastante conhecida, é o fato de que “*when these modifiers are syntactically part of the nominal argument expression, they disappear as a result of pronominalization, whereas secondary predicates are not affected*” (p. 63). Os exemplos da autora seguem abaixo (as setas representam relações de acarretamento):

(39) [Rothstein (2004: 63)]

- a. I met the drunk man today → I met him today (DOES NOT ENTAIL I met him today and he was drunk when I met him)
- b. I met the man drunk today → I met him today and he was drunk when I met him

O mesmo é verdadeiro para o português:

(40) João encontrou o homem bêbado

- a. → João o encontrou / João encontrou ele (atributivo) (*NÃO ACARRETA QUE ele encontrou o homem e o homem estava bêbado quando ele o encontrou*).
- b. → João o encontrou bêbado / João encontrou ele bêbado (predicativo) (*SIM, ACARRETA QUE ele encontrou o homem e o homem estava bêbado quando ele o encontrou*).

A dificuldade para o PB fica evidente porque tanto dados de atributivos quando de predicativos apresentam, quando são predicados do objeto, a mesma ordem linear. De qualquer forma, esses testes nos dão boas evidências de que estamos diante de uma ambiguidade estrutural. Aliás, esses casos são objetos de discussão de manuais de introdução à sintaxe, como por exemplo Mioto, Silva e Lopes (2013). Nesse caso os autores usam testes de clivagem para defazer a ambiguidade:

- (41)
- a. foi o homem que o João encontrou __ bêbado
 - b. foi o homem bêbado que o João encontrou __

Rothstein (2004) ainda afirma que o testes de acarretamento apresentados acima são úteis também para separar os dados de predicação secundária dos dados de advérbios. Segundo a autora, os advérbios não são predicados de participantes do evento (mas predicados de evento) e por isso não apresentam o mesmo padrão de acarretamento presentes em (39), como é possível observar abaixo:

(42) [Rothstein (2004: 64)]

- a. John drove the car drunk
- b. #John drove the car drunk, although he was sober
- c. John drove the car drunkenly
- d. John drove the car drunkenly, although he was sober

Vale notar que o formalismo que estou propondo, apesar de nos dar uma possível unificação para o tratamento das leituras em questão, é resultado de uma preocupação inicial com a sintaxe das construções predicativas do PB. No entanto, acredito que um tratamento unificado seja possível e desejável.

Estou deixando de lado diferenças importantes a respeito do uso de diferentes adjetivos. Por isso, é bem provável que haja mais fenômenos relacionados aos adjetivos atributivos de

forma geral, uma vez que no âmbito nominal, podemos encontrar diferentes tipos de adjetivos além dos atributivos.³¹

Nas próximas seções, apresento os meus dados de predicativos que dão base à discussão que venho conduzindo.

1.4 Os dados de Construções Predicativas

Nesta seção, apresento os dados que considero a base empírica inicial desta tese, bem como o recorte que tenho feito sobre eles. Trata-se de exemplos de construções predicativas do PB, que envolvem Predicação Secundária, casos de *Small Clauses*, exemplos de Copulares Complexas e de *Small Clauses* Complexas. A partir disso, algumas generalizações empíricas são apresentadas e, por meio delas, pretendo dar base à discussão das propostas de análise existentes na literatura.

O recorte que estou construindo para esta tese se baseia fortemente no olhar que Rothstein (2001) tem construído sobre a predicação na gramática. Assim, acredito que, antes de olharmos os dados mais de perto, seja importante deixar claro ao leitor o que estou entendendo por predicação secundária, predicação primária, e como construções com predicados depictivos e construções conhecidas como SC entram ou contam como base para a proposta que venho construindo.

1.4.1 Predicação

Estou tratando como predicação a relação sintática entre uma projeção máxima predicado e uma projeção máxima argumento, que estão numa relação local de irmandade e, por meio dessa relação, categorias como o DP ou o NP saturam e licenciam a categoria máxima predicado. Nessa relação, esse predicado atribui a seu sujeito, o DP ou o NP, alguma propriedade que será lida no componente semântico da gramática.

Assim, o que estou propondo é olhar para a predicação mais ou menos nos mesmos moldes de Rothstein (2001). Para a autora, a predicação pode ser tomada como definido abaixo:

³¹ Estão fora do escopo do trabalho adjetivos, como ‘suposto’, ‘mega’, ‘futuro’ etc. Estou me referindo a adjetivos restritivos como ‘belo’, ‘bonito’, ‘alto’, ‘bêbado’, ‘grávida’, ‘cru’, ‘cozido’, como a sintagmas adjetivais como ‘mal passado’, ‘interessado pelo estudo do aluno’, ‘fiel à esposa’ etc. Há também adjetivos como ‘brasileiro’, ‘curitibano’ que tem usos atributivos restritivos, mas não aparecem em função de predicação secundária, porém podem aparecer em sentenças copulares predicacionais e em construções de SC-complemento. Essa diferença pode ser atribuída à classificação *predicados transitórios (stage-level)* e *predicados inerentes (individual-level)*, à maneira de Carlson (1977), por exemplo.

A predicate α is (directly) predicated of a non-predicate β iff α is in a local syntactic relation of mutual c-command with β and α and β are predicate-linked (=coindexed as predicate and argument). (ROTHSTEIN, 2001, p.48)

Como vemos acima, a autora define a predicação como uma relação local, formalizada por meio da relação de c-comando mútuo e estabelecida por meio da indexação. Minha proposta aqui busca não introduzir elementos como índices e tenta garantir a predicação somente por meio da adjunção, da relação de irmandade e pelas propriedades lexicais ou predicativas da projeção máxima predicado.

Para a autora, as categorias máximas predicados devem ser saturadas, porque ela define o predicado sintático como “uma função sintática não saturada e monádica” (idem, p. 47). Além disso, todos os predicados sintáticos devem ser saturados, por causa do *Princípio de Licenciamento de Predicados*: “Every syntactic predicate must be syntactically saturated” (Ibidem, p. 47).

A partir disso, podemos definir o sujeito: “ β is the subject of α iff α is predicated of β ”.

1.4.2 Predicação Primária x Predicação Secundária

Tomando de forma tradicional, podemos dizer que uma oração se divide em seu sujeito e seu predicado; estes dois elementos tomados como constituintes imediatos da oração compõem o que estou chamando de predicação primária. Informalmente a predicação primária é o que tenho chamado de predicação da frase. No entanto, essa definição não inclui as SC como instâncias de predicação primária. O que aliás coloca uma questão: precisamos mesmo tratar SC e a predição da frase da mesma forma? Não tenho uma resposta para essa pergunta aqui, portanto, me restrinjo a utilizar o que Rothstein (2001) propôs. Como não trabalho especificamente com a predicação da frase, acredito que isso não seja um problema.

Assim, Rothstein (2001) define predicado primário da seguinte forma:

α is primary predicate of β , iff α is predicated of β , and α and β c-command each other, and β is not theta-marked outside the predication relation with α . (ROTHSTEIN, 2001, p. 121)

A partir desta definição, pode-se afirmar que um predicado primário é aquele predicado que está numa relação local de c-comando mútuo com seu sujeito e este sujeito não é marcado tematicamente fora desta relação. A predicação primária é definida pela autora como a relação entre um sujeito e um predicado primário. Essa definição permite incluir como instância de predicação primária, tanto os casos de predicação da frase (aquela que dispara marcas

morfológicas de pessoa e número no verbo), como também os caso de predicação numa SC. Adicionalmente, a autora distingue a *predicação primária* da *predicação secundária* por meio da constituição: para ela, a predicação primária envolve ainda a formação de um constituinte que inclui exaustivamente o sujeito e o predicado. Apresento alguns exemplo mais a frente.

Há um problema nesta definição, no entanto. Quando há um predicado secundário do sujeito, este sujeito será marcado fora da relação de predicação, o que viola a última cláusula da definição da autora. A solução seria não tratarmos os conhecidos predicados depictivos do sujeito como casos de predicação secundária. Como ficará mais claro a seguir, esse é o caminho que a autora segue. Ela passa a tratar esses casos por meio de uma operação de *absorção de predicados*, ou de formação de predicados complexos. Acredito que esse não seja um problema para esta tese e, por isso, vou continuar chamando ambos de predicação secundária.

Por sua vez, a predicação secundária pode ser tratada informalmente como aquela predicação que se dá com um sujeito que já participa de uma relação de complementação ou de uma predicação primária. O exemplo clássico abaixo ilustra essa relação que já foi discutida, quando tratei aqui da propriedade ‘orientação a participantes’:

(43) John ate the meat raw

Nesse exemplo, o DP “the meat” é argumento do verbo ‘eat’ e recebe papel temático nessa relação, e também é sujeito do predicado ‘raw’. Assim, o DP nesse caso já recebe papel temático de ‘eat’ e participa de uma predicação por meio da qual ele também recebe papel temático. Vejamos a definição de Rothstein (2001):

α is secondary predicate of β , iff α is predicated of β , and α and β c-command each other, and β is theta-marked by a head not contained in α . (ROTHSTEIN, 2001, p. 123)

A autora essencialmente diz que o *predicado secundário* é um constituinte que participa de uma predicação e nessa relação há a atribuição de uma propriedade a um sintagma nominal marcado tematicamente por um núcleo *não contido* no constituinte do predicado secundário. Adicionalmente, a autora também defende que o predicado secundário não forma um constituinte com seu sujeito. Isso precisa ser assim para garantir a atribuição de papel temático por um núcleo fora da relação de predicação secundária Rothstein (2001, p. 163). Não assumo este pressuposto aqui. Aliás, meus dados fornecem evidências de que essa análise não se sustenta, pois é incapaz de prever as possibilidades de movimento da construção predicativa, além de exigir uma ramificação ternária abaixo do nível de V’.

Ilustro essa discussão com os dados do PB abaixo, pois eles nos ajudam a entender um pouco melhor o que vem a ser predicação primária e predicação secundária.

- (44) a. [DP O João] [VP comeu a carne]
b. O João comeu a carne crua
c. O professor considera seu aluno inteligente
d. A Maria dança valsa bêbada

Em (44-a), o VP, um predicado, estabelece uma relação de predicação primária com o DP, uma vez que o DP não recebe papel temático fora dessa relação. Em (44-b), o AP ‘crua’ estabelece uma relação de predicação secundária com o DP ‘a carne’, já que este recebe papel temático fora dessa relação. Por sua vez, no dado em (44-c), o AP ‘inteligente’ estabelece uma relação de predicação primária com o DP ‘seu aluno’, uma vez que o DP **não** é marcado fora da relação, isto é, não seria marcado pelo verbo ‘considerar’. Por último, no dado (44-d), estou chamando o AP ‘bêbada’ de predicado secundário, já que ele estabelece uma relação de predicação secundária com o DP ‘a Maria’, e Maria é marcada tematicamente fora dessa relação, isto é, pelo predicado ‘dança valsa’. Como mencionado anteriormente, Rothstein (2001) afirma que, neste último caso, não há predicação secundária, já que o AP seria incorporado ao predicado; isto é, o AP seria incorporado a algo como o VP todo – ou a uma projeção do IP, como I’ – formando um predicado complexo, como por exemplo o I’: [I’ dança valsa bêbada].³²

Tendo caracterizado essas relações, apresento, na próxima seção, o recorte desta pesquisa e a base empírica seguida de uma discussão em torno dos dados.

1.4.3 O recorte

Esta tese busca apresentar e descrever primeiramente dados de construções predicativas, conforme definidos acima; e secundariamente busca recortar estes dados por meio de suas semelhanças com as construções atributivas. Estou priorizando também a relação de predicação com sintagmas adjetivais – AP – e deixando de fora outros possíveis predicados. Acredito, no entanto, que a proposta delineada aqui seja facilmente aplicável para descrever outros sintagmas predicados.

³²Para conseguir a formação do predicado complexo, Rothstein utiliza um mecanismo parecido com a proposta do Williams de percolação de índice. Isto é, o índice da predicação do AP e do VP se combinariam em um só e percolariam a um nível acima, quando o núcleo I é *mergido* com o VP formando um predicado I’. Essa é a única exceção à proposta da autora de que predicados são projeções máximas. Ver mais em Rothstien (2001, p. 111-118).

Importa notar que não faz parte desse recorte a predicação primária, no sentido de predicação da frase, conforme citei acima. Também não estou trabalhando com predicação secundária resultativa (em enunciados como “*John hammered the metal flat*” do inglês, por exemplo); apenas com as predicções se caracterizam como predicação secundária depictiva.³³ Estou tomando o termo ‘depictivo’ como um recurso descritivo para me referir a predicados secundários que descrevem ou denotam um estado do participante de um evento, sendo este estado concomitante ao tempo do evento.

Assim, meu foco maior recai sobre a predicação secundária conforme definido aqui e também sobre predicação primária do tipo SC.

Não é foco deste trabalho estudar as sentenças copulares canônicas, nem as invertidas. Apesar disso, trabalho com alguns tipos de sentenças copulares, nas quais defendo haver uma predicação primária e uma secundária, que compõem uma estrutura de predicação complexa. Por hipótese, assumo que essa estrutura de predicação inteira é complemento da cópula, assim como Stowell (1983, 1995) e Heycock (1994), o que significa dizer que o predicado secundário nessas copulares é parte da SC complemento da cópula.

Fazem parte deste recorte predicções secundárias que aparecem em outros domínios, isto é, fora da relação com um verbo (ou evento por ele denotado), como, por exemplo, complementos de preposição e mesmo dentro das SC complementos.

1.4.4 Metodologia

Os dados que compõem a base empírica desta tese foram retirados da literatura da área ou coletados via testagem de aceitabilidade, levando-se em conta que o saber inscrito no mente do falante pode ser acessível via testes de aceitabilidade. Isto é, no quadro teórico da Gramática Gerativo-Transformacional, assume-se que a intuição do falante pode ser utilizada para acessar sua gramática internalizada (cf. Chomsky (1965, cap.2) e Phillips & Lasnik(2003)). Apesar disso, boa parte desses dados não envolve grandes problemas de julgamento, o que me levou a não usar experimentos sistemáticos. No entanto, sei da limitação que essa escolha pode implicar para meu trabalho; porém, acredito que a experimentação controlada deva levar aos mesmos resultados.

Além disso, esta tese propõe muito mais uma discussão teórica (do que empírica) a respeito da possibilidade de implementação de uma estrutura para formalizar a predicação na gramática, com o objetivo de buscar o aperfeiçoamento teórico da descrição das relações de

³³ Ao leitor interessado em resultativas, recomendo o trabalho Knöpfle (2014) e as referências citadas pela autora.

predicação dentro da gramática no Programa Minimalista.

1.4.5 A base empírica - os dados

Nesta base empírica, será possível encontrar dados de construções predicativas, conhecidos como predicados secundários, SC complemento e SC adjunta.

A predicação secundária no PB foi analisada por alguns autores, entre Bisol (1975) e Foltran (1999), as quais apresentam uma discussão mais completa, considerando aspectos sintáticos e semânticos. Foltran (1999) apresenta dois tipos de predicação secundária: (i) orientada para o sujeito; (ii) orientada para o objeto. Ambos os casos de predicação secundária fazem parte da minha base empírica. .

Os dados de minha base empírica são apresentados a seguir a partir da ordem listada abaixo:

- Predicados Secundários de complemento de verbo / predicativo do objeto;
- Predicação em *Small Clauses* Complementos
- Predicações em Sentenças Copulares Complexas;
- Predicação Secundária de Sujeito de uma *Small Clause* Complemento;
- Predicados Secundários de complemento de preposição;
- Predicação Secundária do sujeito / predicativo do sujeito;

Predicados Secundários de complemento de verbo

Numa primeira tentativa, podemos descrever fracamente (e informalmente) as construções predicativas do complemento de verbos (predicativo do objeto), como segue no esquema abaixo:

(45) Predicativos do objeto

a. **NP+V+NP_i+XP_i**³⁴

³⁴Essa sequência de rótulos não é uma análise estrutural fina. Trata-se apenas de um recurso expositivo que nos permite observar (e recortar) os fenômenos abordados nesta investigação de forma mais ou menos informal, considerando o núcleo V e os outros sintagmas num relação de precedência linear somente. No entanto, as relações entre eles, se eles formam um constituinte entre si, se há c-comando mútuo ou assimétrico, se a predicação se dá localmente, não estão descritas neste esquema. Estas relações são o objeto desta tese.

Esse esquema representa também os dados de SC complemento, conforme exemplos abaixo:

- (46) a. John ate [the meat]_i [raw]_i (PS-obj)³⁵
 b. Peter considers [that boy]_i [very smart]_i (SC-complemento)³⁶

A SC complemento é tema de uma seção específica na página 41.³⁷ Aqui ficamos somente com os predicativos do objeto, conforme dados do português e do inglês abaixo:

- (47) a. John ate the meat raw (inglês)
 b. João comeu a carne crua (português)

Tanto no dado do PB quanto no dado do inglês, há um predicado AP que tem uma função predicativa no sentido de descrever qual o estado da carne quando esta é tema do evento de ‘comer’. Vale lembrar que o dado do PB acima é ambíguo, pois pode estar associado tanto a uma interpretação atributiva quanto a uma predicativa. E é difícil separar essas duas interpretações nos dados do PB; no entanto, línguas como inglês têm uma estrutura “mais transparente” para os casos de predicação secundária. Isso se dá porque a oposição entre uma estrutura atributiva e uma predicativa leva a uma diferença de ordem, como exemplificado abaixo:

- (48) a. John ate the meat *raw*
 b. John ate the *raw* meat

³⁵Os colchetes representam apenas constituintes; revelam sim algumas relações mais locais, mas não descrevem a natureza da relação entre os constituintes descritos. Quero dizer que estar separado não é exatamente não poder ser um constituinte junto.

³⁶Nesse momento da pesquisa, estou assumindo o que afirmam Stowell (1981), den Dikken (2006) etc. sobre o estatuto de SC desses dados, mesmo que essa seja uma questão que envolva sim alguma polêmica, uma vez que podemos encontrar na literatura análises opostas que descrevem verbos como ‘considerar’ como itens lexicais que têm complementação dupla e, portanto, contra a existência de uma SC-complementos. Em Carreira (2008) procurei apresentar evidências desta análise. Nesta tese, no entanto, essa discussão me parece ortogonal, já que a estrutura proposta aqui permite tanto uma análise de complementação dupla, quanto de SC-complemento. Não investiguei, no entanto, o poder explicativo dessa estrutura em construções de complementação dupla canônicas, como os casos de verbos como ‘dar’ e ‘entregar’. A estrutura proposta impõe, entre os elementos constituintes, uma relação de predicação. Acredito que essa relação não exista nestes casos, ou não seja de mesma natureza. Para uma posição contrária a minha, veja Hoekstra (1988), den Dikken (2006).

³⁷É importante fazer um parêntese sobre a nomenclatura utilizada aqui. Os termos SC-Adjunta, SC-complemento, Predicado Secundário são utilizados como recursos expositivos, por fazerem referência a construções mais ou menos bem conhecidas em teoria gramatical. Nos dados acima, o uso de nomenclatura SC-complemento e PS-objeto não nos leva a uma estrutura específica que distinga as duas construções em termos de descrição estrutural. Apenas remetem a propriedades que estou elencando nesta seção. A diferença entre uma construção em termos arbóreos pode simplesmente não existir. Essa diferença pode ser, por exemplo, resultado das relações que se estabelecem na combinação de um núcleo com a estrutura de predicação.

O mesmo acontece em Alemão:

- (49) a. *João ass das Fleisch roh*
 João comeu a carne cru
 “João comeu a carne que estava crua”
- b. *João ass das rohe Fleisch*
 João comeu a crua carne
 “João comeu a carne que era crua”

O que se observa é que o PB, conforme observado por Carreira & Knöpfle (2013), tem morfologia rica tanto em adjetivos predicativos quanto em adjetivos atributivos, apresentando marcas de gênero e de número. Por sua vez, o alemão apenas apresenta concordância de gênero, número e caso, quando o adjetivo está em função atributiva e está contido no DP complexo. Isso é evidente, desde que assumamos que, no DP *das rohe Fleisch*, ‘das’ estabelece uma marca de fronteira do DP.

Com isso, a partir também do que foi observado acima e também das discussão das seções anteriores sobre os predicados secundários do objeto, podemos afirmar que estes apresentam as seguintes propriedades bastante gerais:

- (50) [PS-obj. Propriedades]
- São sintagmas que predicam de um argumento do verbo da oração;
 - No caso citado acima, o argumento é o objeto do verbo ‘comer’;
 - Esse argumento é, então, sujeito do sintagma predicativo;
 - O predicado não tem uma relação argumental com o v da oração;
 - A composição sujeito-predicativo não é argumento do V;
 - O predicativo (depictivo) e o atributivo apresentam marcas de gênero de número do PB.

As três primeiras propriedades se seguem do que discuti anteriormente, mas (d) e (e) precisam de uma discussão e exemplificação adicional. Estou afirmando que o predicado não tem uma relação argumental com o verbo (no caso o verbo ‘comer’) porque esse verbo não s-seleciona o predicado depictivo (s-seleciona apenas uma entidade comível, e c-seleciona um DP), tanto que, no exemplo abaixo, o adjetivo ‘crua’ não faz falta.

- (51) a. João comeu a carne

Além disso, a estrutura de predicação que envolveria a sequência ‘a carne crua’ também não é *theta*-marcada pelo verbo, pois a estrutura argumental do verbo ‘comer’ inclui (s-seleciona) apenas dois participantes, a saber: dois indivíduos. O verbo ‘comer’, portanto, não s-seleciona um indivíduo (como argumento externo) e uma proposição (como argumento interno), como é o caso do verbo ‘acreditar’ e ‘considerar’, o que veremos na próxima seção.

Predicação em *Small Clauses* Complementos

Falemos agora um pouco sobre as SC-complementos, também conhecidas por SC canônicas. Estou chamando de canônicos os casos de SC já bastante conhecidos na literatura,³⁸ que são os ditos complementos dos *believe-type verbs* (no inglês: *consider*, *believe* etc.) e os nossos conhecidos verbos judicativos (no PB: ‘considerar’, ‘achar’ etc.). As SC são descritas como complementos de um verbo e são assim uma SC complemento. Porém, a mesma descrição informal, como usada para os casos de predicação secundária do objeto, pode ser dada para esses casos, pois se trata linearmente de uma sequência que envolve um sintagma nominal e um XP predicativo (mais precisamente, no caso dos exemplos abaixo, de uma sequência linear de *determinante + nome + adjetivo*):

(52) SC-complemento

a. **NP+V+NP_i+XP_i**

(53) a. John considers [that boy]_i [smart]_i

b. A Joana considera [seus alunos]_i [inteligentes]_i

Vejamos as propriedades já citadas na literatura:

(54) [SC canônicas - Propriedades]

- a. O sintagma predicativo predica de um *não-argumento* do verbo da oração;
- b. Nesse caso, composição sujeito-predicativo é argumento do V ‘considerar’;
- c. O sujeito do predicativo ‘inteligente’ não é argumento do verbo, mas recebe Caso acusativo;
- d. O predicado AP é s-selecionado pelo verbo da oração, uma seleção não-argumental (conforme Stowell (1981, 1983, 1995)).

³⁸ Aos leitores, recomendo a coletânea de Cardinaletti e Guasti (1995) para uma visão geral do debate.

As propriedades em (a), (b), (c) e (d) estão intimamente relacionadas, pois o sintagma predicativo predica de um não argumento do verbo, justamente porque o verbo tomaria como argumento (s-seleção) uma proposição e c-selecionaria a categoria projetada pela SC que composicionalmente denota essa proposição. Como o núcleo do sintagma predicativo não é um atribuidor de Caso, o Caso é atribuído por um núcleo externo à relação de predicação. Essa última propriedade faz mais sentido num quadro como o da GB, pois no minimalismo, a visão corrente é a de que os DP complementos se movem para *spec* de *AgrOP* ou de *vP* para checarem Caso acusativo.

A propriedade em (d) é apresentada por Stowell (1983) a partir do paradigma abaixo:

- (55) a. *I consider [_{PP} John off my ship]
 b. We consider [_{AP} it [unlikely that John will win]]
 c. *I proved [_{NP/DP} the weapon in his possession]
 d. Alexandra proved [_{AP} the theory [false]]

A partir dos pares de sentenças acima, pode-se observar que a depender da categoria da SC – se um AP ou PP – e do verbo, tem-se ou não uma construção aceitável. Esse contraste Stowell atribui à seleção que o verbo faz sobre a categoria do constituinte SC. Parece haver uma boa evidência de que a categoria do predicado da SC também seja selecionada pelo verbo que toma a SC como complemento.³⁹

Sentenças Copulares complexas

Os dados que apresento nesta seção já foram chamados de *Small Clauses Complexas* por Rodrigues e Foltran (2013), no entanto, estou adotando o nome Copulares Complexas, pois estas podem apresentar descritivamente dois tipos de construções: em um caso ocorre predicação secundária e em outro ocorre uma SC sujeito de uma outra SC, ou múltiplas Small Clauses. Estou reservando o nome *Small Clause Complexa* para os casos de SC complemento que apresentem múltiplas SC. Os dados abaixo exemplificam essa nomenclatura:

- (56) a. A Maria bêbada é chata → Copular Complexa
 b. A Maria bêbada é chato → Copular Complexa
 c. Eu considero a Maria bêbada chata → Small Clause Complexa
 d. Eu considero a Maria bêbada chato → Small Clause Complexa

³⁹Para uma argumentação contrária à propriedade de seleção, ver Pereltsvaig (2000)

As copulares complexas são dados bastante diferentes do que estamos acostumados a ver nas discussões sobre predicação, predicados secundários e SC, porém qualquer proposta de descrição dos PS ou das SC deve levá-las em conta. Observemos o par de dados abaixo (SC-PI está para SC com predicado de indivíduo; SC-PE, para SC com predicado de evento/eventualidade):

- (57) a. A Maria bêbada é chata (SC-PI)
b. A Maria bêbada é chato (SC-PE)

Nesses dados, é possível observar que o predicado ‘chato’ tanto pode predicar do DP ‘a Maria’, como em (57-a) (em que o adjetivo aparece com o morfema de feminino ‘-a’: ‘chata’ – doravante SC-PI), ou pode predicar de algo como um estado de coisas, uma situação, uma eventualidade, como em (57-b) (em que o adjetivo aparece sem marcas gênero: ‘chato’ – doravante SC-PE).

Note ainda que, nos dados em (57), há um outro AP predicativo, ‘bêbada’, que denota um predicado de indivíduo, cujo sujeito é expresso pelo DP ‘a Maria’. Esse adjetivo apresenta marcas morfológicas de concordância relativas a gênero e a número e apresenta uma relativa liberdade de ordem sintática em dados de SC-PI (dados do tipo de (57-a)), os quais estou tratando como casos Copulares com Predicação Secundária, conforme paradigmas abaixo:

- (58) *Copulares Complexas - predicado secundário*
a. A Maria é chata bêbada
b. A Maria bêbada é chata
c. Bêbada, a Maria é chata
d. *a Maria é bêbada chata

A mesma liberdade de ordem do predicativo ‘bêbada’ não se observa em dados de SC-PE, os quais estou tratando como casos de Copulares com Dupla SC, conforme paradigma abaixo:

- (59) *Copulares Complexas - dupla SC*
a. A Maria bêbada é chato
b. *A Maria é chato bêbada
c. *Bêbada, a Maria é chato
d. *A Maria é bêbada chato

Uma análise da sintaxe desses dados a partir da proposta desta tese pode ser encontrada no capítulo 3.

Predicação Secundária de Sujeito de uma Small Clause Complemento

Uma vez que as sentenças copulares canônicas apresentam uma cópula ‘ser’, que seria um verbo de alçamento em cuja posição de complemento encontramos uma SC e, também, uma vez que essa mesma SC pode aparecer como complemento de um verbo como ‘considerar’, o esperado é que as SC complexas (apresentadas acima) possam também aparecer como complemento de ‘considerar’, num contexto de SC-complemento. Abaixo exemplifico a relação entre uma copular canônica e uma SC complemento:

- (60) a. Esse menino é inteligente
b. o João considera esse menino inteligente

E abaixo, nos casos de copulares complexas, o mesmo padrão, a mesma correspondência entre sentenças pode ser observada:

- (61) [SC-PI - Pred. Secundário]
a. Essa carne é gostosa crua
b. O João considera essa carne gostosa crua
- (62) [SC-PE - dupla SC]
a. A Joana bêbada é chato
b. O João considera a Joana bêbada chato

Como esperado, há somente uma ordem possível SC-complemento-complexa com SC-PE, mas outras possíveis para o dado de SC-PI:

- (63) a. Essa carne crua é gostosa
b. O João considera essa carne crua gostosa
c. O João considera ela crua gostosa⁴⁰

⁴⁰Esse dado, sugerido por Maria José Foltran, garante que a leitura prediativa esteja disponível em (b), dado a possibilidade de pronominalização (comunicação pessoal).

A partir dos dados apresentados e das relações sentenças copulares com sentenças com verbos do tipo de ‘considerar’, resta-nos questionar qual seria uma análise descritivamente adequada desses dados. Acredito que o início da resposta comece pela comparação acima. Creio que essa é uma boa evidência de que as propostas que Foltran, Rodrigues e Carreira (2013)⁴¹ (de que o predicado secundário se adjunge ao IP) é uma resposta equivocada e estar em IP deve ser resultado de operações que modificaram a estrutura de base (inicial); creio ainda que o formalismo proposto nesta tese pode nos fornecer uma possível resposta.

Predicados Secundários de complemento de preposição

Há construções em que o complemento do verbo é inserido por meio de uma preposição.

(64) **NP+V+P+NP_i+XP_i**

- a. Ela gosta dele nu
- b. Ela gosta dele nua⁴²
- c. Ela só gosta dele nua

Há ainda três casos bastante interessantes sobre predicação secundária de objetos de preposição, conforme segue abaixo. O primeiro apresenta um predicado secundário de um argumento instrumental, de um argumento ‘o computador’ não obrigatório na grade temática do verbo e que é inserido na sintaxe por meio da preposição ‘com’. O segundo apresenta um predicado (‘avariado’) de um complemento de preposição (‘o computador’) que não é argumento do verbo da oração principal (‘o João’). E o terceiro apresenta também um predicado (‘sujo’) de um não argumento do verbo (‘focinho’), conforme apresentado abaixo:

(65) **NP+VP+NP+P+NP_i+XP_i**

- a. Ele passou a mensagem com o computador avariado (Foltran, 1999) (Instrumento)
- b. Com o João doente, não vamos terminar o trabalho em tempo (circunstancial)
- c. O totó voltou [com o focinho sujo]⁴³

⁴¹Proposta apresentada durante o *Workshop on Formal Linguistic* no Rio de Janeiro

⁴²Essa sentença pode causar algum estranhamento, mas acredito que a pequena degradação na aceitabilidade seja resultado de fatores pragmáticos, por esta sentença exigir um contexto bastante incomum. Agradeço a Maximiliano Guimarães as considerações sobre a aceitabilidade destes enunciados.

⁴³Exemplo de Ilari (1985) citado por Foltran (1999).

Em (a), temos um caso em que o PP contribui com a estrutura argumental do verbo introduzindo o papel temático de instrumento. Por sua vez, em (b) e (c), o PP não tem qualquer relação com a estrutura argumental do verbo, já que tem com este, ou com o evento, somente uma relação de enquadramento circunstancial. Dito de outra forma, tradicionalmente, em (a) o PP poderia ser tomado como um argumento não obrigatório do verbo, instanciado na sintaxe por uma adjunção; mas (b) seria visto como um PP adjunto somente.

Aliás, vale notar um fato curioso e interessante: o PP em (c), "com o focinho sujo" é ele todo um predicado secundário do sujeito da frase 'o totó' e dentro deste PP há outra predicação secundária por meio do predicado 'sujo' que predica de 'o focinho'.

Aqueles dados em que a preposição não introduz o argumento instrumento (θ :*instrumental*), podem ter apagamento da preposição, desde que haja força de interrogativa ou de exclamativa, o que me parece um novo caso de SC-livre (alguns casos do inglês são denominados *mad-magazine sentences*):

- (66)
- a. O João doente!! Assim não vamos terminar o trabalho a tempo (exclamativa, constatação)
 - b. O João doente?? Assim não vamos terminar o trabalho a tempo (eco-question, constatação/incredulidade)
 - c. Não vamos terminar o trabalho a tempo, com o João doente (circunstancial)

Entre parênteses, procurei descrever, com instrumentos que me pareceram úteis informalmente, propriedades funcionais e/ou pragmáticas dessas construções predicativas. Vale notar que o exemplo "O totó voltou [com o focinho sujo]" não permite o mesmo tipo de apagamento "o focinho sujo, o totó voltou", provavelmente porque a expressão entre colchetes 'com o focinho sujo', um PP, já é um predicado secundário do DP 'o totó'. O caso acima faz o apagamento de PP adverbiais não orientado nem para o sujeito, nem para o objeto, mas orientado para o evento denotado pelo verbo 'terminar'.

O mais interessante desses possíveis casos de SC livre (ou predicação secundária livre) é que, ao contrário dos dados apresentados por Kato (2007), Sibaldo (2009), Cunha (2012), estes novos casos permitem a ordem suj-predicativo, o que não é possível com as SC livres como apresentados abaixo:

- (67) (KATO, 2007, p. 88)
- a. *A sua casa bonita

- b. *Esse seu secretário muito competente
- c. *O seu filho um artista

em oposição a:

(68) (KATO, 2007, p. 86)

- a. Bonita a sua casa!
- b. Muito competente esse seu secretário
- c. Um artista o seu filho!

Assim, algumas generalizações interessantes que se podem fazer nesse ponto sobre esses dados são: (i) as SC-livres não permitem ordem sujeito-predicado; (ii) já os casos apresentados acima não permitem ordem predicado-sujeito; (iii) ambos os casos exibem algum tipo de força prosódica / funcional específica (mais sobre natureza prosódica das SC livres podem ser encontradas em Cunha (2012)).

Predicação Secundária do sujeito

Vimos predicativos orientados para o objeto (de verbo ou de preposição). Vejamos agora alguns casos de predicativos do sujeito:

(69) **NP_i+VP+XP_i**

- a. O João_i chegou cansado_i
- b. O totó_i voltou [com o focinho sujo]_i
- c. O totó_i voltou [latindo aos quatro ventos]_i

O dado em (b) acima já foi apresentado na seção sobre predicativos de complemento de preposição é apenas repetido aqui por conta da predicação sobre o sujeito, já que ele contém um PP predicado secundário do sujeito da frase, o DP ‘o totó’.

As propriedades que se poderiam apontar a respeito dos PS-sujeito são, em boa medida, as mesmas que se faz para PS-obj. No entanto, questões relativas à forma da predicação ficam bastante intrincadas a depender da forma que se tratam os PS-obj. e se alguma abordagem unificada for possível.

Também podemos encontrar outros sintagmas que predicam secundariamente de um sujeito em orações cujos verbos são transitivos:

- (70) **NP_i+VP+NP+XP_i**
- a. o João_i cortou a árvore nu_i
 - b. o João_i beijou a Maria andando_i
 - c. o João_i depôs bêbado_i
 - d. o João_i quer depor bêbado_i
- (71)
- a. O Pedro deu flores para ela nu
 - b. O Pedro olhou para o espelho nu

1.5 Considerações finais do Capítulo

Neste capítulo, vimos que as SC e os predicados secundários, ou de forma geral as expressões predicativas, são construções em que há uma relação entre um predicado AP e um DP, ou entre um AP e um NP. A categoria DP ou NP desempenha uma espécie de função de sujeito desse predicado. Vimos que há boas evidências de que o AP predicativo, em construções de predicação secundária do objeto, se posiciona abaixo do nível de V' (ou de um nível X' linha, cujo núcleo toma o sujeito do PS como complemento). Mais do que isso, vimos que o AP predicado secundário forma um constituinte com seu sujeito. Vimos um resumo de uma teoria unificada da predicação que inclui as relações predicativas e as relações atributivas.

Tenho poucas considerações a fazer sobre os predicados secundários do sujeito. No entanto, minha hipótese é a de que essas construções estão sujeitas às mesmas condições estruturais sobre a predicação, conforme exposto no próximo capítulo. Isto é, as estruturas precisam respeitar a localidade da predicação, a condição de irmandade sobre a predicação. No capítulo 3, contemplo uma possibilidade de análise que respeita essas restrições.

Por fim, vale notar que as construções apresentadas neste primeiro capítulo suscitaram questões e debates bastante complexos quanto à estrutura sintagmática da teoria X-barra. Assim, o que vimos neste capítulo mapeia um domínio de discussão, de proposta e de base empírica que, acredito, permita dar uma contribuição a partir de um olhar sobre a possibilidade de implementar uma estrutura de adjunção e de também propor uma teoria unificada da predicação que inclua modificação nominal (os atributivos).

2 Capítulo: Teoria Unificada da Predicação

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir uma proposta de análise das construções predicativas que permite não somente fornecer uma descrição para os fenômenos apresentados no capítulo anterior, como também sugerir uma unificação na análise das diferenças entre os adjetivos predicativos e os adjetivos atributivos (modificadores intersectivos) presentes em DP-complexos.

Procuo, então, detalhar a estrutura que implemento nesta tese para descrição das construções predicativas. Trata-se de um exercício de formalismo, de um olhar bastante teórico-dedutivo que procura delinear, antes de chegar na averiguação empírica, o funcionamento formal da estrutura e seus pressupostos teóricos, para então verificar sua adequação empírica.

Trata-se, portanto, de uma proposta, como já comentado no capítulo anterior, que lida com um formalismo específico de estrutura sintagmática, que inclui c-comando assimétrico, categoria e segmento de categoria, e a definição de irmandade a partir da dominância por categoria. Mais do que isso. Essa também é uma tentativa de incorporar as abordagens das *Small Clauses* e Predicados Secundários aos quadros teóricos do Programa Minimalista.

Este trabalho se insere no quadro teórico da Gramática Gerativo-transformacional, conforme Chomsky (1975 [1955], 1965, 1986, *inter alia*), procurando implementar alguns asunções do Programa Minimalista (PM), conforme Chomsky (1995), entre outros.

2.1 A Proposta de Análise

2.1.1 A Estrutura

Como já mencionado anteriormente, apresento abaixo as estruturas que estou propondo para analisar os dados de construções predicativas, principalmente de predicados secundários e *small clauses* (SC) e, ainda, ofereço, mesmo que especulativamente, um olhar sobre a estrutura dos atributivos nos DP-complexos.

Uma adjunção simples, que envolva a projeção do segmento da categoria de uma das categorias na relação de adjunção, pode unificar relações entre um nominal (um DP ou NP) e um adjetivo (um AP), tomadas ou como uma relação predicativa ou como uma relação atributiva. Essa estrutura de adjunção, conforme proposta aqui, é capaz de unificar essas relações antes concebidas como relações distintas e com isso simplificar a teoria da gramática.

Nesse sentido, as relações entre um predicado depictivo e seu sujeito,¹ entre um sujeito e um predicado numa SC complemento, e entre um adjetivo atributivo e seu sujeito são relações sintáticas de predicação que podem ser descritas por meio das DE apresentadas na tabela 1 e repetidas abaixo por meio da tabela 2.1:

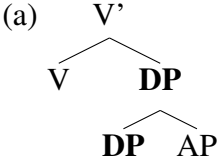
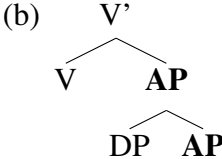
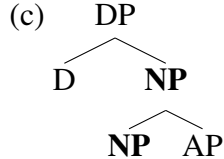
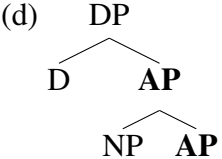
Pred. Secundária	Predicação em SC	Mod. Nominal I	Mod. Nominal II
(a) 	(b) 	(c) 	(d) 

Tabela 2.1: Proposta de Descrição da Predicação

Como eu argumentei no capítulo 1, quando há uma relação atributiva (modificação nominal) como em (c), o NP projeta; quando há uma relação entre um depictivo e seu sujeito o DP projeta (a);² e quando há uma SC, o predicado projeta (b). No entanto, ainda é possível o predicado projetar, mesmo no caso em que a estrutura de predicação seja selecionada por um núcleo determinante como o D, como em (d).

Para essa proposta fazer algum sentido, é preciso ter em mente como é a gramática que estou assumindo. Essa é uma proposta que necessita: (i) de um formalismo de adjunção que oponha *categoria* a *segmento de categoria*³ – nesse caso, a categoria que recebe a adjunção duplica-se em um novo segmento (nódulo) a cada nova adjunção, formando um novo segmento da mesma categoria (cf. May (1985), Chomsky (1986a), Kayne (1994) e Chomsky (1995), Guimarães (2010) entre outros); (ii) também de uma definição de dominância que oponha dominância por categoria à dominância por segmento de categoria (*dominância* versus *s-dominância*, respectivamente, de Raposo (1992, p. 208)); (iii) de uma definição de c-comando calculada apenas a partir de dominância e não a partir de s-dominância; (iv) de uma definição de c-comando que inclua a cláusula de exclusão, conforme Chomsky (1986a); (v) precisa ainda de uma defini-

¹O sujeito do depictivo é também chamado de “antecedente” por Himmelmann e Schultze-Berndt (2005). Este sujeito não pode ser confundido com o sujeito da frase. Trata-se de um participante de um evento principal que recebe uma predicação extra.

²Lobato (1990) propôs uma estrutura semelhante à estrutura em (a). Mais sobre isso na nota 3 da Introdução.

³Outras pesquisas que implementaram análises por meio desse tipo de adjunção: Kato e Nunes (2009), Gavioli-Prestes (2012), Knöpfle (2014).

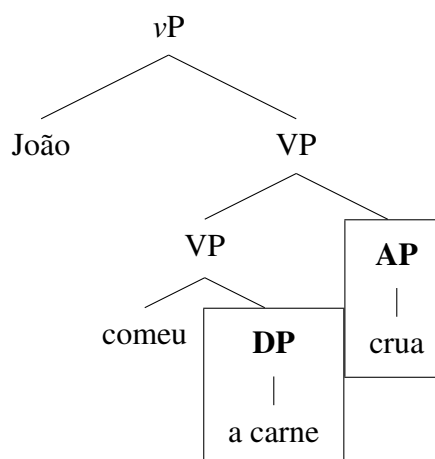
ção sintática de predicação e de localidade da predicação nas construções predicativas. Adiante, discuto em mais detalhes cada uma dessas propriedades.

Antes de discutirmos cada um desses detalhes técnicos, voltemos às estruturas apresentadas no quadro acima e observemos um exemplo de predicação secundária.

- (1) a. John ate the meat raw
b. João comeu a carne crua

Como apresentado no capítulo 1, a análise clássica desse dado leva a afirmar que ‘the meat’ e ‘raw’ e também ‘a carne’ e ‘crua’ (um DP e um AP, respectivamente) não formam um constituinte juntos, como representado na árvore abaixo, por meio das caixas independentes:

- (2) [*Predicação Secundária do Objeto*]



As análises clássicas apenas variam quanto à natureza do adjunto de VP, isto é, se o adjunto é apenas um AP sozinho, ou se esse adjunto é uma SC adjunta (o que na análise de Stowell (1981, 1983) se traduz como um AP, em cuja posição de *spec* há um *PRO*). Como dito no capítulo 1, Rothstein (2001) postula uma ramificação ternária de V', pendurando o AP como irmão tanto do DP sujeito como do núcleo V. Contudo, o importante é que nenhuma das análises clássicas postula a constituição entre o DP e o AP. Assim, o fato de o DP e o AP não formarem um constituinte faz a previsão de que o movimento da sequência ‘a carne crua’ com a interpretação predicativa correspondente seja ruim, seja barrada.

O problema é que, conforme Carreira (2008), esse dado existe e ele, juntamente com o estudo das Copulares Complexas, é um dos grande motivadores dessa tese (sobre as Copulares Complexas ver p. 42). O dado segue abaixo:

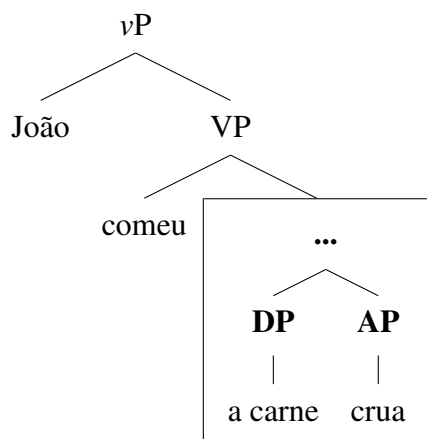
- (3) [**esse bife mal passado**]_i eu até comeria ...*t_i*..., mas [**ele cru**]_j eu não como ...*t_j*... de

jeito nenhum

Esse dado ficou conhecido por levar as análises clássicas a um paradoxo de constituição (como já discutido no capítulo 1; (ver p. 11), uma vez que tanto a sequência ‘esse bife mal passado’ quanto ‘ele cru’⁴ são sequências deslocadas de seu lugar inicial, conforme indicado pelas lacunas marcadas com os traços. A estrutura apresentada acima não prevê esse movimento, por não haver um constituinte que inclua exhaustivamente o DP e o AP da construção predicativa. Além disso, a sequência ‘ele cru’ demonstra claramente que ‘cru’ não é parte do DP, já que o pronome ‘ele’ sempre substitui todo o DP, o que nos sugere que o AP deva estar fora do DP. Aliás, esse é um teste bastante curioso, justamente porque nos mostra que o DP e o AP devem formar uma unidade, já que é possível mover; no entanto, o fato de termos um ‘ele cru’ mostra que ambos formam um constituinte juntos, mas o AP tem de estar fora do DP. Isso se a assunção de que pronomes substituem DP inteiros for verdadeira.

Assim, levando em conta o exposto acima, a descrição estrutural do dado em (1-b) seria algo como segue abaixo:

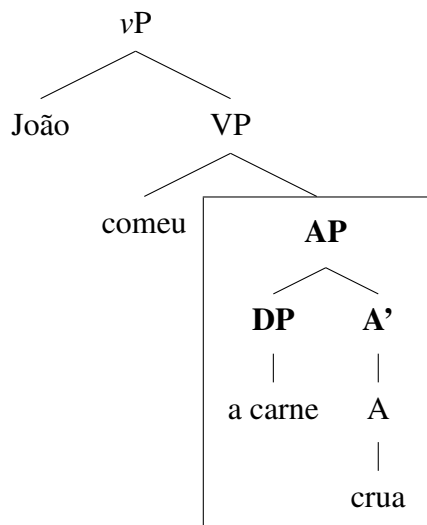
(4) [*Predicação Secundária do Objeto*]



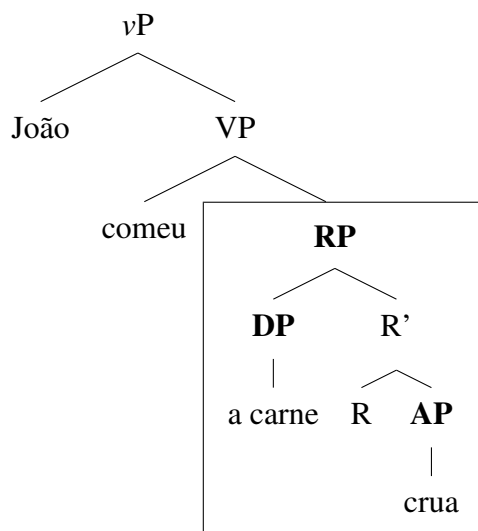
Nessa representação, temos o constituinte necessário para que o movimento apresentado no dado em (3) seja possível. O rótulo genérico marcado com reticências na árvore representa este constituinte. A pergunta que se coloca é: que constituinte é este? Acredito que haja diferentes possibilidades de respostas, uma das quais afirmar que se trata de uma SC canônica (*à la* Stowell (1981)) ou um RP, projeção de um núcleo funcional em R, como em den Dikken (2006). Vejamos:

⁴Em conversa por e-mail com Marcel den Dikken, ele me apontou que há algumas línguas que permitem modificação nominal de um pronome, algo como um atributivo de um pronome. Não estou testando essa afirmação aqui porque a expressão ‘ele cru’ tem claramente leitura predicativa.

- (5) [Predicação Secundária do Objeto - Uma SC-complemento - AP]



- (6) [Predicação Secundária do Objeto - Uma SC-complemento - RP]



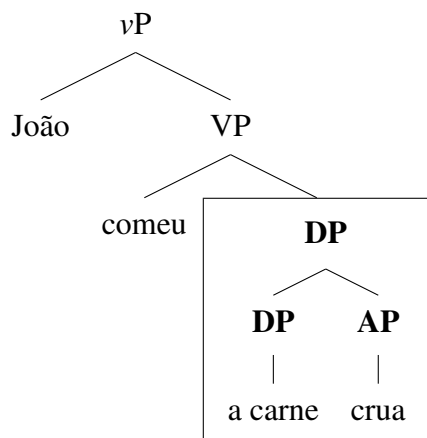
A tentativa de utilizar tanto a SC de Stowell (um AP) como o RP de den Dikken esbarra num problema importante que tem a ver com seleção semântica e categorial que o verbo ‘comer’ impõe sobre seu complemento. Assim, o constituinte irmão de V é tomado como de categoria DP e como tendo semântica de indivíduo. O fato de o DP complemento, em ambas as propostas acima, ficar numa posição de *Spec* de AP ou de RP impede-o de receber seu papel temático do verbo ‘comer’.⁵

Sendo assim, estou defendendo a hipótese de que uma adjunção seja capaz de resolver tanto a predicação entre o DP e o AP, quanto a necessidade de receber papel temático de núcleo

⁵Vale notar que é possível pensar uma adjunção a RP, na árvore em (6), liberando a posição de *spec* de RP e usando uma adjunção nos moldes propostos nesta tese (Maximiliano Guimarães, c.p.). Não investiguei essa possibilidade, visto que estou apostando numa teoria sem núcleo funcional com a finalidade exclusiva de mediar a predicação.

V. O rótulo então seria uma reprojeção do DP, um segmento de categoria do DP, como segue abaixo:⁶

(7) [Predicação Secundária do Objeto]



A árvore acima nos permite observar que a relação de atribuição de papel temático ao DP “a carne” pode ser realizada da forma clássica: localmente e por meio de c-comando mútuo (ver definição de c-comando adiante) ou por meio de m-comando. Nessa estrutura, existe o constituinte movível e também a relação de predicação entre o AP e o DP é realizada localmente (tomemos localidade estrita como *irmandade*). É fácil observar que essa proposta provoca vários questionamentos, dentre os quais, como acomodar as relações de acarretamento apresentadas em Rothstein (2001);⁷ e também como lidar com a possibilidade de pronominalização⁸ apresentada em Carreira (2008).

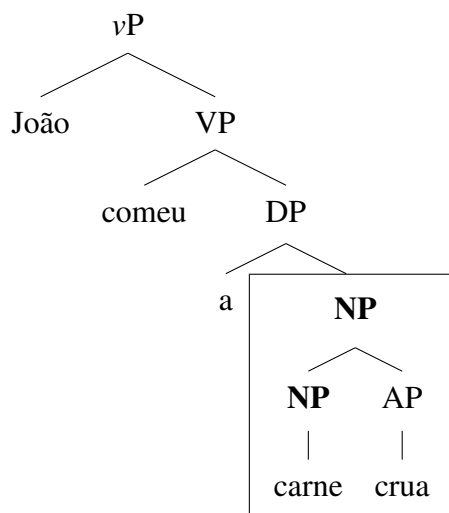
Procurou responder esses questionamentos mais ao final deste capítulo. Antes, porém, comparemos como essa proposta diferencia uma *construção de predicação secundária do objeto* de uma construção de *DP-complexo* que contenha ‘crua’ como um AP modificador nominal e de uma construção de SC complemento:

⁶Poderia ser uma reprojeção do AP, mas acredito que os traços de seleção categorial do núcleo verbal que se combina com a EP motive a projeção do DP em construções PS-objeto, e motive o projeção do AP em construções de SC complemento.

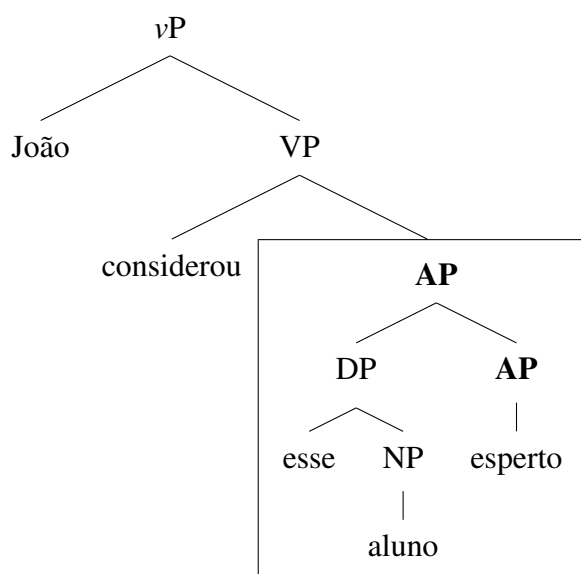
⁷Para Rothstein (2001) – e também em textos anteriores – as sentenças “John ate the meat raw” acarreta “John ate the meat”, mas a sentença “I consider that boy smart” não acarreta “I consider that boy”. Acredito que esse acarretamento pode ser atribuído às propriedades de seleção do verbo que se combina com a estrutura de predicação.

⁸O teste de pronominalização foi utilizado em Carreira (2008) para verificar se, em sentenças como “Eu considero esse menino inteligente”, a construção predicativa forma um constituinte, na medida em que a pro-forma ‘algo’ em “Eu considero algo” seja capaz de retomar anaforicamente a construção predicativa “esse menino inteligente”. Vale notar que a utilidade desse teste é bastante questionável na medida em que não se definiu claramente as propriedades lexicais e anafóricas desse pronome.

- (8) [Modificação Nominal - relação atributiva]



- (9) [Predicação Primária – Small Clause Complemento]



A diferença é resultado não apenas de quem projeta, mas também do que seleciona a estrutura, uma vez que: (i) na relação atributiva, a relação se dá dentro do DP, isto é, o núcleo D seleciona a estrutura de predicação e quem projeta nesta estrutura é o NP; (ii) no caso da predicação secundária do objeto, o núcleo V seleciona o DP sujeito da estrutura de predicação (já que com ele mantém uma relação temática) e nesta relação de predicação o DP projeta; (iii) por sua vez, num caso de SC, o núcleo V seleciona o AP, com quem mantém relações temáticas, e quem projeta na estrutura de predicação é o AP.

Como discutido na seção sobre a diferença entre o adjetivo modificador/atributivo e o predicativo (ver página 29), no caso da predicação na relação atributiva, o fato de o núcleo D selecionar a estrutura de predicação e projetar o DP “fecha a porta” para que esse adjetivo possa ser ligado pelo tempo da sentença, o que, especulativamente, leva à diferença de interpretação

entre um AP predicativo e um atributivo.⁹

Para melhor detalhar a proposta desta tese, preciso pontuar alguns conceitos chaves que estão na base da discussão e que foram já apontados acima como ingredientes dessa análise. São eles: a definição de dominância, a distinção categoria *versus* segmento de categoria, o c-comando e a adjunção.

2.1.2 Dominância

Dominância é uma noção utilizada na teoria desde de seu início. Em Chomsky (1955, 1957), não havia exatamente a definição de dominância, mas podemos dizer que dominância se equipara, no formalismo da época, à definição ‘representa’. Por sua vez, ‘representa’ era uma relação equivalente às ‘*is a relations*’. Essas eram relações definidas dadas a partir do conjunto união das derivações equivalentes de uma sentença por meio das regras de reescritura do componente de base. Vinte anos depois, com a introdução de marcadores sintagmáticos mais simples, como marcador sintagmático reduzido (LASNIK; KUPIN, 1977) (*reduced phrase Marker*) e também com a adoção da teoria X-barra e o abandono do componente de base a partir de Stowell (1981), a dominância passou a ser um primitivo da teoria e não mais derivada por meio de relações definíveis a partir do conjunto derivações equivalentes. A dominância tornou-se, portanto, uma relação entre nódulos, definida *a priori*. A partir dela se definiam as outras relações no marcador sintagmático, como o c-comando, a irmandade e a dominância não-imediata¹⁰.

Apresento abaixo, apenas para ilustrar, uma definição que ficou conhecida em Raposo (1992) e que ajuda a se ter uma ideia do que é essa relação. É importante notar, no entanto, que a definição que apresento a seguir parte de um desenho gráfico no papel, isto é, da árvore. Porém, do ponto de vista teórico, a dominância entre nódulos é o que permite a criação desse objeto matemático árvore:

⁹O fato de o DP fechar esse domínio torna o DP uma ilha. Assim, assumindo que o DP seja uma ilha que impede extração ou movimento tanto do NP quando do AP para fora da estrutura de predicação, isso nos ajuda a explicar a inexistência de orações como (i) “carne, João comeu a crua” ou (ii) crua, o João comeu a carne. Esta última é ruim com relação a interpretação associada à DE em (8) do texto, isto é, com a interpretação de AP atributivo. A frase em (ii) pode ser boa no sentido predicativo, o que é adequadamente previsto por esta análise, por meio da DE em (7). Essas observações foram resultados de importantes discussões que tive com a colega Andrea Knöpfle. Mais discussão sobre essas possibilidades de movimento pode ser encontrada na seção sobre visibilidade, ver subseção 2.2.5 e no início do Capítulo 3, na seção 3.1.1.

¹⁰Vale notar que outras propostas de marcadores sintagmáticos continuam a utilizar a dominância como uma relação primitiva; e outras, como Frank e Vijay-Shanker (2001), propõem derivar a dominância estabelecendo o c-comando como a relação primitiva.

(10) [DOMINÂNCIA]

x domina y sse existir uma sequência conexa de um ou mais ramos entre x e y e o percurso de x até y através desses ramos for unicamente descendente (RAPOSO, 1992, p.73).

Assim, nesse quadro teórico que ficou conhecido como GB, a dominância é uma relação entre nós, que é definida *a priori*, axiomáticamente; portanto, um primitivo da teoria. Esse primitivo estabelece um conjunto de relações entre nós, a dominância, e a partir desse mesmo conjunto de relações é que temos o objeto árvore estabelecido ou construído (cf. Partee, ter Meulen & Wall (1990, p. 439)).

No entanto, no correr dessa história, a partir de May (1985), houve uma pequena alteração nessa definição, já que a dominância passa a ser definida a partir de categoria; e categoria pode ter um ou vários segmentos (um ou vários nós) de si mesma, especialmente vários segmentos de categoria (mais de um) quando se trata de uma estrutura de adjunção. Com isso, o sistema define c-comando somente a partir de dominância por categoria (uma categoria é composta de um segmento ou vários segmentos) e não dominância por segmento de categoria. Tanto que Raposo (1992), em sua discussão, ilustra essa diferença por meio do estabelecimento de um conceito de *s-dominância* (dominância de segmento de categoria) versus *dominância* (dominância de categoria).

No entanto, essa relação foi reinterpretada no Programa Minimalista de Chomsky (1995), já que a árvore, assim como nos modelos anteriores à GB, voltou a ser somente um recurso gráfico, dado que as relações são agora definidas a partir de um sistema derivacional, cujo principal mecanismo de geração de estrutura são as operações de *merge*. Note que, no PM, dominância deixou de ser um primitivo da teoria e passou a ser uma noção derivada das operações de *merge*. Apesar disso, esse mecanismo não nos impede de falar dessas relações em termos de representações arbóreas, uma vez que o *merge*, ao construir estrutura, dá a essa estrutura um rótulo.

Para melhor entendermos isso, tomemos as operações de *merge* como um mecanismo construtor de estrutura sintática; uma operação que junta A e B, formando o conjunto {A, B}. Além disso, ela dá a {A, B} um rótulo K (Chomsky, 1995: p. 243) que resulta no conjunto {K, {A, B}}. Chamemos essa operação de dar rótulo de *projetar*.¹¹

¹¹redComo discuti, em nota no capítulo 1, seria melhor chamar essa operação de *rotular*. O termo ‘projetar’ apesar de bastante usando nesta tese, quando proposto por Chomsky (1995), era tido como parte de uma operação única, o *merge*. Um tratamento que olha para *merge* como uma operação composta de outras duas – *concatenar* e *rotular* – pode ser encontrado em Hornstein (2009) e Chomsky (2013). Essa perspectiva de um *merge* fatorado se alinha com o que venho chamando, talvez anacronicamente, de ‘projetar’.

E como definir qual o rótulo de uma categoria? Sobre isso, é importante considerar o que diz Chomsky (1995), quando discute o que é um rótulo. O autor diz que um rótulo é construído a partir de dois constituintes α e β e afirma que o rótulo, o γ , será uma das possibilidades abaixo, conforme Chomsky (1995, p.244):

- a. A intersecção de α e β ;
- b. A união de α e β ;
- c. um ou o outro: ou α e β .

Chomsky descarta as duas primeiras possibilidades¹² e fica com a possibilidade (c); portanto, ou α e β projetam e, nesse caso, quem projeta é o núcleo do sintagma construído.¹³

Dito de outro modo, a partir das discussões acima, as operações de *merge* constroem, para Chomsky (1995), estruturas do seguinte tipo $\{K, \{A, B\}\}$, em que K é um rótulo e também a projeção do núcleo. Suponhamos que A seja o núcleo, por ser o elemento que seleciona o outro (cf. Chomsky (2000) e Collins (2002)), nesse caso, teríamos: $\{A, \{A, B\}\}$ em que A é o rótulo.

Observamos, então, que, por se tratar de um modelo que usa de teoria de conjuntos em sua formalização, a dominância vai se traduzir como *pertinência a um conjunto*, isto é, a dominância é definida nesse sistema como uma relação não-primitiva definível a partir da relação de pertinência (da teoria de conjuntos) já que o *merge* constrói objetos sintáticos definíveis como conjuntos. Além disso, a dominância é recursiva. De qualquer forma, não entrando nos detalhes finos dessa discussão,¹⁴ e das consequências mais importantes a que tudo isso leva, gostaria de manter a noção de dominância mais ou menos como definida em Chomsky (1986), já que na estrutura citada, K é a projeção máxima que domina A e B; portanto, A e B são irmãs, não só porque foram mergidas numa operação de *merge*, mas também porque são filhas da mesma mãe. Assim, Chomsky (1986, p. 7) define dominância como:

(11) [Dominância por Categoria]

α is dominated by β only if it is dominated by every segment of β .¹⁵

¹²A opção em (a) é descartada, conforme o autor, porque a intersecção de α e β seria irrelevante para as condições de saída e frequentemente levaria a um conjunto vazio; a opção em (b), por sua vez, não seria relevante, mas, conforme o autor, seria contraditória se α e β diferirem em algum traço, o que é o caso geral.

¹³Mesmo descartando aquelas possibilidades, ele não fecha totalmente “as portas” para que alguma proposta formal as utilize. Moro (2000) faz justamente isso e considera uma das possibilidades descartadas por Chomsky para explicar não só movimento, mas também a estrutura mais fina das SC. Ele propõe que as SC teriam sim duas projeções máximas irmãs, que são mergidas, formando uma unidade que não projeta, ou que seja a projeção de um par ordenado das duas projeções máxima mergidas, isto é, ambos α e β que são os *input* da operação *merge*.

¹⁴Para detalhes técnicos, veja Chomsky (1995), Nunes e Thompson (), Guimaraes (2000), entre outros.

¹⁵ α é dominado por β somente se ele é dominado por todos os segmentos de β .

A definição acima depende de outra definição de dominância, que é a dominância por nó, conforme apresentado acima em (10).

Uma vez tendo dominância definida, fica ainda o problema de resolver como lidar com a adjunção dentro do PM, uma vez que a discussão sobre *merge* apresentada não esclarece como o PM lida com a adjunção; como esse formalismo nos daria a distinção categoria e segmento de categoria?

Na próxima seção, portanto, procuro apresentar como Chomsky (1995) lida com a adjunção, que é o que nos falta para estabelecer com maior clareza a proposta que estou construindo. Veremos que a abordagem chomskiana da adjunção é bastante problemática dentro dos pressupostos do próprio PM. Não vamos resolver isso aqui, posto que esse problema está em discussão por diversos trabalhos no programa, como por exemplo Hornstein e Nunes (2008), Hornstein (2009), Frank e Vijay-Shanker (2001), Frank, Vijay-Shanker e Hagstrom (1999), Frank e Kuminiak (2000), entre outros.

2.1.3 Adjunção em Chomsky 1995

Estou trabalhando com a noção de adjunção clássica a partir da estrutura X-barra da GB. No entanto, faço-o apenas informalmente e também porque na árvore é possível observar determinadas relações não tão facilmente caracterizadas a partir das relação de teoria de conjunto estabelecidas pela operações *merge*. Assim, um adjunto de uma categoria pode ser tanto um adjunto de núcleo, quanto de uma projeção máxima. Esse adjunto ao se adjungir a XP, por exemplo, faz que XP se torne uma categoria de dois segmentos, como discutido na seção anterior.

Apesar disso, tenho consciência de que a adjunção é um terreno complicado na teoria.¹⁶ Veja por exemplo como Chomsky (1995) trata a adjunção:

$$(12) \quad [\text{Adjunção}] \\ L = \{ \langle H(K), H(K) \rangle, \{ \alpha, K \} \}$$

A representação acima reproduz, no modelo de Chomsky (1995), a antiga distinção de categoria e segmento de categoria na GB (portanto, [K1, K2]). Por isso, pelo que vemos acima, a adjunção tem um caráter muito especial para Chomsky (1995). Um caráter diferente, já que uma adjunção projeta um par ordenado dos traços categoriais (chamemos somente de

¹⁶Trabalhos como Frank e Vijay-Shanker (2001) propõe soluções alternativas e matematicamente mais elegantes.

categoria) do núcleo da categoria a qual α se adjunge. Mas esse não é o maior problema. A dificuldade maior vem da forma como Chomsky (1995) define os níveis de projeção, conforme Hornstein e Nunes (2008). Para Chomsky (1995), uma categoria máxima, intermediária ou mínima é definida relacionadamente e nada nela inerente dá o nível de projeção. Assim, os níveis da X-barra são definidos da seguinte forma: (i) o nível máximo é o nível que não projeta e, portanto, não é dominado por uma projeção de si mesmo; (ii) o nível intermediário o nível que não é nem máximo nem mínimo; e (iii) o nível mínimo é o nível que é dominado por uma (ou mais) projeção de si mesmo, mas não domina nenhuma outra, sendo ele mesmo o núcleo da categoria, conforme citação abaixo:¹⁷

“A category that does not project any further is maximal projection of XP, and one that is not a projection at all is a minimal projection X; any other is an X’, invisible at the interface and for computation.”(CHOMSKY, 1995, p. 242)

Observe que, com esse tratamento, a adjunção representada por uma categoria de dois ou mais segmentos (projeções de si mesma) entra em choque com a definição de nível mínimo e nível máximo, uma vez que não parece ser possível falar de dois segmentos da categoria máxima (nem mesmo da categoria mínima). Por esse motivo, trabalhos como Hornstein e Nunes (2008) questionam esse ponto do formalismo de adjunção de Chomsky e propõem um novo tratamento. Hornstein e Nunes tratam a adjunção somente como concatenação, sem a parte ‘projetar’ que se traduz por ‘rotular’, subsumida pela operação de *merge*; no entanto, como um *last resort* a adjunção pode projetar em alguns casos, isto é, quando for obrigatoriamente necessário.

A abordagem de Hornstein e Nunes (2008) não é implementada nesta tese, porque a estrutura dos autores, por não apresentar o rótulo da estrutura da adjunção, coloca o adjunto numa posição ‘*dangling off*’ (veja figura 2.1 abaixo).

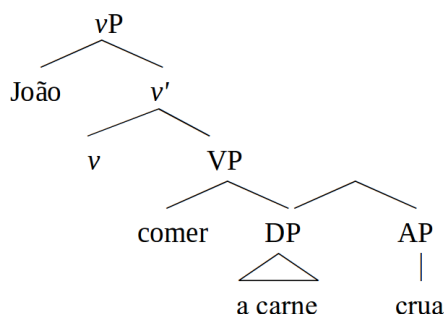


Figura 2.1: AP Apêndice da Estrutura – Sem Rótulo/Dangling Off

Nessa posição o adjunto, por não ser dominado por nenhuma categoria, não entra em relação de c-comando com outras categorias da ‘espinha dorsal’ da estrutura. Como minha

¹⁷Para uma apresentação mais detalhada e completa ver Chomsky (1995), Nunes e Thompson (), entre outros.

proposta assume algumas hipóteses de trabalho, como a visibilidade do AP predicativo (capítulo 1 e seção 2.2.5), a possibilidade de ele entrar em relação de c-comando com o núcleo V, ou como núcleo T (não desenvolvido até este ponto da pesquisa), é importante, para o tratamento que venho construindo, que haja c-comando de outros núcleos/constituintes da sentença sobre o AP.¹⁸

Apesar dos problemas apontados, é importante notar que a partir das reflexões que Chomsky (1995) faz (ver p. 338-340), é possível manter as relações de c-comando adequadas para a minha proposta, conforme já delineadas anteriormente. Chomsky dá a seguinte definição para c-comando quando ele discute a adjunção:

- (13) X c-commands Y if (a) every Z that dominates X dominates Y and (b) X and Y are disconnected.

O autor faz toda uma discussão em torno dessa definição. Mas, na verdade, essa é a mesma definição dada em Chomsky (1986) exceto pelo *disconnected*. Porém, podemos reinterpretar “X and Y are disconnected” como “X exclui Y como ficará mais claro na próxima seção.

2.1.4 Projeção Vácuca

A questão sobre o estatuto do nível de projeção (se mínima, se máxima ou se intermediária), conforme apresentada na seção anterior, também é um problema para esta tese, não só por se adotar a adjunção para formalizar a predicação, mas também por conta do formato da teoria de predicação adotada aqui que lança mão do estatuto de projeção máxima. A abordagem desenvolvida neste trabalho trata a predicação como uma relação que se estabelece entre duas categorias máximas irmãs (assimétricas) – seguindo em boa parte as propostas de Rothstein (2001). Por isso, algum recurso extra precisa garantir que essa relação se dê por meio dessas projeções na configuração.

Antes de considerarmos as projeções vácuas propriamente ditas, vamos considerar uma derivação da sentença “o Felipe considera a Duda inteligente” que envolve uma SC complemento – considerando características do sistema proposto aqui. Partamos da seguinte numeração $N=\{O, Felipe, considera, a, Duda, inteligente\}$, consideremos a derivação apenas até o momento da formação da SC-complemento, uma vez que o restante da estrutura frasal não

¹⁸Cavalcante (2012) também enfrenta alguma dificuldade com relação ao c-comando sobre adjuntos, utilizando a proposta de Hornstein e Nunes (2008), mas ele não propõe uma solução.

importa para discussão:

(14) [*Derivando a SC "a Duda inteligente"*]

passo 1: *select* 'a' e 'Duda' de N;

passo 2: *merge* 'a' e 'Duda' formando o {a {a, Duda}};

passo 3: *select* 'inteligente' de N.

Nesse momento da derivação, encontramos o predicado 'inteligente' que é parte da SC e, portanto, deve entrar numa relação de predicação com o DP {a {a, Duda}}. De acordo com as definições de Chomsky (1995), 'inteligente' é um núcleo mas é também uma projeção máxima, já que não domina nenhuma outra categoria. O Problema é que o sistema que venho construindo aqui precisa que 'inteligente' seja somente uma projeção máxima. Continuemos a derivação:

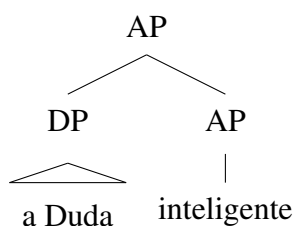
(15) [*Derivando a SC "a Duda inteligente"*]

passo 4: *merge* adjungindo {a {a, Duda}} com 'inteligente'

resultado: <inteligente, inteligente> {{a {a, Duda}}, inteligente} }

Vejamos a árvore:

(16)



O que nos garante que 'inteligente' seja uma projeção máxima? O fato de essa categoria não ser dominada por nenhuma projeção de si mesma – observe que essa afirmação retorna aos problemas apontados na seção anterior, mas vamos ignorar isso para facilitar a reflexão. Por sua vez, o que nos garante que 'inteligente' seja uma projeção mínima? O fato de essa categoria não dominar nenhuma projeção de si mesma. Portanto, essa é uma categoria mínima e máxima ao mesmo tempo. Quais seriam as consequências de se adjungir uma projeção mínima a uma projeção máxima? Que dificuldades enfrentaríamos com relação à morfologia?

Não tenho como responder essas questões aqui, mas para facilitar minha apresentação das discussões centrais desta tese, estou adotando a possibilidade de haver na gramática projeções vácuas de núcleos que não tomam complementos. Adoto esse sistema mais ou menos

como apresentado por Guimarães (2000) – adoto-o sem delinear detalhadamente o formalismo e suas consequências.¹⁹ No entanto, para esse sistema funcionar aqui é preciso ‘afrouxar’ um pouco as restrições que Guimarães impôs ao funcionamento de sua proposta, uma vez que, para o autor, as projeções vácuas só ocorreriam como último recurso e para que a derivação seja convergente em PF, respeitando o Axioma de Correspondência Linear – LCA.

As projeções vácuas seriam então motivadas por uma outra exigência do sistema que poderia ser formulada a partir de propriedades intrínsecas de itens lexicais da numeração, como: *ser um predicador monoargumental cujo único argumento é marcado lexicalmente como externo..* Não estou substituindo a restrição do autor, que versa sobre a necessidade de linearização para a derivação convergir na interface PF, mas colocando uma possibilidade adicional.

Se for possível projetar vacuamente a partir de outras restrições, como a citada acima, isso permitiria que a derivação apresentada anteriormente tivesse um passo extra, o que Guimarães chamou de *self-merge*.

Retomemos a derivação a partir do passo 3. Nesse ponto, já temos no espaço derivacional o objeto sintático DP {a {a, Duda}} e ‘inteligente’. Como ‘inteligente’ pode ser tanto máxima quanto mínima, o sistema precisa garantir que ‘inteligente’ tenha uma projeção máxima para ser tornar um predicado, para isso o C_{HL} deverá fazer um *self-merge* de ‘inteligente’ antes de fazer o *merge* desse predicador com o DP:

- (17) [Derivando a SC "a Duda inteligente"]
passo 4: *merge* ‘inteligente’ a ‘inteligente’ {inteligente, {inteligente}}

Assim, nesse passo da derivação, temos o constituinte máximo {inteligente, {inteligente}} e a derivação pode continuar como desejada.

- (18) [Derivando a SC "a Duda inteligente"]
passo 5: *merge* adjungindo {a, {a, Duda}} com {inteligente {inteligente}}
resultado: {<inteligente, inteligente> {{a, {a, Duda}}, {inteligente, {inteligente}}}}

Vale notar que, como o autor argumenta, o *self-merge* não é uma operação diferente, mas apenas o mesmo *merge*, conforme definição abaixo, retirada de Guimarães (2000, p. 91):

- (19) [*Merge*]

¹⁹Outros autores também trabalharam com a noção de projeção vácuca, a saber: Barrie (2006), Kayne (2008), Adger (2013), entre outros.

Input: α & β , such that both α and β are syntactic objects;

Output: $K = \{\gamma, \{\alpha, \beta\}\}$, such that γ (the label of K) corresponds to either the head of α or the head of β .

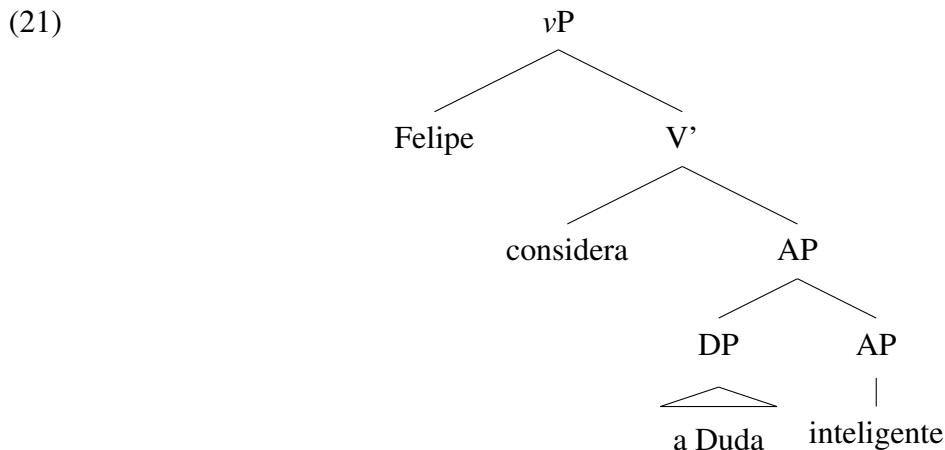
O que ocorre é que o *self-merge* é o *merge* em que o α e β são alimentados pelo mesmo objeto sintático. Na derivação acima, havia apenas uma instância de ‘inteligente’ e esta mesma instância é *mergida* a si mesma, produzindo como resultado uma projeção vácuua, como vemos na árvore abaixo:



Há várias questões que se colocam para esse sistema, não somente se se trata de uma mesma operação de *merge* ou se uma outra operação, mas também há questões relativas à necessidade de o sistema olhar adiante (*look ahead*) e questões de economia derivacional. Para uma discussão em torno destes problemas remeto o leitor a Guimarães (2000) e a Barrie (2006).

Há uma segunda possibilidade de lidar com essas questões de projeção máxima, projeção vácuua e adjunção, que seria adotar um outro sistema de adjunção, abrindo mão do *Bare Phrase Structure* e adotando o que ficou conhecido por c-comando primitivo (cf. Frank, Vijay-Shanker e Hagstrom (1999), Frank e Kuminiak (2000) e Frank e Vijay-Shanker (2001)). Essa possibilidade poderia reconfigurar várias propriedades desse sistema e, por isso, estou deixando para pesquisas futuras.

Seja qual for a solução para essas questões, algo como projeção vácuua precisa ser adotada e, assim, por esse motivo, as árvores apresentadas são como o exemplo abaixo:



Assim, conseguimos, mesmo que axiomáticamente, garantir que a relação de predicação se dê exclusivamente com projeções máximas, já que o nível máximo do sintagma é tomado como o predicado.

No modelo de Rothstein, isso é ainda mais importante, pois seu componente semântico calcula composicionalmente a semântica atribuindo axiomáticamente a esse nível de projeção o caráter de predicado. É também por meio desse nível de projeção que a autora consegue um dos elementos que distingue a predicação da atribuição de papel temático, pois independentemente da estrutura interna do predicado, se essa for uma categoria reconhecida como predicado, ela precisará ser saturada. Também porque, no componente semântico, essas categorias passam por uma operação de *predicate formation* que introduz uma variável a ser saturada. Essa operação tem importância para a autora, na medida em que a predicação licencia não somente expletivos, mas também alguns casos de sujeitos sem papel temático.²⁰

Por fim, acredito que a relação de predicação possa ser tomada como mais uma evidência da existência de projeções vácuas, conforme inicialmente propostas por Guimaraes (2000).²¹

Não desenvolvo os detalhes desta análise, mas tenho consciência da necessidade de se discutir essa questão melhor, uma vez que o uso que Guimarães faz das projeções vácuas (*self-merge*) é bastante restrito à necessidade de linearização. E os motivos aqui são outros, os quais não foram previstos pela proposta do autor.

2.1.5 O c-comando e a adjunção

O último elemento para terminar de caracterizar essa proposta é a definição de c-comando. Essa proposta precisa de uma relação de c-comando que dê ao Sistema Computacional (C_{HL}) a capacidade de computar as relações na descrição estrutural considerando a distinção *categoria* e *segmento de categoria* de May (1985) e Chomsky (1986a), como já mencionado anteriormente. Com isso, derivamos da antiga definição de c-comando o que já fora nomeado por super-comando por Barrie (2006). Uma discussão interessante a esse respeito foi apresentada por Guimarães (2010). Assim, estou usando nesta tese a definição de Chomsky (1986) como segue abaixo.

[C-comando ou Super C-comando]

- α c-commands β iff α and β are categories and α excludes β and every category that dominates α dominates β .

²⁰DP sem papéis temáticos são em sua maioria associado a uma posição temática do predicado, que é, no entanto, saturada por uma variável ou operador em exemplos como *John is easy to please*.

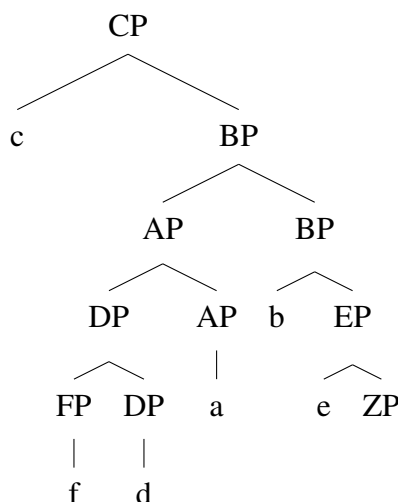
²¹Para uma discussão e crítica à análise de Guimarães, bem como uma solução alternativa recomendamos o trabalho de Barrie (2006).

- Exclusão: α excludes β if no segment of α dominates β . (CHOMSKY, 1986:8)

Observe, na definição acima, a cláusula de exclusão, a qual permite construir as relações de c-comando na adjunção de forma assimétrica, isto é, quando uma categoria α é adjunta a uma categoria β , α c-comanda assimetricamente β . Nos termos destas tese, isso seria traduzido da seguinte forma: numa estrutura de adjunção α c-comanda β sse β reprojeta um segmento de categoria no *merge*.

Barrie (2006) e Guimarães(2010) apelidaram essa definição de *super-comando*, porque ela permite a uma categoria A adjunta a uma categoria B c-comandar fora de B, como pode ser observado computando as relações a partir da representação abaixo:²²

(22)



Nessa representação em (22), levando em conta a definição de Chomsky (1986) e mesmo a de Chomsky (1995), AP c-comanda BP (e tudo que BP domina), mas BP não c-comanda AP, porque BP exclui AP. Além disso, o BP, o AP, o DP e o FP estão numa relação de c-comando mútuo com o ‘c’. Por outro lado, DP comanda AP e BP, FP c-comanda DP, AP e BP.

O que é crucial para minha análise, então, é que o núcleo ‘c’ c-comanda AP e o AP c-comanda ‘c’; portanto, entre ‘c’ e AP há c-comando mútuo e ambos estão numa relação de irmandade, já que a primeira categoria que domina AP domina também ‘c’, isto é, a categoria CP. É também importante o fato curioso de que AP, BP, DP e FP também são irmãs, pois são filhas da mesma mãe (são dominadas imediatamente pela mesma categoria, isto é, CP), no entanto, elas são irmãs somente por essa propriedade (serem filhas da mesma mãe), já que não

²²Vale notar que o super c-commando não é um novo tipo c-comando, mas um novo o mesmo c-comando tradicional. A diferença surge por meio da distinção de *categoria versus segmento de categoria* e por meio da cláusula de exclusão.

há c-comando mútuo, mas c-comando assimétrico de AP sobre BP, de DP sobre AP e BP, de FP sobre DP, AP e BP. A essa relação Guimarães (2010) deu o nome de *irmandade assimétrica*, nomenclatura que eu adoto aqui. A irmandade e a irmandade assimétrica são relações que terão sua importância aqui na definição da relação de predicação.

(23) [Irmandade Assimétrica]

Duas categorias A e B são irmãs assimétricas se:

- (i) Existe um C, tal que C domina imediatamente A e B; e
- (ii) Ou A exclui B ou B exclui A.

É importante notar que a irmandade assimétrica pode ser tomada apenas como um recurso expositivo se definirmos irmandade como *a relação entre duas categorias que são dominadas imediatamente pelo mesma categoria-mãe* – ficando de fora se há ou não c-comando mútuo. O que acontece é que geralmente se assume a irmandade também como c-comando mútuo, veja-se por exemplo trabalhos como Schein (1995). No entanto, deixo em aberto a utilidade da diferença entre irmandade e irmandade assimétrica, já que essa última pode ser útil, pois assumo a predicação nessas estruturas como uma relação assimétrica.

Chegamos novamente a um ponto interessante desse formalismo, se recuperarmos que Den Dikken (2006) define a predicação como uma relação *assimétrica e não-direcional*; entretanto, a assimetria proposta pelo autor é conseguida por meio de uma relação mediada por um núcleo funcional (o *RELATOR*) – como apresentado no capítulo 4. O que proponho nesta tese também pode ser tratado como uma relação que é *assimétrica e não-direcional*. Isso se dá, porque, como demonstrei acima, o adjunto c-comanda a categoria a que ele se adjunge; mas a categoria que recebe a adjunção não c-comanda seu adjunto.

Além do ponto acima, que é uma vantagem da proposta, vale notar que den Dikken (2006) defende que sua estrutura seja *não-direcional e assimétrica*, mas que tanto o sujeito quanto o predicado podem ocupar *spec* de RP. Porém, essa relação não é tão livre assim, já que a estrutura *predicado-sujeito* é reservada para alguns tipos de relações de predicação, como a relação a atributiva, isto é, a modificação nominal dentro do DP. Ora, isso não é diferente do que propomos aqui, o que dá maior plausibilidade à minha proposta, uma vez que num DP em que há uma predicação atributiva, o sujeito não vai c-comandar seu predicado, mas o seu predicado vai c-comandar seu sujeito. Isso é exatamente o contrário do que acontece nos casos de SC discutidos nesta pesquisa. Importa notar que essa relação não foi pensada *a priori*, mas me parece agora uma consequência muito interessante da proposta em tela.²³ Para melhor

²³Esse detalhe sobre essa propriedade do formalismo e a comparação com a proposta do den Dikken (2006) foi

compreensão dessa propriedade observe a ilustração abaixo:

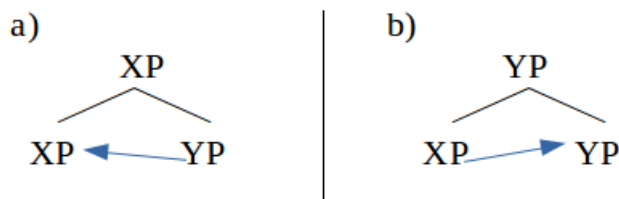


Figura 2.2: Predicação: assimétrica e não-direcional

Na figura em 2.2 a seta indica a relação de c-comando assimétrico. Observe, no entanto, que se trata, tanto em (a) quanto em (b), da mesma relação local de predicação dada pela relação de irmandade assimétrica. O que muda a direção do c-comando assimétrico é a ambiguidade de projeção, isto é, a possibilidade de tanto o sujeito quanto o predicado reprojetaem o segmento de categoria na adjunção. Com isso, podemos formalizar a teoria unificada da relação de predicação, mas mantendo pequenas diferenças de instanciação na construção da EP, isto é, se se trata da predicação numa SC ou da predicação na relação de modificação dentro do DP ou mesmo numa predicação de um DP-objeto com um predicativo, como nos casos de PS-objeto.

2.1.6 Adjunção e Ambiguidade de Domínio

O objetivo desta seção é apresentar e discutir, a partir de Kato e Nunes (2009) e Chomsky (1995)), uma propriedade bastante importante do tipo de estrutura que venho propondo. Trata-se da possibilidade de uma categoria adjunta participar em dois domínios, isto é, de poder estabelecer relação com dois núcleos de sintagmas diferentes. A isso estou chamando de *ambiguidade de domínio*. Considere a representação abaixo (cf. Kato e Nunes (2009, p. 85):



Nessa árvore, a categoria ZP pode participar de duas relações locais (uma relação com o núcleo X e outra com Y). Isso se dá porque ZP pertence a dois domínios mínimos, isto é, pertence ao domínio do núcleo X e ao domínio do núcleo Y. Para entendermos isso, observe as apontada por Maximiliano Guimarães (comunicação pessoal).

definições de domínio e de domínio mínimo de Chomsky (1995, p. 177-178) abaixo:

(25) [Domínio de α ($D(\alpha)$)]

Take the domain of a head α to be the set of nodes contained in $Max(\alpha)$ that are distinct from and do not contain α .

Essa definição estabelece que o domínio de um núcleo α é o conjunto de categorias que estão contidas nas projeções de α (e tudo o que essas categorias dominam), considerando $Max(\alpha)$ a projeção mais alta do sintagma α , entendendo ‘mais alta’ como a projeção mais dominante e assumindo definição de continência conforme segue abaixo:

(26) [Continência]

*The category α contains β if **some** segment of α dominates β .*

Assim, considerando a árvore em (24), vemos que XP contém ZP, dado que um segmento de XP domina ZP. Por isso e a partir da definição de domínio acima, ZP pertence ao domínio de X, mas ZP também pertence ao domínio de Y, uma vez que ZP está contido em YP, pois é dominado imediatamente por X’.

Para efeito das relações locais com os núcleos, Chomsky propõe, a partir do conjunto $D(\alpha)$ uma definição de domínio mínimo de α , com objetivo de formalizar as relações locais com os núcleos, conforme apresentado abaixo:²⁴

(27) [Domínio Mínimo de α ($Min(D(\alpha))$)]

*O menor subconjunto K pertencente a $D(\alpha)$ tal que para qualquer $\gamma \in D(\alpha)$, algum $\beta \in K$ domina reflexivamente γ .*²⁵

Essa definição garante que somente as categorias que estabeleçam relações locais com os núcleos componham o domínio mínimo, já que as categorias pertencentes a ele não são dominadas por nenhuma outra do conjunto $D(\alpha)$.

Assumindo as definições acima, o sintagma ZP pertence tanto ao $Min(D(X))$, quanto ao $Min(D(Y))$. Isso se dá porque ZP pertence ao $D(X)$ e ao $D(Y)$ e ZP é a única categoria

²⁴Definição adaptada a partir de Chomsky (1995, p. 178). No original, o autor usa “of S”, onde usei “pertencente a $D(\alpha)$ ”, mas logo à frente o autor esclarece que S deve ser entendido como $D(\alpha)$.

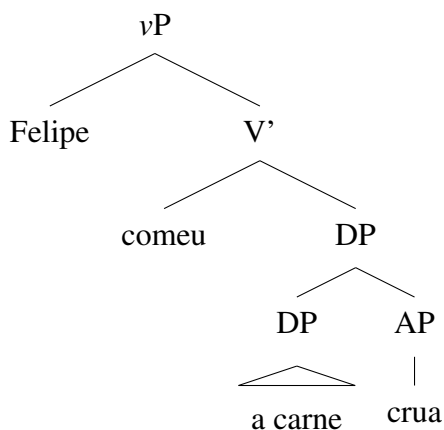
²⁵O livro *Understanding Minimalism*, Hornstein, Nunes e Grohmann (2005), fornece uma definição mais facilmente legível: “*The Minimal Domain of α , or $MinD(\alpha)$, is the set of categories immediately contained or immediately dominated by projections of the head α , excluding projections of α* ”.

que domina reflexivamente ZP. Dessa forma, usando ainda os termos de Chomsky (1995), ZP está tanto no *domínio mínimo complemento de Y* (posição *compl*), quanto no *domínio mínimo residual* de X.²⁶

Nesse sentido, a propriedade descrita acima, com relação a ZP, permite-nos sustentar a DE que estou propondo para analisar as construções com predicação secundária do objeto. Isso se dá porque desta forma, podemos permitir que o sujeito ou o predicado numa estrutura de predicação possa participar localmente tanto da relação de predicação como da relação de complementação com relação ao núcleo que se combina com esta estrutura.

O dado a seguir e sua DE é um bom exemplo do que estou procurando descrever. Observemos:

- (28) a. O Felipe comeu a carne crua
b.

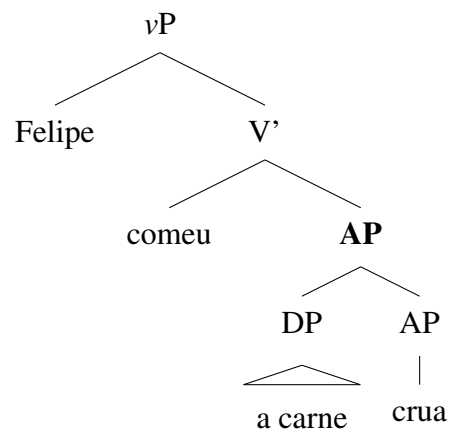


Por meio desta árvore, é fácil ver que DP e o AP estão no $\text{Min}(D(V))$ – V é o verbo ‘comer’ – uma vez que o DP e o AP são imediatamente dominados por V’ e nenhuma outra categoria pertencente ao conjunto $D(V)$ domina DP e AP. Usando a definição: a única categoria β de $D(V)$ que domina reflexivamente o DP é o próprio DP; e a única categoria β que domina o AP é o próprio AP. Dessa forma, o DP pode estabelecer uma relação com V, mas o AP também poderia entrar numa relação com V, apenas não o faz porque o V não seleciona o AP. No entanto, o fato desse AP ter leitura predicativa, poderia ser formalizado por meio desta relação com o V, um vez que a leitura predicativa é justamente aquela que manifesta uma conexão com o evento descrito pelo predicado principal.

Curiosamente, esse tipo de estrutura também nos permitiria contemplar uma segunda possibilidade de análise para a predicação secundária, conforme segue abaixo:

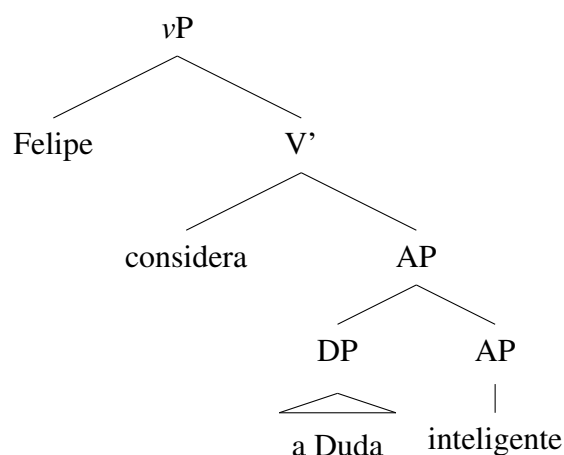
²⁶Domínio residual ou domínio de checagem são os *spec* e as posições de adjunção de uma categoria máxima, no caso XP.

(29)



A diferença entre a estrutura acima e a anterior está em “que categoria (re)projeta na estrutura de predicação”, na adjunção. Observe que tanto o DP quanto o AP poderiam projetar. Estou assumindo a hipótese de que o DP projeta quando se trata de uma predicação secundária, já que o DP mantém uma relação temática com o V, mas nada impediria que o AP projetasse. Não investiguei a possibilidade de o AP projetar, mas certamente esse é um caminho interessante de investigação. A estrutura em que o predicado projeta é utilizada para descrever a SC-complemento, como exemplificado abaixo. Vale observar, no entanto, que as relações temáticas que o núcleo V estabelece com a EP já seriam suficientes para estabelecer uma distinção entre construções de predicação secundária e o que ficou conhecido por SC-complemento, conforme dado (30) abaixo:

- (30) a. O Felipe considera a Duda inteligente
 b.



Vale notar também que a diferença de reprojeção modifica as relações de c-comando, o que possibilita testar a adequação descritiva dessa proposta. Deixo esses detalhes para seções posteriores.

2.1.7 Constituição da Estrutura de Predicação

De qualquer forma, apesar da ambiguidade de projeção apontada acima, há uma propriedade importante que quero reafirmar aqui, conforme evidências empíricas observadas no capítulo 1: as construções de predicação secundária, bem como as SC-complemento formam um constituinte a partir do DP sujeito e do AP predicado. A isso chamo de *propriedade da constituição* da predicação. No entanto, Rothstein (2001) apresenta argumentos para a não-constituição, o que discuto a seguir.

O fato de haver um constituinte formado pelo PS e seu sujeito é importante, na medida em que explica as propriedades de movimento das construções com predicação secundária do objeto, e a ambiguidade de domínio presente na estrutura dá plausibilidade à proposta, uma vez que explica as possibilidades de relações temáticas e estruturais com o núcleo V. Com isso, é possível rejeitar a propriedade da “não-constituição da predicação secundária” de Rothstein (2001). Para melhor ilustrar esse ponto, considere os exemplos abaixo:

- (31) a. O Felipe comeu *a carne crua*
 b. O Felipe considera *a Duda inteligente*

Para Rothstein, a expressão em itálico constante do dado em (31-a) não forma um constituinte, pois tanto o DP ‘a carne’ quanto o AP ‘crua’ são irmãos de V (uma estrutura com ramificação ternária).²⁷ Por sua vez, no dado em (31-b), a expressão ‘a Duda inteligente’ forma um constituinte que inclui exaustivamente somente o DP ‘a Duda’ e o AP ‘inteligente’. Nesse caso, uma categoria SC é irmã de V, para a autora.

Consideremos cada um dos dados acima separadamente. Como a autora chega à não-constituição da predicação secundária (dado (31-a))? Tomemos como ponto de partida a citação a abaixo:

The combination of mutual c-command constraint and what we may call theta-constraint – the constraint that the subject of a secondary predicate is theta-marked by another lexical head – constraints the possible environment in which adjuncts of this kind occur. The constraint that a verb assigns an internal theta-role to a syntactic sister and the mutual c-command constraint on predication together guarantee that **a secondary predicate and its subject cannot form a**

²⁷Conforme apontado por Maximiliano Guimarães (durante a defesa), a estrutura proposta nesta tese não é completamente distinta de uma estrutura com ramificação ternária, dado que, nas estruturas de adjunção, conforme definidas neste capítulo, há também uma categoria com mais de uma irmã. A diferença crucial é: essa adjunção nos dá um constituinte binário, que pode ser manipulado, movido, o que não há nas ramificações ternárias. Logo, a adjunção não é uma ramificação ternária, mas uma análise feita em termos de ramificação ternária captura intuições importantes.

constituent [grifos meus]. (ROTHSTEIN, 2001, p. 127)

A autora deriva a não-constituência do fato de que o núcleo V, ‘comer’ em (31-a), atribui um papel temático ao sujeito da estrutura de predicação (ao sujeito do AP ‘crua’), somado ao fato de que deve haver c-comando mútuo entre o sujeito e o predicado secundário (uma restrição sobre a localidade da predicação). Por causa desses dois elementos, a única estrutura plausível será aquela que colocar o núcleo V, o DP e o AP numa relação de c-comando mútuo, uma vez que a marcação temática do argumento interno também ocorre por meio de c-comando mútuo.

Por sua vez, no dado em (31-b) a constituição da SC-complemento se segue naturalmente, uma vez que o núcleo V ‘considerar’ não *theta*-marca o DP ‘a Duda’. Assim, a predicação entre o DP e ao AP se dá localmente em um constituinte SC.

A teoria proposta nesta investigação rejeita a tese da *não constituição da predicação secundária*. Ambos os dados apresentados em (31) teriam um constituinte para acomodar a estrutura de predicação. Primeiro porque a localidade foi reinterpretada por meio da definição de irmandade (assimétrica) e a ambiguidade de domínio garante a relação de c-comando mútuo entre o V e o seu DP complemento.

Rothstein (2001) ainda enfrenta um problema com os casos das construções resultativas intransitivas. Nesses casos, o sujeito do predicado secundário resultativo não é *theta*-marcado pelo verbo da matriz. Sendo assim, a autora não consegue barrar a formação de um constituinte que inclua o sujeito e o PS-resultativo. Para ilustrar esse problema, considere os dados abaixo (retirados de Rothstein (2001, p. 127)):

- (32) a. They watered the tulips flat
b. They painted the house red
c. They hammered the metal flat

De acordo com a autora, as construções resultativas são distintas das depictivas, porque os resultativos são predicados orientados apenas para o objeto direto e, também, porque os AP resultativos ‘flat’ e ‘red’ descrevem o estado resultante da denotação do DP ‘the tulips’ e ‘the house’ (seus respectivos sujeitos) e esse estado perdura ao final do evento denotado pelo predicado principal. Para a autora, os dados de resultativas acima teriam uma estrutura semelhante aos dados de depictivos (PS), isto é, uma estrutura ternária que coloca V, o DP sujeito do predicado resultativo e o AP (ou PP) resultativo, numa relação de c-comando mútuo, mas sem a formação de um constituinte que domine exhaustivamente o AP-resultativo e o DP-sujeito e nada

mais. A não-constituência aqui se segue naturalmente da abordagem da autora. No entanto, os dados abaixo colocam um sério problema para essa análise:

- (33) a. They laughed John off the stage
 b. He cried himself sick
 c. She ran the soles off her shoes

Os dados acima são exemplos do que ficou conhecido por resultativas intransitivas. Nelas o verbo que se combina com a construção resultativa, por exemplo, “John off the stage”, é um verbo intransitivo que não marca o sujeito da relativa com um papel temático. A previsão que a teoria de Rothstein (2001) faz é a de que essa expressão deva formar um constituinte SC, porque a não-constituência não é exigida. Mas isso cria um paradoxo. Vejamos, abaixo, as duas possibilidades de análise que a autora contempla. Ambas questionáveis, segundo a própria autora (p.128).

- (34) a. They [^{VP} [laughed] [John] [off the stage]]
 b. They [^{VP} laughed [^{SC} [John] [off the stage]]]

Se a DE dos dados em (33) for como exemplificado em (34-a), que é a análise da predicação secundária da autora, então, as resultativas intransitivas, conforme a autora, não se comportam como as construções de PS, considerando a definição de predicação secundária, “*since the subject of the resultative is not a theta-marked argument of a lexical head*” (ROTHSTEIN, 2001, p. 128). Isso nos leva automaticamente a postular uma SC para a construção resultativa em (33), conforme descrito em (34-b). Com isso, de acordo com a autora, teremos uma estrutura de predicação primária sem flexão,²⁸ que não se encontra em uma posição argumental. Na abordagem da autora, a predicação primária forma um constituinte que precisa ser licenciado, precisa ser argumento. Sendo assim, a questão é: como licenciar o constituinte SC formado? Esse licenciamento, ou essa condição também não será satisfeita, pois o verbo que se combina com a estrutura de predicação resultativa não seleciona nenhum argumento. A autora oferece uma solução que se constrói a partir do formato de sua proposta para o componente semântico; algo que não foi objeto desta tese.²⁹

A descrição das resultativas não é o foco deste trabalho, no entanto, acredito que esta proposta não enfrenta o problema da não-constituência sobre as construções resultativas, que a

²⁸Para a autora as SC complementos de verbos como ‘considerar’ são casos de predicação primária sem flexão.

²⁹A autora propõe um regra semântica de análise da resultativa chamada de “*Generalized Resultative conjunction*”. Ver Rothstein (2001, p. 159).

Rothstein(2001) enfrenta. Mas o problema do licenciamento do constituinte SC é também uma questão para esta tese, que deverá ficar para investigações futuras. De qualquer forma, algumas respostas para essas questões já foram apresentadas por Knöpfle (2014) e referências citadas pela autora.

Na próxima seção, já assumindo as definições apresentadas acima, o que deve ter dado ao leitor uma ideia geral de minha tese, podemos voltar à estrutura e fechar alguns detalhes dessa proposta de análise.

2.2 A Estrutura e a análise

Com o que apresentei, podemos de forma simples explicar o comportamento da construções predicativas (como predicação secundária e construções de SC-complemento) e atributivas no PB e, talvez, inaugurar um olhar totalmente novo sobre o funcionamento descritivo dessas construções, bem como seu comportamento sintático.

Apesar do ar novidadeiro do parágrafo anterior, uma proposta semelhante já foi empreendida no início dos anos 90, por Caroline Heycock em sua tese de 1990, publicada em 1994. No entanto, duas diferenças importantes devemos notar: (i) Heycock propunha uma análise para a predicação da frase – a predicação primária em sua proposta não se estendia às construções predicativas e atributivas; (ii) a autora não usava a definição de c-comando apresentada acima, mas apenas a versão clássica (definida a partir nódulos; portanto, sem cláusula de exclusão), o que leva a uma diferença importante: entre o sujeito e o predicado há c-comando mútuo (na proposta da autora). Minha proposta difere nesse quesito, uma vez que *não* há c-comando mútuo entre o sujeito e o predicado na predicação secundária, nem nas SC, conforme árvore em (22). A autora também usava uma adjunção para predicação primária e defende essa estrutura, como é fácil ver por meio desta passagem: “...under the analysis proposed in this book, positions licensed by primary predication rather than θ -role assignment are, by definition, adjoined positions.”(HEYCOCK, 1994, p. 253) No entanto, apesar da adjunção, a proposta de Heycock não inclui a ambiguidade de domínio (seção anterior desta tese), uma propriedade resultante da relações de dominância por categoria, associada a um c-comando que inclui a cláusula de exclusão.

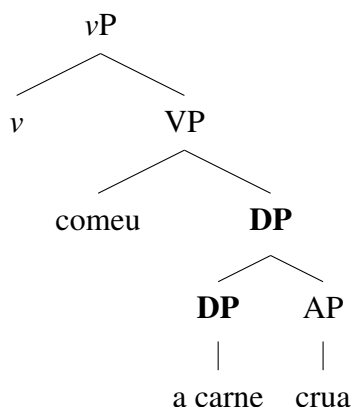
Portanto, são as relações finas citadas que caracterizam a grande diferença e de onde eu pretendo derivar, senão todas, boa parte das propriedades atribuídas à predicação em construções predicativas.

Observe que a ausência de c-comando mútuo traz um problema para esta proposta, se

levamos em conta que já no início dos anos 80, Williams (1980) definia a predicação como uma relação local e essa localidade se traduzia por c-comando mútuo. Acredito que esse problema possa ser resolvido facilmente se fizermos uso da relação de irmandade (assimétrica) conforme definida acima.

Passemos então a observar a análise mais de perto. Retomemos o exemplo de predicação secundária do início deste texto e verifiquemos se essa teoria tem algum poder descritivo sobre os predicados secundários do objeto.³⁰ A árvore abaixo foi apresentada no início deste capítulo como uma representação da predicação secundária orientada para o objeto:

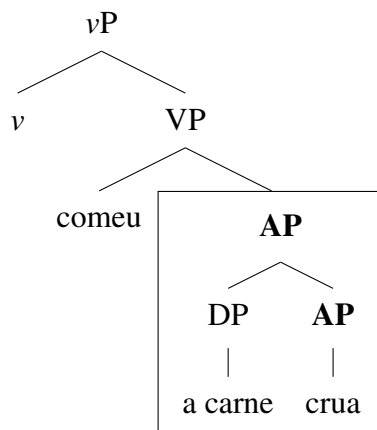
(35) [Predicação Secundária do Objeto]



Há, no entanto, uma outra possibilidade de descrição estrutural – representada abaixo – que é resultado das duas possibilidades de projeção na adjunção – fenômeno ao qual vou me referir pelo nome de “*ambiguidade de projeção*”:

³⁰Vou retornar aos predicados secundários do sujeito somente no capítulo 3. Como já afirmei no capítulo 1, Rothstein (2001) não trata os casos de predicados orientados ao sujeito como predicação secundária, já que ela os analisa como exemplos de formação de predicados complexos (unindo o VP-predicado ao AP-adjunto de VP, na análise da autora) por meio de um mecanismo de absorção de predicados, cf. Rothstein (2001, p. 110-113). Essa proposta é algo semelhante ao *theta-identification* de Higginbotham (1985), que permitia que um nominal como ‘bird’ e um adjetivo como ‘green’, ao formarem ‘green bird’, pudessem saturar suas posições temáticas com o determinante por meio do operação de *theta-binding*. No caso da autora, o predicado AP seria absorvido pelo VP e os índices desses dois predicados VP e AP se fundiriam e seriam percolados a I’, a categoria com a qual a predicação da frase é estabelecida, a categoria a ser saturada.

(36) [Predicação Secundária do Objeto]

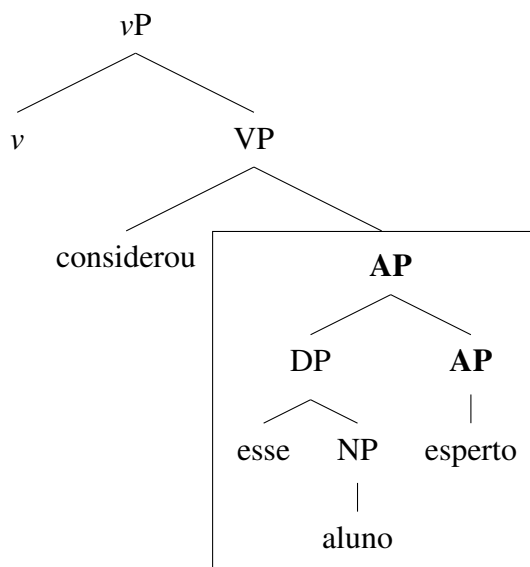


Assim, considerando as duas representações acima, é possível observar que o núcleo V ‘comer’, seleciona seu complemento de forma trivial em ambas as árvores, se a seleção se der, por exemplo, por meio de c-comando mútuo.³¹ Mas há cinco questionamentos que eu gostaria de notar e de perseguir: (i) por que o núcleo V não seleciona AP, ou dito de outro modo, como o AP pode estar no MinD(V) se AP não é selecionado categorialmente ou semanticamente pelo núcleo V (não é licenciado nesse domínio via seleção)? (ii) que mecanismos permitem a predicação entre o DP e o AP? e (iii) se a duplicação da categoria na adjunção puder ser livre, tanto o DP quanto o AP poderiam em tese projetar; nesse caso, como ficaria a seleção do verbo ‘comer’, se o AP projetasse? (iv) há alguma forma de barrar a projeção do AP, como base na relação de predicação secundária em oposição à predicação primária numa SC? (v) se o AP projetar na predicação secundária, que propriedade dos sintagmas que são entrada da operação de *merge* (no caso V e AP) poderiam guiar o *merge* a concatenar V e AP?

Para responder essas perguntas é preciso levar em conta que as árvores em (35) e (36) tem uma semelhança muito grande com minha proposta de análise das SC complementos:

³¹É importante notar que o c-comando mútuo resolve o papel temático do complemento nas árvores discutidas. Porém, para que o c-comando mútuo valha para todos os casos de seleção ou de atribuição de papel temático, é preciso assumir que a relação de c-comando mútuo se dê com alguma projeção desse núcleo (seja mínima, intermediária ou máxima). Nesses termos, poderíamos pensar numa unificação, já que podemos explicar agora a atribuição de papel temático entre um sintagma que recebe papel de agente e a projeção *v'* do núcleo *v* (*v*-leve ou *voice*). Mas não podemos resolver tudo em termos de c-comando mútuo, pois, se houver atribuição de papel temático entre um predicado adjetival (uma projeção máxima) e seu sujeito – como tenho assumido –, já não poderemos resolver atribuição de papel temático em termos de c-comando mútuo, já que em minha proposta o AP predicado e seu sujeito DP estão numa relação de c-comando assimétrico. Agradeço a Maximiliano Guimarães as sugestões nesse ponto. Guimarães me sugeriu uma unificação em termos de irmandade. Dessa forma, mesmo na irmandade assimétrica, por meio da qual acontece a predicação, ainda poderíamos resolver a atribuição de papel temático.

(37) [Predicação Primária – *Small Clause Complemento*]



Nesta descrição, o núcleo V também está numa relação de irmandade com um segmento da categoria AP, como ocorre na árvore em (36). Por isso, é preciso pensar nessas perguntas acima.

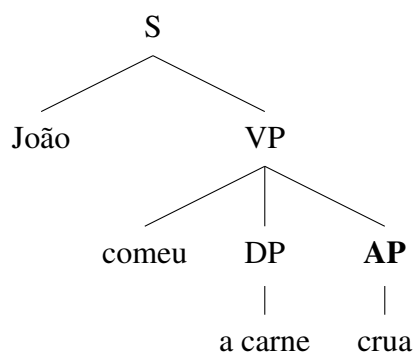
Acredito que a primeira e a segunda questão tenham respostas mais simples. Por sua vez, as questões (iii), (iv) e (v) são bem mais intrincadas e difíceis de responder. A partir desse ponto do texto, procuro discutir possíveis respostas a essas questões.

2.2.1 AP no MinD(V) e Seleção

A primeira pergunta é respondida de forma simples: o núcleo V pode reger (ou ter em seu MinD) o AP, mas este não é seu argumento, não o seleciona, porque seleção é uma propriedade do item lexical, no caso ‘comer’ (que contém um traço de seleção, um ‘*selector*’, cf. Chomsky (2000)); Há ainda mais a dizer sobre a pergunta (i): precisaríamos de regência? como pode algo ser regido e não selecionado e o que licencia o AP?

Primeiro, a teoria de regência foi inicialmente abandonada em 1993/1995 com a PM, mas há outras implementações que cumprem a função que a regência cumpria, como a *teoria de fases*. No entanto, o problema proposto pela questão (i) já foi enfrentado por Williams (1980, 1983). Williams propunha a seguinte estrutura para o tipo de dado acima:

(38)



Para o formalismo de Williams (1983), o AP acima também teria problema em aparecer nessa posição já que ele não é argumento do verbo. Porém como exposto acima, a pergunta (i) deixa de ser uma questão se não tratarmos essa posição como um local para categorias marcadas para receber somente papel temático. Isso abriria espaço para o AP estar dentro do domínio de seleção argumental desse verbo.

Mas o que licenciaria o AP no domínio mínimo de V? Acredito que para essa questão haja duas respostas possíveis, ambas já presentes na literatura. De acordo com Rothstein (2001, p. 47) o AP seria licenciado pela relação de predicação, ou seja pelo fato de o AP ser um predicado sintático e ser saturado pelo DP (ver árvore acima). Por outro lado, Heycock (1994, p. 23-24) argumenta que tanto faz se o predicado precisa ser licenciado por saturação ou se ele sequer precisa ser licenciado, uma vez que princípios independentes, como licenciamento de argumentos, vão obrigar a saturação. Por conta disso, a autora acha mais natural a assunção de que a predicação como uma relação de licenciamento é direcional e licencia o sujeito da relação e não o predicado, pois o predicado não precisaria de licenciamento, conforme citação abaixo:³²

“Given the parallel with θ -assignment discussed above, it seems that the most natural assumption is that predication is directional: it licenses the subject, not the predicate. Predicate XPs, on the other hand, do not need to be licensed, presumably because they constitute the core around which the syntactic structure is built.” (HEYCOCK, 1994, p. 24)

Além disso, como é discutido mais adiante, o AP estando nesse domínio também nos fornece a possibilidade de distinguir a leitura atributiva da leitura predicativa, dado que o AP predicativo estabelece uma relação de predicação com o DP, mas mantém-se visível, por estar num contexto em que o AP pode estabelecer com o V – talvez com o T – uma relação de temporalidade – de concomitância como discutido no capítulo 1.

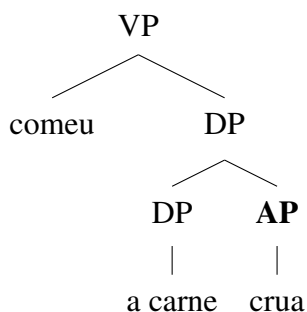
³²Talvez a EP toda precise ser licenciada e o será se ela ou parte dela for marcada por uma seleção (temática ou de outra natureza) como é discutido adiante nesta tese.

Nos anos 80, o AP nessa posição era uma questão também para o formalismo, mas porque, além da regência, era preciso garantir um domínio mínimo da predicação, era preciso garantir uma localidade da predicação. No caso das SC era preciso ainda garantir que seu sujeito fosse regido por um núcleo fora SC para que esse sujeito recebesse Caso. Por outro lado, nas SC-adjuntas (Stowell (1981, 1983)), o sujeito da SC não podia ser regido para garantir a presença de um *PRO*. Como discuto adiante no capítulo 4, isso leva a dizer que a categoria AP (a SC de Stowell (1981, 1983)) precisaria ser ao mesmo tempo uma barreira e não-barreira. Uma contradição, conforme críticas de Williams (1983).

Com a discussão que fizemos sobre o AP estar em dois domínios mínimos (dois domínios locais) – o domínio do núcleo A que se expande até AP e o domínio do núcleo V, conforme ambiguidade de domínios discutida na seção 2.1.6 –, esta tese fornece uma outra solução para este impasse, haja vista que o mesmo DP, que é sujeito da EP, está tanto no domínio do AP quanto no do núcleo verbal e pode ser regido por este para fins de Caso ou de papel temático.³³

Nas predicações secundárias, o fato de o DP poder receber papel temático tanto de V quanto do A põe um problema para o critério temático que vou deixar para adiante.³⁴ Entretanto, essa estrutura nos deixa livres de ter de postular um *PRO* para as SC adjuntas de Stowell, uma posição bastante questionada por Williams (1983) e por outros autores.³⁵ Isso porque as SC adjuntas se traduzem aqui por uma estrutura mais simples e adjacente ao núcleo V, como representado na árvore repetida abaixo:

(39)



³³No PM a questão de Caso toma um outro formato, já que os DP se moveriam ou para *spec* de AgrOP ou para um *spec* de vP. Essa novo formato da teoria de Caso se deu a partir da proposta de Chomsky (1995) de unificar a atribuição Caso na gramática reduzindo-a relações *spec-head*.

³⁴Apesar de eu afirmar que o AP atribui papel temático, tenho procurado distinguir atribuição de papel temático da relação de predicação. Esta é uma distinção que ainda precisa de melhor detalhamento, o que deixo para trabalhos futuros. Sendo assim, é possível encontrar vários pontos desta tese onde considero a atribuição de papel temático do núcleo adjetival a um DP que é, ao mesmo tempo, sujeito da predicação. O que é importante para esta tese é que predicação e o papel temático sejam relações distintas, mas não é importante, talvez diagonal, se o AP (ou seu núcleo) atribui ou não um papel temático.

³⁵Como me apontou Maximiliano Guimarães (c.p), ainda resta sobre a proposta de Stowell (1983) a questão de como seria controlado o *PRO* sujeito da SC-adjunta, já que seu sujeito não entraria em relação de c-comando com o *PRO*.

Acredito que essa postura poderá suscitar outras questões que não responderei aqui e que, até onde vejo, são questões que também se colocam a trabalhos como (KATO; NUNES, 2009) que adotam uma estrutura parecida para os casos de orações relativas do PB.

Com o exposto, apresentamos uma resposta para a questão do AP aparecer no domínio de V e também apresentamos algumas vantagens de o AP pertencer a esse domínio. Na próxima seção, dedico-me a responder a questão (ii) que inquiria sobre como o DP e o AP estabelecem uma relação de predicação nessa estrutura.

2.2.2 Predicação e localidade

Nesta seção procuro responder a questão (ii) sobre como a predicação se estabelece entre o DP e o AP na proposta que venho construindo nesta tese. Para isso, precisamos principalmente discutir a predicação e suas propriedades.

A predicação é um tema bastante complexo e controverso, o qual já discuti no capítulo 1. No entanto, vale lembrar que a maioria dos autores vai perseguir a hipótese de que a predicação (na sintaxe) é essencialmente uma relação local. Nesse sentido, acredito que eu precise dizer duas coisas sobre a relação de predicação nessas estruturas, a saber: uma definição da predicação e uma definição de localidade da predicação nas relações predicativas e atributivas.

Estou assumindo a predicação nos termos de Rothstein (2001), que é uma relação sintática entre duas categorias máximas em que uma é um predicado, por ser uma expressão aberta que precisa de saturação sintática.³⁶ Essa saturação acontece por meio de uma relação local, que para a autora é c-comando mútuo e que eu traduzo aqui por meio da relação de irmandade assimétrica definida anteriormente:

(40) [Localidade da Predicação]

(i) A localidade da predicação nas relações predicativas se traduz por uma relação de irmandade assimétrica.

Sendo assim, a relação de predicação é local por conta da irmandade assimétrica. Algumas vezes, essa localidade poderia se traduzir por estar no domínio mínimo do predicado. Este caso só ocorre nas construções conhecidas por *Small Clause*. Nas construções de

³⁶Essa saturação não se confunde com papel temático e também não substitui o papel temático. Para a autora a predicação e a atribuição de papel temático são relações diferentes, e o fato de ocorrer uma predicação não impede que haja, conjuntamente/concomitantemente, uma atribuição de papel temático.

predicação secundária e também nos casos de modificação nominal, o DP vai estar fora do domínio mínimo do AP, mas mantém-se a irmandade assimétrica. Assim, a única configuração que permite esse tipo de relação de irmandade é a adjunção aqui apresentada.

Observe, porém, que a proposta aqui apresentada não usa o mecanismo de indexação, nem operações de “ligação vertical”. Nesse sentido, essa é uma vantagem minimalista sobre o sistema de Rothstein (2001), pois a autora precisa de mecanismos de indexação para estabelecer a predicação e também para o algoritmo de “absorção de predicados”, o que é, ao meu ver, uma nova versão do “*vertical binding*” de Williams (1983).

Apesar disso, como em Rothstein (2001), estou tomando um predicado como uma categoria máxima aberta, que precisa de saturação sintática. O estatuto de categoria aberta não se traduz diretamente por ter um papel temático (externo) a atribuir, mas é certo que ter um papel temático a atribuir faz com que uma categoria seja uma categoria aberta. Como estou trabalhando restritamente com adjetivos, podemos afirmar que *a categoria adjetival aberta será um predicado se for um AP máximo e adicionalmente este AP máximo pode ter um papel temático (externo) para atribuir*.³⁷ No entanto, a autora define, *a priori*, as categorias lexicais AP, VP, PP como categorias predicados e CP como podendo ser derivativamente predicado. As categorias lexicais citadas são chamadas de predicados por serem não saturadas, por terem uma propriedade, um papel- θ , ou um estado a atribuir à categoria que com ela estiverem no contexto sintático delimitado acima, respeitando a localidade da predicação.

Assim, a predicação é estabelecida entre o DP e o AP por meio da operação *merge* que estabelece a relação de irmandade acima e projeta nessa relação ou a categoria do sujeito ou do predicado, por meio de uma estrutura de adjunção. Resta uma questão residual sobre por que uma categoria e não outra projeta. Esse problema é objeto da questão (iv) e será discutida mais adiante.

Os detalhes da semântica composicional, ou a contraparte semântica dessa proposta, apesar de constituírem um tema bastante interessante, ficaram para pesquisas futuras. De qualquer forma, acredito que o exposto acima responda a questão (ii). No entanto, para melhor delinear essa resposta ainda precisamos discutir a atribuição/checagem de papel temático nessa proposta. Esse é o tema da próxima seção.

³⁷ Como disse anteriormente, o fato de eu trabalhar com adjetivos permite afirmar que existe um papel temático atribuído pelo AP a seu sujeito, mas essa condição não é necessária para a predicação. Assim, a proposta desta tese é compatível com uma abordagem em que os sintagmas adjetivais não tenham um papel temático externo para atribuir.

2.2.3 O Critério Theta

Como observado anteriormente, minha proposta cria um problema para a versão clássica do Critério Theta, como segue abaixo:

“Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument.” (CHOMSKY, 1981, p.36)

Outros autores, porém, já propuseram versões diferentes desse princípio, por exemplo, Schein (1995) e Hornstein (2001). A proposta de Schein segue abaixo:

(41) [Critério Theta]

“A θ -role assigner assigns a unique θ -role.” (SCHEIN, 1995, p. 49)

Essa definição afirma que um predicado atribui somente um papel temático, porém não limita quantos papéis pode receber um DP. Por outro lado, Hornstein (2001) propõe um enfraquecimento do critério em sua versão clássica. Segundo o autor, o Critério Theta pode ser dividido em três partes, como segue abaixo:

“The first is that all theta-roles of a predicate must be assigned. The second is that every nominal must have a theta-role. The third is that theta-role assignment is one-to-one, i.e. a nominal can have at most one theta-role.” (HORNSTEIN, 2001, p.217)

O autor mantém somente as duas primeiras afirmações e rejeita a terceira, reinterpretando essas afirmações como uma instância do Princípio de Interpretação Plena que, segundo o autor, “is the expression of the idea that all expression must be legible at the C-I interface.” (Idem).

Hornstein trabalha com essa reconfiguração do Critério *Theta* para permitir que o sistema possa mover um DP de uma posição temática a outra posição temática, o que era barrado no sistema anterior pelo critério clássico. Segundo o autor, a gramática torna-se mais simples e mais elegante assim, uma vez que aquela terceira parte (*the biuniqueness*) seria conceitualmente problemática, pois seria apenas uma condição interna da gramática e não um requerimento de interface. Como o autor reinterpretou o critério como uma exigência de interface (o que é uma das orientações do PM) e o reduziu a um princípio de legibilidade, somente as duas primeiras partes são necessárias.

Sendo assim, assumo uma versão do critério temático como a que segue abaixo:

(42) [Critério Theta]

- (i) Todo papel temático deve ser atribuído;
- (ii) Todo nominal deve ter (no mínimo) um papel temático.

A versão assumida aqui não é muito diferente da proposta por Schein (1995), mas acredito que esta seja melhor por não fazer qualquer afirmação sobre o predicado e por também não entrar na questão, como é o caso da proposta de Schein, de como resolver a atribuição de papel temático em construções de objeto duplo.³⁸

2.2.4 Ambiguidade de Projeção da Estrutura de Predicação

Essa seção tem como objetivo discutir as possibilidades de projeção na predicação, isto é, numa combinação de DP e AP no *merge* para formar a estrutura de predicação, qual categoria deve projetar: o AP ou o DP? A reflexão em torno dessa pergunta tem como objetivo responder as questões (iii), (iv) e (v) apresentadas anteriormente. Essas perguntas eram: (iii) se a duplicação da categoria na adjunção fosse livre, tanto o DP quanto o AP poderiam em tese projetar; nesse caso, como ficaria a seleção do núcleo V, se o AP projetasse? (iv) há alguma forma de barrar a projeção do AP, como base na relação de predicação secundária em oposição à predicação primária numa SC? (v) se o AP projetar na predicação secundária, que propriedade dos sintagmas que são entrada da operação de *merge* (no caso V e AP) poderiam guiar o *merge* a concatenar V e AP?

Acredito que, com o que temos até aqui, podemos responder facilmente à pergunta (iii). Dado que a estrutura proposta permite que tanto o AP e o DP estejam no MinD(V) independentemente de quem projete, a seleção (s-seleção e c-seleção) do verbo pode ocorrer naturalmente dentro do MinD(V), ou via irmandade, ou c-comando mútuo.

Por sua vez, o que está por trás das outras duas perguntas é a seguinte questão: qual categoria projeta o segmento mais alto na adjunção predicativa? Chomsky (1995, 2001) responderia que a categoria que porta o traço de seleção seria a categoria a projetar. Mas, nesta tese, essa questão tem ficado em aberto. Observe que, se deixarmos completamente livre a possibilidade de projeção, as consequências não parecem claras, uma vez que as mesmas relações de c-comando se estabeleceriam entre as duas categorias na adjunção e o núcleo com os quais elas se combinam. Portanto, parece-me haver duas possibilidades de respostas aqui: (i) fixamos axiomáticamente a projeção – como foi feito no início do capítulo; (ii) deixamos livre e então

³⁸Para esta proposta funcionar é preciso ainda ir além do Critério *Theta*. E preciso definir os contextos estruturais da atribuição de papel temático.

fazemos com que a projeção se fixe por meio de propriedades da relação.

Assim, as questões (iv) e (v) são dois problemas intimamente relacionados, duas faces da mesma moeda. Por isso, vou começar pela questão (v), para a qual uma resposta menos detalhada pode ser oferecida sem prejuízos para a exposição do problema. Se o AP projetar na estrutura, teremos a seguinte situação: no espaço derivacional, haverá um núcleo V, por exemplo, ‘comer’, e um sintagma AP resultado de uma estrutura de adjunção que permite ao sistema a visibilidade do DP (ver seção 2.2.5), já que este não é dominado por AP (somente um segmento de AP o é), conforme figura 2.3 abaixo:

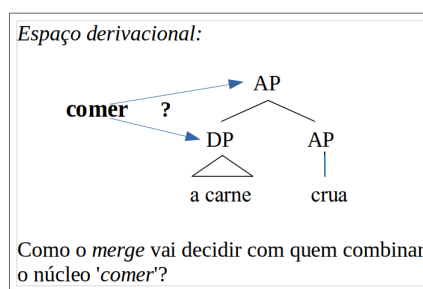


Figura 2.3: Espaço Derivacional

Nesse ponto, o sistema, como representado na figura pela interrogação, deve-se decidir com que categoria o núcleo V deve se combinar via *merge*. Podemos construir a hipótese de que o sistema faça o *merge* do núcleo ‘comer’ com o DP. O resultado seria algo como representado na figura 2.4:

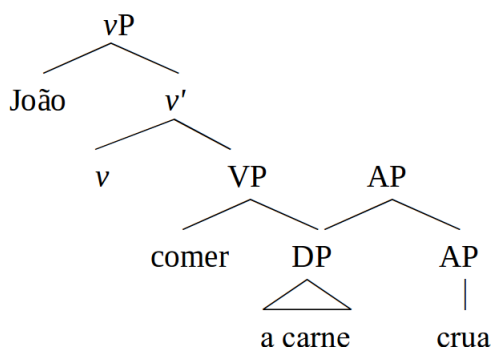


Figura 2.4: AP Apêndice da Estrutura - Rotulado

Trata-se de um resultado ruim? Para várias propostas de teoria da gramática, não. Aliás, essa árvore lembra os Amálgamas Sintáticos de Guimarães (2004), com sua proposta de estrutura sintagmática com múltiplas mães ou árvores com raízes múltiplas. Lembra também o trabalho de Hornstein e Nunes (2008), porém, para esses autores, o AP apêndice (*dangling off*) não projeta. Nesse sentido, na proposta de Hornstein e Nunes (2008) não há uma projeção que domine exaustivamente a estrutura – exceto se estritamente necessário, *last resort*, mas, neste

caso, o AP tem de estar dominado pela raiz única da estrutura. O AP apêndice – sem projeção – seria como vemos abaixo:

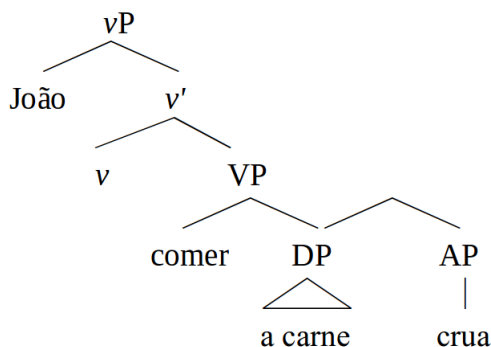


Figura 2.5: AP Apêndice da Estrutura – Sem Rótulo

No entanto, para o sistema proposto nesta tese, essa estrutura não é adequada e não satisfaz as hipóteses que estão postas. Isso se dá, porque é esperado que o AP tenha alguma relação de c-comando (visibilidade) com o núcleo V ou com outros núcleos, como o núcleo T, para que possamos pensar num licenciamento para o carácter temporalmente ligado dos preditivos em oposição aos atributivos.

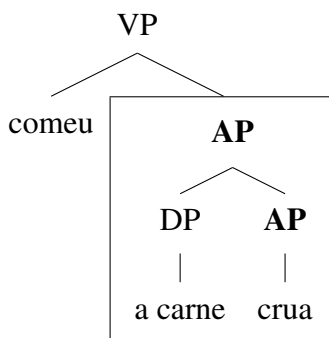
Sendo assim, resta-nos descartar essa (sub)hipótese, uma vez que ela é incompatível com esse sistema. Porém, assumindo que o AP projete, ainda podemos construir a hipótese de que o *merge* combine o núcleo V com a categoria mais alta, com o AP, respeitando a *condição de extensão*, como citada abaixo, conforme Chomsky (1995):

“GT [generalized transformation] and Move α extend K to K*, which includes K as a proper part.” (p.190) ³⁹

“(...) merge applies at the root only.” (p. 248)

Respeitar a condição de extensão, permitiria ao C_{HL} construir a árvore como segue abaixo, já apresentada em (36):

(43)



³⁹É uma questão se a adjunção está sujeita à condição de extensão. Chomsky (idem, p. 191) faz crer que não. Vou deixar essa questão de lado aqui, pois acho que ela não deva atrapalhar nossa reflexão.

Nessas condições, o verbo ‘comer’ poderia perfeitamente e de forma natural descarregar seu papel temático e ainda respeitar suas restrições categoriais, que é a de estar numa relação de irmandade com um DP que tem propriedades semânticas não-eventivas. Ora, mas o problema é anterior: o que guia o *merge* para fazer a operação correta a não gerar aquela árvore com um AP apêndice? A condição de extensão aqui é uma resposta parcial a esta pergunta. Parece-me que isso seria solucionado facilmente (com algum custo para o sistema, uma vez que o *merge* não pode ser feito com o DP), se o sistema for obrigado a fazer o *merge* com o AP, um *last resort*, para estar nas mesmas relações com o DP (irmandade, para satisfazer c-seleção e s-seleção).

Dito isso, acredito que respondemos a pergunta (v): que propriedades do núcleo V guiaria o *merge* a concatená-lo com o AP? Com o AP, nenhuma propriedade. O que motiva as operações de *merge* a combinar o V com o AP são os mesmos traços que o guiam para o combinar com um DP não eventivo.⁴⁰ A única forma de satisfazer essas exigências é mergindo o V ao AP, como *último recurso*, respeitando a condição de extensão,⁴¹ pois, nessa situação, uma vez que o AP é um categoria de dois segmentos, o DP torna-se parte do MinD(V) e entra numa relação de c-comando mútuo com o núcleo V.

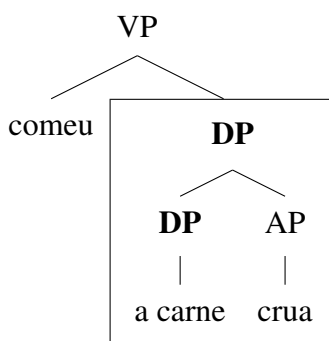
Vamos agora colocar uma última hipótese na discussão. Em oposição à possibilidade de o AP projetar na estrutura de predicação, vamos agora supor que o DP projete e tentar vincular a projeção do DP ou do AP ao tipo de predicação envolvida e também às propriedades seletoriais (categoriais e semânticas – papel temático) do verbo que se combina com a estrutura de predicação. Acredito que assim, conseguimos uma vantagem descritiva, pois se o verbo que se combina com a estrutura for do tipo de ‘considerar’, a estrutura projetará um AP e se for um verbo como ‘comer’, o DP projeta. Como dito anteriormente, isso nos oferece, no sistema aqui proposto, uma distinção para o que ficou conhecido por SC e PS.

Assim, se o DP projetar, teremos a seguinte árvore:

⁴⁰Assumindo que esses traços sejam parte da entrada lexical de V.

⁴¹Tenho consciência de que a condição de extensão é uma solução polêmica para barrar as estruturas presentes nas figuras (2.3) e (2.4), na medida em que eu precisaria definir melhor o que é uma raiz numa estrutura de adjunção em que uma categoria máxima não domina a outra categoria máxima envolvida. Uma possibilidade apontada a mim por Maximiliano Guimarães (c. p) seria a de utilizar a cláusula de exclusão para construir essa definição, dado que, na adjunção, há uma categoria que é excluída por todas as categorias que compõe a estrutura sintagmática, considerando o momento da derivação em que a adjunção está na raiz da árvore (no espaço derivacional). Assim, a categoria que projetar nesse momento, será excluída pela outra categoria na adjunção.

(44)

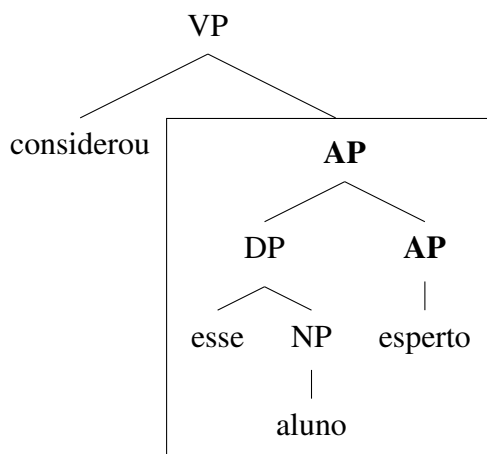


Para projetar o DP nessa estrutura, o sistema também teria um custo. Haveria agora não a necessidade de se combinar com outra categoria que daria ao verbo as condições estruturais para satisfazer seus traços combinatórios, mas uma espécie de *look ahead*. O sistema precisaria atrasar a projeção até que, ao estar disponível no espaço derivacional um verbo com determinadas propriedades de seleção, ele pudesse decidir que categoria projetar. Com isso a projeção se daria para atender a seleção. Seria uma espécie de *look ahead* ou um atraso na operação de projeção.

Pensemos um pouco comparativamente sobre os traços seletivos do verbo ‘comer’ e ‘considerar’: ‘comer’ é um verbo que seleciona internamente um DP e este DP deve ser semanticamente *não-eventivo*; por sua vez, ‘considerar’ seleciona um constituinte AP, ou CP que deve ser semanticamente *eventivo*, isto é, denotar uma proposição. Sendo assim, a estrutura de predicação DP+AP vai projetar a categoria que melhor satisfaça as condições de *merge* com o núcleo V.

A seguir, uma árvore em que a estrutura de predicação se combina com o verbo ‘considerar’:

(45)



Até esse ponto, então, temos duas hipóteses concorrendo. Numa delas, o AP pode projetar, mesmo em estruturas de predicação secundária; na outra, a projeção da estrutura de predicação

é contextualmente definida por meio do verbo que se combina com a estrutura. Ambas têm um custo derivacional e ambas têm vantagens descritivas. Isto é, a primeira permitiria construir um sistema em que os predicados projetem sempre; e, na outra, oferecer uma descrição visualmente (talvez só visualmente) mais interessante para a diferença entre SC e PS. Observe que essa distinção também pode ser construída num sistema em que o predicado sempre projeta, uma vez que o verbo que se combina com a estrutura de predicação é diferente em cada caso.

Dados os custos derivacionais brevemente apresentados, qual hipótese é mais custosa para o sistema? Acredito que até esse ponto da investigação, as duas hipóteses estejam empatadas e não há como decidir. Sendo assim, assumindo que o custo seja o mesmo, eu poderia continuar apostando na segunda hipótese e deixar a projeção dessas estruturas definidas axiomáticamente:

(46) [Predicados Secundários:]

Estrutura de predicação em que o sujeito projeta e se combina com um verbo que seleciona um argumento não eventivo.

(47) [Small Clauses:]

*Estrutura de predicação em que o predicado projeta e se combina com um verbo que seleciona um argumento eventivo.*⁴²

Com isso, conseguimos também uma distinção importante para a predicação primária e a predicação secundária, na medida em que, empiricamente, o DP entra numa relação temática externa com o V na predicação secundária (uma relação temática fora da EP) e *não* entra numa relação temática externa com o V (fora da EP) numa predicação primária.⁴³ Essa distinção é discutida com maiores detalhes adiante, na seção 2.2.6.

Até esse ponto, considere somente as EP que não evoluem verbos copulares. As Copulares Complexas nos oferecem empiricamente um argumento interessante a favor da última proposta, isto é: as projeções são definidas contextualmente. Observemos os dois dados abaixo e suas respectivas análises de acordo com o sistema proposto nesta tese:

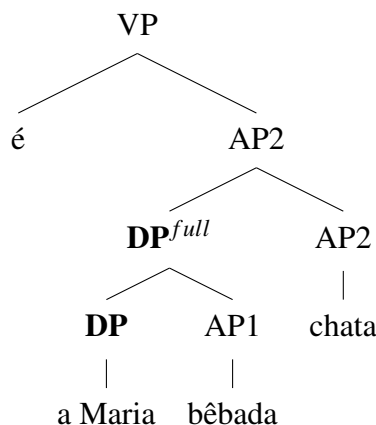
- (48) a. A Maria bêbada é chata
b. A Maria bêbada é chato

⁴²Essa definição captura a intuição de que as SC complementos ou SC sujeitos são estruturas semelhantes. O mesmo vale para os dois tipos de predicação secundária – do sujeito e do complemento.

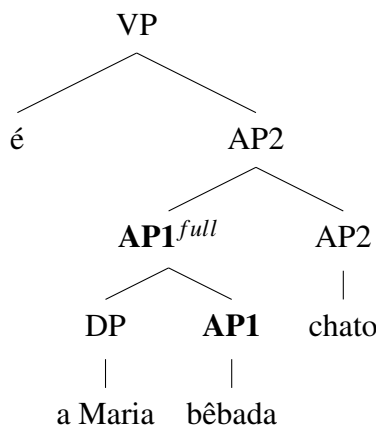
⁴³Quando a EP se combina com uma preposição, então, devemos considerar P como o núcleo externo a EP. Enfim, poderia ser P, V, D etc.

No caso de (a), ‘chata’ predica de um indivíduo específico que é denotado pelo DP; por outro lado, em (b), ‘chato’ predica de uma eventualidade, tratado por Rodrigues e Foltran (2013) como uma *situação*, sendo assim, o AP projetando a categoria mais alta pode representar/denotar essa eventualidade. Veja as árvores abaixo:

(49)



(50)



Nessas representações, é possível observar a motivação da escolha das análises nesse formato, uma vez que o predicado ‘chato’, pode tanto predicar da eventualidade ‘a Maria bêbada’ representada informalmente aqui pelo **AP1^{full}**, ou pode predicar do **DP^{full}** ‘a Maria’.

Mas como isso se daria, se as relações de c-comando entre o DP e o AP2 e entre o AP1 e AP2 são as mesmas? Vale notar que as representações com o sobrescrito “*full*” não são uma categoria diferente, mas apenas um recurso visual que utilizei aqui para representar a diferença.

Uma consequência importante das análises acima é que, em (49), o DP ‘a maria’ e o AP1 ‘bêbada’ instanciam um caso de predicação secundária e, em (50), o DP ‘a maria’ e o AP1 ‘bêbada’ instanciam uma SC.

Com isso, e também como me parece complicado afirmar que existam dois itens le-

xicais ‘chato’ no léxico⁴⁴ – um que tenha traços argumentais e que, com isso, c-seleciona um argumento DP e que s-seleciona um constituinte não-eventivo; e outro que c-seleciona um AP e s-seleciona um constituinte eventivo – acredito que o próprio mecanismo de projeção possa projetar ou um outro rótulo na EP e levar a gramática a ter um ‘chato’ que se combina com uma constituinte proposicional e um que se combina com um não proposicional. Se for assim, esta tese teria uma motivação independente que poderia desempatar a questão da economia. Nesse sentido, parece-me que a diferença semântica pode vir também do fato de o núcleo atribuidor de papel temático se combinar com essa ou com aquela projeção, quando este núcleo não portar traços seletoriais capaz de guiar o sistema.

Essa discussão é ainda muito especulativa e demanda ainda outros estudos. De qualquer forma, a discussão, como está, permite-me avançar na argumentação. Porém, apresento ainda, a título de ilustração, uma possibilidade que foi descartada por conta do formato da presente proposta: o sistema ainda poderia rotular a estrutura de predicação por meio da união dos traços de cada uma das categorias participantes na predicação. Essa forma de rotulação foi citada em Chomsky (1995) e é utilizada por alguns autores como no trabalho de Pereltsvaig (2007) (ver também (MORO, 2000)). No entanto, essa possibilidade é descartada no nível teórico, pois a predicação, conforme a presente investigação, acontece por meio de uma relação de irmandade assimétrica, numa adjunção que permite aos constituintes envolvidos participarem de dois domínios mínimos (MinD).

Esta seção discutiu as possibilidades de projeção e investigou importância do tema para a presente proposta. Vale notar que alguns desafios se tornaram inconclusivos, mas independentemente do resultado, é possível avançar. Na próxima seção, apresento uma importante consequência do tipo de estrutura adotada: a visibilidade do predicativo. Também discuto como essa propriedade pode nos dar a distinção entre atributivos e predicativos.

2.2.5 Visibilidade do predicativo

O objetivo desta seção é discutir como a estrutura adotada nesta tese permite a visibilidade do AP predicativo. Também discuto como essa propriedade pode nos dar uma distinção entre atributivos e predicativos.

⁴⁴Se eu postulasse dois itens lexicais ‘chato’, também seria necessário postular dois ‘insuportável’, ‘desagradável’, ‘interessante’ etc. Uma complicação para a teoria. Devo esse argumento a Maximiliano Guimarães (c.p., durante o exame de qualificação desta tese). Entretanto, durante a defesa, Guimarães me alertou a respeito de uma outra possibilidade – assumindo a Morfologia Distribuída – que permitiria manter no léxico um único item lexical ‘chat-’, mas sem afirmar que a seleção de argumentos seja uma propriedade do item (raiz). Para um exemplo dessa perspectiva, ver Bassani e Minussi (2015).

Para ilustrar a discussão, vamos partir do dado abaixo do PB, que é um enunciado ambíguo:

- (51) a. O Felipe comprou o relógio quebrado
 b. Foi o relógio_i que o Felipe comprou t_i quebrado
 c. Foi o relógio quebrado_i que o Felipe comprou t_i

Sabemos que essa sentença é ambígua, pois ela pode ser usada tanto em um contexto em que o Felipe comprou numa loja o relógio, dentre as várias opções, aquele que é conhecido por “o relógio quebrado” (leitura atributiva restritiva), quanto em um contexto em que o Felipe comprou o relógio e no momento da compra ele já estava quebrado (leitura predicativa). Veja que o fato de o relógio estar quebrado, na interpretação predicativa, é informacionalmente importante, pois nos dois casos ele está quebrado no momento da compra, mas só na leitura predicativa, isso é parte da informação assertada / afirmada. Podemos chamar isso de o preditivo ser temporalmente conectado, ligado. De qualquer forma, o fato é que o AP ‘quebrado’ é um predicado e predica do DP ‘o relógio’ ou do NP ‘relógio’. Portanto, há uma predicação nos dois casos e essa relação respeita as restrições de irmandade assimétrica proposta nessa tese.⁴⁵

Afirmar no primeiro capítulo que há predicação tanto no caso de um AP preditivo, em construções de PS e SC, quanto nos casos de AP em modificação nominal com leitura atributiva restritiva. Propus, em virtude disso, uma teoria unificada da predicação. Discuti que, apesar de ser predicação o que ocorre nesses dois domínios, haveria uma diferença, a saber: o AP preditivo está temporalmente ligado ao tempo (ou ao evento) da sentença e o AP atributivo não está. Rothstein (2001) não trata a modificação nominal como um caso de predicação, mas a análise de que o preditivo está conectado ao tempo é trazida aqui a partir da análise da autora.

Assim, para formalizarmos essa diferença, ou para fazer uma primeira especulação em torno disso, proponho que reconsideremos as árvores apresentadas no início deste capítulo e no início desta tese, conforme tabela 2.2, adiante. As árvores (a-b) descrevem adequadamente o dado com relação a interpretação predicativa do AP e a árvore em (c) descreve o dado com relação a sua interpretação atributiva:

É fácil observarmos, a partir das descrições propostas na tabela, que o AP numa estrutura de predicação com interpretação predicativa não está encaixado dentro do DP e está,

⁴⁵ Adicionalmente também há atribuição de papel temático do AP sobre o DP (na leitura predicativa) e também do AP sobre NP (na leitura atributiva). Acredito que essas duas relações de papel temático possam ser tratadas distintamente se assumirmos a teoria de papel temático de Higginbotham (1985). Na leitura predicativa, haveria *theta-marking* e na leitura atributiva *theta-identification* – NP + AP – e *theta-binding* – quando o núcleo D entra na derivação e se combina com a estrutura de predicação [^{NP} NP+AP] formando [^{DP} D+[^{NP} NP+AP]].

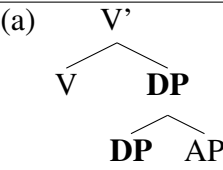
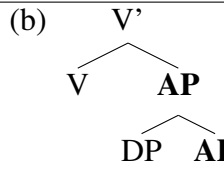
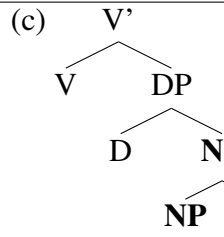
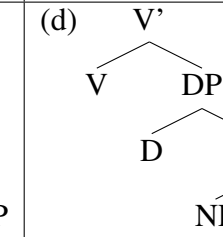
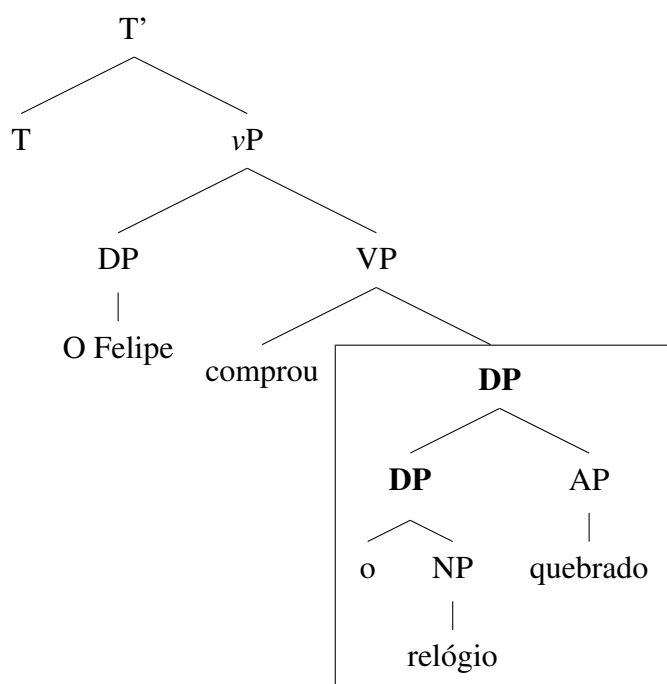
Predicativos em PS	Predicativos em SC	Atributivo I	Atributivo II
(a) 	(b) 	(c) 	(d) 

Tabela 2.2: Visibilidade do Predicativo

portanto, visível ao núcleo V, conforme árvore em (a). Por sua vez, na modificação nominal (leitura atributiva) o AP está muito encaixado no DP. Aliás, ele está num subconstituente do DP, o NP. De qualquer forma, o DP fecha o domínio do A, do N e do D.

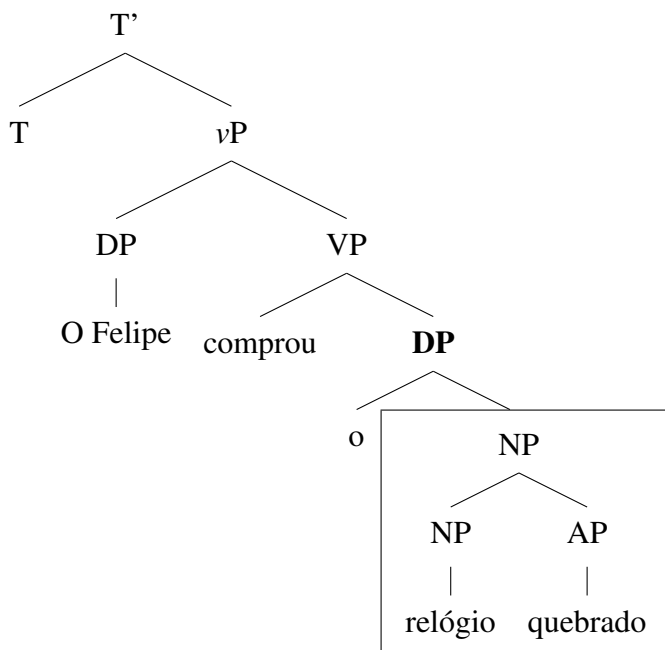
Para ser mais preciso quanto à noção de visibilidade, retomo as definições de domínio mínimo (MinD) desenvolvida na seção 2.2.1. Uma categoria X pertence ao domínio mínimo de um núcleo se estiver imediatamente contida nas projeções deste núcleo, mais precisamente “the Minimal Domain of α , or $MinD(\alpha)$, is the set of categories immediately contained or immediately dominated by projections of the head α , excluding projections of α ” (HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005). Sendo, assim vamos reconsiderar as duas interpretações formalizadas nas DE abaixo e calcular em seguida o $MinD(V)$ e o $MinD(D)$:

(52) [AP em Posição Predicativa]



$MinD(V)=\{DP, AP\} - MinD(D)=\{NP, AP\} - MinD(N)=\{\emptyset\}$

(53) [AP em Posição Atributiva]



$$\text{MinD}(V) = \{DP\} - \text{MinD}(D) = \{NP, AP\} - \text{MinD}(N) = \{AP\}$$

Assim, podemos observar, nas duas árvores acima e nos respectivos MinD, que há uma diferença importante com relação à composição dos domínios. Observe o AP em cada um dos domínios apresentados junto de cada árvore. Na árvore em (52), o AP está em posição predicativa. Observe que, nesse caso, o AP pertence tanto ao MinD(V) quanto a MinD(D). Isto é, quando o AP está em posição predicativa, e somente neste caso, o AP pertence a dois domínios (conforme tabela 2.2). Por outro lado, na interpretação atributiva, conforme representação arbórea em (53), o AP pertence também a dois domínios mínimos, isto é, ele pertence ao MinD(D) e também o MinD(N).

Com o exposto, podemos observar que há uma semelhança muito grande entre os dois casos de predicação apresentados nas árvores (52) e (53). Se dissermos que o AP é predicativo quando é visível fora da estrutura de predicação, vamos observar que ele é visível fora da estrutura em ambos os casos. No primeiro, ele está visível a V, pois pertence ao MinD(V) e, no segundo caso, ele está visível a (D), pois pertence ao MinD(D). Note, no entanto, que quando o AP está em posição atributiva, ele pertence ao MinD(N); quando está em posição predicativa ele não pertence ao MinD(N). Sendo assim, podemos postular uma distinção:

- (54) a. AP-Atributivos \in MinD(N)
 b. AP-Predicativos \notin MinD(N)

Uma versão desta distinção pode ser encontrada em outros textos, no entanto, os autores pos-

tulam que os predicativos não pertencem ao DP.⁴⁶ Em minha formulação, a partir da noção de domínio, os predicativos pertencem ao MinD(D) e não pertencem ao MinD(N). Em termos sintagmáticos, isso se traduz em o sintagma predicativo estar incluído em alguma projeção do DP, mas não em alguma projeção do NP. Entretanto, o que garante a distinção predicativo *versus* atributivo é o fato de o AP em posição predicativa ser visível fora do DP e isso só acontece em estruturas em que ou o AP é adjunto do DP ou o DP é adjunto do AP.

Além disso, por conta de o AP, em posição atributiva, estar muito encaixado no DP, dado o formato da estrutura de predicação nos atributivos, é que determinados dados de movimento não são encontrados. Veja os dados abaixo sugeridos por Andrea Knöpfle.⁴⁷ Considere apenas a leitura atributiva:

- (55) a. O João comeu a carne crua [AP em posição atributiva]
 b. *carne_i, João comeu a t_i crua
 c. *[a carne]_i, João comeu crua
 d. *crua_i, João comeu a carne t_i

Esses movimentos são barrados, considerando apenas a interpretação atributiva, porque, no caso de (b) o NP ‘carne’ está dentro do DP, uma ilha de DP complexo. Por sua vez, a sequência ‘a carne’, em (c), não forma um constituinte, é um não-constituinte, conforme a árvore em (53). Em (d), a extração do AP também é barrada por estar dentro do DP, numa ilha de DP-complexo.

Por outro lado, quando considerada a leitura predicativa do enunciado, outro padrão de aceitabilidade é observado:

- (56) a. O João comeu a carne crua [AP em posição predicativa]
 b. *carne_i, João comeu a t_i crua
 c. [a carne]_i, João comeu crua
 d. crua_i, João comeu a carne t_i

No paradigma acima, observamos que os dados em (c) e (d) têm boa aceitabilidade, já (b) continua ruim. A proposta de estrutura desta tese prevê essa aceitabilidade da seguinte forma: em (b) o movimento do NP ‘carne’ é barrado pelo mesmo motivo anterior: o NP está dentro do DP. Por sua vez, (c) e (d) são movíveis e estão ambos visíveis para esse movimento, já que não estão fechado no DP complexo. Mais sobre movimento pode ser encontrado no

⁴⁶Ver Miotto, Silva e Lopes (2005), por exemplo.

⁴⁷Comunicação pessoal.

próximo capítulo, na seção 3.1.1.

A questão da visibilidade do AP predicativo merece ainda uma formalização completa e adequada. Ficam ainda muitas questões se a conexão é com T, se com V, como seria isso tudo, levando em conta vários problemas de ordem do formato da gramática de formação de fases, as quais não tenho como delinear aqui. De qualquer forma, acredito que o que foi apresentado dá o tom do que especulativamente estive pensando, e me parece também que o que vemos no nível sintático pode ser um equivalente sintático do *TPCONNECT* de Rothstein (2001, 2004).

2.2.6 Predicação Primária X Predicação Secundária

O objetivo desta seção é apresentar uma diferença entre a predicação primária e a predicação secundária, sem utilizar a propriedade da ‘não-constituência’ de Rothstein (2001) como um critério.

Acredito que além das definições que Rothstein (1983, 2001) apresenta, o tipo de relação temática de que os elementos que compõem a EP participam pode nos ajudar a formalizar esta distinção. Aliás, talvez seja preciso primeiro perguntar se há alguma utilidade em manter essa distinção em termos formais, ou apenas descritivamente.

Acredito que essa distinção seja mais descritiva, no entanto, formalmente ela tem um papel importante no licenciamento das EP. As EP são licenciadas na estrutura frasal por meio das relações de seleção de que participam. Assim, uma EP pode ser licenciada de duas formas: (i) a EP é *theta*-marcada por um núcleo X que se combina com a EP; (ii) o sujeito da EP é *theta*-marcado por um núcleo X que se combina com a EP, neste caso, o sujeito participa de uma relação temática externa à própria EP.

A partir dessas possibilidades de licenciamento, podemos fazer a seguinte distinção descritiva:

- (57) a. Na **Predicação Primária**, o sujeito da EP **não** é *theta*-marcado fora da EP.
b. Na **Predicação Secundária**, o sujeito da EP é *theta*-marcado fora da EP.

Assumindo que a EP seja a estrutura por meio da qual se dá a predicação conforme descrito nesta tese, temos de forma simples uma distinção para a predicação primária e secundária. Note, no entanto, que essa distinção não é completamente diferente da proposta de Rothstein (1983, 2001). Porém, não precisamos garantir a não-constituência da predicação secundária da mesma forma que a autora.

Note que, quando a EP constitui a predicação da frase, por exemplo, uma projeção de IP, ela não será *theta*-marcada, mas o sujeito dela também não receberá papel temático fora da EP. Neste sentido, o elemento chave para a distinção é justamente receber ou não receber papel temático fora da EP.

2.3 Por que não trabalhar com uma proposta que envolva núcleo funcional

Tenho para essa questão uma resposta que é bastante simples, mesmo sendo parcial, porque as análises aqui ainda precisam de um maior investimento. Essa é a minha hipótese. Apesar da grande cobertura empírica apresentada por propostas como Den Dikken (2006), a aposta é de que a predicação, por ser uma relação bastante presente na gramática, possa se fazer diretamente, sem intermediários e da forma mais simples.

Além disso, e talvez mais importante, uma estrutura nucleada não apresentaria as relações necessárias para explicar as peculiaridades dos dados. Por fim, seguindo as orientações do PM, estou apostando em “o mínimo é o máximo necessário”. Além disso, até esse ponto da pesquisa e também do recorte adotado, não vi qualquer necessidade de se adotar qualquer análise de “núcleo funcional”.

Em outros trabalhos, como em Carreira e Knöpfle (2013) e também aqui nesta tese, procurei argumentar (mesmo que não conclusivamente, dada a profundidade e rigor técnico do trabalho de Den Dikken (2006)) que a proposta de análise por meio do núcleo *Relator* é muito poderosa e descreve relações de predicação muito diferentes, a ponto de a diferença estar codificada no tipo de predicado e pouca, ou nenhuma contribuição semântica, é dada pelo núcleo funcional. Sendo assim, estou preferindo a hipótese mais simples.

2.4 Considerações finais do capítulo

Neste segundo capítulo, apresentei uma proposta unificada de análise das construções predicativas e atributivas. Essa proposta trata a predicação na sintaxe como uma relação que se estabelece por meio de uma estrutura de adjunção simples. Vimos que, para essa teoria funcionar, precisamos lançar mão de um conceito de dominância por nódulos que distingue categoria e segmento de categoria e de uma definição de c-comando que usa desse conceito de dominância e que inclua a cláusula de exclusão.

A partir disso, conseguimos derivar diversas propriedades dessa estrutura para aplicá-la à predicação, principalmente por meio da ambiguidade de domínio, o que permite descrever vários aspectos das construções que compõem a base empírica desta tese. Também apresentei o formato da predicação e uma nova proposta de localidade em termos de irmandade assimétrica.

Além disso, discutimos a questão da ambiguidade de projeção e seu papel de descrição nas relações de predicação. Consideramos também como tudo isso contribui para tratar de forma unificada a predicação secundária, as construções com SC e também as construções atributivas.

Também vimos que a diferença de visibilidade do predicado AP é uma ferramenta importante para a caracterização da distinção predicativo *versus* atributivo, apesar de, nesta tese, o funcionamento mais fino dessa propriedade ainda não ter uma formalização que nos permita caracterizar a conexão com o evento ou com o núcleo T.

No próximo capítulo, procuro aplicar essa teoria à descrição do conjunto de dados que compõe a base empírica apresentada no capítulo 1.

3 Capítulo: Cobertura Empírica

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas motivações e evidências empíricas sobre as quais se baseiam esta proposta. Essas evidências ou são advindas de problemas na cobertura empírica das análises presentes na literatura, conforme apresentado no capítulo 4, ou são dados pouco presentes nos trabalhos anteriores, aos quais minha proposta pode fornecer alguma análise ou sobre cuja natureza pode lançar luzes.

Este capítulo é também um grande exercício de verificação da cobertura empírica desta proposta. Trata-se de um esforço para a verificação de pontos fortes da teoria bem como suas fragilidades. Para isso, primeiro procuro apresentar as previsões ou possibilidades de fronteamto da estrutura proposta, isto é, quais as previsões de mobilidade da EP ou de parte das EP? E depois disso, passo a uma sequência de análises de dados da base empírica.

Assim, os fatos empíricos apresentados são: (i) paradoxo de constituição nas descrições dos dados de construções com predicação secundária do objeto, o qual pode ser observado por meio de testes de fronteamto; (ii) dados de substituição de VP; (iii) necessidade de adjacência do PS-obj e seu sujeito; (iv) as Copulares Complexas e SC complexas; (v) predicação em complementos de preposição; (vi) predicativos do sujeito; e (vii) possibilidades de análise dos predicados secundários do sujeito e das *Small Clauses* em posição de sujeito. Discutimos, ainda, rapidamente a distinção predicativos e advérbios.

Este capítulo está organizado na mesma ordem dos problemas apresentados acima.

3.1 Testes de Fronteamto

Nesta seção, discuto alguns padrões de movimento que são previstos pela Estrutura de Predicação (EP) proposta nesta investigação. Já vimos como os dados de PS-objeto e dados de SC-complemento são analisados. Discuto a seguir algumas previsões e problemas a respeito das possibilidades de movido da EP, ou de parte de dela. Algumas previsões são bastante interessantes, principalmente para lidar com o Paradoxo de Constituição apresentado no capítulo

1.

3.1.1 Movimentos das Estruturas de Predicação – EP

Para discutirmos as possibilidade de movimento das EP, vamos considerar as representações parentéticas abaixo. Uma discussão rápida sobre movimento foi realizada ao final da seção 2.2.5 no capítulo anterior.

- (1) a. $[^{XP} x [^{DP} DP AP]] \rightarrow AP\text{-predicativo}$
 b. $[^{XP} x [^{AP} DP AP]] \rightarrow AP\text{-predicativo}$
 c. $[^{XP} x [^{DP} d [^{NP} NP AP]]] \rightarrow AP\text{-atributivo}$

Conforme apontado à frente de cada representação, a estrutura (a) e (b) estão associadas às interpretações predicativas e (c), às atributivas. Assumamos que X possa ser um núcleo V, ou núcleo P ou ainda um núcleo D que se combine com a EP. Note que quando X é um D, temos a estrutura em (c).

Com relação às possibilidade de extração ou movimento da EP, é fácil ver que o AP está menos encaixado no DP quando este tem interpretação predicativa. Assim, assumindo que o DP forme uma ilha de DP-complexo, as previsões de movimento são as seguintes: é possível, mover o DP e AP independentemente em (a) e em (b); em (c), podemos mover somente o DP inteiro e não podemos mover só o NP, nem só o AP, nem a sequência D + NP, pois ela não forma um constituinte (como já discutido anteriormente). Além disso, podemos mover a EP toda em (a) e em (b), mas não em (c) acima. A figura abaixo também ilustra as possibilidades de movimento: cada quadro na árvore é uma unidade movível.

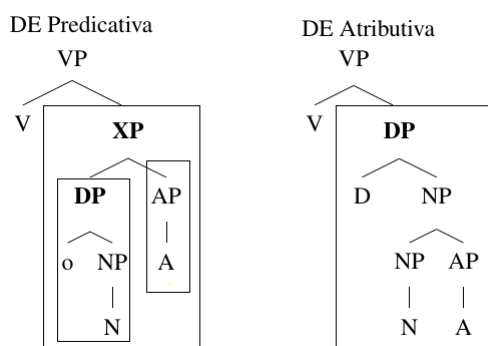


Figura 3.1: Possibilidades de Movimento na EP

Na figura apresentada, tome XP como uma variável para projeção ou do AP ou do DP. Dito isso, temos uma primeira questão que respondo à frente: é possível mover segmento de

categoria?

Dado então as possibilidades de movimento apresentadas, esta proposta faz as seguintes previsões empíricas sobre os dados de PS-objeto, conforme conjunto de dados já discutidos na seção 2.2.5 do capítulo anterior:

- (2) a. O João comeu a carne crua
- b. *carne_i, João comeu a t_i crua
- c. [a carne]_i, João comeu crua
- d. crua_i, João comeu a carne t_i

Com relação aos dados de SC-complemento, ela também faz adequadamente a previsão dos movimentos abaixo:

- (3) a. A Duda considera o Felipe esperto.
- b. O Felipe_i, a Duda considera esperto t_i
- c. Esperto_i, a Duda considera o Felipe t_i

Os dois conjunto de dados acima, são possibilidades observadas nos dados de construções predicativas. Por sua vez, as construções atributivas apresentam o seguinte paradigma, também adequadamente previsto pelos dados e discutido no capítulo anterior:¹

- (4) a. O João comeu a carne crua [AP em posição atributiva]
- b. *carne_i, João comeu a t_i crua
- c. *[a carne]_i, João comeu crua
- d. *crua_i, João comeu a carne t_i
- e. [a carne crua]_i, o João comeu t_i
- f. foi [a carne crua]_i que o João comeu t_i

No entanto, com relação aos dados de construções predicativas, esta análise faz a previsão de que a EP toda possa aparecer na periferia esquerda. No entanto, os dados abaixo têm baixa aceitabilidade na leitura relevante:

- (5) a. ?a carne crua, o João comeu
- b. *O Felipe esperto, a Duda considera

¹Os dados em (4) foram sugeridos por Andrea Knöpfle, comunicação pessoal.

Há ainda uma outra dificuldade, que parece desafiar os testes de constituição clássicos, pois também prevemos que o dado abaixo tenha boa aceitabilidade com a interpretação predicativa, mas eles não têm:

- (6) a. *foi [a carne crua]_i que o João comeu t_i
 b. *é/foi [o Felipe esperto]_i que a Duda considera/-ou t_i

Volto a discutir o problema dos testes clássicos de constituição mais à frente (após a discussão do paradoxo de constituição). Antes disso, gostaria de apresentar um segundo problema. Algumas das possibilidades de movimento acima, dado o formato de estrutura de adjunção proposto nesta tese, coloca em questão, como já mencionado, se é possível mover segmentos de categoria. Até esse ponto da investigação é preciso assumir afirmativamente a existência desse tipo de movimento. Tenho clareza de que isso envolve muitos outros problemas, os quais não tenho como discutir aqui. No entanto, os dados abaixo dão alguma evidência da necessidade destes movimentos na gramática:

- (7) a. John could [eat the cake] and [eat the cake] he did.
 b. John could [[eat the cake] [in the yard]] and [eat the cake] he did [in the yard].

O dado em (a) acima demonstra que o VP *'eat the cake'* pode ser frontado. No entanto, o dado (b) mostra esse mesmo VP com um adjunto de VP e ainda assim o VP *'eat the cake'* pode ser frontado. Note que se VP recebeu um adjunto, então, em (b) movemos um segmento de categoria. Pode ainda haver mais adjuntos e a gramática poderia manipular diferentes níveis de segmentos de VP:

- (8) a. ... and [[eat the cake] [in the yard]] he did [with a fork].
 b. ... and [[[eat the cake] [in the yard]] [with a fork]] he did.

Estes dados são apresentados por Hornstein e Nunes (2008) para discutir o problema dos níveis de projeção e como esses níveis estariam visíveis para a gramática, mesmo Chomsky (1995) tendo definido os níveis relacionamente. Os autores propõem um sistema alternativo que não precisa mover segmento de categoria. No entanto, qualquer gramática que adote a adjunção no formato que eu propus aqui, vai precisar assumir esse tipo de movimento.

Adicionalmente, proponho o dado abaixo apresentado por Cilene Rodrigues:²

²Comunicação Pessoal.

- (9) a. sempre toma um comprimido para dor, o senhor Felipe, antes de ir para o banho.
 b. [sempre toma um comprimido para dor]_i, o senhor Felipe t_i antes de ir para o banho.

O exemplo acima é um dado do PB que apresenta o mesmo padrão de movimento dos dados do inglês apresentados acima. Ele teria, portanto, uma estrutura que envolveria a presença de adjuntos de VP, o que mostra que precisamos mover um segmento de categoria, caso os adjuntos ‘sempre’ e também ‘antes de ir ao banho’ sejam ambos adjuntos de VP. Observe que há um adjunto movido e outro que ‘resta’ em sua posição, o que nos fornece uma forte evidência de que há movimentos de segmento de categoria.³

Na próxima seção, discuto uma consequência positiva de se poder mover a EP inteira para o que apresentei nesta tese como Paradoxo de constituição. Em seguida, discuto os problemas com relação aos testes clássicos de constituição, conforme apresentados a partir dos exemplos (5) e (6) acima.

3.1.2 O Paradoxo de Constituição

Como discutido no início capítulo 1, página 39, é possível verificar que o dado em (a) abaixo é ambíguo entre uma leitura predicativa e uma atributiva. Por outro lado, o dado em (b) não traria a leitura predicativa prontamente disponível, ou mais saliente, mas somente a interpretação atributiva:

- (10) a. O Pedro comeu a carne crua
 b. #A carne crua, o Pedro comeu

No entanto, alguma modificação na estrutura, com a impressão de uma força prosódica de contraste, por exemplo, a interpretação predicativa é prontamente disponível:

- (11) a. [esse bife cru] eu não como ... t ... de jeito nenhum, mas [ele bem passado], eu comeria ... t ...

Esses dados colocaram, para esta investigação, uma grande questão sobre a natureza estrutural das construções de predicados secundários e também quanto à sua estrutura interna.

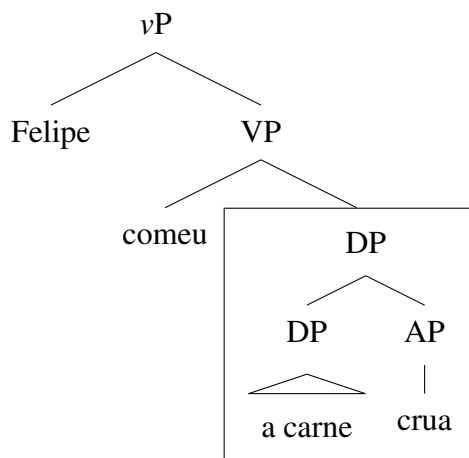
³Vale notar que existe na literatura algumas propostas teóricas que não precisam mover segmento de categoria, cito como exemplo o trabalho de Colin Phillips – cf. Phillips (1996, 2003). No entanto, adotar essa proposta envolveria repensar todo o modelo assumido (seus ônus e bônus), o que foge aos limites desta pesquisa.

Isso se dá porque as propostas disponíveis para análise desses dados afirmam que o adjetivo (depictivo) ‘crua’ não forma um constituinte com seu sujeito, o DP ‘a carne’; no entanto, a possibilidade de movimento nos leva à conclusão de que o AP e o DP formam sim uma unidade.

Ficamos com o paradoxo, porque as teorias citadas no capítulo 1 (e também no 4) afirmam que não há um constituinte formado pelo sujeito e o predicado secundário; e dados como (10-b) parecem confirmar que esse constituinte de fato *não* exista, uma vez que a leitura de estrutura de predicação (com um AP predicativo) não está disponível na sequência ‘a carne crua’ movida. Resta, nesse caso, somente a leitura de DP-complexo. Mas dados como (11-a) levam à conclusão contrária, uma vez que as sequências ‘esse bife cru’ e ‘ele cru’ apresentam a interpretação de predicativo. Aliás, ‘ele cru’, assumindo que o pronome ‘ele’ substitua o DP inteiro, só pode ter leitura de predicativo.

O problema para as teorias clássicas é: como as sequências citadas foram movidas, se essas teorias afirmam que esse constituinte não está presente na estrutura de base? Por sua vez, na proposta desta tese, esse constituinte está disponível, como apresentado na árvore abaixo:

(12)



Sendo assim, o dado acima dá um suporte interessante para a proposta em tela, uma vez que ela disponibiliza um constituinte movível, o que torna o movimento presente no enunciado acima previsto pela gramática.

Nesse sentido, o que estou propondo tanto para SC quanto para PS é uma análise em que a EP envolva a formação de um constituinte e, portanto, prevê adequadamente este movimento.

3.1.3 Testes Clássicos de Constituição

Vimos na seção anterior como a gramática prevê o movimento das estruturas de predicação (as EP) nos casos apresentados neste texto como Paradoxo de Constituição. No entanto, como já discutimos no início da seção sobre as possibilidades de movimento, essas estruturas também fazem algumas previsões de movimentos não observadas nos dados.

Retomando o argumento, esta proposta prevê que o dado abaixo seja aceitável, seja um dado do PB e que mantenha a interpretação prediativa:

- (13) a. **a carne crua*, o João comeu
 b. **O Felipe esperto*, a Duda considera

Um outro dado parece desafiar os testes de constituição clássicos, pois também preve-
 mos que ele tenha boa aceitabilidade com a interpretação prediativa, contrariando as avaliações dos falantes:

- (14) a. **foi [a carne crua]_i que o João comeu t_i*
 b. **é/foi [o Felipe esperto]_i que a Duda considera/-ou t_i*

O problema é que os dados em (14) não são compatíveis com a interpretação prediativa. Suspeito que esse problema não tenha a ver com movimento, pois o fato de que algo não possa ser clivado não nos leva diretamente à conclusão de que não pode ser clivado por não haver um constituinte na base. O pressuposto que sustenta o teste de clivagem como um teste de constituição é: “*se pode ser clivado, há um constituinte*”, se não, outros fatores podem estar contribuindo para má aceitabilidade.

Outro argumento que me leva a crer que o problema acima não é motivo para abandonarmos a análise, vem do fato de que é “moeda corrente” na literatura que as SC complementos envolvam a formação de constituinte (cf. Stowell (1981), Heycock (1994), Chomsky (1981), Rothstein (2001), den Dikken (2006), para citar apenas alguns autores). No entanto, como apresentado abaixo, o movimento do constituinte SC também não é possível:

- (15) a. **[John foolish]_i was considered t_i* (Rothstein, 2001, p. 120)
 b. **[John foolish]_i is what you considered t_i* (Rothstein, 2001, p. 120)
 c. **[John a fool]_j I do not consider t_j* (Den Dikken, 1995, 47)
 d. **[Who foolish]_j do you consider t_j* (Den Dikken, 1995, 47)

Sendo assim, acredito que seja possível caminhar com essa proposta, tendo em vista que esse é um problema que parece desafiar todas as abordagens, inclusive a desta tese. Por isso, é preciso encontrar uma explicação para os dois casos acima. Talvez a mesma solução que houver para dados de SC-complemento possa também ser utilizada para os dados de PS-objeto.

Apesar do problema acima, a formação de um constituinte envolvendo o sujeito e o predicado secundário é descritiva e empiricamente interessante, como se pôde observar por meio da discussão sobre o paradoxo de constituência apresentada neste capítulo.

3.2 Testes de Apagamento de VP

A partir dos argumentos utilizados por Nunes & Hornstein (2010) para discutir a questão da adjunção sem rótulo e também a partir de argumentos do Shim & Den Dikken (2008) sobre a altura do predicado resultativo em Coreano (também sobre se eles formam ou não formam uma SC - um RP), podemos verificar qual a altura dos predicados secundários em PB:

- (16) a. O João comeu o bolo vagarosamente e a Maria também
 b. O João comeu o bolo vagarosamente e a Maria também rapidamente
 c. *O João comeu o bolo vagarosamente e a Maria também o pudim

É possível observar nos testes acima que podemos fazer a elipse de VP, mas não podemos fazer elipse somente do verbo, nesses casos. Assim, no PB, esse teste pode ser útil para verificarmos a altura dos adjuntos a VP, se eles estão em algum nível de VP-máximo ou se mais acima.

Antes de discutirmos os dados do PB, vale notar que Shim & Den Dikken(2008:08) utilizam este teste para demonstrar que as resultativas em Coreano não formam um constituinte com seu sujeito; ou, dito de outra forma, para demonstrar que o AP se adjunge numa das projeções máximas de VP ou mais alto (cf. Den Dikken(2008, p. 8):

- (17) a. *Jim-i meli-lul nolah-key yemsaykha-ko Susana-nun ppalkah-key*
 Jim-NOM hair-ACC yellow-KEY dye-CONJ Susana-TOP red-KEY
kuleh-ess-ta
PROFM-PAST-DECL
 *‘Jim dyed his hair yellow, and Susana did so red’

Em Coreano, portanto, o resultativo pode adjungir mais alto, já que o teste de substituição de VP permite substituir níveis mais baixos de VP deixando o resultativo de fora; entretanto,

não é o que se vê no PB abaixo:

- (18) a. O João comeu o bolo *com o garfo* e a Maria também *com a colher*
b. *O João comeu a carne crua e a Maria também bem passada

Veja que ‘com a colher’ é um adjunto de VP típico, pode ser deixado de fora da substituição de VP, mas o PS ‘crua’ não pode. Isso demonstra que é complicado, no que se refere ao PB, afirmar que o predicado secundário seja um adjunto de VP. Esse fato também corrobora o que o teste de movimento nos tem dito: *o sintagma do adjetivo predicativo deve se adjungir mais baixo na estrutura de VP, formando uma unidade com o seu sujeito*.

O que é especialmente interessante a respeito desse teste é que esses resultados aproximam os casos de predicação secundária a casos de SC canônicas:

- (19) a. *O Prof João considera seus alunos bastante inteligentes e o Prof. Carlos também bastante preguiçosos

No dado acima, o teste de eclipse de VP não nos permite o isolamento somente do AP. Em virtude dessa aproximação do PS às SC e tendo em vista os resultados acima, resta uma pergunta importante: o que de fato separa o que chamamos de SC dos PS?

3.3 Apagamento de VP – Contraexemplos

Há, porém, alguns dados que parecem potenciais contraexemplos, conforme apresento abaixo:⁴

- (20) a. O Pedro comeu a cenoura crua e o Felipe cozida
b. Ele comeu a carne crua e o João tostada

Os dados em (20) poderiam ser tomados como uma evidência de que o PS se encontra, na verdade, mais alto, ou seriam dados que no mínimo colocariam alguma dúvida sobre minha conclusão a partir do dado em (18). Além disso, minha proposta parece prever que eles deveriam ter uma aceitabilidade ruim. No entanto, esses casos somente se configurariam como contraexemplos se se pudesse afirmar que os dados em (20) fossem elipses de VP, pois, nesse

⁴Essas objeções foram apresentadas durante o exame de qualificação por Patrícia Rodrigues e Maria José Foltran.

caso, haveria o apagamento de tudo o que o VP contém (o que apagaria o predicado secundário junto).

Para demonstrar que não se trata de apagamento do VP, considere o dado abaixo:

- (21) a. João comeu a carne crua e a Maria o peixe cru⁵

Em (21-a) parece mais complicado afirmar que se trata de elipse de VP, pois além do PS o objeto do verbo sobrevive ao apagamento. Por conta disso, acredito que esses sejam casos não de apagamento ou elipse de VP, mas casos de elipse lacunar (*Gapping*).⁶

Nesse sentido, o objetivo desta seção é demonstrar que esses dados não são casos de elipse de VP, mas casos de apagamento do núcleo de VP (elipse lacunar) associado ao fenômeno de objeto nulo. Portanto, duas coisas: *elipse lacunar* + *objeto nulo*.

Em dados claros de elipse de VP, a aceitabilidade da sobrevivência do PS é bem ruim. O que demonstra que essa proposta é bastante plausível. Essa análise me foi apresentada Cilene Rodrigues:⁷

- (22) [elipse lacunar x elipse de VP]
- a. O João comeu a verdura crua e o Pedro cozida
- b. *O João vai comer a verdura crua e o Pedro vai cozida
- c. *Todos nós tínhamos comido a carne crua e não admitíamos que alguém tivesse ____ cozida [~~comido a carne~~ (cozida)]⁸

Os dados em (22) apresentam, em (a), um exemplo de elipse lacunar e, em (b) e (c), um exemplo de elipse de VP. Reitero, no caso de elipse de VP, o PS não pode ser substituído, o que nos fornece uma evidência de que o PS está encaixado no VP elidido abaixo no nível de V', se assumirmos, junto com Hornstein e Nunes (2008) que diferentes níveis de VP possam ser elididos.

Uma forma de verificar se esses dados são realmente diferentes é incluir a realização do objeto direto em todos, como segue adiante:

⁵Dado sugerido por Patrícia Rodrigues durante o exame de qualificação.

⁶Uma classificação sobre os fenômenos de elipse no português pode ser encontrada em Cyrino e Matos (2006)

⁷Comunicação Pessoal em Outubro de 2014.

⁸Dados construído a partir de Matos e Cyrino (2001)

(23) [elipse lacunar x elipse de VP]

- a. O João comeu a verdura crua e o Pedro a verdura cozida
- b. *O João vai comer a verdura crua e o Pedro vai __ verdura cozida
- c. *Todos nós tínhamos comido a carne crua e não admitíamos que alguém tivesse __ a carne cozida

Ainda nestes casos, o que observamos é o mesmo padrão de aceitabilidade. Sendo assim, a única forma de salvar os exemplos em (b) e (c) em (23) seria a realização do VP inteiro, como exemplificado abaixo:

- (24)
- a. O João vai comer a verdura crua e o Pedro vai comer verdura cozida
 - b. Todos nós tínhamos comido a carne crua e não admitíamos que alguém tivesse comido a carne cozida

Desta forma, estou tomando este fato como uma evidência de que em (22)b temos a elipse de um VP e em (22)a temos a elipse do verbo (*gapping*) associado a uma ocorrência de objeto nulo.

Como acredito que a questão do jeito que está apresentada aqui é suficiente para dizermos que o que estou tomando como elipse de VP é bastante diferente dos casos apresentados em (20) e em (21-a), as elipses de VP podem assim continuar a serem tomadas como uma evidência de que os PS estão mais encaixados no VP e, por isso, são utilizados como uma evidência para esta proposta.

Na próxima seção, apresento o argumento de Rothstein (2001) de que o predicado secundário precisa estar adjacente ao seu sujeito – considerando a estrutura linear – e como isso é adequadamente previsto por esta tese.

3.4 Necessidade de Adjacência de PS e Seu Sujeito

Rothstein (2001) também apresenta um bom argumento que pode ser utilizado como uma evidência a favor da proposta desta tese. Segundo a autora, o PS-obj não pode estar adjungido a VP⁹, tanto porque a localidade da predicação (proposta pela autora) exige c-comando mútuo, quanto porque há evidências de que tenha de ser assim. Veja o exemplo 77 da autora (p. 125) rerepresentado abaixo:

⁹Rothstein (1983) e Foltran(1999) analisam o AP predicado secundário como um adjunto de VP.

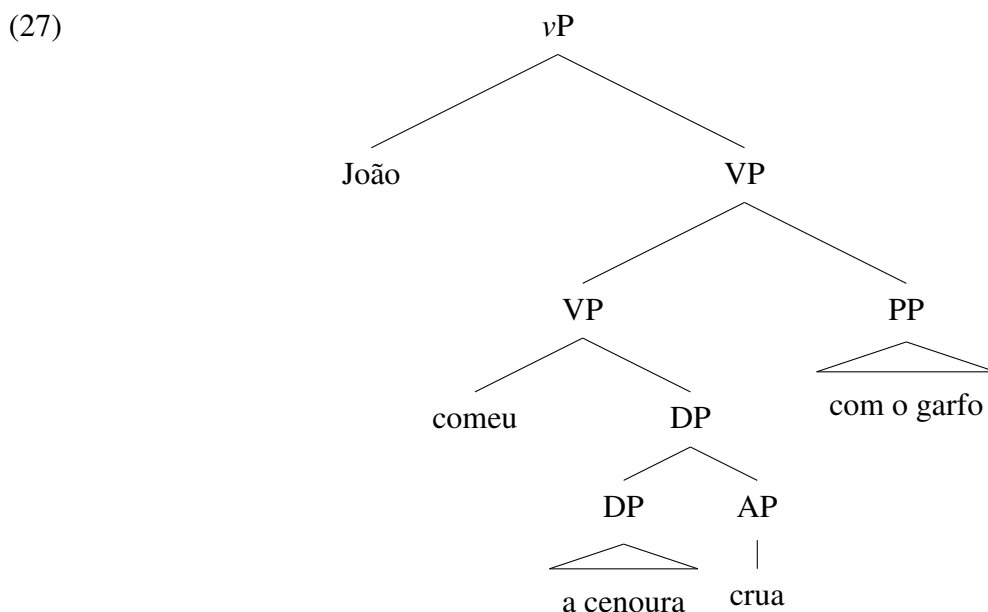
- (25) a. John eats carrots raw with his fingers
b. ?John eats carrots with his fingers raw

Uma discussão inicial desses dados já foi apresentada no capítulo 1, página 16. Dessa forma, apenas reafirmo que o dado em (25-a) acima é preferível – o que é tomado pela autora como uma boa evidência de que o PS seja gerado no nível argumental e preferencialmente adjacente ao seu sujeito. Por sua vez, no dado em (25-b), o PS estaria movido ou *scrambled* e, por isso, sua aceitabilidade é levemente degradada. No PB, o mesmo padrão parece ocorrer:

- (26) a. João comeu a cenoura crua com o garfo
b. ??João comeu a cenoura com o garfo crua

No dado acima, uma versão no PB dos dados do inglês apresentados pela autora, apaguei somente os morfemas de plural, já que isso parece gerar ruído nos testes de aceitabilidade e interferir negativamente na aceitabilidade.

Assim, por conta de o AP *crua* ser adjunto do DP ‘a cenoura’, o dado em (26-b) tem aceitabilidade levemente degradada, porque seria preciso mover o AP acima do adjunto de VP. A DE do dado em (26-a) seria algo como segue adiante. Nela podemos ver em que posição o AP se encontra em relação ao adjunto de VP:¹⁰



¹⁰Não tenho uma análise para o dado em (25-b) e (26-b).

Com o formato de EP proposta nesta tese, não é necessário lançar mão de ramificações ternárias, como na proposta de Rothstein (2001) e ainda conseguimos manter a localidade da predicação bem como permitir que AP esteja numa posição ‘visível’ ao verbo, o que permitiria a semântica de predicativo, bem como a propriedade ‘conectado ao tempo da sentença’ presente na interpretação predicativa.

Vimos até aqui, exemplos que envolviam principalmente Predicados Secundários do Objeto e como esses dados podem ser adequadamente descritos a partir desta proposta, na medida em que ela prevê adequadamente suas propriedades de movimento e localidade. Considerei também algumas questões que se colocaram sobre os testes de constituição clássicos. Nas próximas seções, são apresentados dados de SC-complemento, copulares complexas, PS do sujeito e dados em que a EP se combina com preposições.

3.5 SC Canônicas

As SC complementos de verbos como ‘considerar’, ‘julgar’ e ‘achar’ são conhecidos por SC-Canônicas. Elas apresentam propriedades já bastantes discutidas nesta tese, além de haver inúmeros trabalhos presentes na literatura, como os trabalhos clássicos de Stowell (1981, 1983), Williams (1983), Heycock(1994), entre muitos outros.

Já sabemos que nessas sentenças – alguns exemplos abaixo – o AP predicativo (ou outra categoria, tais como PP e DP) predica de um DP que não é argumento do verbo, apesar de este DP, conforme árvore a seguir, estar numa relação de c-comando mútuo com o verbo. Sabemos que o DP sujeito recebe Caso acusativo, mesmo não sendo argumento do verbo. Além disso, esses verbos selecionam como seu argumento interno um constituinte que denote uma proposição. Na análise proposta neste trabalho, a EP projeta um constituinte que denota a proposição requerida pelo verbo. Há ainda argumentos de que esses verbos selecionariam a categoria da SC-complemento, conforme discutido por Stowell (1981, 1983). Vejamos alguns exemplos

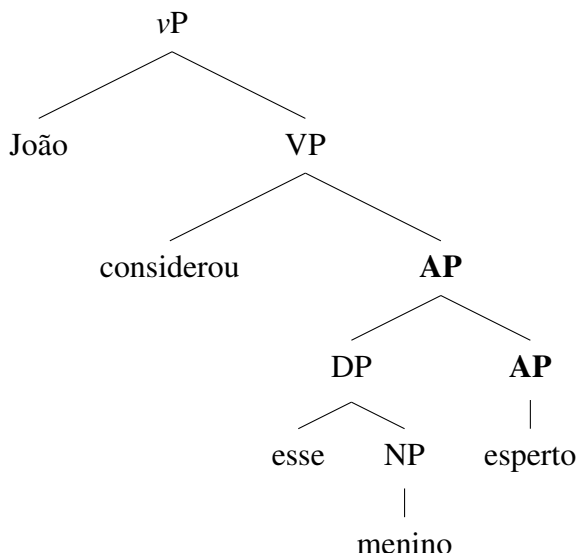
- (28) a. João considerou aquele menino esperto
 b. O juiz julgou os réus culpados
 c. A Duda acha o Felipe esperto

Como essas estruturas já foram bastante discutidas neste trabalho, limito-me a reapresentar a análise que propus para essa sentença a partir da abordagem proposta e a discutir um pequeno

detalhe técnico.

(29) [*Predicação Primária – Small Clause Complemento*]

a.



A árvore apresentada acima traz a análise da predicação proposta aqui. Assim, o DP é sujeito do AP por estar numa relação de localidade (irmandade assimétrica) com este AP (adicionalmente, o DP também pertence ao domínio do núcleo A). No entanto, o DP também é parte do domínio mínimo de V, mas não recebe deste seu papel temático. O papel temático é atribuído por meio da relação de predicação que o DP tem com o AP. Esse DP não recebe papel temático do verbo, porque esse verbo s-seleciona uma proposição (um constituinte eventivo – a estrutura de predicação) e c-seleciona o AP. Com isso, o DP, apesar de pertencer ao domínio mínimo de V, não tem com o V relações temáticas.

3.6 Copulares Complexas e Small Clauses Complexas

Uma vez tendo discutido casos de SC canônicas, passemos para alguns casos um pouco diferentes e pouco discutidos na literatura. Esta seção aplica a Teoria Unificada da Predicação a casos de Copulares Complexas e Small Clauses Complexas.

Como vimos no capítulo 1, os dados apresentados abaixo compõem duas classes de copulares complexas, a saber construções copulares complexas que apresentam uma predicação secundária e copulares complexas que apresentam uma dupla SC, conforme dados repetidos abaixo:

(30) a. A Maria bêbada é chata → Copular com SC e PS

- b. A Maria bêbada é chato → Copular com dupla SC

O dado presente em (30-a) apresenta um AP ‘chata’ que é um predicado secundário do DP ‘a Maria’ (SC-PI - SC com predicado de indivíduo). Por sua vez, o dado em (30-b) apresenta um AP ‘chato’ que é um predicado de uma EP, isto é, do sintagma a ‘A Maria bêbada’ (SC-PE - SC com predicado de eventualidade). Uso o termo “Copulares Complexas com Predicação Secundária” para me referir à primeira sentença e “Copulares Complexas com Dupla SC” para me referir à segunda.

Como vimos nas sentenças acima, apesar de conterem o mesmo predicador ‘chata/o-’, elas têm interpretações diferentes, pois o predicado “chata” e “chato” predicam de elementos diferentes em cada uma delas.

Há ainda casos bastante relacionados a copulares complexas, que são as SC-complexas, conforme apresentado no capítulo 1, e repetidos abaixo:

- (31) a. O João considera a Maria bêbada chata
b. O João considera a Maria bêbada chato

Para alguns falantes, talvez os dados abaixo soem melhor que o par acima:

- (32) a. O João considera chata a Maria bêbada
b. O João considera chato a Maria bêbada

Podemos observar a relação entre estas e os dados de copulares complexas, pois as predicções apresentadas nas copulares acima, desta vez são parte de uma estrutura que é bastante conhecida como SC canônica. Esse tipo de dado fornece a esta tese uma evidência bastante forte de que estamos no caminho certo quanto à proposta de análise, dado que toda a predicação, tanto a da SC, quanto a que chamei de predicação secundária, tem de ocorrer no domínio do que tradicionalmente chamamos de SC-complemento. Esse argumento tem bastante suporte empírico e fica ainda mais interessante se manipularmos essas estruturas, como faço abaixo:

- (33) a. *O João considera bêbada a Maria chata
b. *O João considera bêbada a Maria chato

Se a sequência ‘a Maria chato’ não pode vir depois de ‘bêbada’, é porque não há um constituinte, um nó único que domine exhaustivamente essa sequência. Acredito que esse argu-

mento fique mais claro nas próximas seções, quando apresento as DE das copulares complexas, bem como das SC complexas.

Curiosamente a agramaticalidade das sentenças acima já nos dá uma boa pista da estrutura dessas construções, bem como (principalmente) sobre o funcionamento das copulares complexas, se assumirmos a hipótese de que a cópula é um verbo de alçamento, e portanto um SC complexa como apresentada aqui deve ser, na verdade, o que subjaz à copular, isto é, o que preenche o *compl* do núcleo V copular. A agramaticalidade acima nos mostra que temos o constituinte “a Maria bêbada”, mas não temos ‘a maria chata’, nem ‘a Maria chato’.

Nesse sentido, a constituinte apresentada nas próximas seções, na análise das copulares complexas, não se segue somente da Teoria Unificada da Predicação, mas também de evidências como a apresentada acima que nos oferecem, de presente, quem se combina com quem nas operações de *merge*.

3.6.1 Copulares Complexas com Predicado Secundário

Nessa seção discuto em mais detalhes a análise das copulares complexas com predicação secundária do sujeito da SC encaixada em *compl* da cópula. Para isso, tomemos o paradigma abaixo:

(34) [*Copulares Complexas - predicado secundário*]

- a. A Maria é chata bêbada
- b. A Maria bêbada é chata
- c. Bêbada, a Maria é chata
- d. *a Maria é bêbada chata

Estou assumindo a hipótese de que as diferentes ordens das Copulares Complexas acima sejam derivadas a partir de uma única base inicial, tomada como uma estrutura que satisfaça as relações semânticas como ‘ser argumento de’ e ‘ser sujeito de’. Isto é, todas as ordens são derivadas de uma combinação inicial dos itens lexicais, por meio da qual relações semânticas, como papel temático e predicação, são satisfeitas (mais ou menos no espírito da proposta de Uriagereka (2002) sobre o componente “Estrutura-D”). Depois disso, ocorrem os movimentos específicos para checagem de traços formais. É possível questionar se essa ordem poderá ser diferente em outros casos em que uma checagem de traço ocorra antes dessas relações semânticas; isso de fato pode ocorrer, mas somente quando necessário. Assim, a possível ordem

básica inicial¹¹, considerando ilustrativamente apenas a sequência linear dos terminais. Seria algo como segue abaixo:

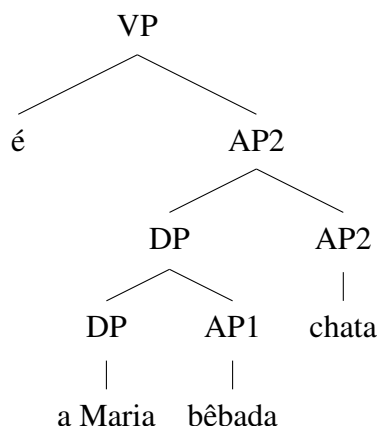
(35) ... é a Maria bêbada chata

Como ‘chata’ predica do indivíduo ‘a Maria’, poderíamos dizer que algo como representado abaixo ocorre:

(36) a. ...é ____ bêbada ____ chata

Cada posição marcada pelo espaço seria como que preenchida pelo DP ‘a Maria’. Isso não significa afirmar que há duas cópias do DP ‘a Maria’, nesse caso, mas apenas que o DP ‘a Maria’ participa de duas predicções, sendo uma predicção descarregada pelo AP ‘bêbada’ e outra pelo AP ‘chata’. Note, no entanto, que na situação descrita pela sentença, a Maria é chata na situação em que a Maria está bêbada. Sendo assim, dadas as relações que a teoria unificada da predicção permite, é possível construir uma estrutura em que essas predicções formam o que tenho chamado de SC-complexas. Dito isso, segue a DE das Copulares Complexas com Predicação Secundária:

(37)



Vemos por meio dessa árvore que as relações entre os participantes de ambas as predicções acontecem como previsto, na medida em que tanto AP1 quanto AP estão numa relação de irmandade assimétrica com o DP ‘a Maria’. Além disso, o DP projeta porque ele entra numa relação temática com o AP2, cujo núcleo atribui-lhe um papel- θ e de certa forma também parece haver traços categoriais e formais do DP envolvido nessa relação, na medida em que

¹¹Estou me referindo aqui aos famosos dados que motivaram o abandono do nível de representação nomeado Estrutura-D no final do anos 80 e início dos anos 90 – mais sobre esse ponto pode ser encontrado em Chomsky (1995), capítulo 3, seção 3.3.

seja possível especular a respeito de que isso tenha alguma relação com as marcas de gênero presentes no núcleo A ‘chata’.

Além disso, tanto AP1, quanto AP2 estão numa relação de c-comando mútuo com o núcleo V (o verbo ‘ser’), o que possibilita a interpretação predicativa (em oposição à atributiva) do adjetivo ‘chata’.

Antes de passarmos à seção que discute os dados de Copulares Complexas com Dupla SC, gostaria de discutir uma propriedade dessas sentenças e talvez de todas as sentenças com PS e também sentenças com orações adverbiais temporais introduzidas pelo WH ‘quando’ (conhecidas por “when-clauses”) e a interação com o foco informacional da sentença.

Essa questão surge por conta do paradigma abaixo:

- (38) a. A Maria é CHATA bêbada ... ela não é LEGAL bêbada
b. A Maria é chata BÊBADA ... ela não é chata SÓBRIA
- (39) a. A Maria não dança valsa BÊBADA, ela dança valsa SÓBRIA
b. A Maria não DANÇA VALSA bêbada, ela TOCA GUITARRA bêbada
- (40) a. A Maria não é CHATA bêbada, ela é LEGAL bêbada
b. A Maria não é chata BÊBADA, ela é chata SÓBRIA

O que é importante observar é que tanto a sentença com um PS do sujeito, quanto as copulares complexas estão sujeitas à interação com o foco. Isso fica ainda mais evidente, porque a diferença de foco leva a uma diferença de escopo da negação (aquilo que está no foco é negado ou afirmado). Assim, dado o padrão de interação acima, a pergunta que se coloca é se os diferentes padrões de foco não levaria a diferença de estrutura e se esse dado não questionaria a estrutura de base que estou propondo acima, para a análise das Copulares com PS. Como veremos na próxima seção, temos boas evidências de que, seja qual for a estrutura necessária para satisfazer as exigências do foco e de escopo da negação, o foco não afeta a estrutura de base (ou estrutura inicial, como chamei acima).

3.6.2 Uma Nota Sobre Foco

O objetivo desta subseção é apresentar um argumento a favor da análise apresentada nesta tese, procurando responder a uma questão sobre a interação dessas estruturas com o acento

de foco.¹² O problema colocado pode ser depreendido dos dados abaixo:¹³

- (41) a. O Pedro comeu A CARNE crua
b. O Pedro comeu a carne CRUA
- (42) a. O Pedro não comeu A CARNE crua, ele comeu a verdura crua
b. O Pedro não comeu a carne CRUA, ele comeu ela bem passada
- (43) a. O Pedro só comeu A CARNE crua, ele não comeu a verdura crua
b. O Pedro só comeu a carne CRUA, ele não comeu ela bem passada
- (44) a. A Maria não é CHATA bêbada, ela é LEGAL bêbada
b. A Maria não é chata BÊBADA, ela é chata SÓBRIA

O problema parece vir do fato de o escopo da negação interagir com o acento de foco. Observe que, nos dados em (42), a negação tem escopo sobre o que está no foco, que é indicado nos exemplos pelo destaque em caixa alta. Quando o acento de foco recai sobre CRUA, a negação tem escopo sobre CRUA; quando o acento de foco recai sobre A CARNE, a negação tem escopo sobre a carne. Isso justifica a conclusão que segue depois da vírgula.

Questão: não será o caso de haver duas estruturas para cada tipo de foco? isso não seria uma evidência para a não-constituência do objeto direto e do PS?

Não acredito que interação com o foco ou o fato de a negação e a partícula ‘só’ interagir com o foco seja um problema para análise proposta nesta tese, uma vez que esta mesma variação de escopo da negação é observada também em outros tipos de dados. Observe o dado abaixo:

- (45) a. O João não BEIJOU a Maria, ele abraçou ela
b. O João não beijou A MARIA, ele beijou a Suzana
- (46) a. O João BEIJOU a Maria, ele não ABRAÇOU ela
b. O João beijou A MARIA, ele não beijou A SUZANA

Observe que a expressão “beijou a Maria” é sabidamente um constituinte e a mesma interação com o foco acontece. Os dados (45) demonstram que: seja qual for o problema, esse problema não parece negar minha proposta. Apesar disso, é importante salientar que os

¹²Esse argumento foi sugerido por Cilene Rodrigues, comunicação pessoal.

¹³Essa questão foi colocada por Patrícia Rodrigues durante minha banca de qualificação. Ela também fez parte de um trabalho que apresentamos em coautoria – cf. Foltran et al. (2012)

fenômenos relacionados ao foco nessas estruturas são um problema bastante interessante, que merecem um tratamento aprofundado. Entretanto, essa investigação ficou fora do escopo desta tese.

3.6.3 Copulares Complexas com Dupla SC

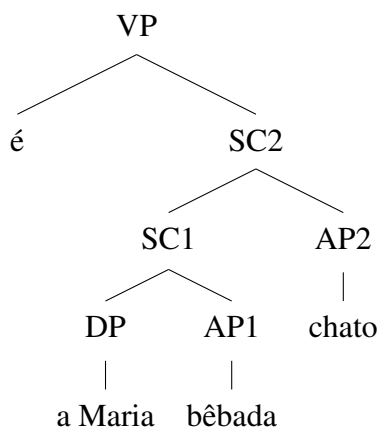
Depois de termos discutido a análise das Copulares Complexas com Predicação Secundária, e também de ter abordado a questão do foco que está presente em trabalhos que discutem esses dados (cf. Rodrigues e Foltran (2013) e Foltran et al. (2012), passemos agora a trabalhar o segundo tipo de copulares estudadas nesta investigação, as Copulares Complexas com dupla SC (ou múltipla SC, como me referi em alguns pontos do texto). Assim, esses dados formam o seguinte paradigma, no qual **não** se observa a mesma liberdade do predicativo ‘bêbada’, como vimos para as Copulares com PS:

(47) *Copulares Complexas - dupla SC*

- a. A Maria bêbada é chato
- b. *A Maria é chato bêbada
- c. *Bêbada, a Maria é chato
- d. *A Maria é bêbada chato

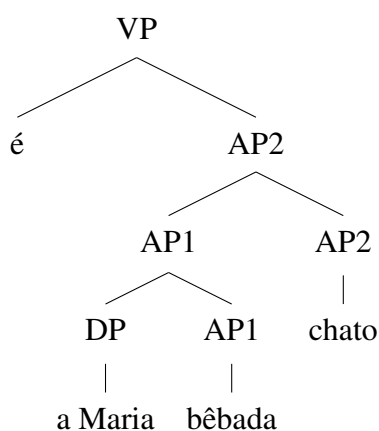
Como já observamos anteriormente, nas sentenças acima o AP ‘chato’ é um predicado de um sintagma com traços eventivos. Assim, o constituinte que desempenha a função de sujeito do AP ‘chato’ é o sintagma ‘a Maria bêbada’, que denota uma proposição, algo como “a Maria estar bêbada”. Diferentemente das copulares com predicação secundária esses dados parecem envolver uma construção com múltiplas SC, ou dupla SC, conforme representado na árvore abaixo:

(48)



A DE em (48) acima foi apresentada por Foltran, Rodrigues, Carreira e Moreira (2012), mas, naquele momento, nós trabalhamos com o rótulo SC. Nesta tese, estou trabalhando com a hipótese de que a SC é uma estrutura em que duas projeções máximas estão numa relação de irmandade assimétrica e um dos dois membro da EP projeta o seu rótulo. Além disso, essa projeção é c-selecionada pelo núcleo que atribui papel temático à SC. Nos dados de SC dupla, AP2 atribui papel temático via predicação para SC1 e a SC2 recebe seu papel interno (algo como tema) da cópula. Assim, de acordo com a Teoria Unificada da Predicação proposta aqui, a DE das Copulares com Dupla SC segue abaixo:

(49)



A partir da representação em (49), vemos que o sintagma ‘a Maria bêbada’ projeta AP1 e AP1 representa uma EP, na qual DP e AP1 entram numa relação de predicação localmente. AP1, então, é *mergido* a AP2 ‘chato’ numa nova EP em que AP2 projeta. Trata-se de um SC sujeito de outra SC e o complexo formado por ela é complemento da cópula.

Também nessa estrutura, tanto AP1 quanto AP2 estão em relação de c-comando mútuo com o V. Aqui também tanto AP1 quanto AP2 estão numa relação de irmandade assimétrica com o DP ‘a Maria’, no entanto, diferentemente da estrutura das copulares com PS, nessa estrutura quem projeta a predicação de ‘a Maria bêbada’ é o AP e não o DP, dado que o predicado AP ‘chato’ é um predicado de evento e se combina com AP1. De alguma forma, não só estruturalmente o AP ‘chato’ predica da situação ‘a Maria bêbada’ e afirma que esta é um situação chata. Note que não há marcas de concordância no núcleo do AP ‘chato’ o que nos dá um evidência de que o AP não se combina com o DP (o qual teria traços de concordância), mas com AP1, que é um predicado.

Resta-nos ainda discutir as diferentes ordens apresentadas no paradigma acima. No entanto, a questão da ordem não é facilmente abordada neste sistema, se assumirmos uma versão Kayneana do Axioma de Correspondência Linear (LCA) (cf. Kayne (1994) e Chomsky (1995)),

como veremos adiante. Porém, uma especulação inicial afirmaria que o predicativo ‘bêbada’ não tem a mesma liberdade, porque ele está inserido dentro de uma SC sujeito de outra SC, conforme representação em (49).

3.6.4 Uma Nota sobre Ordem Linear nas Copulares Complexas

A questão da ordem linear das copulares complexas, bem como, das SC-complexas, é difícil de abordar se adotarmos a Teoria Unificada da Predicação, bem como a versão Kayneana do Axioma de Correspondência Linear (LCA) (cf. Kayne (1994) e Chomsky (1995)). O objetivo desta seção é discutir esse problema. Para tanto, consideremos ambos os paradigmas das Copulares Complexas com PS e as Copulares Complexas com Dupla SC repetidas abaixo:

(50) [*Copulares Complexas - predicado secundário*]

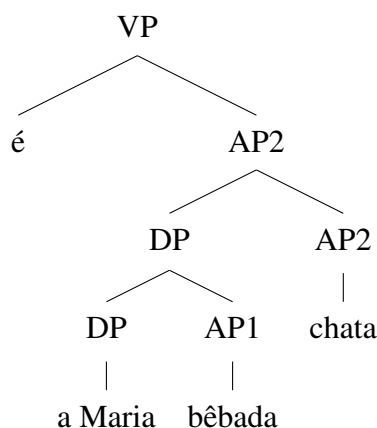
- a. A Maria é chata bêbada
- b. A Maria bêbada é chata
- c. Bêbada, a Maria é chata
- d. *a Maria é bêbada chata

(51) *Copulares Complexas - dupla SC*

- a. A Maria bêbada é chato
- b. *A Maria é chato bêbada
- c. *Bêbada, a Maria é chato
- d. *A Maria é bêbada chato

Não vou discutir cada ordem em detalhe e vou me restringir a dois casos que me parecem mais importantes. Se a análise das Copulares com PS é como segue abaixo, como explicar ordem linear interna do sintagma ‘a Maria bêbada’?

(52)



Para calcularmos a ordem linear levando em conta a proposta de Kayne (1994), consideremos primeiro as relações de c-comando assimétrico, a partir da definição c-comando e de c-comando assimétrico abaixo:

(53) [c-comando assimétrico]

X asymmetrically c-commands Y iff X c-commands Y and Y does not c-command X.

(KAYNE, 1994, p. 4) ¹⁴

(54) [LCA – Linear Correspondence Axiom]

d(A) is a linear ordering of T

Chamemos, junto com Kayne, o conjunto das relações de c-commando assimétrico de $D(A)$ e a ordem linear de $d(A)$. Não entro em detalhes técnicos do mapeamento proposto por Kayne, mas apenas assinalo que o conjunto $d(A)$ é um conjunto imagem de $D(A)$, isto é, $d(A)$ é mapeado a partir de $D(A)$, de tal forma que para cada par ordenado de nó não terminais $\langle X, Y \rangle$ de $D(A)$ há um par ordenado $\langle x, y \rangle$ em $d(A)$.

Assim, o $D(A)$ considerando apenas sub-árvore da SC-complexa em (52) é:

(55) $D(A) = \{ \langle AP1, DP \rangle, \langle AP1, AP2 \rangle, \langle DP, AP2 \rangle \}$

A partir do $D(A)$ podemos gerar a seguinte conjunto $d(A)$ – que é a ordem linear – considerando que as relações de c-comando assimétrico entre os nós terminais da estrutura (*Phrase Marker*) mapeia a ordem dos terminais, isto é, a ordem de realização das palavras na sentença:

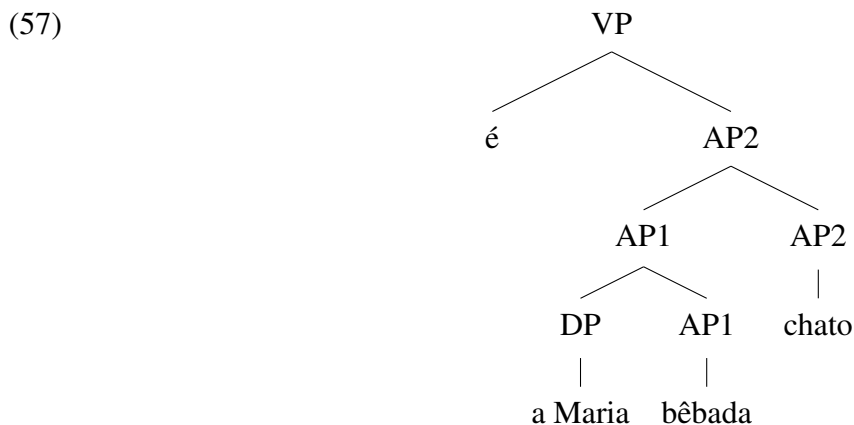
¹⁴C-comando: α c-commands β iff α and β are categories and α excludes β and every category that dominates α dominates β . Exclusão: α excludes β if no segment of α dominates β . (CHOMSKY, 1986, p. 8)

$$(56) \quad d(A) = \{ \langle a1, d \rangle, \langle a1, a2 \rangle, \langle d, a2 \rangle \} \rightarrow \{ a1 > d > a2 \}$$

Assumamos que os símbolos usados acima tenham a seguinte correspondência: $a1 = \text{bêbada}$; $a2 = \text{chata}$; e $d = \{ \text{a Maria} \}$ (assumindo que a ordem entre ‘a’ e ‘Maria’ seja trivial). Assim, teremos a seguinte ordem linear para uma pequena parte da sentença {bêbada a Maria}. O problema fica evidente: como não encontramos o par $\langle d, a1 \rangle$ e ainda porque encontramos o par $\langle a1, d \rangle$, não há como gerar a ordem esperada. Quer dizer, não conseguimos a ordem do sintagma “a Maria bêbada” o que seria pronunciado, neste sistema, como “bêbada a Maria”. O resultado errado.

A dificuldade mais interessante é como podemos barrar a ordem em (d) de ambos os paradigmas – em (50) e (51) acima. Tomando o que já sabemos sobre o mapeamento da ordem linear a partir de Kayne (1994), e das relações de c-comando assimétrico apresentada acima, se considerássemos que o DP ‘a Maria’ fosse movido para uma categoria acima de VP – TP por exemplo – a ordem final seria justamente (d) (para ambos os tipos de copulares complexas), uma vez que AP1 c-comanda AP2.

Nesse sentido, observemos agora a árvore das Copulares com Dupla SC:



As possibilidades de lidar com o paradigma em (51) parecem mais promissoras, tendo em vista que dessa vez há uma diferença de projeção na EP encaixada, o que modifica as relações de c-comando. É mais promissora somente porque teríamos algo a dizer a respeito de como barrar a ordem em (b), mas é só, pois também não barramos (d). Também não geramos adequadamente a ordem “a Maria>bêbada” e não barramos (c). É verdade que poderíamos alegar que (c) não é gerada por motivo independente, já que AP1 é *theta*-marcado numa relação de predicação. Mas essa estipulação enfrentaria problemas com as topicalizações envolvendo extração em SC-complemento discutida anteriormente na seção 3.1.1, sobre o dado (3-c), o qual

segue repetido abaixo:

(58) Esperto_i, a Duda considera o Felipe t_i

Sendo assim, minha conclusão é a de que a Teoria Unificada da Predicação é incompatível com o LCA. No espaço desta tese, não é possível investigar em detalhes que mecanismo poderia explicar a ordem nessas estruturas e se há algum caminho alternativo capaz de compatibilizar essa proposta com o LCA. No entanto, vale notar que já existem diversos trabalhos que discutem problemas com relação a validade do Axioma de Correspondência Linear. Cito alguns a título de exemplo: Abels e Neeleman (2012), Guimarães (2008), Borsley (1997), entre outros.

De qualquer forma, acredito que uma versão mais tradicional do mecanismo de ordem possa oferecer algum *insight*. Por isso, as árvores apresentadas acima foram desenhadas levando em conta apenas dominância e precedência linear. De qualquer forma, com esse mecanismo, essa proposta ainda teria de responder porque o dado de Copular com Dupla SC não permite a ordem em (d). Lembremos que (d) é “a Maria é bêbada chato” e bastaria extrair o DP ‘a Maria’ e o sistema chegaria a essa ordem.

Deixo, no entanto, essa discussão e uma abordagem completa para trabalhos futuros. De todo modo, essa investigação dá uma contribuição importante para a discussão da ordem linear na gramática, na medida em que provoca alguns questionamentos com relação às análises via LCA.

3.6.5 Predicação Secundária e SC Dupla como SC-Complemento

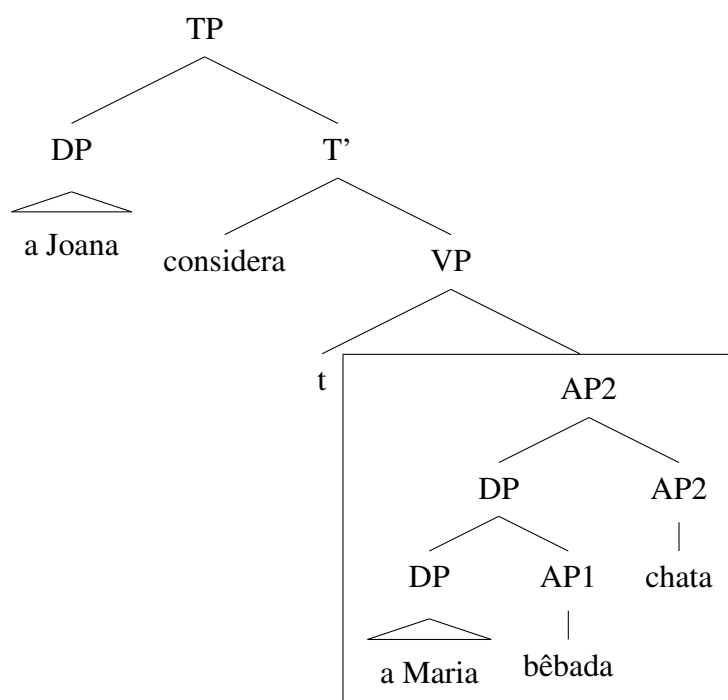
Como apresentei no início desta seção, aquelas SC complexas que preenchem a posição *compl* do verbo ‘ser’ também podem ser complemento de verbos como ‘considerar’. As análises são basicamente as mesmas.

Nesse sentido, as SC complexas complementos de ‘considerar’ podem apresentar uma predicação secundária de seu sujeito. Como visto no capítulo 1, o que constitui uma outra evidência de que a proposta desta tese é plausível, já que, nesse caso, o predicado secundário tem de estar dentro da SC, como é possível observar pela impossibilidade de geração do dado em (59-c). Essas SC podem ser de dois tipos, assim como o são as Copulares Complexas (ou envolvem dupla SC ou envolvem uma SC e um predicado secundário):

- (59)
- a. a Joana considera a Maria bêbada chata
 - b. a Joana considera chata a Maria bêbada
 - c. *Bêbada, o João considera a Maria chata

A análise desses dados é a mesma das copulares complexas. A única diferença é que a estrutura de predicação, neste caso, é encaixada na posição de complemento de ‘considerar’ e não no complemento da cópula ‘ser’, como representado abaixo:

- (60) [*PS numa SC-complemento*]

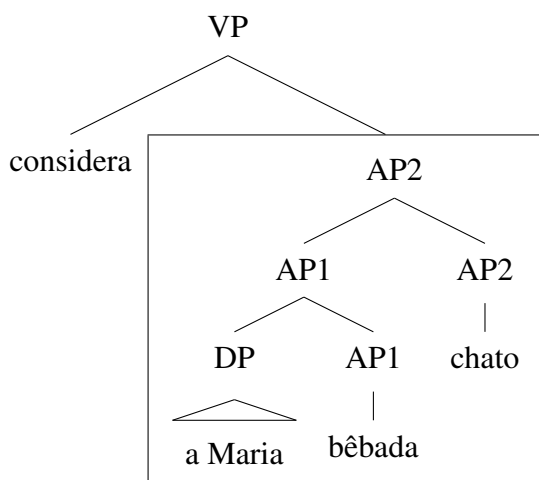


As relações estruturais são as mesmas que as SC-complexa complemento da cópula.

Por sua vez, as SC Dupla encaixadas em SC complemento são enunciados como os que seguem abaixo e sobre os quais já fizemos uma discussão no início desta seção na página 112:

- (61)
- a. a Joana considera a Maria bêbada chato
 - b. a Joana considera chato a Maria bêbada

- (62) [*PS numa SC-complemento*]



Nesse sentido, assim com o PB apresenta uma SC dupla complemento da cópula, essa mesma SC pode ser complemento de ‘considerar’. Há uma correlação entre essas construções.

3.7 EP e Complementos de Preposição

Outra evidência de que a análise está no caminho certo são os exemplos de predicação secundária de complemento de preposição. A análise proposta aqui permite lidar naturalmente com estruturas de predicação pertencentes a domínios de complemento de proposição. Isto é, permite que uma relação de predicação, com interpretação predicativa, principalmente, possa se dar num domínio local, como no caso no complemento de uma preposição. Esse é o principal ponto e, acredito, o ganho empírico desta análise.

Além do exposto acima, acredito não haver nada de muito diferente sobre a predicação nesses domínios. Para entendermos esse ponto, observe o esquema abaixo:

- (63) a. $[^{XP} x [^{DP} DP AP]] \rightarrow AP\text{-predicativo}$
 b. $[^{XP} x [^{AP} DP AP]] \rightarrow AP\text{-predicativo}$

A única diferença vem do fato de que a categoria que preenche o núcleo X é um núcleo preposicional, um P. Já vimos dados em que esse X foi preenchido por um verbo pleno, já vimos com a cópula e agora estamos vendo com a preposição. Aliás, uma descrição dos detalhes observacionais dessas construções foi apresentada no capítulo 1, a partir da página 19. Também analisamos a EP complemento de X no esquema acima em posição de sujeito de outra EP, como no caso de múltipla SC.¹⁵

¹⁵A predicação da frase não está no recorte desta tese, mas acredito que poderíamos tratar os casos de predicação secundária com sujeito com uma EP em posição de sujeito da frase. Faço algumas observações nesse sentido na

Assim, as EP que aparecem em *compl* podem aparecer em dois tipos de contextos preposicionais, a saber: quando a preposição introduz um argumento de um núcleo (verbal, por exemplo) ou quando ela introduz um adjunto. Na primeira situação, o PP é theta-marcado e na segunda não. Além disso, a própria EP pode ter relações diferentes com esse núcleo. Ela pode, ela toda, ser argumento de um P que toma um sintagma com valor eventivo, assim como pode apenas parte dela ser o argumento, isto é, o núcleo P marcando apenas o sujeito da EP. O primeiro caso, lembra as SC-complementos, e o segundo as estruturas de predicação secundária. Faço pouca distinção desses casos nesta investigação, pois é difícil decidir se a preposição seleciona uma proposição ou não.

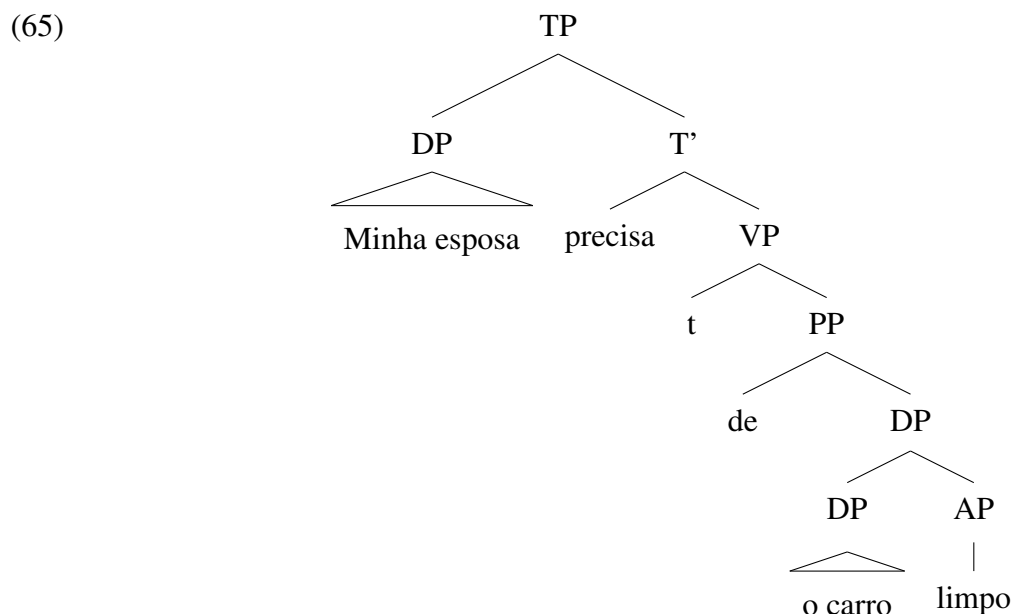
A seguir apresento as subclasses de construções.

3.7.1 PP *Theta*-marcado

As construções em que o argumento interno é inserido por meio de uma preposição funcional também podem apresentar predicação secundária:

- (64)
- a. Ela gosta dele nu
 - b. Minha esposa precisa do carro limpo (PP tema)
 - c. Ele passou a mensagem com o computador avariado (PP Instrumento)

Um exemplo de análise, conforme a teoria proposta aqui, segue abaixo:



seção sobre os PS do sujeito.

3.7.2 PP não *theta*-marcado - adjuntos adverbiais

Abaixo repito os exemplo de construções com um predicação dentro de PP não *theta*-marcados. Do lado de cada exemplo, apresento o papel temático que cada PP teria, conforme apresentado no capítulo 1.

- (66) a. Com o João doente, não vamos terminar o trabalho a tempo (circunstancial)
b. O totó voltou [com o focinho sujo]
c. Ele passou a mensagem com o computador avariado (instrumento)

Não apresento desta vez as DE desses dados. De qualquer forma, é possível observar contextualmente que há uma diferença de seleção das preposições envolvidas no três exemplos acima. No dado em (66-a), a preposição ‘com’ seleciona um constituinte proposicional (eventivo) já que ele parece introduzir uma situação (não é o João que vai atrapalhar os trabalhos, mas a situação “o João doente”); no dado em (66-b) a preposição ‘com’ parece tematizar apenas o DP ‘o focinho’, pois é este que, no momento da volta, estaria naquele estado (o cachorro não volta com o estado de sujo do focinho, mas com o focinho no estado de sujo). Note que isso é bem diferente do exemplo em (66-a). No dado em (66-c), essa diferença é ainda mais clara, na medida em que o computador pode enviar uma mensagem, mas a situação ‘o computador avariado’ não pode.

Se essa diferença realmente se sustenta, então, poderíamos dizer que pode haver uma diferença de projeção da EP complemento da preposição nos dados acima. A mesma diferença que observamos entre os PS-obj. e SC complemento: uma diferença de projeção na estrutura de predicação – no primeiro exemplo o AP projeta; nos dois últimos, o DP.

3.7.3 Small Clauses livres / Predicados secundários livres

Vimos no primeiro capítulo que alguns dos dados de predicação em PP adjuntos permitem o apagamento da preposição. Isso cria um fenômeno parecido com as conhecidas SC-livres (Kato (2007), Sibaldo (2009), Cunha (2012)). A análise para esses dados não foi realizada de forma completa, pois outras propriedades parecem estar envolvidas. No entanto, parece-me um caso em que a EP pode aparecer nua dando ela própria, com seu significado eventivo, um contribuição circunstancial (adverbial) à sentença.

- (67) a. O João doente!! Assim não vamos terminar o trabalho a tempo (exclamativa,

constatação)

- b. O João doente?? Assim não vamos terminar o trabalho a tempo (eco-question, constatação/incredulidade)
- c. Não vamos terminar o trabalho a tempo, com o João doente (circunstancial)

Talvez possamos relacionar o apagamento destas preposições a outros fenômenos de apagamento bastante comum no PB atual:

- (68) O ano passado, eu trabalhei muito! (no ano passado, ...) Semana passada, eu não te vi. (na semana passada, ...)

No entanto, trata-se de um apagamento que me parece, à primeira vista, mais restrito a esses sintagmas preposicionais com valor temporal e introduzidos pela preposição ‘em’.

3.7.4 Dados Predicação em PP de Williams (1980)

Williams (1980) também apresenta alguns dados que envolvem preposições. O autor apresenta esses dados na parte em que ele discute a restrição de c-comando.

- (69) a. John loaded *the wagon full* with hay. (WILLIAMS, 1980, p. 204)
 b. John loaded *the hay* into the wagon *green*.
 c. *John loaded the wagon with *hay green*.
 d. *John loaded the hay into *the wagon full*.

Williams explica a agramaticalidade de (c) e (d) por meio da restrição de c-comando mútuo. Não tenho uma análise aqui, mas, em minha proposta, esses dados estariam em um contexto em que a predicação poderia acontecer. Portanto, esses dados devem ser não aceitáveis em inglês por algum outro motivo. Por sua vez, os dados abaixo apresentados pelo autor, podem ter nesta abordagem uma análise trivial. Para o autor ‘John’ e ‘dead’ estariam em c-comando mútuo. Na abordagem em tela, eles formariam uma EP.

- (70) a. I presented it to John dead. (WILLIAMS, 1980, p. 204)
 b. *I presented John with it dead.

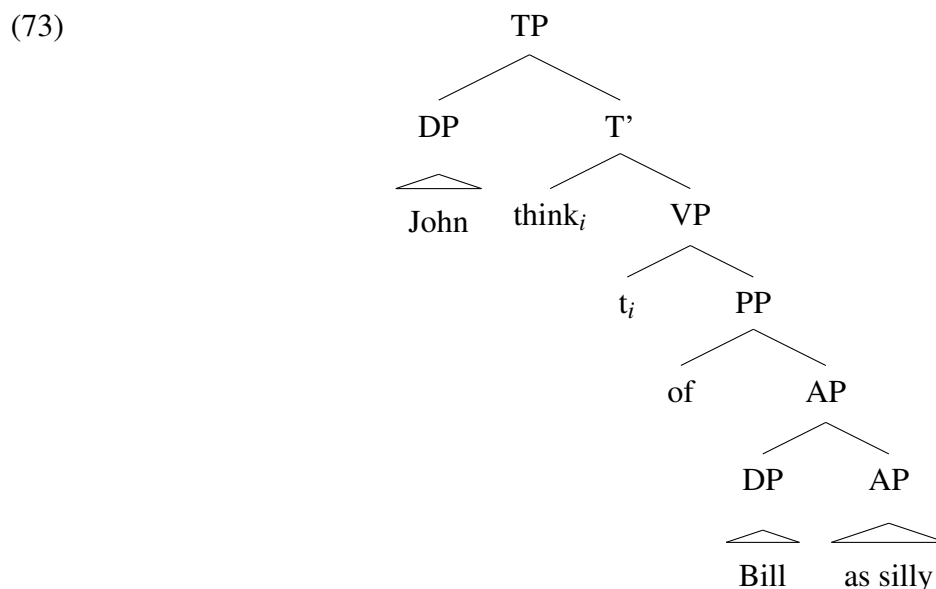
No entanto, Emmon Bach oferece a Williams¹⁶ um contraexemplo à restrição de c-comando. Isso se dá porque para Emmon Bach e para Williams ‘of’ e ‘Bill’ formariam um constituinte:

(71) John thinks of Bill as silly.

Para resolver esse problema, Williams afirma que ‘think’ e ‘of’ sofrem um reanálise e se tornam um verbo complexo. Para tanto, o autor oferece as evidências abaixo:

- (72) a. Bill was thought of as silly. (WILLIAMS, 1980, p. 204)
 b. Who do you think of as silly?
 c. Of whom are you thinking?
 d. *Of whom do you think as silly?

E o autor conclui: “*hence, ‘of Bill’ is not a PP, and Bill c-commands the predicate ‘as silly’*”. Na proposta desta tese, não é preciso apelar para reanálise, uma vez que ‘Bill’ e ‘of’ sequer formam um constituinte capaz de impedir as relações de localidade e c-comando, conforme DE abaixo:



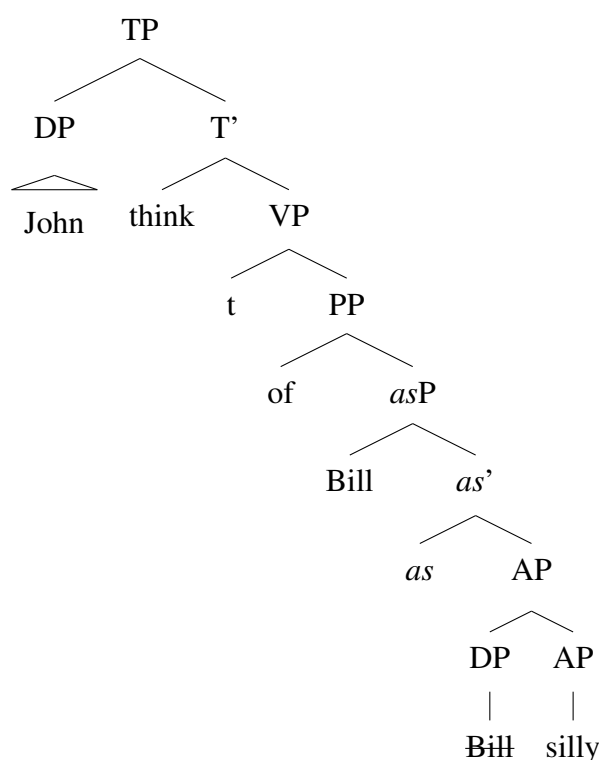
Como vemos na árvore acima, não existe o constituinte ‘of Bill’, por isso as agramaticidades apontadas pelo autor. Sendo assim, se a análise acima, mesmo que parcial, estiver correta, a Teoria Unificada da Predicação apresenta uma análise que não precisa usar o recurso

¹⁶Segundo o autor, Emmon Bach ofereceu esse contraexemplo em uma comunicação pessoal.

da reanálise do verbo nessas construções. O principal dado que o autor usa como evidência, apesar de ele não dizer textualmente é o dado em (c) acima. Pois esse dado não apresentaria reanálise, na medida em que ele é diferente dos outros no paradigma acima. Para esta tese, também é assim, mas o que muda é o complemento da preposição: em (c) é o DP ‘Bill’ (ou o *wh whom*), mas nos demais é a EP toda (“*Bill as silly*” ou “*whom as silly*”).¹⁷

Observe que seria compatível com os dados, uma análise que coloca a preposição ‘as’ do inglês como núcleo de uma categoria funcional *asP* e, neste caso, a EP seria complemento do núcleo ‘as’.

(74)



Note que na árvore acima, a estrutura de predicação proposta nesta tese mantém suas propriedades formais.

Vimos nesta seção os casos de EP em domínios preposicionais, vejamos na próxima seção, algo pouco referido até aqui que são os casos de sentenças com predicação secundária orientadas para o sujeito – PS-sujeito.

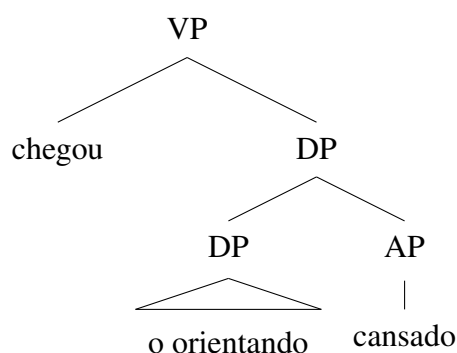
¹⁷Quero dizer que o dado em (c) é diferente dos demais em termos de seleção por parte do núcleo verbal. Sendo assim, o autor estaria comparando dados com interpretação semântica diferente, portanto, outra sentença.

3.8 Predicativos do Sujeito

Esta seção tem como objetivo discutir a aplicação desta abordagem à análise dos casos de predicação secundária do sujeito, mais precisamente de predicação secundária sobre os argumentos externos dos núcleos verbais (possivelmente de argumentos externos de quaisquer núcleos). Observe que alguns casos de PS-sujeito são na verdade PS-objeto, uma vez que assumamos que verbos como ‘chegar’, ‘cair’, entre outros, sejam inacusativos. Como vemos abaixo, o dado em (a) teria a análise em (b):

(75) a. O orientando chegou cansado

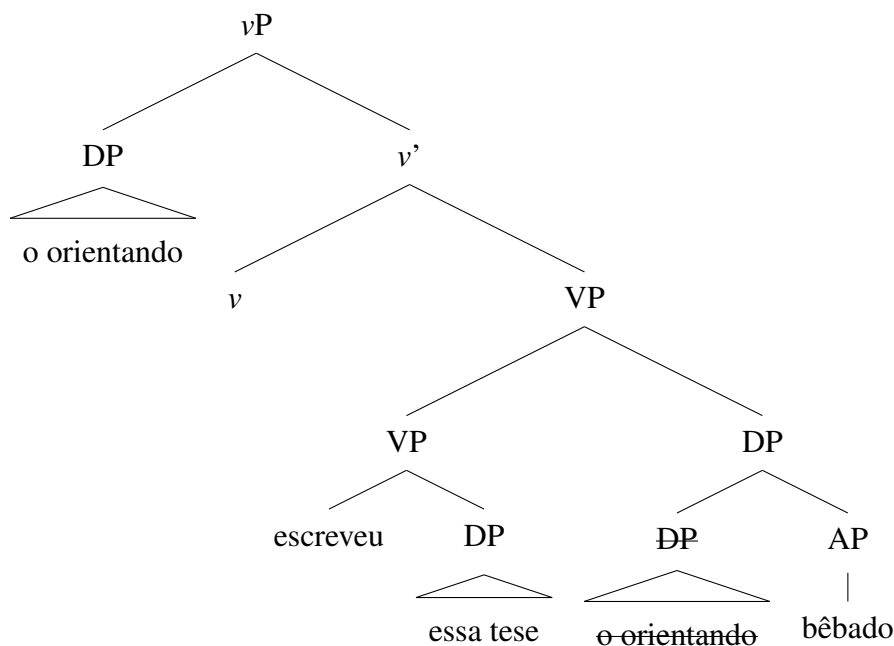
b.



Portanto, a DE do dado acima é a mesma DE trivial que já foi apresentada para outros dados de PS-objeto. O restante da derivação segue da forma tradicional: DP ‘o orientando’ se move para *spec* TP e assim por diante. Mas, quando o PS tem como sujeito o argumento externo de um verbo transitivo, a discussão parece ganhar um tom ainda não tratado aqui até este momento. Para colocar a questão, consideremos hipoteticamente que a árvore de uma sentença com verbo transitivo e com um PS-sujeito seria como a que apresento abaixo, a partir do dado em (a):

(76) a. O orientando escreveu essa tese bêbado

b.

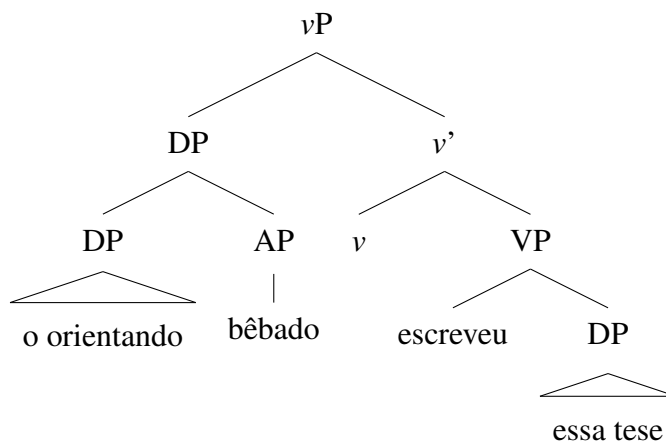


De saída, duas questões se colocam: (i) como ocorre o movimento do sujeito da EP para a posição de sujeito da frase ou para a posição de argumento externo do verbo? Essa é a primeira questão, mas acredito que há uma anterior e talvez mais importante? (i) por que a EP se adjunge a VP, como apresentado na árvore acima e o que a licencia nesta posição?

Para responder essa pergunta, lembremo-nos das discussões sobre o formato da teoria proposta aqui. Lembremo-nos de que a EP é *mergida* à posição de *compl* de V, porque há uma relação importante que acontece ali, uma relação que se estabelece ou com parte da EP ou com ela toda, isto é, a EP se combina com um núcleo e este núcleo atribui papel temático ao DP sujeito da EP ou atribui papel temático à EP toda – mais sobre isso no capítulo 2, na seção sobre a ambiguidade de projeção, na página 84. Assim, as EP estudadas – DP+AP – estavam em lugares em que elas eram licenciadas por uma relação temática com algum núcleo. Se esse fato se configurar como uma exigência do sistema, uma restrição que pesa sobre as EP, não haverá motivos para adjungir, num momento inicial da derivação, a EP a VP, como na árvore acima, pois ela não será licenciada (exceto se encontrarmos uma outra motivação).

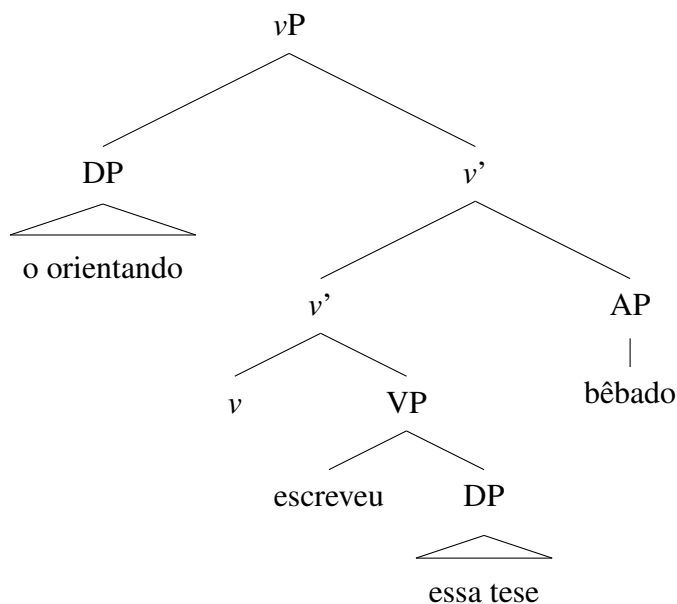
Sendo assim, acredito que temos duas opções para revolver a questão das PS-sujeito: (i) primeiro formamos a EP, depois a *mergimos* a uma posição em que ela (ou parte dela) possa receber papel temático; ou (ii) construímos uma estrutura um pouco diferente que possa satisfazer essas exigências e ainda atender as restrições sobre a predicação.

(77)



Como vemos na estrutura acima, o mesmo tipo de configuração estudada aqui ocorre. Mas é fácil ver que essa DE vai causar problemas para ordem linear. Vejamos uma segunda possibilidade apresentada durante a banca de qualificação:¹⁸

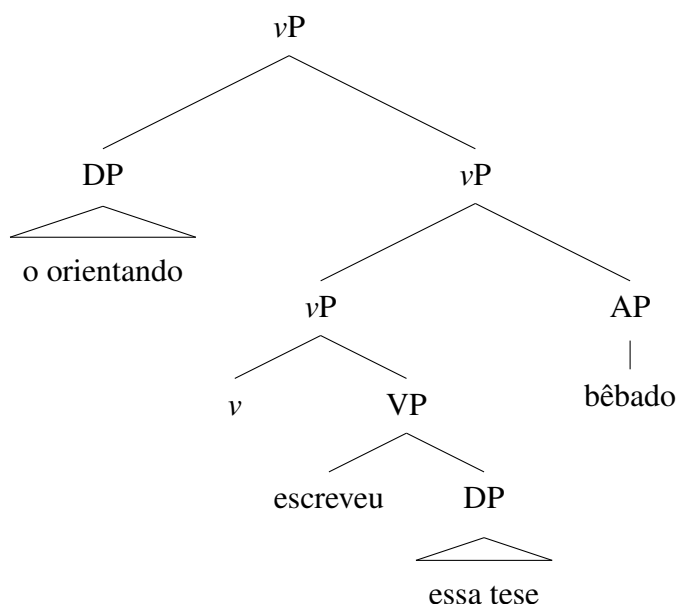
(78)



Essa possibilidade é mais promissora com relação à ordem (não adotando o LCA), mas seria necessário ainda modificar a restrição de c-comando da teoria para c-comando mútuo e trocar irmandade assimétrica por irmandade apenas. Nesse ponto da investigação, não tenho certeza de quais seriam as consequências para a teoria. No entanto, cogitemos mais uma possibilidade. Por exemplo, assumamos que Heycock (1994) – entre outros autores – esteja certa quanto à predicação primária da frase. Assumamos junto com ela que a predicação da frase seja também uma adjunção, nesse caso a árvore do dado em questão seria:

¹⁸Essa possibilidade foi proposta por Maximiliano Guimarães

(79)



Curiosamente, nada muda! Mantém-se c-comando mútuo e irmandade (simétrica) novamente.

Parece-me que a teoria mais coerente com toda a evidência empírica apresentada aqui é aquela subjacente à árvore em (77). Trata-se do formalismo mais restritivo, uma vez que mantém as configurações de c-comando. É possível também pensar em opções como fez Rothstein (2001), ao tratar a predicação secundária do sujeito como uma situação diferente, na medida em que o predicado 'bêbada', nos exemplos acima, formariam um predicado complexo com o VP, na proposta da autora. E este complexo seria o predicado do sujeito da frase. Rothstein (2001) apresenta inclusive motivações semânticas, dado que a predicação secundária seria expressa por meio de uma conjunção de predicados, quando no componente semântico.

Mesmo tendo em vista a proposta da autora, ainda assim acredito que a abordagem delineada nesta tese pode dar conta da conjunção por conta da visibilidade do predicativo, o que motiva a manter a hipótese presente na análise em (77).

Vale notar que a estrutura em (77) tem as mesmas características e problemas presentes na análise das Copulares Complexas. Além disso, também fica a questão: se o predicativo é gerado naquela posição, por que o predicativo não sobrevive a testes como o apresentado abaixo?

(80) *O orientando escreveu o artigo bêbado, e o orientador também sóbrio

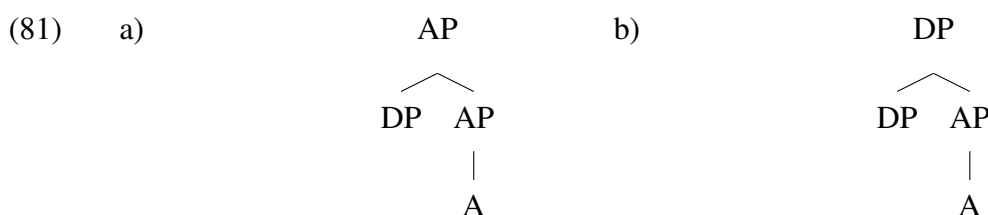
Apesar da problema, e mesmo não podendo investigar essa possibilidade aqui, acredito que essa é uma hipótese interessante que merece ser trabalhada futuramente.

3.9 Algumas Consequências Interessantes

3.9.1 Small Clause em Posição de Sujeito

O que vimos na seção anterior foi a possibilidade de uma estrutura de predicação secundária poder estar na posição de sujeito frasal. Uma outra consequência interessante, também por conta do formato do formalismo proposto nesta tese é a de podermos encontrar SC na posição de sujeito frasal. Esta seção procura apresentar a possibilidade de tratar alguns casos que foram objetos de debate na literatura. Os casos listados abaixo não precisam ser precisamente SC em posição de sujeito, pois são tratados aqui por meio de um conceito mais amplo, isto é, como EP em posição de sujeito.

Consideremos as estruturas a seguir:



Essas estruturas, como vimos, aparecem na posição de complemento de um verbo, ou como sujeito de uma outra SC (ver Copulares Complexas). Por hipótese, existem DP modificados predicativamente em posição de sujeito, uma vez que o DP podendo participar da adjunção aqui proposta, poderia estabelecer as relações com o núcleo T e satisfazer EPP, sem que a presença do predicativo barrasse essas relações. Uma previsão que a Teoria Unificada desta tese faz.

Um primeiro caso foi apresentado na seção anterior como uma possibilidade de tratamento da predicação secundária orientada para o sujeito. Os exemplos, a seguir, são um pouco diferentes na medida em que a proposição denotada pela EP pode ser tematizada (ela toda) em alguns casos e, em outros, não. Nestes últimos, a EP tem a semântica típica de predicação secundária, situação em que apenas o sujeito da EP é marcado tematicamente na relação. Além disso, esses dados apresentam uma semelhança muito grande com os casos de Copulares Complexas com Predicação Secundária:

- (82) a. Workers angry about the pay is just the sort of situation that the ad campaign was destined to avoid. (SAFIR, 1983, p. 732)
- b. Will President Botha set him free to allow him to take part in that process? Or

- does he fear that Mandela free would pose a greater threat than Mandela behind bars. (AARTS, 1992, p. 45)
- c. Mandela behind bars would undoubtedly suit the government. (HAEGEMAN; GUÈRON, 1999, p. 120)
 - d. Gli studenti così alla mercè dei minatori è uno spettacolo che mi auguro di non rivedere più. (CINQUE, 1995, p. 254)
 - e. A Maria bêbada é chato

Safir (1983) argumentava que os dados como (b) acima seria um caso de SC na posição de sujeito. No entanto, Baltin (1998) contrapunha-se a essa proposta, pois para ele seriam dados de NP na posição de sujeito já que esses dados podem ser quantificados, e ter uma oração relativa correspondente:

- (83) a. Several angry workers is just the sort of situation that the ad campaign was designed to avoid.
- b. Workers who are angry about the pay is just the sort of situation that the ad campaign was designed to avoid.

A proposta que venho defendendo nesta tese prevê a análise dos dados em (82) como casos de uma EP que ocupa a posição de sujeito da frase. Mesmo assim, lidar com as críticas de Baltin (1998) é uma questão importante que foge aos limites desta tese. Acredito que para fazer essa discussão seria preciso entrar no debate a respeito dos nominais nus, o que foge ao escopo desta proposta.¹⁹ De qualquer forma, acredito que Rodrigues e Foltran (2013, p. 505) deixam claro na passagem abaixo que é possível tratar os dados em *chp3.sc-SC-sujeito-ex1* como SC sujeitos:

Ainda que estejamos de acordo com Baltin quando ele afirma que a concordância no singular observada por Safir não constitui um argumento para se postular uma SC no caso de (34) [*aqui (82)a*], haja vista os casos em (35)[*aqui (83)a*], discordamos de sua conclusão de que *workers angry about the pay* é necessariamente um DP. O fato de que a concordância neutra não seja evidência para analisar essa sequência como uma SC não significa que o sujeito em (34) [(82)a] não possa ser uma SC. De acordo com o que foi discutido acima sobre a sentença (1b) [*A Maria bêbada é chato*], acreditamos que é plausível postular que uma construção copular possa apresentar como sujeito uma SC. No

¹⁹Talvez essa estrutura tenha algo dizer sobre os nominais nus. Ela poderia descrever os nominais nus como casos de NP não dominados por DP. Assim, quando o NP for sujeito de um predicativo, a estrutura NP+AP, uma EP, seria o sujeito. No entanto, essa possibilidade parece fazer a previsão de que um nominal nu não possa ter leitura atributiva e também que não possa ser quantificado. No entanto, um exemplo como “*Criança peralta dá trabalho*” parece ter interpretação atributiva (M.J.Foltran comunicação pessoal).

entanto, a questão levantada por Baltin (1996) é pertinente, e os casos como o da sentença em (33) devem ser explicados. (RODRIGUES; FOLTRAN, 2013, p. 505)

O que as autoras citam como "sentença (1b)" são os dados de Copulares Complexas com Duplas SC. Um dos argumentos que as autoras oferecem para dizer que a sequência "a Maria bêbada" seja uma SC é, além da concordância neutra (chato), o fato de essa sequência poder ser complemento de 'considerar' ou de 'querer' em *eu considero/quero a Maria bêbada*.

Sendo assim, acredito que esses dados, já um tanto discutidos na literatura, deem ainda mais suporte a esta proposta.

3.9.2 Uma distinção sintática entre os predicativos do objeto e os advérbios

Minha proposta oferece uma distinção sintática entre os predicativos do objeto e os advérbios:

(84) [Rothstein, 2001 p. 126]

- a. John eats carrots raw happily
- b. ?John eats carrots happily raw
- c. Mary ran the Marathon last week sick
- d. John met Mary drunk last week
- e. John met Mary last week drunk

- (85) a. João comeu a cenoura alegremente
b. A Fantástico contratou o Ronaldinho ontem

Assumindo com Rothstein (2001, p. 128) que os advérbios não atribuem papel temático a um DP e que estes são adjuntos de VP, temos uma distinção sintática, pois os predicativos são adjuntos do DP.

Essa distinção tem algumas consequências, na medida em que alguns advérbios como 'happily' são aparentemente orientados para algum participante do evento. No entanto, conforme Rothstein (2004, p. 64), essa orientação é só aparente no sentido de que ela não apresenta atribuição de papel temático, dado que a partir de uma sentença como (84-a) não temos o acarretamento "John is happy".

3.10 Considerações finais do capítulo

Neste terceiro capítulo, vimos a aplicação desta proposta de análise ao conjunto de dados apresentados no capítulo 1. Um dos objetivos das discussões apresentadas aqui é verificar qual a cobertura empírica desta teoria. Nesse sentido, consideramos as possibilidades de movimento que essa proposta permite e constatamos que ela oferece uma solução para o Paradoxo de Constituição na medida em que há um constituinte movível na predicação secundária, já que o AP (ou qualquer outro predicado) se adjunge ao DP formando um constituinte que é inserido na posição *compl* do verbo. Vimos também alguns dados de apagamento de VP que dão evidências da altura do constituinte do PS-objeto e também como alguns contraexemplos aos apagamentos de VP são fenômenos assemelhados de eclipse lacunar.

Analizamos os dados de Copulares Complexas e suas correlações com construções de SC complementos de verbos como ‘considerar’ e como essa proposta garante que as propriedades das relações estabelecidas nestas estruturas podem ser adequadamente descritas. Apesar disso, os dados de Copulares Complexas também oferecem problemas com relação a descrição da ordem linear efetivamente realizada na produção das sentenças do PB.

Também apresentei uma análise para os casos de predicações secundárias e de *Small Clauses* que aparecem no complemento de preposições. Além disso, contemplamos, mesmo que muito especulativamente, uma possibilidade de se analisar os predicados secundários orientados para o sujeito e também das SC sujeito, como um constituinte que é gerado na posição de *spec* de *vP*, dado que é nessa posição que esse constituinte tem condições de ser licenciado. No entanto, é fácil ver que essa possibilidade enfrenta problemas com relação a linearização e também com relação a testes de constituição como o apagamento de VP.

As possibilidades desse formalismo são bastante promissoras, se por exemplo, tomarmos como hipótese que essas estruturas podem ser licenciadas ainda em outros domínios. Essas estruturas poderiam ser complementos de núcleos funcionais de diferentes matizes e a partir disso outros tantos fatos linguísticos poderiam ser descritos. Para dar um exemplo, a análise de Knöpfle (2014) adota um núcleo aspectual que seleciona uma EP. A autora adotou o RP de den Dikken (2006) como sua EP. No entanto, uma estrutura como proposta aqui poderia desempenhar esse papel de estabelecer a predicação deixando as nuances aspectuais para o núcleo que a autora propõe.

No próximo capítulo, procuro estabelecer um diálogo entre essa tese e algumas propostas da literatura gerativista sobre o tema.

4 Capítulo: Conversando com a Literatura

O objetivo deste capítulo é apresentar não só o que já foi discutido na literatura sobre esse tema, mas também estabelecer um diálogo com esses trabalhos. Nesse sentido, também, o que é apresentado neste capítulo constitui o universo de debate em que se insere esta pesquisa. Dessa forma, são apresentadas algumas das propostas de análise existentes, como elas se organizam e quais suas motivações. Há também um esforço de apresentar alguns detalhes das análises que não foram apresentadas em outras investigações sobre o tema, além de se buscar uma comparação com a teoria proposta nesta tese.

Com isso, acredito que seja possível, não só o diálogo com esta proposta, mas também contextualizar as discussões sobre predicação, sobre predicação secundária e sobre construções como SC-complemento.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente apresento uma discussão com a análise de Chomsky (1955 e 1957); depois apresento as análises clássicas de Stowell (1981 e 1983) e de Williams (1980), bem como o debate entre esses dois autores; em seguida, apresento rapidamente Rothstein (2001) e Heycock (1994); e, por fim, uma análise mais recente, a proposta de den Dikken (2006), que trata a predicação por meio de um núcleo funcional abstrato.

4.1 Em retrospectiva

Desde o início da Teoria Gerativo-Transformacional havia uma preocupação em dar um tratamento unificado para a questão da predicação. É possível encontrar algumas abordagens da questão já em Chomsky (1955, 1957). Uma sentença como a que segue em (a), a seguir, era derivada das duas *sentenças kernel* (sentenças nucleares) presentes em (b) e (c). As sentenças nucleares eram geradas pelas regras de estrutura sintagmática (ex. $S \rightarrow NP + VP$):

- (1) a. A menina bonita chegou
- b. A menina chegar
- c. A menina SER bonita

Para construir (a), o sistema tinha de operar a partir das duas sentenças de nucleares, que estabeleciam as relações semânticas em (a). Para juntar (b) e (c) e produzir (a), o sistema executava uma *transformação generalizada* que ficou conhecida pelo nome de Transformação de Nominalização – (T_{adj}). A vantagem desse sistema é observada no quanto ele representa de forma bastante explícita as relações. Por isso, é possível recuperar a relação que há entre a sentença (a) e o acarretamento “a menina é bonita” e também “a menina chegou”.

Em termos formais, é difícil pensar num sistema como este, atualmente, no Programa Minimalista.¹ De qualquer forma, a relação entre as sentenças em (a) e em (c) é a relação predicativo *versus* atributivo que foi o alvo do esforço de unificação presente nesta tese.

Curiosamente, a distinção atributivo *versus* predicativo no sistema Chomskiano apresentado acima é um tanto difícil de formalizar. Observe a sentença abaixo, relacionada ao exemplo anterior:

- (2) A menina chegou bonita

Desta feita, a sentença acima não acarreta “a menina é bonita”. Em um trabalho anterior (não publicado), eu tentei formalizar essa diferença usando o sistema de Chomsky (1955, 1957), inspirado no trabalho de Bisol (1975). No entanto, o recurso para caracterizar a diferença foi atribuído às entradas lexicais da sentença nuclear (*kernel*). Assim, onde antes constava a cópula ‘SER’ passou a constar cópula ‘ESTAR’ – ambas abstratas, por pertencerem às *kernel sentences* – como segue abaixo:

- (3) a. A menina chegar
- b. A menina ESTAR bonita

É fácil ver que essa tentativa é muito restrita e pouco explicativa, na medida em que não descreve as conexões que o predicativo tem com a temporalidade das sentenças em que ocorrem. Nesse sentido, a proposta desta tese tem uma vantagem, dado que uma estrutura

¹A operação de *merge* foi apresentada por Chomsky (1995) como uma transformação generalizada. No entanto, como me alertou Maximiliano Guimarães (c.p.), o *merge* pode ou não ser concebido como uma transformação, a depender de sua formulação, isto é, se é ou não uma regra dependente de contexto (sensível ao contexto).

bastante simples pode nos dar a visibilidade de que o predicativo necessita, bem como ‘fechar’ o atributivo numa estrutura, o que nos permite inferir a diferença de relação que esta predicação, sendo de mesma natureza, tem com o sentido global da sentença. Assim, “a menina chegou bonita” não acarreta “a menina é bonita” porque o predicativo é circunscrito e conectado ao intervalo expresso pelo tempo da sentença.

Chomsky também tinha algo a dizer sobre as sentenças com os verbos judicativos como ‘considerar’. Para esses casos, ele propunha uma formação de predicado complexo. O verbo ‘considerar’ primeiro se combinaria com o adjetivo, formando algo do tipo “considerar+inteligente” e esse complexo tomaria como complemento um NP (DP). Porém, nos termos atuais, essa proposta teria dificuldades para responder como é possível gerar “*how intelligent does John consider that boy*”, uma vez que essa sentença envolve o movimento de uma projeção máxima do AP. No entanto, é possível pensar, nos quadros teóricos modernos, uma análise desta formação de predicado complexo via VP-*shell* de Larson (1988), de tal forma que o AP entre na posição *compl* do *shell* mais encaixado.

Não implementei uma análise nesses termos, porque acredito que uma formação de predicado complexo, como a concha larsoniana, seja menos adequada para descrever a predicação secundária, uma vez que teríamos dificuldades para explicar as relações temáticas, já que os verbos que se combinam com as EP com predicação secundária selecionam constituintes não-eventivos (não-proposicionais).

Na próxima seção apresento a abordagem de Stowell (1981, 1983, 1989, 1995).

4.1.1 Stowell 1981

O objetivo desta seção é apresentar a proposta de Stowell para a análise das SC. Como já dito acima, o autor estava preocupado em sua tese de 1981 (STOWELL, 1981) em discutir o formato da gramática, em eliminar redundâncias entre o componente categorial e o léxico e com isso chegar a uma teoria mais elegante. Para isso, Stowell assumiu para si uma parte da responsabilidade de eliminar as regras sintagmáticas e dar mais plausibilidade, abrir caminho, ao estabelecimento da Teoria X-barras. Por isso, o trabalho do autor se tornou tão importante. Eu digo uma parte da responsabilidade, porque essa discussão foi feita na época por outros autores, entre eles o próprio Chomsky. Veja abaixo que a discussão de Stowell não era em torno das SC:

The major claim of this thesis is that the component of Categorical rules does not exist, and that its major empirical effects can be deduced from other components of grammar. (Stowell, 1981: 2)

O motivo de se abrir mão ou de propor a eliminação do componente categorial pode ser inferido da citação abaixo de Heycock (1994):

“(...) following the work of Heny 1979,² Chomsky 1981, and Stowell 1981, who pointed out the massive redundancy between phrase-structure rules and the subcategorization frames stored in the lexicon, within the Principles and Parameters framework it is now agreed that D-structure of a language should be viewed as projected from the lexicon, modulo X'-theory and a limited numbers of parameters such as the directionality of θ -role assignment (Travis 1984, Koopman 1984). (HEYCOCK, 1994, p. 6)

Nesse sentido, a partir de Heycock, é possível notar que a questão das redundâncias entre o léxico e as regras sintagmáticas ganha força, dando espaço para implementação da teoria X-barra e também para o estabelecimento do teoria de Princípios e Parâmetros (P&P).

Nesse contexto, assim como afirmei em Carreira (2008), as SC se tornaram um de seus importantes argumentos, não para a eliminação do componente categorial, mas para dar evidências de que a posição de *spec* era instanciada em outras categorias e dependia de fatores outros que não os codificados num sistema de traços categoriais.

Assim, a posição de *spec* foi utilizada por Stowell para acomodar o sujeito de um predicado. Foi a justificativa dessa posição, ou mesmo a noção estrutural de sujeito, que motivou as discussões sobre as SC, já que cada categoria lexical com sua respectiva posição de *spec* preenchida constituiria uma mini-orção, uma SC.

Com o exposto, temos um panorama geral da discussão e podemos contemplar mais de perto as definições de SC do autor, o que ele propôs.³ Para o autor, “uma orção é uma projeção máxima XP, consistindo de um sujeito NP na posição *spec* - do XP - e um X' denominado constituinte predicado” (STOWELL, 1991), Assim, ele define um domínio de predicação como segue abaixo:

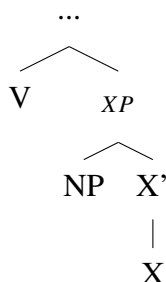
“A domain of predication is an XP, such that the X' category directly dominated by XP is predicated of the Specifier of XP” (Stowell (1991, QUAL PAGINA.)).

²Citado pela autora: HENY, Frank. Review of Chomsky 1975. *Synthese* 40.2, 1979. p. 317-352. As outras referências podem ser encontradas ao final desta tese.

³Uma outra versão desta discussão, com algumas diferenças de cobertura, pode ser encontrada em Carreira 2008.

Essa definição implica a assunção de que a estrutura das SC seja algo como:

(4)



Dessa forma, a SC é um XP contendo um sujeito NP (estou usando as siglas da época, hoje DP) e um predicado X', o que força a assunção de que não há qualquer núcleo nulo correspondente a *Infl* nas SC.⁴

A SC é, portanto, um constituinte, muito semelhante à estrutura de uma sentença, uma S. Para as S (anos 70 e antes) eram necessárias regras específicas, tal como segue abaixo:

(5) $S \rightarrow NP - VP$

Essa regra não pertence ao sistema X-barra e a situação era, portanto, a seguinte: S que era um sintagma que não respeitava endocentricidade, por conta da regra em (5), e o NP era um sintagma X-barra que tinha sua posição de *spec* preenchida. A proposta de Stowell era então de se incorporar completamente a Teoria X-barra, generalizando a posição de sujeito, bem como eliminando a regra específica a S.

O sistema que Stowell propôs precisava do módulo de regência e da Teoria do Caso para explicar a presença ou ausência de um sujeito na posição *spec*-XP. Com isso, a presença do sujeito em uma categoria qualquer somente ocorre se houver como este sujeito receber Caso de algum núcleo⁵.

Os dados abaixo são tomados como exemplos em que há atribuição de Caso ECM:

⁴Como já afirmei acima, com a Hipótese do Sujeito Interno a VP, o que haveria no nível de VP seria uma SC. Vou deixar essa discussão de lado e concentrar-me mais especificamente nos casos SC e Predicados Secundários.

⁵Alguma dificuldade, o autor somente encontra nos exemplos de sujeito de NP quando estes sujeitos recebem Caso genitivo, já que esse Caso não seria atribuído por I, nem pelo V. A discussão surge do seguinte par de dados:

i I regretted [PRO having left]

ii I regretted [his having left]

O exemplo (i) leva-nos a afirmar que a posição do gerúndio nominal não seja regida, no entanto, (ii) leva à conclusão contrária, já que 'his' é um NP e precisaria de Caso. Para maiores informações sobre esse ponto remeto o leitor a Stowell (1983, p. 292, seção 2.3)

- (6) a. I consider [**Andy** to be a simpleton]
 b. John finds [**Bill** absolutely crazy]
 c. I expect [**that** man off my ship]
 d. Mary had [**her brother** open the door]

Por outro lado, nos exemplos abaixo, as categorias cujos núcleos não podem atribuir Caso e cujos sujeitos precisam de um Caso ECM também não disponível levam a sentença à agramaticalidade. O exemplo em (7-b) é diferente, uma vez que há um núcleo atribuidor de Caso e, por isso, o autor o utiliza como um dado para comparação por contraste:

- (7) a. John had his accident while [_{AP} (*he(him) still sober)]
 b. Bill is the man [_S who comes from Paris]
 c. What is John like? - [_{AP} (*he/him/his) very nice]
 d. What did John do? - [_{VP} (*he/him/his) go home]

A partir desses dados, portanto, o autor conclui que a presença de um sujeito é dependente de um contexto estrutural que permita a atribuição de Caso. Isso posto, as SC são constituintes (de categorias diversas, a depender do núcleo lexical) que ocorrem nesses contextos. Minha proposta não se contrapõe a essa parte da argumentação do autor. Aliás, a discussão sobre visibilidade empreendida no capítulo anterior reproduz de uma outra forma os mesmos resultados discutidos por Stowell.

Além disso, o autor defende que a SC forme constituinte, primeiro porque a SC é um rótulo coringa para projeção de um núcleo lexical (A, P, V N), que acomoda seu sujeito na posição de *spec* e depois, porque o autor tem alguns argumentos para tanto, os quais apresento a seguir.

O primeiro deles é, na verdade, um contra-argumento à proposta de Williams (1980) e de Jackendoff (1977) que tomavam o sujeito do AP (em complementos de verbos como ‘considerar’) como objeto direto. Defendiam que isso se dava porque o NP sempre acontece *adjacente* ao verbo. No entanto, esse fato não é um problema para a proposta de Stowell, já que não há evidência forte da não-constituência e uma análise de SC também seria plausível, já que essa superficialização também é compatível com um constituinte que tem sua posição de *spec* regida externamente.

Subcategorização é um segundo argumento: verbos são subcategorizados, conforme Stowell, por constituintes sintáticos aos quais eles atribuem papel temático. Se assim for, é

preciso um constituinte que domine a oração infinitiva e a SC dos dados abaixo:

- (8) a. I believe [_S John to have won]
 b. We consider [_S the mayor to be dishonest]

Se assim não fosse, o verbo seria subcategorizado por um NP ao qual ele não atribui papel temático. Vale notar, no entanto, que essa é uma crítica interessante quando se trata das infinitivas, mas é bem mais difícil testar a atribuição de papel temático no caso das SC.

Um terceiro argumento é *Condição de Integridade Sintagmática*: como aponta Stowell, PP e sintagmas adverbiais são ordenados livremente no VP. Podem inclusive intervir entre o objeto direto e complemento de controle, mas esses mesmos elementos *não* poderiam ser encaixados no constituinte do complemento do verbo. Esse argumento aparece feito em outros trabalhos do autor e em outros autores por meio da mobilidade de certos advérbios, os quais, quando encaixados numa SC, não teriam escopo sobre o verbo da matriz.

- (9) a. *I consider [the mayor myself very stupid]
 b. *I want [him very much off my ship]
 c. *We feared [John with great concern killed by the enemy] ⁶

Há ainda o argumento da *Seleção*: a categoria do predicado da SC seria, para Stowell, selecionada pelo verbo da matriz. Isso leva o autor a propor que a categoria da SC é na verdade uma projeção de seu núcleo lexical.

- (10) a. *I consider [John off my ship]
 b. We consider [_{AP} it [unlikely that John will win]]
 c. *I proved [the weapon in his possession]
 d. Alexandra proved [_{AP} the theory [false]]

A partir dos pares de sentenças acima, pode-se observar que a depender da categoria da SC – se um AP ou PP – e do verbo, tem-se ou não uma construção aceitável. Esse contraste, Stowell atribui à seleção que o verbo faz sobre a categoria do constituinte SC (problemas relativos à questão da seleção, veja seção 4.1.3.).

Parece-me, no entanto, que somente o argumento da Condição de Integridade Sintag-

⁶ Acredito que tenha faltado no trabalho de 1983 o autor apresentar algum dado onde a intervenção de fato ocorra. O que faço aqui em nota: *John want a book very much for him to read.*

mática e o argumento da subcategorização tem alguma força, já que tanto a seleção quanto a adjacência do objeto podem contar para ambos os lados.

De qualquer forma, o que deve ficar aqui da resenha de Stowell é que, para o autor, as SC são na verdade projeções dos núcleos lexicais dos predicados. Portanto, as SC são um constituinte de categoria AP, PP, VP ou NP. O autor não propõe um núcleo funcional internamente à SC, apesar de, em Stowell (1995), o autor propor que alguma categoria funcional poderia selecionar as SC. Stowell ainda argumenta que verbos que selecionam as SC são verbos ECM, por isso, as posições de *spec* das categorias das SC são posições de Caso.

Além disso, o autor defende que as SC não subcategorizadas (leia-se, não s-selecionada, nem c-selecionada pelo núcleo verbal) aparecem em adjunção a VP e são conhecidas por SC-adjuntas, as quais teriam na posição de sujeito um *PRO* controlado pelo objeto do verbo ou pelo sujeito da oração principal (a versão stowelliana para predicação secundária do objeto e do sujeito). A presença do *PRO* é permitida somente nas SC não subcategorizadas, dado o teorema do *PRO*.

A teoria de Stowell apresentada acima ficou conhecida por Teoria das SC, conforme Cardinaletti e Guasti (1995) e inspirou muitos trabalhos que seguem o teor principal da proposta. Esse teor principal é principalmente o fato de as SC formarem uma unidade, um constituinte. Os detalhes técnicos variam aqui e ali. As resenhas que se apresentam na literatura – ver Cardinaletti acima – apresentam a Teoria das SC em oposição à Teoria da Predicação de Williams (1980) e em oposição à Teoria dos Predicados Complexos de (CHOMSKY, 1975b). Essa distinção não é sempre clara, pois autores como Rothstein (2001) implementam aspectos das três teorias, apesar de assumir claramente o constituinte SC para os casos de SC-complemento.

Algumas dificuldades da proposta de Stowell

Uma das dificuldades que a proposta de Stowell enfrenta com relação à discussão desta tese é a de explicar o Paradoxo de Constituição, dado que as SC adjuntas, por apresentarem um *PRO* na posição de sujeito, não formam um constituinte móvel.

Uma segunda dificuldade vem de dados apontados por Williams (1983) e Heycock (1994) que apresentam movimento do predicado:

- (11) [How intelligent]_i does Dawn consider [^{AP} Jack t_i] (HEYCOCK, 1994, p. 97)

Uma vez que se moveu ‘intelligent’ deixando para trás o sujeito, a proposta de Stowell

teria de admitir movimento de X'.

Uma terceira dificuldade, entre outras apontadas por Heycock, vem do fato de Stowell preencher a posição de *spec* com o sujeito. Uma vez o sujeito estando na posição de *spec*, não seriam esperados advérbios (os quais são núcleos de projeções máximas) que se adjungem às projeções máximas como '*quite*' e '*very*', nos exemplos abaixo:

(12) [(HEYCOCK, 1994, p. 97)]

- a. I consider [^{AP} that woman [*quite* [crazy]]]
- b. that made [^{AP} the Scots [*very* [upset]]]

Segunda a autora, Stowell prevê que o advérbio não poderia intervir entre o sujeito da SC e o predicado. Os dados acima demonstram que essa previsão não se sustenta.

Outras críticas às propostas do autor serão apresentadas por meio da resenha de Williams (1983) que faço adiante neste capítulo. De qualquer forma, a proposta desta tese oferece algumas respostas às críticas que Heycock e Williams fazem a Stowell. A única questão que parece surgir é se esses advérbios são mesmo projeções máximas adjuntas à projeção máxima do predicado. Além disso, uma outra questão potencial tem a ver com a possibilidade de o mecanismo de visibilidade descrito nesta tese fazer previsões de que os advérbios, dentro da SC, possam interagir fora da SC.

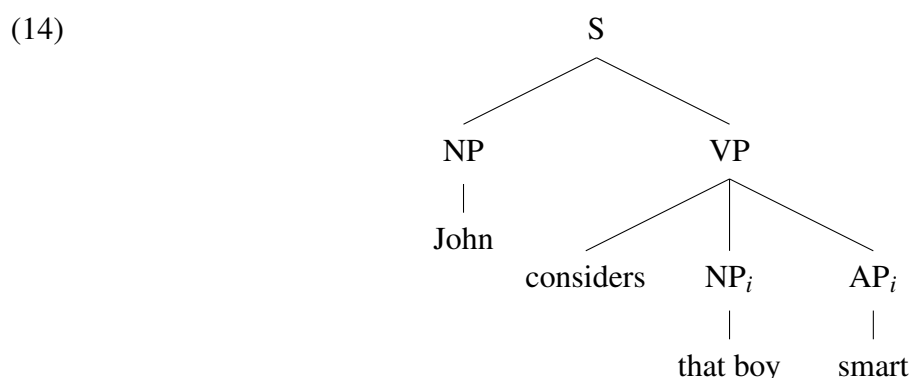
4.1.2 Williams (1980, 1983)

Antes de vermos o que Williams apresenta sobre as SC, é importante entender um pouco do percurso que esse autor faz dentro da Gramática Gerativo-Transformacional. É preciso ter em mente que a proposta do autor não assume exatamente os mesmos pressupostos de Stowell. Por exemplo, Stowell (1981) propõe que se abandone o componente categorial de base em prol de uma maior implementação do esquema X-barra. Williams (1980), até onde vejo, não estava comprometido com essa discussão. Para se ter uma ideia melhor, Williams não estava discutindo a X-barra e defendia uma arquitetura de gramática diferente que incluía, além de uma estrutura-D e uma estrutura-S, um nível de representação PS (*predicate structure*). Nesse nível, sua gramática estabelecia as relações de predicação a partir de algumas regras estruturais específicas. A arquitetura de gramática de Williams (1980) era um pouco diferente na medida em que incluía um novo nível de representação, como segue abaixo:

(13) $DS \rightarrow SS \rightarrow PS \rightarrow LF$

O nível PS era, na proposta do autor, um nível depois da estrutura-S (estrutura superficial) e antes de LF.

Além disso, o autor também não trabalhava exatamente com uma estrutura binária da X-barra, o que lhe permitia ter estruturas dos mais variados tipos. Por exemplo, verbos do tipo de ‘considerar’ teriam tanto o NP quanto o AP predicado desse NP como irmãos e como complemento do verbo.



Para estabelecer a relação de predicação, Williams propõe os procedimentos de coindexação abaixo, que se aplicam depois da estrutura-S no nível PS:

- (15) Procedimento de Coindexação
- $...NP...AP... \rightarrow ...NP_i...AP_i...$
 - $...NP_i...AP... \rightarrow ...NP_i...AP_i...$
 - $...NP_i...AP_i... \rightarrow ...NP_i...AP_i...$

Esses procedimentos (ou regras) apenas garantem que o índice do NP sujeito seja o mesmo do índice do predicado AP (ou XP). Assim, quando NP e AP respeitam as condições sobre a predicação, conforme segue abaixo e não portam nenhum índice, estes são atribuídos em PS, conforme procedimento em (a); quando o NP já tem um índice, este é atribuído também ao AP; quando ambos tem seu índice, o nível PS filtra os que têm o mesmo índice – ou garante que somente os que tenham o mesmo índice sejam bem formados.⁷

Essas regras levam o autor a uma regra geral da predicação, a partir de (15) acima:

⁷ Apesar da Sigla PS estar igual a que utilizamos para Predicado Secundário, essa utilização é restrita a esta seção. Quando houver dúvidas, distingo ‘nível PS’ de somente PS.

(16) Coindex NP and X (p. 206)

Mas, para que tal regra tenha algum efeito, o autor precisa definir os ambientes de predicação, os quais podem ser de dois tipos: *tematicamente regido* e *gramaticalmente regido*. Os ambientes de predicação **gramaticalmente regidos** são:

- (17) a. *NP VP*
 b. *NP VP X*
 c. *NP be X*

Assim, entre os elementos em itálico há uma predicação. O predicado é o X e é entendido como uma projeção máxima. O autor não chega a chamar os ambientes acima de regra, mas elas funcionam como contexto de aplicação das regras em (15). São exemplos de instanciações desses ambientes os dados abaixo:

- (18) a. A Eduarda partiu
 b. A Djohana chegou cansada
 c. O Felipe é esperto

Observe que, no caso de (18-b), há uma predicação entre o NP ‘a Djohana’ e ‘chegou’; e também entre ‘a Djohana’ e ‘cansada’. Isso porque uma predicação cai na regra (17) e outro em (17), respectivamente.

Ambientes de predicação **tematicamente regido**:

- (19) If X is in the VP, then X is predicated of the theme of V.
 → assim, o ambiente seria: ...NP V *NP X*

Conforme o ambiente acima, quando X está dentro de VP, então o predicado é um predicado do tema de V. São exemplos de predicação tematicamente regidos os dados abaixo:

- (20) a. John gave Bill *the dog dead*
 b. O João deu *o cachorro morto* para o Bill
 c. A Celia comeu *a carne crua*

Conforme o autor, as regras de predicação são concebidas como regras que indexam um NP e um AP, o qual modifica o NP na estrutura de superfície. Para isso, um filtro é proposto para PS:

(21) *NP Condition on Predication* [um filtro de PS]

If NP and X are coindexed, NP must *c-command* X or a variable bound to X. (p. 206).

Observe que, com o que vimos da proposta de Williams até agora, teríamos duas árvores que satisfariam as condições que o autor propõe. Vale lembrar que o autor (no texto de 1980) não apresenta nenhuma árvore:

Pred do Suj.	Pred. Objeto 1	Pred. Objeto 2
<pre> graph TD S1[S] --- NP1[NP_i] S1 --- VP1[VP_i] S1 --- AP1[AP_i] NP1 --- John[John] VP1 --- left[left] AP1 --- nude[nude] </pre>	<pre> graph TD S2[S] --- NP2[NP_j] S2 --- VP2[VP_j] NP2 --- He[He] VP2 --- ate[ate] VP2 --- NP3[NP_i] VP2 --- AP2[AP_i] NP3 --- meat[the meat] AP2 --- raw[raw] </pre>	<pre> graph TD S3[S] --- NP3[NP_j] S3 --- VP3[VP_j] NP3 --- He[He] VP3 --- considers[considers] VP3 --- NP4[NP_i] VP3 --- AP3[AP_i] NP4 --- boy[the boy] AP3 --- smart[smart] </pre>

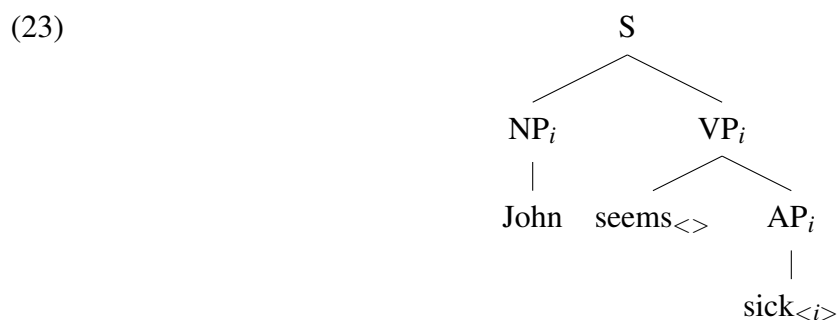
Tabela 4.1: Análises de Williams (1980)

Observe que as árvores com os verbos ‘eat’ e ‘consider’ são as mesmas. Os índices indicam as predicações estabelecidas no nível PS. Na primeira árvore, os índices do sujeito da frase, de VP e de AP são idênticos. Já nas outras, há diferença, o que se segue naturalmente da proposta do autor, pois se tratam de ambientes de predicação diverso. Resta ainda a questão de como seria a estrutura das copulares. A única referência a elas é feita nos termos dos ambientes de predicação em (17). Arrisco dizer que as sentenças copulares se comportam, para o autor, como as do verbo ‘*seem*’, as quais discuto a seguir a partir do texto de 1983.

Há várias propriedades que eu gostaria de apresentar sobre o trabalho de Williams e suas consequências, como seu tratamento para controle, ciclicidade e o funcionamento da predicação com orações adverbiais finais. No entanto, deixo essas questões para trabalhos futuros, já que elas têm um papel menor em minha discussão. Para terminar esta seção, apresento um aspecto da teoria do autor que pode contribuir para entendermos melhor seu formalismo, bem como as escolhas de outros trabalhos, como Rothstein (2001). Esse formalismo é apresentado a partir do texto de 1983 (WILLIAMS, 1983), que discute a predicação em sentenças com verbos como ‘*seem*’, citado acima – acredito que essa análise também se aplique às copulares. Observe o exemplo abaixo:

(22) john seems sick

O autor não trata esse verbo como um verbo de alçamento, mas como um operador sobre o predicado AP ‘*sick*’. No exemplo em (22), o verbo ‘*seem*’ não tem um índice a atribuir, o que é definido na entrada lexical. Nesse caso, o AP tem um índice, que vem das propriedades lexicais deste adjetivo. Esse índice é percolado para o AP máximo e, como ‘*seems*’ não tem índice, a projeção máxima VP que domina ‘*seem*’ herda (liga-se / *bind*) o índice do AP. Depois disso, ele tem condições de entrar numa relação de predicação com o sujeito ‘*John*’, pois a partir dessa operação, a categoria máxima deste verbo passa a ter um índice a atribuir, como representado na árvore abaixo:



A operação de percolação de índice foi nomeada pelo autor de ‘*vertical binding*’ (ligação vertical), uma vez que o índice vai percolando verticalmente do item lexical a uma projeção máxima e depois (se necessário e de acordo com algumas restrições) de uma projeção máxima a outra. Essa proposta, aliás, é bastante lexicalista, no sentido de que esse índice deve vir já da grade temática do item lexical (observe a árvore acima), que teria um argumento dele marcado como ‘externo’ e, dessa forma, o índice precisa ser ligado (*binded*) pela projeção máxima do predicado (o AP). Depois disso, ou esse índice é atribuído a um NP sujeito, ou percolado para um verbo como ‘*seem*’ que formaria, com isso, juntamente com o AP, um tipo de predicado complexo.

O problema que a proposta do autor enfrenta é justamente o fato de a teoria, de forma geral, ter caminhado para uma arquitetura de gramática com estruturas binárias e também ter se esforçado para eliminar da estrutura gramatical elementos como os índices. Mas é importante notar que, em sua abordagem, apesar de seu vínculo forte com a ideia de predicação como atribuição de papel temático, é fácil ver que ela não se reduz a isso, uma vez que poderíamos enumerar casos de predicação que não são atribuição de papel temático para o autor. Cito, apenas a título de exemplo, as construções que envolvem *controle*, mas não desenvolvo esse tópico aqui:

(24) I bought it [to read]

No dado em (24), a oração subordinada final (*'purpose clause'*) entre colchetes é um predicado do DP *'it'*. Nesse caso, não é somente papel temático de um núcleo lexical que está em questão, pois toda uma sentença funciona como predicado.

Para os objetivos desta tese, a grande contribuição de Williams são alguns princípios como a *localidade da predicação*, bem como suas discussões e críticas sobre o trabalho de Stowell (1981, 1983). No entanto, a estrutura proposta pelo autor é incompatível com os pressupostos teóricos que tenho procurado assumir, como a binaridade das relações. Além disso, ela não apresenta um constituinte móvel que seja compatível com a necessidade imposta pelo paradoxo de constituição, discutido na seção 1.1.1 do capítulo 1.

Na próxima seção apresento as críticas que Williams faz contra a proposta de Stowell.

4.1.3 Críticas à proposta de Stowell – Against Small Clause de Williams (1983)

Nesta seção, apresento algumas críticas que são resultado do debate entre Stowell e Williams em 1983 a partir do texto Williams (1983). Nesse texto, Williams faz fortes críticas a Stowell (1981, 1983) contra sua proposta de predicação. Lembremo-nos de que a predicação para Stowell é estrutural e se constrói principalmente por meio do mote *'subject accross categories'* (sujeito transcategorial – sujeitos, enfim, que ocupam uma posição de *spec* disponível em todas as categorias sintáticas). Não há, até onde sei, resposta de Stowell a essas críticas. Mas vale notar que as ponderações de Williams são muito contundentes e interessantes.

Sobre a SC ser uma projeção do predicado e formar uma *'clause'*, Williams faz algumas considerações que questionam a proposta de Stowell, como segue abaixo:

- (25) a. John considers [Bill [Bob's friend]_{NP}]_{N*}
 b. what does John consider [Bill [t]_{NP}]_{N*}

O problema com o dado acima tem a ver com a formulação de Stowell e do quadro teórico de Regência e Ligação que obrigou Stowell a considerar o AP (i.e., a SC para Stowell) como uma categoria que não constituía uma barreira, portanto uma categoria não-máxima (chamemo-la como Williams de X*).⁸ Assim, o que Williams observa é que essa categoria X* tem como

⁸Essa não é uma inovação de Stowell, conforme Williams (1983), uma vez que Chomsky (1981) já usava essa distinção para distinguir as *ordinary raising* das *equi-constructions*.

núcleo uma categoria máxima, já que somente categorias máximas podem ser movidas, como se vê em (25-b). O que ocorre então é que temos uma categoria máxima como núcleo de uma categoria não máxima, o que estaria em completo desacordo com a teoria do componente de base e implicaria uma regra como a que segue abaixo:

(26) $X^* \rightarrow \dots XP \dots$ (onde XP é máximo e núcleo de X^*)

Além disso, como afirma Williams, como X^* é uma categoria não máxima, deve haver uma categoria máxima a partir da qual ela foi reescrita, implicando uma nova regra para a base, como a que vemos em (27). Pior do que isso, continua Williams, essa regra implica uma outra, que leva o sistema de Stowell a fazer uma previsão um tanto estranha: a geração de infinitas posições de sujeito para uma mesma categoria:

(27) $XP \rightarrow \dots X^* \dots$ (onde XP é máximo e núcleo de X^*)

“But the problem goes even deeper than that. Although the SC theory assigns analyses with two subjects (as in (37a) [aqui (25-a)]), it predicts the existence of single projections with definitely many subject positions; since X^* is non-maximal, rule (39) [repetida em (27) acima] also holds:”

Uma vez que para Stowell a definição de sujeito é dada estruturalmente, não há, conforme Williams, razão por que tais projeções não ocorram.

Outra crítica apresentada pelo autor, também presente no texto de Foltran (1999) refere-se as SC adjuntas. As SC adjuntas adjetivais são a projeção máxima do A, portanto um AP. Como Stowell (1981, 1983) postula que as SC não podem constituir barreira, considerando a teoria de regência, as SC adjuntas não poderiam apresentar um *PRO* na posição de sujeito. Segundo Stowell, as SC adjuntas são adjuntas de VP, nessa posição, apesar de a SC não ser regida por V, ela é regida pelo núcleo I e, por isso, não poderiam apresentar um *PRO* na posição de sujeito. Para entender esse argumento observemos o exemplo abaixo (tome o ‘x’ ao lado do colchetes como a projeção máxima do constituinte]:

(28) John ate the meat [PRO raw]x (WILLIAMS, 1983, P. 290)

Considere a argumentação do autor sobre o exemplo acima:

Here it is implausible that meat raw is an SC complement to eat, since one does not eat propositions; nevertheless, meat is the subject of raw. This can obtain only if raw has a PRO subject, and meat controls it. But then X cannot be a

projection of raw, since in that case the PRO would be governed; hence, X = S and we can point to a class of SCs not headed by predicates. (WILLIAMS, 1983, p. 290)

Na citação, o autor argumenta que o *PRO* nesta posição será regido e afirma que a SC deverá ser de um tipo diferente. O autor continua a argumentação sobre esse problema e acaba concluindo que qualquer que seja a categoria proposta, com ou sem estatuto de barreira, a única possibilidade de descrever o problema é postulando outro formato de análise em que o que conta não é regência e barreira, mas se o predicado (ou a estrutura de predicação) é argumento do verbo, como discutido acima, sobre independência temática.

(29) John AGR [^{VP} ate the meat] [^S PRO raw] (WILLIAMS, 1983, P. 296)

The reason raw does not occur inside the VP is that its PRO would be governed there. Actually, though, it cannot occur outside the VP either, since then its PRO would be governed by AGR, at least in tensed clauses. Thus, it appears that such adjunct modifiers are not allowed at all, at least in tensed clauses in the SC theory. (WILLIAMS, 1983, P. 296)

Para resolver o problema da regência, o autor utiliza a dependência temática. Ele afirma que a única solução é o ‘raw’ estar dentro do VP, mas nessa posição ele seria regido, portanto, o autor afirma que não é a regência que resolve a questão, mas o adjetivo ser ou não argumento do verbo: *“But this utterly frustrates the government theory of the distribution of thematic independence. Clearly it must be something like “status as an argument”, rather than “in such and such relation to a governor”, that determines where such predicates can appear.”* (WILLIAMS, 1983, P. 296)

Se o adjetivo for argumento do verbo, o NP sujeito recebe papel temático apenas do adjetivo. Se o adjetivo não for argumento do verbo, ele pode receber papel temático tanto do verbo, quanto do adjetivo que introduz a predicação secundária.

Por isso, é vale ressaltar que essa propriedade da Teoria da Predicação de Williams (1983) é importante para esta tese e tem relação direta com o formato de atribuição de papel temático que assumi. Na teoria proposta aqui, o DP sujeito de um AP predicado secundário compõe um constituinte por adjunção, que permite que o DP possa receber papel temático do verbo e do AP sem violar o critério temático. Fiz uma discussão neste sentido na seção 2.2.1, discutindo como o AP pertencendo ao domínio mínimo de V não é licenciado por este V.

4.1.4 Rothstein 1983, 2001

A autora propõe uma teoria sintática da predicação, opondo-se às teorias de base lexicalista, como a teoria temática de Williams apresentada acima e se aproximando da proposta de Stowell, neste aspecto. A teoria de Williams (1980) trabalha com a *hipótese do sujeito distinto* (termos de Rothstein) a partir de propriedades dos itens lexicais. Por isso, na abordagem de Williams, o argumento sujeito (argumento externo) seria definido com base em propriedades temáticas do núcleo do predicado. No entanto, como vimos também na proposta de Williams, é possível encontrar alguns casos de predicados que são construídos a partir de processos sintáticos, como nos exemplos de controle e de CP predicados.

Rothstein procura se distanciar dessas teorias na medida em que propõe que a predicação é uma relação sintática, uma relação estrutural entre uma projeção máxima predicado e uma projeção máxima argumento. Para isso, a teoria dela precisa de elementos como comando mútuo, como condição essencial para que a predicação aconteça. Na proposta de Stowell, a predicação é relacional ou configuracional, isto é, bastante dependente de propriedades da estrutura. Por sua vez, Rothstein, apesar de também apresentar uma estrutura, toma a predicação como um primitivo sintático que obriga que determinadas categorias, definidas *a priori* como predicados, estejam em determinadas configurações para serem saturadas (entrar numa predicação).

Segundo Rothstein (2001), as principais defesas das Teoria Estrutural da Predicação (expressão usada pela autora para nomear sua abordagem) são:

- i 'subject is subject of a predicate and not 'subject of a clause'.
- ii 'predicate' or 'unsaturated monadic XP' is a syntactic primitive. The inherent predicates are maximal projection of lexical heads. Projection of functional heads are not predicates but may be converted into predicates by a syntactic operation.⁹
- iii predication is a syntactic relation which is independent of theta-role assignment holding between a predicate and a non-predicate (its 'subject').
- iv predicates are not assigned theta-roles since these are assigned to syntactic close maximal projections. (ROTHSTEIN, 2001, p. 63)

As quatro afirmações acima compõem aspectos centrais da proposta de Rothstein e são, em boa medida, adotadas aqui. Por exemplo, para esta tese, o predicado também é uma projeção máxima. Trata-se de uma projeção máxima, porque há evidências empíricas, como o dado abaixo, já comentado em outros pontos deste trabalho:

⁹Essa assunção já estava em Williams (1980).

(30) How intelligent does Mary considers John t_i

Também estou tratando a predicação como algo independente da atribuição de papel temático, apesar de o papel temático poder ser atribuído via (ou junto com a) predicação. Nesse sentido, assim como para a autora, um predicado é uma projeção máxima XP definida *a priori* e seriam principalmente projeções máximas de itens lexicais, de tal modo que projeções funcionais não comporiam predicados, exceto se convertidos em predicados via processos sintáticos. A autora cita como exemplo desses processos situações em que um operador numa oração encaixada exerce função de argumento e se move para *spec* de CP para fazer a projeção máxima de CP (que contém a oração toda) se tornar um predicado. Não discuti esses casos em minha tese, mas acredito que a análise proposta aqui seria facilmente aplicável a esses dados.

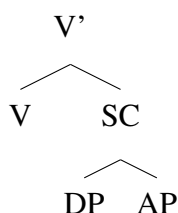
De qualquer forma, o trabalho de Rothstein já foi bastante explorado nesta tese, por isso, minha proposta para esta seção é a de considerar a sua abordagem mais específica para as SC e para a predicação secundária. A primeira coisa que vale notar é que a autora parte da distinção predicação primária *versus* predicação secundária. São casos de predicação primária o que vimos chamando de predicação da frase e também as construções com SC complemento. A predicação primária envolve a formação de um constituinte que domina exhaustivamente o sujeito e o predicado, enquanto a predicação secundária não – essas definições foram apresentadas no capítulo 1 e uma discussão sobre essa distinção foi também realizada no final do capítulo 2 na seção 2.2.6.

Além disso, em Rothstein (2001), a autora distingue a predicação secundária do objeto e a predicação secundária do sujeito, tratando esses dois casos como processos diferentes. Isso se dá por meio de uma observação da autora de que alguns casos de predicação são diretos e outros são indiretos. São casos de predicação direta, as predicações primárias e a predicação secundária do objeto. São casos de predicação indireta a predicação secundária do sujeito (usando os termos desta tese).

Vale notar, comparativamente com a autora, que minha proposta procura reduzir a predicação a uma única forma de relação, isto é, tratar todas as formas de predicação como predicação direta, diferentemente da autora.

Sendo assim, a proposta de estrutura para descrever predicação em construções com verbos do tipo de ‘considerar’ (as SC-complemento) seria:

(31)

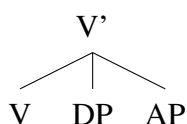


E neste caso, o rótulo SC não é um coringa, uma convenção para uma projeção do núcleo lexical do predicado como em Stowell, ou para algum outro rótulo. Desta vez, trata-se de um rótulo oracional que é projeção de nenhum de seus filhos, uma estrutura exocêntrica. A autora inclusive argumenta que a gramática precisa assumir que seja assim, para explicar a predicação. Lembremo-nos de que, para a autora a predicação ocorre entre duas projeções máximas que estão num relação de c-comando mútuo. Como no caso de ‘considerar’, a SC – uma EP – é marcada tematicamente pelo verbo, e o DP sujeito do AP não o é, portanto, DP e AP formam um constituinte que é s-selecionado e c-selecionado pelo verbo.

Observe que, comparativamente à proposta desta tese, o constituinte projetado é diferente, na medida em aqui as EP ou projetam o predicado (e este vai ter o valor de argumento e estar saturado) ou projetam o sujeito DP e este rótulo projetado é que é *mergido* ao verbo e tem com ele relações temáticas ou não, a depender das propriedades seletoriais do verbo – ou de outros núcleo.

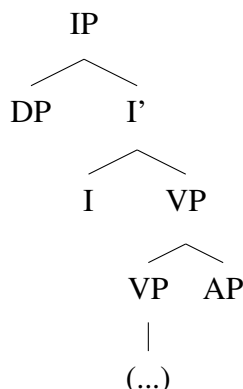
Para a predicação secundária do objeto, a autora chega a seguinte análise:

(32)

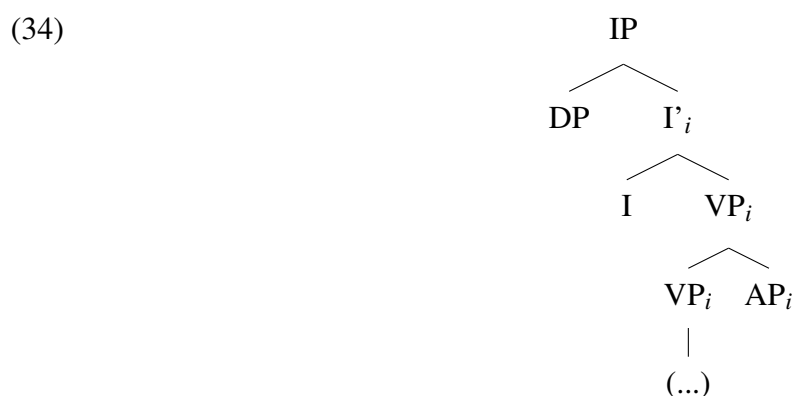


Por sua vez a predicação secundária do sujeito teria o seguinte formato:

(33)



No entanto, como AP não está numa relação de c-comando mútuo na estrutura acima, para autora, esse seria um caso de predicação diferente dos anteriores. Os anteriores, por haver relação de c-comando mútuo, seriam uma *predicação direta* e este caso, um caso de *predicação indireta*. Para isso, o AP portador de um índice se ligaria, por meio de uma adjunção, ao VP que também porta um índice. Estes dois índices se uniriam na formação de um predicado complexo VP+AP. Esse novo índice, então, percolaria a I', e I' seria um novo predicado, um predicado derivado. Observe que I' não é projeção máxima, e este é o único caso que a autora assume como uma exceção à regra geral discutida acima. Assim, a estrutura seria algo como:



Veja que, com o recurso de formação de predicado complexo, nomeado pela autora por *absorção de predicado*, a autora consegue garantir que a predicação se dê por c-comando mútuo, uma vez que o que passa a contar, depois da percolação dos índices, é a relação entre I' e DP. Note também que essa operação é muito parecida com a *vertical binding* de Williams (1983) discutida anteriormente.

Nesta discussão sobre a proposta de Rothstein (2001), vários detalhes técnicos não foram apresentados. Apesar de eu lidar com aspectos técnicos formais da abordagem da autora, procurei apresentar os conceitos de forma intuitiva somente.

4.1.5 Heycock 1994

O objetivo desta seção é apresentar um pouco mais da proposta de Heycock (1994). Alguns aspectos do trabalho da autora foram apresentados em vários pontos desta tese.

Assim como nesta investigação, a autora também assume que a predicação se dê por meio de uma estrutura de adjunção, mas a preocupação principal de Heycock é com a predicação primária. Mesmo assim, ela faz algumas afirmações importantes sobre a predicação secundária. No entanto, uma proposta unificada da predicação secundária e da predicação primária, na visão

da autora, enfraqueceria a restrição de c-comando mútuo na predicação, dado que o sujeito de uma predicação secundária não seria dominado por uma projeção máxima do predicado (HEYCOCK, 1994, p. 24).

A autora propõe a seguinte estrutura para a predicação primária:

(35) $[_{X''} Y'' [_{X''} \dots X \dots]]$ (p. 24)

A representação acima nada mais é que uma estrutura de adjunção em que o Y'' (ou YP , por exemplo) é sujeito da categoria X'' (ou XP , por exemplo). Assim, “*the subject of a primary predicate X'' is a sister to a maximal projection of X and is dominated by another segment of X''* ” (idem, p. 24). No entanto, diferentemente de minha proposta, a autora assume uma definição de c-comando que se sustenta sobre uma definição de dominância em termos de nós em oposição à dominância por categoria, o que ignora a distinção categoria *versus* segmento de categoria, conforme discutido no capítulo 2 desta tese:

“A related point is that the configuration I propose for primary predication is in fact one of mutual c-command of maximal projections, where c-command is defined in terms of domination by the same nodes. (HEYCOCK, 1994, 34)

Para melhor compreensão, considere a estrutura apresentada em (35) acima, reinterpretada na árvore, a seguir:



Sendo assim, o resultado é que a predicação pode acontecer numa adjunção, mas mantém-se, na EP proposta pela autora, a relação de c-comando mútuo e irmandade simétrica. Com isso, não é possível, por exemplo, trabalhar a predicação secundária por meio de uma estrutura que inclua o sujeito e o PS em um único constituinte, como foi a tônica deste trabalho. Isso se dá porque, utilizando o c-comando mútuo, a visibilidade ou ambiguidade de domínio, bem como a ambiguidade de projeção, discutida no capítulo 2, se perdem.

Dessa forma, a abordagem da autora pode ser resumida a partir das afirmações abaixo:

- As relações de predicação são um primitivo sintático independente de atribuição de papel- θ , o que a aproxima do trabalho de Rothstein (1983, 2001) e afasta de Williams (1980);
- A predicação funciona, juntamente com o papel temático, como um mecanismo de licenciamento para projeções máximas;
- Um item lexical atribuidor de papel temático é uma *função lexical* n-ária, dependendo da quantidade de argumentos na grade argumental do item lexical;
- Um predicado sintático é uma *função sintática* de um lugar;
- Toda posição para uma projeção máxima não predicativa deve ser licenciada;
- Toda função lexical ou sintática deve ser saturada.

Em boa medida, algumas das assunções acima são do próprio quadro teórico em que a proposta de Heycock (1994) se insere, que é a GB de Chomsky (1981 e 1982). Textualmente, a autora discute o Princípio de Projeção (EPP) que subjaz à sua discussão. Note que a questão do licenciamento foi especialmente importante aqui quando discuti a questão do predicado secundário do sujeito. Naquele momento também utilizei o que a autora (e também Rothstein (2001)) chama de Princípio de Licenciamento na medida em que capitalizei a análise na necessidade de projeções máximas saturadas (a projeção da EP) também serem licenciadas, ou via papel temático ou via predicação.

4.1.6 Den Dikken 2006

O objetivo desta seção é apresentar a proposta de den Dikken (2006). Várias partes da discussão abaixo foram apresentadas também em Carreira e Knöpfle (2013).

A teoria de den Dikken é uma proposta de abordagem da predicação diferente das análises discutidas na medida em que assume a hipótese de que a predicação seja mediada por um núcleo funcional. Essa teoria parece bem promissora em vários aspectos, principalmente por fazer uma reacomodação da predicação na gramática e também pelo esforço de levar uma ideia às últimas consequências, por meio de uma base empírica bastante diversificada.

Para den Dikken, a predicação na sintaxe¹⁰ é uma relação *assimétrica e não-direcional* mediada sempre por um núcleo funcional abstrato, o *RELATOR*. Esse núcleo acomoda em sua

¹⁰Den Dikken assume que “o predicado é um constituinte sintático que expressa uma propriedade atribuída ao sujeito” (Tradução minha). O autor prefere essa definição mais restrita a uma definição de predicado ‘n-ary’ (baseada em Frege), expressada em termos de grade temática. Acredito que seja assim, por essa ser uma forma de excluir a complementação como uma forma de predicação.

projeção o constituinte sujeito e o constituinte predicado e estabelece entre os dois uma relação (a predicação), conforme representações abaixo:

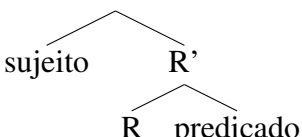
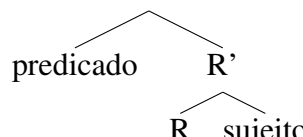
Predicado-complemento	Predicado-especificador
(a) 	(b) 

Tabela 4.2: Proposta de den Dikken (2006)

Observe, nas representações do quadro 4.2, que o sujeito e o predicado ocupam ou *spec* de RP ou sua posição *compl*. O autor chama (a) de estrutura *predicado-complemento* e (b) de estrutura *predicado-especificador*. O que resta de mais importante nesse ponto é que a relação de predicação deve ocorrer dentro do sintagma RP. Essa imposição dá conta da localidade da predicação, isto é, a predicação deve acontecer no domínio mínimo¹¹ do RELATOR e ser mediada por ele:

- (37) *The locality of predication: The RELATOR accomodates the predicate and the subject in its MINIMAL DOMAIN.* (den Dikken, 2006, p. 12)

A formulação de localidade acima é uma alternativa, conforme o autor, à teoria de Williams (1980), uma vez que, para Williams, a predicação se dava via c-comando mútuo e poderia ser realizada numa estrutura ternária, conforme discussão em seção anterior.

A não-direcionalidade da predicação (o que den Dikken considera como a hipótese nula),¹² permite ao autor explicar, entre outras coisas, casos de sentenças causativas (dados do italiano):

- (38) *Imogen fa ridere Brian*
 Imogen faz rir Brian
 $[{}^vP \text{ Imogen } [\text{RELATOR}=\text{v } [{}^VP \text{ fa } [\text{RP } [{}^VP \text{ ridere}] [\text{RELATOR} = \emptyset [{}^{DP} \text{ Brian}]]]]]]]$
- (39) *Imogen fa mangiare le mele a Brian*
 Imogen faz comer a maçã a Brian
 $[{}^vP \text{ Imogen } [\text{RELATOR}=\text{v } [{}^VP \text{ fa } [{}^{RP} [{}^VP \text{ mangiare le mele}] [\text{RELATOR} = \text{a } [{}^{DP} \text{ Brian}]]]]]]]$

¹¹ Uma discussão sobre domínio e domínio mínimo de Chomsky (1995) foi apresentada na seção 2.1.6 do capítulo 2.

¹² O autor afirma que a predicação é não direcional e que pode ocorrer tanto numa estrutura predicado-complemento como estrutura predicado-especificador; quando, na verdade, as estruturas predicado-especificador são reservadas a alguns casos apenas (i.e., não é livre) como a atribuição (modificação nominal), os casos de *reverse predication* e a modificação de predicado sobre predicado.

E ainda explicar casos de *reverse predication*, que seriam instanciadas nas estruturas do tipo *predicate-specifier* (isto é, casos de predicação em que o predador ocupa a posição de especificador do *RELATOR*). Seriam exemplos disso as construções com ‘*by*’, ‘*as*’ e ‘*for*’, que são núcleos *RELATOR* pronunciados (Den DIKKEN, 2006, p. 84):

(40) Brian is [^{RP} [^{AP} clever] [*RELATOR* = for [^{DP} a five-year-old]

A análise de den Dikken, apesar de semelhante à proposta de Bowers (1993), no sentido de que a predicação seja assimétrica, difere desta, porque a categoria que den Dikken propõe é necessariamente abstrata e pode se realizar de diferentes formas na gramática – por exemplo, como *be*, *as*, *for*, etc. Por sua vez, a de Bowers prevê uma categoria funcional independente, de núcleo *Pr*, responsável pela predicação. Nesse sentido, a proposta de den Dikken está de acordo com várias inovações que surgiram na Gramática Gerativa nos últimos anos, uma vez que o *RELATOR*, sendo abstrato, pode se realizar concretamente na estrutura da sentença por meio de núcleos como *T*, uma preposição funcional, ou um *v* que é responsável, entre outras funções, pela acomodação do argumento externo em seu *spec*. Com isso, den Dikken não precisa postular um novo núcleo (ou projeção) funcional, como fez Bower (1993).

É importante notar que, se assumirmos um *RELATOR* como mediador da predicação, as SC também são casos de predicação e, aceitando que o *RELATOR* pode ou não se realizar superficialmente, não há qualquer possibilidade, nesse quadro, de se pensar a SC como uma categoria sem projeção funcional. E, como consequência, a SC é uma projeção do *RELATOR*. Assim, para o autor, a SC é “*a subject predicate structure lacking tense*” (p. 60) e “*all small clauses are projections of a functional head*” (p. 61).

A partir do exposto acima, fica mais fácil entender a abordagem que a teoria dos *RELATOR* e *LINKERS* dá para as Small Clauses, mas é bom termos em mente que o que o autor propõe tem uma profundidade grande e me chama a atenção como o autor descreve a predicação secundária de dados como os de Rothstein (1983).

Para apresentar isso, vamos assumir a terminologia do autor e tomar como exemplos de construções de predicação secundária os dados em (41):

- (41) [den Dikken, 2006, p. 22]
- a. Brian considers Imogen smart
 - b. Brian hung his shirt on the line
 - c. Brian’s shirt was hanging on the line

- d. Brian hammered the metal flat
- e. Brian ran the pavement thin

Tendo em mente que todos os exemplos acima são construções de predicação secundária, o autor faz a seguinte afirmação: “*I will assume here that all secondary predication constructions involve a small-clause structure*” (p.60). O que vemos é que ele está fazendo um esforço para acomodar esses dados numa única análise, numa manobra que primeiro trata dados bastante diversos como construções de um tipo X; e depois que todas as construções do tipo X envolvem somente estruturas de tipo Y.

Uma amostra de como o autor concebe essa análise para todos os dados acima pode ser depreendida de sua escolha entre as três análises clássicas para esses dados:

- (42) a. [^{VP} V DP Pred] (WILLIAMS, 1980)
 b. [^{VP} [^V V Pred] DP] (NEELEMAN, 1994)¹³
 c. [^{VP} V [DP Pred]] (KAYNE, 1994); (HOEKSTRA, 1988)¹⁴

O autor vai excluir (42-a) por ser uma estrutura ternária e não linearizável (Kayne, 1994); ficam (42-b) e (42-c), mas (42-b) não acomoda o sujeito (DP) e o predicado na mesma unidade e tem dificuldades para acomodar a ordem de (42-a).

Ainda tomando (42-b) e (42-c) como possibilidades, o autor afirma que (42-b) e (42-c) fariam asserções muito diferentes sobre como os predicados secundários são conectados com seu sujeito (p. 59). A estrutura em (42-c), mas não (42-b), é compatível com a ideia de que a predicação se dê num constituinte que domina o sujeito e o predicado como seus únicos dependentes.

Vemos então que o autor ficou com (42-c) como a única análise para todos os dados em (41). No entanto, o autor não faz qualquer observação sobre a possibilidade de adjungir o RP ao VP como numa análise *à la* SC-adjunta de Stowell, ou de predicação secundária de Rothstein (1983). Aliás, o autor usa o termo *predicação secundária* como um termo genérico que descreve todos os dados acima em (41), o que me leva a crer que ele trate tanto os predicados secundários de Rothstein como as SC de Stowell da mesma forma.¹⁵ Apesar disso, em Shim e Den Dikken (2007), texto já discutido parcialmente aqui, os autores admitem um RP adjunto

¹³ As referências citadas pelo autor estão juntas com as referências desta tese.

¹⁴ Essa é basicamente a estrutura proposta por Stowell (1981), mas den Dikken não cita Stowell neste ponto.

¹⁵ Veja que não estou dizendo que não exista no quadro de den Dikken a possibilidade de lidar com SC-adjuntas, acredito que há sim, apesar de o trabalho de 2006 não fazer qualquer menção.

de VP para explicar as resultativas do Coreano.

Ainda com relação a predicação secundária ser uma SC na posição de *compl*, o autor faz poucas observações a respeito de como seu léxico está organizado, isto é, se verbos como ‘comer’, ou mesmo ‘*hammered*’ têm algum traço de seleção opcional que permitiria ter como constituinte c-selecionado uma SC, (um RP, portanto), ou um DP¹⁶.

Comparemos a proposta de den Dikken com as análises clássicas para dados de SC-adjunta (usando o termo de Stowell):

Rothstein (1983)	Stowell (1983)	den Dikken (2006) (adaptado)
<pre> graph TD VP1[VP] --- VP2[VP] VP1 --- APi[AP_i] VP2 --- ate[ate] VP2 --- DPi[DP_i] DPi --- meat[the meat] APi --- raw[raw] </pre>	<p>(b)</p> <pre> graph TD VP1[VP] --- VP2[VP] VP1 --- AP[AP] VP2 --- ate[ate] VP2 --- DPi[DP_i] DPi --- meat[the meat] AP --- PROi[PRO_i] AP --- A'[A'] A' --- raw[raw] </pre>	<pre> graph TD VP[VP] --- ate[ate] VP --- RP[RP] RP --- DP[DP] RP --- R'[R'] DP --- meat[the meat] R' --- R[R] R' --- AP[AP] AP --- raw[raw] </pre>

Tabela 4.3: Proposta de den Dikken (2006) x Análises Clássicas Stowell e Rothstein

Observe que em 4.3, o DP ‘the meat’ está numa relação de predicação com ‘raw’, é sujeito de ‘raw’ e é, além disso, complemento do verbo ‘eat’. A relação de predicação é representada: pela indexação na árvore de Rothstein;¹⁷ pelo *PRO* na posição de *spec* do AP, juntamente com a indexação (controle) na análise de Stowell; e pela mediação do núcleo *RELATOR*, bem como estar no domínio mínimo de R, na análise de den Dikken.

As análises clássicas capturam o fato de que o DP ‘the meat’ é complemento de ‘eat’; capturam que ‘eat’ s-seleciona um objeto comível, a carne, e que V c-seleciona um DP (com aqueles traços/propriedades). Por isso, acredito que a análise de den Dikken surpreende e deixa questões não respondidas, uma vez que a árvore deste autor, no 4.3, não representa esses dois fatos (c-seleção e s-seleção de núcleos V, como ‘eat’). Essa árvore é a mesma para todas as construções em (41). Parece-me que para alguns dados de (41), ela seja interessante, mas para exemplos como o do verbo ‘eat’ (comer), ela faz a previsão de que esses verbos possam selecionar um estado de coisas, uma eventualidade. Apesar disso, é bom notar que dados com verbos do tipo do verbo ‘comer’ (ou ‘eat’) não aparecem no texto e há espaço, ao meu ver, para

¹⁶Minha análise aqui leva uma vantagem, já que posso ter uma estrutura semelhante à estrutura de den Dikken, sem violar a seleção categorial. Isso se dá por meio da diferença de projeção na adjunção aqui proposta.

¹⁷É importante notar que, como discutido na seção 4.1.4 deste capítulo, Rothstein (2001) reformula sua estrutura de predicação secundária do objeto propondo uma ramificação ternária abaixo de V’, já que a condição de c-comando não pode ser satisfeita na árvore apresentada no quadro 4.3.

implementação da proposta de den Dikken nos termos das SC-adjuntas de Stowell, ou como o autor faz no artigo Shim e Den Dikken (2007).

Apesar do problema acima, essa análise parece ser bastante adequada para as construções resultativas – (41)d e (41)e – uma vez que os verbos e os predicados secundários nessas construções apresentam no mínimo uma relação causa-resultado, que poderia ser representado por um constituinte RP, irmão de V (ver Knöpfle, 2014). No entanto, mesmo nesse caso, uma reanálise dos traços de seleção desses verbos me parece necessária.

Uma outra observação que gostaria de registrar aqui é a de que, em Carreira (2008), sugeri uma análise dos complemento de verbos como ‘considerar’ como uma estrutura de objeto duplo. Isso se deu porque os testes de pronominalização e de fronteamento (topicalização) apontavam para a não existência de um constituinte do tipo SC como complemento desse verbo. No entanto, den Dikken propõe que os dois complementos desses verbos formem uma SC recuperando uma análise de Hoekstra (1988) e de den Dikken (1995).¹⁸ Com essa manobra, den Dikken simplesmente desfaz minha solução, quando analiso verbos como ‘considerar’ como verbos de complementação dupla, separando-os de verbos como ‘querer’ e ‘deixar’ que tomariam uma SC como complemento. No entanto, o autor deixa sem responder por que os testes de fronteamento e pronominalização separariam esses verbos em duas classes diferentes.

Ignorando o problema anterior, análise do autor ainda tem a vantagem de disponibilizar uma explicação para o Paradoxo de Constituinte apresentado nesta tese, em Carreira (2008) e em Carreira e Knöpfle (2013), já que o constituinte que precisamos mover está presente na árvore de base. De qualquer forma, a questão de por que não há fronteamento com os verbos ‘considerar’, ‘deixar’ e mesmo ‘julgar’ se coloca. Nesse caminho, a proposta que apresento nesta tese também se mostra como uma solução interessante para o paradoxo de constituinte sem cair nos problemas de seleção que a proposta de den Dikken precisa enfrentar.

Para finalizar a discussão sobre den Dikken (2006), vale notar que uma das grandes vantagens que den Dikken advoga a favor de sua teoria, que é sua capacidade de unificar grandemente os casos de predicação, é para mim o problema. Trata-se de algo que, ao explicar muitos fatos, ignora as especificidades desses fatos. Por exemplo, são instanciações do *RELATOR*, o núcleo funcional T, o núcleo TOP – de tópico –, o núcleo *v*, as preposições como ‘as’, ‘for’ – entre outras – e também o núcleo nulo de uma *bare-SC*, das SC complementos de ‘considerar’, etc. Enfim, uma gama de relações diferentes são tratadas como predicação, o que coloca a seguinte questão: qual a contribuição semântica do *RELATOR*? Se não há contribuição, parece-me que uma estrutura sem categoria funcional como a proposta aqui poderia exercer essa

¹⁸O autor também cita Mulder (1992). Uma outra referência de uma análise nesses moldes é Kayne (1984).

função de forma mais econômica e mais elegante.

Neste sentido, com relação a den Dikken, a proposta desta tese aponta para uma possível redução da maquinaria utilizada para formalizar a predicação, na medida em que minha proposta recupera propriedades importantes apontadas pelo autor, pois também representa a localidade por meio de uma relação assimétrica e não-direcional.

4.2 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo apresentei um diálogo com a literatura sobre SC e Predicação Secundária e procurei apontar em que medida esta tese incorpora aspectos das propostas anteriores. Também procurei apresentar, por meio da comparação, de que forma minha proposta é mais simples e minimalista.

Minha proposta busca o aperfeiçoamento teórico das relações de predicação dentro da gramática. A questão da predicação foi muito discutida na era da GB, mas questões de parcimônia, elegância e economia não estavam no centro dos objetivos teóricos. Com o Programa Minimalista de Chomsky (1995) este aspecto mudou. Desta forma, os trabalhos apresentados aqui são em sua maioria da GB, sendo o trabalho de den Dikken (2006) um dos grandes expoentes hoje de uma proposta minimalista da predicação. Minha proposta é também minimalista, no sentido de tentar verificar o quanto podemos utilizar de uma estrutura ainda mais simples e nua. É preciso, no entanto, reconhecer o trabalho de den Dikken e o grande caminho trilhado por ele, bem como a sua grande cobertura empírica. Assim, o que foi apresentado nesta tese é um esforço de simplificar ainda mais a gramática.

5 Capítulo: Considerações Finais e Perspectivas de Futuro

Esta tese é uma proposta teórica e analítica de investigação sobre a possibilidade de se utilizar a adjunção chomskiana (de Chomsky (1986a)) para descrever os processos de predicação em construções predicativas – como *small clauses* e predicações secundárias – e de predicação em construções atributivas.

O objetivo era investigar se podemos tratar de forma unificada as construções predicativas e atributivas como processos de adjunção, assumindo a distinção categoria X segmento de categoria.

Tratou-se, também, de um esforço teórico que tomou uma determinada estrutura formal e verificou suas possibilidades de descrição do fenômeno da predicação. Por isso, a preocupação central foi a de buscar um aperfeiçoamento teórico das relações de predicação na teoria da gramática e verificar sua cobertura empírica, bem como as propriedades formais da estrutura proposta, com o objetivo de propor, em um esforço minimalista, uma simplificação da teoria, a partir de uma abordagem que não utiliza núcleos funcionais, mas se restringe a uma adjunção simples.

Esta tese perseguiu a seguinte questão central: *as predicações de adjetivo predicativo e adjetivo atributivo podem ser explicadas e unificadas por meio de uma estrutura de adjunção que ‘lança mão’ do conceito de categoria e segmento de categoria, em que o nível mais ‘alto’ (a projeção do rótulo da categoria) é a projeção do predicado ou é a projeção do sujeito?*

Neste sentido, assumi como hipótese inicial de trabalho, que a relação que se dá numa construção predicativa e numa atributiva é uma relação da mesma natureza. Por esse motivo, venho chamando esta teoria de *Teoria Unificada da Predicação* – uma proposta de análise que tem a intenção de descrever tanto a predicação em domínio nominal quanto em domínio verbal. Para esta tese, no entanto, o esforço analítico concentrou-se na descrição do que ficou conhecido como predicação secundária e construções com *small clauses*. Enfim, foi preciso um recorte. As construções atributivas ou a modificação nominal foram apenas anunciadas e pequenas análises foram apresentadas.

Acredito que as discussões e as análises apresentadas demonstraram que as relações de predicação podem ser descritas como relações que se estabelecem entre duas categorias numa relação assimétrica de adjunção (Chomsky Adjunction, cf. Chomsky (1986, 1995) e May (1985) e Kayne (1994)), e que a hipótese da análise unificada tenha bastante plausibilidade, capitalizando a diferença semântica entre atributivos e predicativos na possibilidade de o predicado na relação de predicação estar ou não ‘fechado’ dentro do DP. Verifiquei que os AP atributivos, por se adjungirem a NP quando a estrutura de predicação NP+AP se combina com o núcleo D, tornam-se indisponíveis para relações fora do DP. Por sua vez, na interpretação predicativa, o AP predicado se adjunge a uma projeção do DP fazendo com que este AP predicado possa ter leitura predicativa, uma vez que ele é visível, ou está disponível para estabelecer relações fora do DP.

Dessa forma, esta análise atinge um bom grau de adequação descritiva. Mesmo assim, para pesquisas futuras, resta ainda avançar na aplicação e verificação desta teoria para a descrição da modificação nominal.

Além disso, esta tese também apresentou alguns fatos descritivos importantes que dão sustentação à análise do predicado secundário do objeto. Vimos que há boas evidências de que o AP predicado, nessas construções, se posiciona abaixo do nível de V’ (ROTHSTEIN, 2001). Aliás, o AP predicado secundário forma, na posição *compl* de V, um constituinte com seu sujeito.

Dado que, do ponto de vista da constituição, *small clauses* e predicados secundários são indistintos, esta tese ofereceu um solução para o Paradoxo de Constituição, mas manteve a distinção SC e PS na medida em que as relações temáticas do sujeito da EP são diferentes, pois as EP com predicado secundário têm como sujeito um DP que recebe papel temático fora da EP.

O paradoxo de constituição é solucionado na medida em que há um constituinte móvel na predicação secundária, pois o AP (ou qualquer outro predicado) se adjunge ao DP formando um constituinte que é inserido na posição *compl* do verbo.

Ficaram alguns problemas residuais principalmente com relação à geração da ordem linear. Minha proposta faz a previsão de que o adjetivo numa relação atributiva preceda o núcleo nominal do NP que é seu sujeito. Essa é uma previsão inadequada com relação ao português. Verificamos também que essa proposta é incompatível com o LCA de Kayne (1994), pois não é possível linearizar dados como os das Copulares Complexas. Os dados de predicação secundária são facilmente linearizáveis, se assumirmos a hipótese de Lasnik e Saito (1999) de que o objeto do verbo se mova para *spec* de *AgrO* (ou de *vP*). De qualquer modo, junto com

outros autores que questionam o LCA citados no texto, é possível que esta proposta forneça mais uma evidência de que é preciso repensar esse algoritmo.

Uma outra questão que se coloca, a qual apresento aqui como uma perspectiva de trabalho futuro, é o fato de predicados secundários não poderem ter como sujeito o argumento dativo de uma construção de objeto duplo (Halle & Kayser 2002 *apud* Rodrigues (2004)); no entanto, faço a previsão de que objetos dativos (introduzidos por preposição) possam ser sujeitos de um PS. O dado seria algo como:

- (1) a. *I gave the meat to Mary_i hungry_i
- b. *I gave Mary_i the meat hungry_i
- c. *João deu a carne para a Maria bêbada

Além desses problemas, é necessário ainda ver como limitar o número de predicativos numa mesma sentença, dada a pouca aceitabilidade de (2):

- (2) ??O agressor comeu a carne crua bêbado (ambos como predicativos)

Até onde foi possível analisar, esta proposta não consegue barrar esse dado e, acredito, que seu baixo grau de aceitabilidade venha de outros domínios da gramática.

Além das dificuldades acima, alguma questão poderia ser levantada sobre a possibilidade de o AP, sendo uma categoria predicado, ou predicativa, ser um argumento, como nos casos de SC-complemento. Assim, como Pereltsvaig (2001, p. 116), também contemplei a possibilidade de predicados serem, ao mesmo tempo, predicados e argumentos, desde que esses predicados já tenham sido sintaticamente saturados. Esse foi um tópico pouco discutido nesta tese.

Diante do exposto acima, confirma-se o quanto esta estrutura abre novos caminhos para a investigação da predicação na gramática, principalmente se relembrarmos, por exemplo, as possibilidades de tratamento da predicação secundária do sujeito como uma EP em *spec* de *vP*.

Além disso, em outros domínios da gramática, parece-me que esta proposta também tem algo a dizer. Nesse sentido, apesar de, em Carreira (2008), eu ter distinguido as construções com SC de construções com objeto duplo, apresento nestas considerações finais uma consequência interessante, que pode ser tema de trabalhos futuros. A estrutura que eu proponho também permitiria analisar os casos de complementação dupla. Ela acaba unindo o que

já foi debate na teoria, quando se propôs que complementação dupla constituía casos de SC (cf. Den Dikken (1995, 2006), Hoesktra (1988)). Tanto a relação de predicação entre os dois complementos poderia ser formalizada numa estrutura em que o predicado projeta, quanto o DP sujeito dessa nova EP poderia ainda ser argumento do verbo. Isto é, pode haver uma dupla relação local, por meio de c-comando mútuo, como numa estrutura ternária: atribuição de papel temático à EP e também a um membro da EP numa única operação de *merge*. Observe:

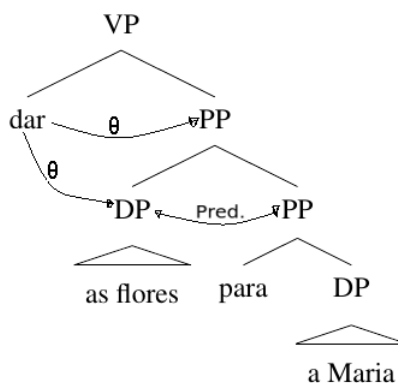


Figura 5.1: Uma possibilidades para objetos duplos

Na figura acima, vemos pelas indicações das setas na árvore que há duas relações temáticas e uma possível relação de predicação entre o DP e o PP. É questionável se o PP nessas estruturas é de fato um predicado, mas os trabalhos acima apresentam bons argumentos nesse sentido. Uma evidência de que haja predicação pode ser apresentada a partir da comparação abaixo:

- (3) a. O João deu as flores para a Maria
b. As flores são para a Maria

No entanto, o esperado seria que pudéssemos encontrar a EP como complemento do verbo 'considerar':

- (4) ??Eu considero as flores para a Maria

Além disso, autores como den Dikken (2006) propõem que o verbo atribua apenas papel temático para a SC, isto é, para a EP toda, não havendo a relação representada na figura entre o V e o DP. Nesse caso, então, a entrada lexical de 'dar' selecionaria um constituinte proposicional e não seria um verbo triargumental. De qualquer forma, com a estrutura que eu proponho, a questão se reduz a propriedades do léxico – de itens lexicais como 'dar', 'entregar' e locativos como 'colocar', 'pôr', etc.

Por fim, acredito que uma teoria que pretenda unificar as análises da predicação deva ter algo a dizer a respeito da predicação em IP, ou da predicação da frase. Acredito que o caminho para essa discussão deve começar por considerar fortemente o trabalho de Heycock (1994), dado que a autora propõe que a predicação da frase seja mais uma camada de predicação (em sua teoria de *Layers of Predication*) e que essa relação se dê via adjunção. Resta então dois grandes desdobramentos para o futuro: investigar detalhadamente o domínio nominal com vistas a verificar a plausibilidade da aplicação desta teoria para a descrição dos atributivos e investigar a possibilidade de aplicação desta abordagem à predicação da frase.

Referências Bibliográficas

- AARTS, B. *Small Clause in English: the nonverbal types*. [s.n.], 1992.
- ABELS, K.; NEELEMAN, A. Linear asymmetries and the lca. *Syntax*, v. 15, n. 1, p. 25–74, 2012. Lingbuzz/000279.
- ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase In Its Sentential Aspect*. Tese (Tese de Doutorado) — M.I.T., 1987.
- ADGER, D. *A syntax of substance*. [S.l.]: MIT Press, 2013.
- BALTIN, M. R. A nonargument for Small Clauses as constituents. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 29, n. 3, p. 513–515, 1998.
- BARRIE, M. J. M. *Dynamic Antisymmetry and the Syntax of Noun Incorporation*. 217 p. Tese (Doutorado), 2006.
- BASSANI, I. de S.; MINUSSI, R. D. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. *ReVEL*, v. 13, n. 24, p. 139–173, 2015. Disponível em: <www.revel.inf.br>.
- BASTOS, A. C. P. *FAZER EU FAÇO! Topicalização de Constituintes Verbais em Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UNICAMP, Campinas, 2001.
- BISOL, L. *Predicados complexos do português: uma análise transformacional*. Porto Alegre: URGs, 1975.
- BORSLEY, R. D. Relative clauses and the theory of phrase structure. *Linguistic Inquiry*, v. 28, n. 4, p. 629–647, 1997.
- BOWERS, J. The Syntax of Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 24, p. 591–656, 1993.
- BOWERS, J. Predication. In: BALTIM, M.; COLLINS, C. (Ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Cambridge, MA: Blackwell, 2001. p. 299–333.
- BRESNAN, J. *The Mental Representation of Grammatical Relations*. [S.l.]: MIT Press, 1982.
- CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 1–23.
- CARLSON, G. A unified analysis of the english bare plural. *Linguistics and Philosophy*, Dordrecht, v. 1, p. 413–457, 1977.
- CARREIRA, M. B. *Diagnósticos de Constituição para Construções Predicativas Adjetivais*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — UFPR, Curitiba, 2008.

- CARREIRA, M. B.; KNÖPFLE, A. Uma análise teórico-empírica de predicação secundária. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 182–194, jan-abr 2013.
- CAVALCANTE, R. *Negação anafórica no português brasileiro: Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte*. 456 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) — USP, São Paulo, 2012.
- CHOMSKY, N. Current Issues in Linguistic Theory. In: FODOR, J. A.; KATZ, J. J. (Ed.). *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1964. p. 50–118.
- CHOMSKY, N. *Aspect of the Theory of Syntax*. Cambridge/MA: MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.
- CHOMSKY, N. *The Logical Structure of Linguistic Theory*. New York: Plenum, 1975. Versão publicada de um manuscrito de 1955.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge/MA: MIT Press, 1986. (Linguistic Inquiry Monograph, 13).
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge/MA: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (Ed.). *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. [S.l.]: MIT Press, 2000. p. 89–156.
- CHOMSKY, N. Problems of projection. *Lingua*, v. 130, p. 33–49, 2013.
- CINQUE, G. *Italian Syntax and Universal Grammar*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1995.
- COLLINS, C. Eliminating Labels. In: EPSTEIN, S.; SEELY, D. (Ed.). *Derivation and Explanation in the Minimalist Program*. Malden, MA: Blackwell, 2002.
- CUNHA, K. Z. *Sentenças Exclamativas em português brasileiro: padrão entoacional e sintaxe*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — UFPR, Curitiba, 2012.
- CYRINO, S.; MATOS, G. Anáfora do Complemento Nulo: anáfora profunda ou de superfície? Evidência do Português Brasileiro e Europeu. *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 121–141, 2006.
- den DIKKEN, M. *Particles: On the Syntax of Verb-particle, Triadic, and Causative Constructions*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995. (Oxford studies in comparative syntax). ISBN 9780195091342.
- den DIKKEN, M. *The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.

- FOLTRAN, M. J. *Predicados Secundários no Português do Brasil*. 206 f. Tese (Doutorado em Letras) — USP, São Paulo, 1999.
- FOLTRAN, M. J. Relações de Predicação. In: MÜLLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47–59.
- FOLTRAN, M. J. et al. Complex Small Clause Constructions in Brazilian Portuguese. Apresentado no IX Workshop on Formal Linguistics - Rio de Janeiro. 2012.
- FRANK, R.; KUMINIAK, F. Primitive Asymmetric C-command Derives X'-Theory. *NELS* 30, n. 30, 2000.
- FRANK, R.; VIJAY-SHANKER, K. Primitive C-Command. *Syntax*, n. 4, p. 164–204, 2001.
- FRANK, R.; VIJAY-SHANKER, K.; HAGSTROM, P. Roots, Constituents and C-Command. *GLOW Newsletter*, n. 42, p. 26–27, 1999.
- GAVIOLI-PRESTES, C. M. *Fatores determinantes na classificação das orações subordinadas como relativas livres*. 112f. p. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — UFPR, Curitiba, 2012.
- GUERON, J.; HOEKSTRA, T. Temporal interpretation of Predication. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 77–107.
- GUIMARAES, M. In defense of vacuous projections in bare phrase structure. *University of Maryland Working Papers in Linguistics*, v. 9, p. 90–115, 2000.
- GUIMARÃES, M. *Derivation and Representation of Syntactic Amalgams*. Tese (Ph.D. Thesis) — University of Maryland, Maryland, 2004.
- GUIMARÃES, M. A note on the strong generative capacity of standard antisymmetry theory. *Snippets*, v. 18, p. 5–7, 2008. Disponível em: <<http://www.ledonline.it/snippets/allegati/snippets18000.pdf>>.
- GUIMARÃES, M. How Much Formal(ized) Should Generative (Transformational) Grammar Be? Apresentado no VIII Workshop on Formal Linguistics. Agosto 2010.
- HAEGEMAN, L.; GUERON, J. *English Grammar: A Generative Perspective*. Oxford: Blackwell, 1999.
- HEYCOCK, C. *Layers of Predication: the non-lexical syntax of clauses*. New York & London: Garland, 1994.
- HIGGINBOTHAM, J. On Semantics. *Linguistic Inquiry*, v. 16, n. 4, p. 547–594, 1985.
- HIMMELMANN, N. P.; SCHULTZE-BERNDT, E. *Secondary Predication and Adverbial Modification: The Typology of Depictives*. New York: Oxford University Press, 2005. 448 p.
- HOEKSTRA, T. Small Clause Results. *Lingua*, v. 74, p. 101–139, 1988.
- HORNSTEIN, N. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell, 2001.
- HORNSTEIN, N. *A Theory of Syntax: minimal operations and universal grammar*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

- HORNSTEIN, N.; NUNES, J. Adjunction, Labeling and Bare Phrase Structure. *Biolinguistics*, v. 1, n. 2, p. 57–86, 2008. Disponível em: <<http://www.biolinguistics.eu>>.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge, 2005.
- ILARI, R. *A lingüística e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fonte, 1985.
- JACKENDOFF, R. *X' syntax: a study of phrase structure*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1977.
- KATO, M. Free and Dependent Small Clause in Brazilian Portuguese. *DELTA*, v. 23, n. especial, p. 85–111, 2007.
- KATO, M.; NUNES, J. A Uniform Raising Analysis for Standard and Nonstandard Relative Clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Ed.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. [S.l.]: John Benjamins, 2009. p. 93–120.
- KAYNE, R. *The antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1994.
- KAYNE, R. Antisymmetry and the lexicon. 2008. Publicado em 2008 In: "*Linguistic Variation Yearbook*", 8, 1-31 (e também In: A.M. di Sciullo and C. Boeckx (eds.) *The Biolinguistic Enterprise: New Perspectives on the Evolution and Nature of the Human Language Faculty*, Oxford University Press, London, 2011. p.329-353).
- KAYNE, R. S. Predicates and Arguments, Nouns and Verbs. In: *GLOW newsletter*. Paris: [s.n.], 1984.
- KNÖPFLE, A. *Resultativas em Línguas Ocidentais Germânicas: generalizações descritivas, descobertas empíricas e questões analíticas*. Tese (Doutorado em Letras) — UFPR, Curitiba, 2014.
- KOOPMAN, H. *The Syntax of Verbs: from Verb Movement Rules in the Kru Languages to Universal Grammar*. Dordrecht: Foris, 1984.
- LASNIK, H.; KUPIN, J. J. A restrictive theory of transformational grammar. *Theoretical Linguistics*, v. 4, p. 173–196, 1977.
- LASNIK, H.; SAITO, M. On the Subject of Infinitives. In: LASNIK, H. (Ed.). *Minimalist Analysis*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 7–24.
- LOBATO, L. *Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto*. Texto apresentado na V Reunião Anual da ANPOLL. 1990.
- MATOS, G.; CYRINO, S. Eclipse de vp no português europeu e no português brasileiro. *Boletim da Abralin*, v. 26, n. número especial, p. 386–390, 2001.
- MAY, R. *The Grammar of Quantification*. Tese (Doutorado) — Massachusetts Institute of Technology, 1977.
- MAY, R. *Logical Form: Its Structure and Derivation*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1985.

- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. 3. ed. Florianópolis: Contexto, 2013.
- MORO, A. *Dynamic Antisymmetry*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000. (Linguistic Inquiry Monograph, 38).
- MULDER, R. *The Aspectual Nature of Syntactic Complementation*. [S.l.]: Holland Institute of Generative Linguistics, 1992. (Hil dissertations).
- NEELEMAN, A. *Complex Predicates*. Utrecht: Unpublished Doctoral Dissertation, 1994. 362 p.
- NEGRÃO, E. V. “Tem uma história que eu quero contar que começa assim”: peculiaridades de uma construção existencial. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 22, p. 81–90, 1992.
- NUNES, J.; THOMPSON, E. Formal Appendix. In: Uriagereka, J. *Rhyme and Reason: An Introduction to Minimalist Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- PARTEE, B.; ter MEULEN, A.; WALL, R. *Mathematical Methods in Linguistics*. [S.l.]: Springer Netherlands, 1990. (Studies in Linguistics and Philosophy).
- PERELTSVAIG, A. Are all small clauses created equal? evidence from russian and italian. *McGill Working Papers in linguistics*, v. 15, n. 1, p. 73–104, 2000.
- PERELTSVAIG, A. *On the Nature of Intra-Clausal Relations: A Study of Copular Sentences in Russian and Italian*. Tese (Ph.D. Dissertation) — McGill University, 2001.
- PERELTSVAIG, A. *Copular Sentences in Russian: A Theory of Intra-Clausal Relations*. [S.l.]: Springer, 2007. (Studies in Natural Language and Linguistic Theory). ISBN 9781402057939.
- PHILLIPS, C. *Order and Structure*. Ph.D. Thesis — MIT, 1996.
- PHILLIPS, C. Linear Order and Constituency. *Linguistic Inquiry*, v. 34, p. 37–90, 2003.
- PHILLIPS, C.; LASNIK, H. Linguistics and Empirical Evidence: A Response to Edelman and Christiansen. 2003. Dipon?vel em: <http://www.ling.umd.edu/colin/research/> – acessado em 07/2008.
- RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RODRIGUES, C. A. N. *Impoverished Morphology and A-movement out of case domains*. Tese (Ph.D in Linguistics) — University of Maryland, Maryland, 2004.
- RODRIGUES, P.; FOLTRAN, M. J. Construções de small clauses complexas em Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 42, n. 1, p. 497–511, 2013.
- ROTHSTEIN, S. *The Syntactic Forms of Predication*. Tese (Ph.D. Dissertation) — MIT, 1983. [Http://hdl.handle.net/1721.1/15509](http://hdl.handle.net/1721.1/15509).
- ROTHSTEIN, S. *Predicates and their subjects*. Dordrecht: Kluwer, 2001.

- ROTHSTEIN, S. *Structuring Events*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.
- SAFIR, K. On Small Clause clause as constituents. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 4, p. 730–735, 1983.
- SCHEIN, B. Small Clauses and Predication. In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Ed.). *Syntax and Semantics*. London & New York: Academic Press, 1995. p. 49–76.
- SHIM, J. Y.; Den Dikken, M. The Tense of Resultatives – The Case of Korean. Paper presented at the NELS38 (Ottawa). 2007.
- SIBALDO, M. A. Qual a Estrutura das Small Clauses livres do Português Brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, v. 78, p. 125–145, 2009.
- STOWELL, T. *Origins of phrase structure*. Tese (Unpublished doctoral dissertation) — MIT, 1981.
- STOWELL, T. Subject across categories. *The Linguistic Review*, v. 2, p. 285–312, 1983.
- STOWELL, T. Small clause restructuring. In: FREIDIN, R. (Ed.). *Principle and parameters in comparative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1991. p. 182–218.
- STOWELL, T. Remarks on Clause Structure. *Syntax and Semantics*, v. 28, p. 271–286, 1995.
- SWART, H. de. *Introduction to Natural Language Semantics*. Stanford: CSLI, 1998.
- TRAVIS, L. *Parameters and Effects of Word Order Variation*. Tese (Ph.D Thesis) — MIT, 1984.
- URIAGEREKA, J. *Derivations: Exploring the dynamics of syntax*. London: Routledge, 2002.
- WILLIAMS, E. Predication. *Linguistic Inquiry*, v. 11, p. 203–238, 1980.
- WILLIAMS, E. Against Small Clause. *Linguistic Inquiry*, v. 14, n. 2, p. 287–308, 1983.